

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ELIÉTE MARIA SCOPEL

**PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO E A CIDADANIA DE
PESSOAS IDOSAS: OLHARES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO
DE VACARIA, RIO GRANDE DO SUL**

São Leopoldo

2021

ELIÉTE MARIA SCOPEL

**PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO E A CIDADANIA DE
PESSOAS IDOSAS: OLHARES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO
DE VACARIA, RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Educação,
pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosangela Fritsch

São Leopoldo

2021

S422p

Scopel, Eliéte Maria.

Processos educativos para a emancipação e a cidadania de pessoas idosas : olhares sobre políticas públicas no município de Vacaria, Rio Grande do Sul / por Eliéte Maria Scopel. – 2021.

216 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2021.

“Orientadora: Dr.^a Rosangela Fritsch”.

1. Política pública para idoso. 2. Cidadania.
3. Emancipação. 4. Pedagogia social. 5. Processos educativos.
I. Título.

CDU: 37-053.9(816.5)

ELIÉTE MARIA SCOPEL

**PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A EMANCIPAÇÃO E A CIDADANIA DE
PESSOAS IDOSAS: OLHARES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO
DE VACARIA, RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Educação,
pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosangela Fritsch

Aprovado em 23 de abril de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra Vânia Beatriz Merlotti Herédia – Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Prof.^a Dra. Gleny Duro Guimarães – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Marques da Rosa – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Dedico esta tese a minha mãe mulher guerreira, com 81 anos de idade. Seus cabelos brancos e passos lentos não a deixam desistir de seus sonhos. Em seu interior, uma grandeza de bondade, com as experiências da vida, moldou saberes para concretizar seus sonhos. Agradeço a você, mãe, por estar sempre ao meu lado nos desafios que a vida apresenta, bem como nos momentos de conquistas. Admiro e amo você, mãe.

Não posso deixar de lembrar meu pai (*in memoriam*), que, por vontade de Deus, não conseguiu chegar à idade da velhice, mas, com certeza, deixou sementes que germinaram e hoje são flores e frutos.

AGRADECIMENTOS

Esta escrita é o ponto de chegada de uma longa caminhada de produção e construção pessoal e profissional. É imprescindível reconhecer e agradecer aqueles e aquelas que contribuíram de alguma forma durante o processo longo, complexo e exigente que é fazer uma tese. Aos seres maravilhosos que fazem parte dessa conquista profissional e pessoal expresse meu carinho e minha gratidão.

A Deus, pela vida e pela oportunidade de viajar na infinitude de descobertas de saberes e chegar até esse momento imperioso.

À minha orientadora, professora Dr.^a Rosangela Fritsch, que me acolheu e, com sabedoria e carinho em suas orientações, soube me guiar durante o processo de doutoramento e extrair de mim o melhor para que pudesse realizar esta tese com dedicação e disciplina, inspirando-me, a cada dia, a ser uma profissional e um ser humano melhor.

À minha família (esposo, mãe, irmãos, sobrinhos, sobrinha e afilhadas), que foram e são meu porto seguro, pois souberam entender meu isolamento e minha ausência do convívio familiar. Nos momentos de tempestades, mantiveram-se presentes, seja fisicamente ou mentalmente, e não me deixaram desanimar. O incentivo advindo de cada um foi motivador para chegar ao final desta pesquisa, mais uma conquista de aprimoramento acadêmico vencido.

À amiga e irmã de coração Elizete, pela amizade demonstrada, que muito me incentivou a tornar o caminho do doutoramento possível e esteve presente pela tela do computador ou fisicamente desde a partida até a chegada desta viagem. Com seu carinho, sua sabedoria e sua disponibilidade para me escutar, ajudou a tornar os momentos nebulosos menos tensos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com os quais, nas disciplinas e nos seminários do doutorado, pude construir e desconstruir saberes.

Aos funcionários da secretaria do PPGE em Educação, pela disponibilidade, pela compreensão e pelos esclarecimentos.

Aos colegas da turma e em especial ao grupo de orientandos da professora Rosangela, que, de uma forma singular e na coletividade, contribuíram nessa caminhada.

A Janaina e Robson, que me auxiliaram nesta caminhada com dados estatísticos e tecnológicos.

Aos professores participantes da banca, por terem aceito o convite, contribuindo com considerações essenciais na defesa de qualificação desta tese.

Aos sujeitos participantes desta pesquisa, que colaboraram dispendo seu tempo, me acolheram nos espaços de trabalho e/ou residências e prontamente compartilharam suas experiências e sua história de vida e do grupo de convivência que estavam representando.

SÓ PARA SERES ESPECIAIS

Tem sempre presente
Que a pele enruga
Os cabelos embranquecem
Os dias convertem-se em anos...
Mas o que é importante não muda,
A tua força e convicção não tem idade.

O teu espírito é como qualquer teia de aranha,
Atrás de cada linha de chegada, há uma de partida
Atrás de cada conquista, vem um novo desafio.

Em quanto estiveres vivo, sente-te vivo.
Se sentires saudades do que fazias, volta a fazê-lo.
Não vivas de fotografia amareladas...

Continua, quando todos esperaram, que desistas.
Não deixes que enferruje o ferro que existe em ti.
Faz com que, em vez de pena, tenha-te respeito.

Quando não conseguires correr ao longo dos anos, trota.
Quando não conseguires trotar, caminha.
Quando não conseguires caminhar, use uma bengala.
Mas nunca te detenha.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

Esta tese é resultado do desenvolvimento da minha pesquisa de doutorado vinculada à linha de pesquisa de Educação, História e Políticas, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Esta pesquisa articula as temáticas de envelhecimento, educação e políticas públicas para as pessoas idosas, tendo como objeto de estudo os processos educativos, a cidadania e a emancipação da pessoa idosa e como objetivo geral a análise das ações e dos programas voltados a essas pessoas desenvolvidos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no município de Vacaria, enquanto estratégias para o desenvolvimento da cidadania e da emancipação política da pessoa idosa. Já os objetivos específicos são: 1) caracterizar normativas para o envelhecimento em âmbito internacional e nacional na perspectiva dos direitos sociais e de sua influência na política pública destinada à população idosa no município de Vacaria; 2) contextualizar o município de Vacaria e delinear o perfil demográfico dos longevos que frequentam as ações e os programas desenvolvidos no SCFV; e 3) analisar os processos educativos em programas e ações no SCFV de Vacaria, no que diz respeito às dificuldades e às potencialidades para o desenvolvimento da cidadania e da emancipação de pessoas idosas. Para isso, adotei a perspectiva metodológica qualitativa, com uso do método dialético histórico, tendo sido selecionados como sujeitos da pesquisa 13 participantes: cinco profissionais que atuam diretamente ou indiretamente com a população idosa no SCFV da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Vacaria e oito longevos coordenadores dos grupos de convivência registrados no SCFV de Vacaria. Como instrumento de coleta de dados, utilizo legislações de natureza internacional, nacional e local que se relacionam com a política pública voltada à população idosa, bem como entrevista semiestruturada. Para interpretar os dados obtidos, recorri à técnica de análise documental e de conteúdo. Os resultados apontam que, embora as políticas públicas para o idoso no município de Vacaria tenham sido implantadas com objetivo assistencialista, com o passar do tempo, evoluíram, de modo que a população idosa foi conquistando direitos fundamentais e sociais – estes, contudo, ainda não correspondem à totalidade dos direitos prescritos na Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso. Além disso, foi possível identificar quais ações e/ou atividades realizadas nos grupos de convivência contribuem para o desenvolvimento biopsicossocial dos participantes, assim como o fato de que os grupos de convivência podem ser considerados espaços sociais que desencadeiam processos educativos para a formação humana, por meio da troca de experiências, sociabilização e escuta, favorecendo o desenvolvimento da cidadania e a emancipação do idoso.

Palavras-chave: Política Pública para Idoso. Cidadania. Emancipação. Pedagogia Social. Processos Educativos.

ABSTRACT

This thesis is the result of the development of my doctoral research associated with the area of study called Education, History, and Policies, part of the Graduate Program in Education at Unisinos University. This research articulates the following themes: aging, education and public policies for the elderly, and the object of study is composed by the educational processes, the citizenship and the emancipation of the elderly. Also, the general objective is the analysis of the actions and programs directed to these people, developed by the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV), in the city of Vacaria, while strategies for the citizenship development and the political emancipation of the elderly. In addition, the specific objectives are: 1) characterize regulations for aging in international and national scope, in the perspective of social rights and their influence in the public policy intended to the elderly population in Vacaria; 2) contextualize the city of Vacaria and outline the demographic profile of the long-lived who attend the actions and programs developed by the SCFV; and 3) analyze the education processes in programs and actions by the SCFV of Vacaria, regarding the difficulties and the potentialities for the citizenship development and the emancipation of elderly people. Therefore, we adopted the qualitative methodological perspective, using the historical-dialectical method, in which 13 participants were selected as research subjects: five professionals who act directly or indirectly with the elderly population in the SCFV of Vacaria's Social Development Office and eight long-lived coordinators of the coexistence groups registered in the SCVF of Vacaria. As the data collection instrument, we use legislations of international, national and local nature, related to the public policy directed to the elderly population, and also a semi-structured interview. In order to interpret the data obtained, I resorted to the technique of document and content analysis. Our results show that, although the public policies for the elderly in Vacaria were implemented aiming at a welfare objective, as the time went by, they have evolved, so that the elderly population has been conquering fundamental and social rights – these, however, still do not correspond to the totality of rights prescribed by the Brazilian National Policy for the Elderly and the Elderly Statute. Besides that, it was possible to identify which actions and/or activities carried out in the coexistence groups contribute to the biopsychosocial development of participants, such as the fact that the coexistence groups can be considered social spaces that trigger education processes to human formation, through the exchange of experiences, sociability and listening, favoring citizenship development and emancipation of the elderly.

Keywords: Public Policy for the Elderly. Citizenship. Emancipation. Social Pedagogy. Educational Processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apresentação da viagem.....	24
Figura 2 – Mapa da viagem	60
Figura 3 – Publicações por regiões e Estados brasileiros.....	67
Figura 4 – Temáticas evidenciadas no garimpo de produções acadêmicas	70
Figura 5 – Pedagogia social e educação social.....	90
Figura 6 – Envelhecimento e educação	103
Figura 7 – Categorias de pré-análise	108
Figura 8 – Legislações internacionais, nacionais e municipais do idoso	110
Figura 9 – Localização geográfica de Vacaria no Estado do Rio Grande do Sul.....	56
Figura 10 – Mapa da extensão territorial do Corede dos Campos de Cima da Serra	151
Figura 11 – Etapas análise de conteúdo.....	167
Figura 12 – Identificação e localização grupos de convivência de Vacaria.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categoria Educação	73
Quadro 2 – Categoria Política Pública para a Pessoa Idosa	77
Quadro 3 – Categoria Envelhecimento.....	80
Quadro 4 – Roteiro da entrevista do grupo I	161
Quadro 5 – Roteiro da entrevista do grupo II.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produções acadêmicas por área e subárea do conhecimento de 2010 a 2018.....	65
Tabela 2 – Estimativa da população idosa no Corede dos Campos de Cima da Serra	153
Tabela 3 – Estimativa da população idosa no Corede dos Campos de Cima da Serra por idade e sexo	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações por Estados da Federação	70
Gráfico 2 – Pirâmide etária do Brasil por sexo e faixa de idade	144
Gráfico 3 – Representatividade da população brasileira por faixa etária	145
Gráfico 4 – Representatividade de crianças e jovens brasileiros por faixa etária	146
Gráfico 5 – Representatividade da população idosa brasileira por região	147
Gráfico 6 – Representatividade da população idosa no Estado do Rio Grande do Sul por sexo e faixa etária.....	148
Gráfico 7 – Comparativo da população idosa entre 2010 e 2017.....	155

LISTA DE SIGLAS

ABEN	Associação Brasileira de Enfermagem
AHRGS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAMVA	Campus Universitário de Vacaria
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEI	Conselho Estadual do Idoso
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CMI	Conselho Municipal do Idoso
CNAS	Conselho Nacional da Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNI	Conselho Nacional do Idoso
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMIMV	Fundo Municipal do Idoso
FNI	Fundo Nacional do Idoso
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
NETI	Núcleo de Estudos da Terceira Idade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OEА	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIE	Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNI	Política Nacional do Idoso
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGPP	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SESC	Serviço Social do Comércio
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TNSS	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais
UATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UCB	Universidade Católica de Brasília

UCS	Universidade de Caxias do Sul
UDESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPB	Universidade Estadual de Paraíba
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade do ABC Paulista
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPF	Universidade de Passo Fundo
UPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
USC	Universidade do Sagrado Coração

USP

Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INÍCIO DA VIAGEM: A PESQUISA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO	21
1.1 A relação da viagem com paisagens educacionais e profissionais	24
1.2 Objeto da viagem de doutoramento	29
1.3 Delimitação da viagem de pesquisa	35
1.4 Objetivos da viagem	37
1.4.1 Objetivo geral	37
1.4.2 Objetivos específicos	37
1.5 Avançar sempre: entre livros e paisagens encantadoras	38
2 DESENHANDO O PERCURSO METODOLÓGICO E SUAS PAISAGENS	40
2.1 Natureza da pesquisa	44
2.2 Coleta e análise de dados	45
3 GARIMPANDO AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS	61
3.1 Procedimentos metodológicos	63
3.2 Resultados e discussão	64
3.2.1 Análise bibliométrica	64
3.2.2 Análise interpretativa: um diálogo possível	71
3.3 Considerações	82
4 PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO SOCIAL: UMA PONTE POSSÍVEL PARA A CIDADANIA E A EMANCIPAÇÃO DA PESSOA IDOSA	84
4.1 Procedimentos metodológicos	85
4.2 Compreendendo pedagogia social e educação social	86
4.3 Educação como instrumento de cidadania e de emancipação no envelhecimento	91
4.4 Considerações	102
5 DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO: OLHARES ENTRE PAISAGENS DE NATUREZA INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL	104
5.1 Procedimentos metodológicos	106
5.2 Contextualização internacional: tendências das normativas e políticas para o envelhecimento	111
5.3 Legislação dos direitos dos longevos no Brasil: da Constituição Federal ao Estatuto do Idoso	116
5.4 Considerações	138

6 PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL, NO RIO GRANDE DO SUL E NOS MUNICÍPIOS DO COREDE DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA.....	141
6.1 Procedimentos metodológicos.....	142
6.2 A Vacaria dos Pinhais e suas paisagens.....	47
6.3 Envelhecimento da população brasileira.....	142
6.4 Considerações	156
7 GRUPOS DE CONVIVÊNCIA: DIFERENTES SABORES E AROMAS PARA O PROTAGONISMO DA PESSOA IDOSA	157
7.1 Procedimentos metodológicos.....	159
7.2 Memórias de vida de flores e frutos: quem são os entrevistados	169
7.3 Grupos de convivência: ações motivadoras de formação para a cidadania da pessoa idosa	174
7.4 Processos educativos: promotores da emancipação da pessoa idosa	183
7.5 Considerações	188
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS	198
APÊNDICE A – OFÍCIO PARA SECRETÁRIAS DOS MUNICÍPIOS DO COREDE DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA	214
APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA.....	215
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	216

1 INÍCIO DA VIAGEM: A PESQUISA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Escrever é uma aventura. Transforma-se a folha, ou a tela, do computador em barco para navegar entre as águas; em ônibus para trafegar pelas estradas de chão batido; em asas para os voos da imaginação. (MARQUES, 2011, p. 36).

Escrever uma tese é, como diz Marques (2011), adentrar em alto-mar sabendo que há um porto de saída e um de chegada e que, como o caminho a ser percorrido é desafiador, pode surgir dificuldades, águas turbulentas e calmas, tempestades ou bonanças. No início, é como viver uma aventura que não se sabe para que lugar vai nos levar, mas, depois de algum tempo, percebe-se que não é mais possível abandonar o trajeto, pois se é guiado pelo desejo de desvendar o desconhecido e encontrar o novo. (MARQUES, 2011).

De forma singular e artesanal, teço esta escrita, sendo um processo complexo que não se limita a produzir um manual, a informar e a reproduzir dados. Não pretendo seguir um caminho apenas para concluir mais uma viagem; em vez disso, ousou criar minha própria trilha. Para tal, busquei em arquivos informações para problematizar e/ou interpretar e, assim, compor a produção de um novo conhecimento que contribua com o meio acadêmico e social, buscando mostrar aquilo que ainda necessita ser investigado.

Nesse sentido, Mills (2009) ensina que o trabalho intelectual é artesanal, pois o contexto em que o pesquisador está inserido fornece elementos para a construção do objeto de pesquisa, e, na solidão do trabalho, ele “mergulha” na complexidade de seu ofício, pergunta, problematiza, estabelece métodos, ajusta sua prática empírica, produz dados e compartilha com seus pares, que referendarão ou não a qualidade dos resultados apresentados. Parafraseando Mills (2009), proponho um estudo artesanal que, vinculado à linha de pesquisa Educação, História e Política do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), aborda o tema do envelhecimento, da educação e das políticas públicas para as pessoas idosas. Ao mergulhar nas profundezas e nos enredamentos da temática, produzi saberes para contribuir no enfrentamento aos desafios que surgem na sociedade contemporânea com o fenômeno do envelhecimento populacional. Busco, pelo viés educacional, elucidar o direito à emancipação e à cidadania da pessoa idosa como protagonista na elaboração e avaliação das políticas a ela destinadas.

Portanto, a escrita desta tese é um desafio complexo e permanente, que exige leituras, releituras e interlocuções teóricas e empíricas. Conforme a epígrafe que abre este capítulo, escrever é uma aventura; por isso, escolhi a metáfora da viagem para representar o desbravamento do caminho de pesquisar. Trata-se de uma aventura imensurável, com diferentes

paisagens para serem vistas, captadas, analisadas e narradas em um contínuo descobrir, aprender, reaprender e reescrever.

Assim, a presente tese está organizada em oito paisagens. Inicialmente, no primeiro capítulo, intitulado “Iniciando a viagem: a pesquisa de doutorado em Educação”, explico o tema da pesquisa relacionado à minha trajetória acadêmica e profissional, caminhos que não foram fáceis para serem concretizados. Ainda neste capítulo, apresento a delimitação do objeto de estudo, a problemática e os objetivos geral e específicos, bem como os motivos e a relevância de pesquisar o envelhecimento, a educação e as políticas públicas para pessoas idosas.

No segundo capítulo, denominado “Desenhando o percurso metodológico e suas paisagens”, exponho as mediações metodológicas que norteiam o processo de construção desta investigação. Discorro acerca do método dialético, que ancorou as análises e interpretações do objeto de estudo, bem como a escolha do ser social e histórico como ponto de partida, incluindo a questão das políticas públicas da pessoa idosa e os processos educativos para sua cidadania e emancipação. Apresento, também, a natureza desta investigação, campo empírico, os processos de coleta, análise e interpretação dos dados.

Já nos capítulos seguintes busco aproximar-me da lógica e do formato de artigos no que diz respeito aos elementos e à estrutura. Em cada um deles, especifico o objetivo e desenvolvo a sustentação teórica, os procedimentos metodológicos, as discussões dos dados, as análises e as conclusões preliminares.

No terceiro capítulo, “Garimpendo as produções acadêmicas”, contemplo a revisão de literatura. Essa paisagem foi construída a partir do resultado do garimpo em arquivos digitais presentes nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC), publicadas no período de 2010 a 2018.

No quarto capítulo, intitulado “Pedagogia social e educação social: uma ponte possível para a cidadania e a emancipação da pessoa idosa”, apresento a revisão bibliográfica a partir dos temas, conceitos e autores que sustentam as reflexões, discussões e análises desenvolvidas. Nesse capítulo, reflito sobre a pedagogia social e a educação social no processo de envelhecimento, discutindo, ainda, a educação como um direito e um instrumento para cidadania. Na sequência, busco na gerontologia a compreensão dos processos de envelhecimento ante o prolongamento da expectativa de vida e discorro sobre as terminologias “velhice”, “velho” e “idoso”, que, contemporaneamente, passam por modificações

principalmente no que se referem aos valores, às normas e aos costumes reproduzidos e vivenciados pelo homem no cotidiano social.

No quinto capítulo, designado “Direitos e políticas públicas para o envelhecimento: olhares entre paisagens de natureza internacional, nacional e local”, abordo as políticas públicas para o envelhecimento, construindo pontes a partir dos marcos legais sobre as políticas públicas voltadas às pessoas idosas que lhes asseguram um envelhecimento com dignidade. Também articulo as percepções dos entrevistados em relação aos seus direitos no contexto municipal.

No sexto capítulo, denominado “Perfil demográfico da população idosa no Brasil, no Rio Grande do Sul e nos municípios do Corede dos Campos de Cima da Serra”, discuto o perfil demográfico dos longevos no Brasil, no Rio Grande do Sul e nos municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) dos Campos de Cima da Serra. Concedo destaque especial ao município de Vacaria por ser o local em que realizei esta investigação.

No sétimo capítulo, “Grupos de convivência: diferentes sabores e aromas para o protagonismo da pessoa idosa”, analiso os processos educativos em programas e ações no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Vacaria, especialmente no que diz respeito às dificuldades e potencialidades para o desenvolvimento da cidadania e emancipação da população idosa.

Por fim, no oitavo capítulo, expresso as considerações finais. Assim, retomo os principais aspectos abordados durante a tese e realizo algumas ponderações acerca deste estudo.

Na Figura 1, a seguir, é possível visualizar de forma sintetizada a organização da pesquisa.

Figura 1 – Apresentação da viagem



Fonte: Elaborada pela autora.

1.1 A relação da viagem com paisagens educacionais e profissionais

O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício. (MILLS. 2009, p. 22).

A temática desta investigação é marcada por interesses, inquietações e paixões advindas da minha experiência profissional. Estabelecer um tema “[...] é demarcar um campo específico de desejos e esforços por conhecer, por entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e consequente”. (MARQUES, 2011, p. 94). Para melhor compreender as interrogações que vão surgindo, faz-se necessário voltar no tempo, ou seja, relembrar aspectos da trajetória educacional e profissional, assim como os motivos e pressupostos que me impulsionaram a investigar a temática do envelhecimento, da educação e das políticas públicas para as pessoas idosas. Recordar caminhos já trilhados, que ora foram calmos, ora nebulosos, muitas vezes incertos, por vezes complexos, que me compeliram a fazer escolhas pessoais e profissionais, é neste momento desafiador.

A primeira paisagem a ser enfrentada é a escolha da profissão. Residir em uma pequena cidade, Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, a uma distância aproximada de 238 km da capital, foi desafiador. Além da questão do domicílio, há a forma como fui criada. Minha família biológica, de origem italiana, por questões culturais não permitia que as filhas sáíssem de casa

para estudar. Entretanto, a minha determinação foi mais forte que os costumes da época, e os desafios para convencer meus pais a tornar o sonho de ser professora realidade não me desanimaram. Foi com um propósito bem definido que, em 1985, comuniquei que estava me preparando para ingressar no curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade de Caxias do Sul (UCS), localizada na cidade de Caxias do Sul, a 102 km da casa de meus familiares.

A escolha da minha profissão resultou de decisões conscientes e inconscientes. Seja por vocação ou identificação, por influência familiar ou cultural, todos os aspectos influenciaram, significativamente, na escolha pela docência. Tal decisão suscitou dúvidas, questionamentos, responsabilidades, comprometimento, mudanças pessoais e adaptações.

Em 1989, graduada em Educação Física, com expectativas e sonhos – pessoais e profissionais –, iniciei a trajetória na área *fitness*. Reconhecendo que profissionais em determinada área são sujeitos que precisam estar em constante evolução, construindo-se e se reconstruindo, senti a necessidade de sair da zona de conforto e recomeçar. Assim, em 1992 adentrei na segunda paisagem: o curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação pelo Movimento Humano, realizado dentro de estruturas escolares e não escolares, no Centro Educacional de Realengo, Rio de Janeiro (RJ). Ao concluí-lo, surgiu a primeira oportunidade para exercer a profissão de docente em escola.

Logo, a terceira paisagem emergiu no Colégio São José de Vacaria, instituição mantida pela Congregação de São José, da qual passei a fazer parte como professora de Educação Física nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Essa foi minha primeira experiência como docente, um momento desafiador e de aprendizagens significativas para minha constituição profissional.

A quarta paisagem, por sua vez, marcou de forma significativa os cenários da construção da minha identidade docente. Em 1992, ingressei no Magistério Público Estadual da Secretaria Estadual da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Como docente de Educação Física, vivenciei diferentes cenários, que incluem a atuação como professora na Educação Básica, como supervisora pedagógica e como coordenadora pedagógica de Educação Física na 23ª Coordenadoria Regional de Educação. Durante o exercício do magistério, foi possível desenvolver habilidades e competências fundamentais para a constituição docente por meio de um processo de inter-relações e reflexão resultante da prática e das experiências geradas cotidianamente nos espaços educacionais.

Em 1996, iniciei a quinta paisagem, que foi marcada pelo ingresso no Ensino Superior, como docente no curso de Pedagogia, no Campus Universitário de Vacaria (Camva), um dos

campi da UCS. A partir de então, a trajetória profissional na UCS foi sendo “desenhada”, e passei a dividir minha horária entre ministrar aulas na graduação e em cursos de extensão, realizando trabalhos em ambientes escolares e não escolares.

Como a docência exige qualificação permanente, pois ensinar e aprender devem ser concomitantes, para dar conta dessa necessidade, no ano de 2000, retomei a formação continuada, iniciando, assim, a sexta paisagem. Essa era um pouco mais ousada: ser selecionada para cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF). Foram dois anos de muitos estudos e de dedicação plena até obter o título de Mestre.

Sempre ativa e atenta aos desafios, vislumbrei um novo caminho profissional. Desse modo, ainda em 2000, teve começo a sétima e a mais significativa paisagem – minha trajetória tanto como docente em grupos de convivência de pessoas idosas quanto como membro do Conselho Municipal do Idoso (CMI) de Vacaria – por ter me motivado a refletir sobre o envelhecimento e a iniciar uma viagem que me impressiona, pois, como bem diz Mário Quintana (1983, p. 12), “[...] nascer é uma possibilidade, viver é um risco, envelhecer é um privilégio”.

O primeiro aspecto que me provocou, significativamente, a investigar a temática do envelhecimento no doutorado emergiu da experiência em ministrar aulas no programa “UCS Sênior aprendizagem ao longo da vida”. Esse é um programa extensionista da UCS, voltado a pessoas com mais de 50 anos interessadas em vivenciar experiências e aprendizagens significativas e interagir no ambiente universitário. A partir de então, com o projeto “Pantufa Dançante”, aproximei-me do público longevo do Clube da Terceira Idade Reviver e Raio de Luz no município de Vacaria, o que gerou aprendizagens significativas.

O segundo fator adveio da minha vivência como membro representativo da UCS – Camva, quando passei a integrar o CMI de Vacaria. A partir de então, tive a oportunidade de conhecer *in loco* a realidade das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e entender como a população longeva usufruía os direitos previstos na legislação. Por meio dessa experiência, o leque diminuto dos meus conhecimentos em relação às pessoas idosas ampliou-se. A troca de informações que ocorria durante as reuniões com os conselheiros, os representantes do governo municipal, a Promotoria de Justiça, os gestores e a população idosa de casas asilares foi fundamental para ampliar meus entendimentos em voga. Tive oportunidade de compreender a realidade de longevos que vivem em ILPIs e identifiquei pessoas abandonadas por seus familiares, em situação de pobreza e de vulnerabilidade social. As pessoas idosas que ali se encontram recebem cuidados básicos (alimentação, higiene pessoal e medicação) e visita de médicos e de agentes do posto de saúde uma vez por mês, assim como

acompanhamento de igrejas e clubes de serviços como Lions Clube de Vacaria¹ e Rotary Clube de Vacaria², que desenvolvem atividades de confraternização e doação de móveis, fraldas e alimentos, entre outras atividades para o bem-estar e a humanização das pessoas asiladas.

De acordo com estudos de Camarano e Kanso (2010), no Brasil, as ILPIs em sua origem estavam associadas aos asilos de forma assistencialista, como fruto da caridade cristã diante da ausência de políticas públicas, sendo inicialmente dirigidos à população carente que necessitava de abrigo. Em consequência de mudanças na sociedade, seja por motivos econômicos ou pelo abandono, muitos passaram a viver nessas instituições, o que abriu espaço para um novo mercado de trabalho, ocupado por empresas prestadoras de serviços que têm o lucro como principal objetivo e oferecem apenas condições mínimas para a sobrevivência da pessoa. (MENDIONDO, 2012).

Os membros do CMI, bimestralmente, realizam visitas às casas asilares para verificar se os gestores cumprem o Termo de Ajuste de Conduta³. A partir da visita *in loco*, os conselheiros encaminham um relatório à Promotoria de Justiça com informações recebidas e percebidas no local. Além das visitas às casas asilares, os membros do CMI promovem atividades festivas, como, por exemplo, encontro de Natal e de Páscoa e Dia do Idoso.

A cada visita, era comum encontrar situações deprimentes, perceber na população idosa um sentimento de tristeza e, após alguns minutos de minha chegada, ouvir frases como: “Quero ir para casa”, “Onde está meu filho que ficou de vir me buscar?” e “E minha irmã que disse que já voltaria?”. Esses questionamentos me deixavam triste. Tal realidade ia ao encontro da percepção de Mendiondo (2012), para quem a institucionalização da pessoa idosa é uma situação que gera inúmeros conflitos, principalmente pelas mudanças no seu cotidiano, tais como a existência de regras para sua rotina diária e a convivência com pessoas desconhecidas. Era uma realidade que eu vivenciava e, ao deixar o local, intrigada, fazia-me questionar: como conselheira, o que eu estava fazendo para que essas pessoas não se sentissem abandonadas pelos familiares? Seriam somente essas pessoas idosas que se encontravam em situação vulnerável? Estaria o CMI de Vacaria assegurando e defendendo os direitos da população idosa?

¹ Lions Clubs International é uma organização internacional de clubes de serviço, cujo objetivo consiste em promover o entendimento entre as pessoas em uma escala internacional, atender a causas humanitárias e incentivar trabalhos voltados à comunidade local.

² Rotary Club é um clube de profissionais, que congrega líderes das comunidades em que vivem ou atuam, fomentando um elevado padrão de ética e ajudando a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo. Presta serviços voluntários não remunerados em favor da sociedade como um todo ou beneficiando, em casos específicos, pessoas necessitadas ou entidades que atuam também em prol de desamparados.

³ Documento elaborado pela Promotoria de Justiça de Vacaria para adequação de casas asilares de longa permanência.

Nessa conjuntura, o terceiro elemento que me motivou a estudar as políticas públicas voltadas à população idosa e seus enredamentos com a educação emergiu da necessidade de reunir os membros de CMI para troca de experiências entre os dez municípios que compõem o Corede dos Campos de Cima da Serra, que são: André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria. Infelizmente, a reunião não foi realizada, porque os gestores comunicaram que, em seus municípios, não foram instituídos CMIs. Diante desse fato, levanto a hipótese de que a não consolidação do CMI esteja relacionada a questões culturais, pois, via de regra, as pessoas idosas não se reconhecem como cidadãos de direitos e possíveis protagonistas em diferentes ações sociais. Entretanto, conforme salientam Berzins e Borges (2012), a sociedade civil, o governo e principalmente os próprios longevos deveriam avaliar com especial atenção a possibilidade de consolidar o conselho como instrumento de participação democrática e de colaboração para criação de políticas públicas.

Em busca de soluções às minhas inquietações, em 2017, iniciei o desenho da oitava paisagem, o doutoramento. Conciliar rotina familiar, trabalho e estudos exigiu que fizesse escolhas e replanejasse meu cotidiano, adotando adequações indispensáveis para dar início a essa nova paisagem em caminhos desconhecidos. Nesse sentido, compactuo com a afirmação de Mills (2009), de que produzir conhecimento é uma escolha tanto de modo de vida quanto de uma carreira, pois o trabalhador intelectual, à medida que busca o aperfeiçoamento de seu ofício, aprimora a si próprio.

Em alguns momentos dessa jornada, ocorreu um entrecruzamento da experiência pessoal com a trajetória profissional. Foram períodos breves, porém importantes para iniciar a construção desta investigação, que me levou, muitas vezes, a trilhar caminhos desconhecidos. Tal percurso se alinha ao posicionamento de Mills (2009), para quem o cientista social precisa buscar, em seus arquivos escritos ou intelectuais, informações e dados relevantes para compor o processo de construção do trabalho intelectual. Ou seja, ele “[...] precisa aprender com a experiência, classificá-la e dessa forma pode usá-la para guiar, testar sua reflexão e, nesse processo, moldar a si mesmo como um artesão intelectual”. (MILLS, 2009, p. 22).

Durante o trajeto de doutoramento, envolvi-me em uma rede dinâmica e singular, em busca de saberes para compreender e encontrar respostas às inquietações. Nessa dinamicidade, fiz movimentos de leituras e releituras, aproximações e distanciamentos do objeto de estudo, e fui me reinventando constantemente. Precisei trocar várias vezes as lentes de meu olhar para desconstruir e reconstruir conceitos. Entretanto, a viagem já se mostrava encantadora, pois percebi que meu conhecimento se ampliava e que passei a acompanhar e compreender melhor

os desdobramentos contemporâneos do envelhecimento, um avanço significativo e necessário para minha formação como pesquisadora. Nessa caminhada, muito contribuíram as reflexões de Mills (2009), que entende que buscar conhecimento é uma escolha em que o pesquisador usa suas potencialidades e experiências de vida para construir sua trajetória intelectual visando aperfeiçoar sua carreira profissional.

1.2 Objeto da viagem de doutoramento

Os estudos sobre o envelhecimento no mundo e no Brasil têm ganhado visibilidade devido ao crescimento expressivo da população idosa. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil, em 2020, ultrapassou 211 milhões de habitantes, como um contingente de 30 milhões de pessoas idosas, o que representa em torno de 14,29% da população brasileira. Desse contingente, 44,12% são homens, e 55,88% são mulheres. (IBGE, 2020).

O aumento da expectativa de vida da população brasileira e conseqüentemente de pessoas idosas ocorre por vários fatores, tais como: controle da mortalidade infantil, redução da taxa de natalidade, avanços na medicina com ampliação do acesso a serviços médicos preventivos e curativos e cuidados no saneamento básico. Esse processo de envelhecimento está associado a fatores biológicos, psicológicos e sociais. No que concerne ao aspecto biológico, o envelhecimento constitui um processo que inicia no nascimento e continua ao longo da vida, com transformações inevitáveis que fragilizam comportamental e psicologicamente o indivíduo. (PAPALÉO NETO, 2013).

Esse processo leva a mudanças na configuração dos arranjos familiares, implicando reflexos no setor econômico e nas políticas públicas direcionadas à população longeva. (CAMARANO; KANSO, 2013). Tais transformações não se restringem, assim, a quesitos demográficos, caracterizando um fenômeno que requer atenção especial tanto no contexto familiar quanto no cenário que se apresenta à sociedade e ao Estado. (KALACHE, 2012).

Embora lembrar fatos históricos do século XX não constitua objetivo desta pesquisa, para compreender a realidade que as pessoas idosas vivenciam hodiernamente, é mister contextualizar algumas questões, a exemplo do momento em que o governo brasileiro aderiu ao sistema neoliberal, que impôs a lógica da concorrência a toda a sociedade brasileira. Tal acontecimento iniciou em 1990, durante o Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), e se consolidou com o Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nesse período, o Brasil passou a ser fortemente pressionado por instituições internacionais, como a Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional, que restabeleceram políticas econômicas e sociais conforme demandas do sistema neoliberal. (MARQUES, 2016).

Essas mudanças impactaram o modo de vida dos brasileiros e principalmente das pessoas idosas, instaurando um cenário em que cada um é guiado por interesses econômicos e precisa trabalhar para sua própria eficácia e para uma vida bem-sucedida, o que impõe a produtividade e a liberdade em todos os aspectos da vida, seja no trabalho, no lazer ou nas relações sociais. (DARDOT; LAVAL, 2016). É possível inferir que essa competitividade se torna radical e excludente, gerando uma luta contínua de uns contra outros, sem reconhecimento de limites éticos, e conduzindo à submissão e ao prejuízo da autonomia, da subjetividade e da liberdade do sujeito.

Ante tal ficção de liberdade e de autonomia que o neoliberalismo impõe, surgem algumas questões. Que liberdade seria essa? A pessoa idosa tem condições de ser empresária de si mesma e promover sua autonomia no cotidiano? As políticas públicas para a população longeva promovem a sua emancipação? As ações e os programas oferecidos à população longeva desenvolvem sua cidadania? Esses são questionamentos que transitam na construção não só da escrita desta tese, mas também nas diferentes paisagens da pesquisa.

Diante desse cenário, o objeto de estudo desta investigação está relacionado com os processos educativos, a cidadania e a emancipação da pessoa idosa. Essas três categorias passam a ser o meio de transporte da viagem, para que, ao final do passeio, seja possível atingir o resultado almejado no projeto inicial, em um movimento de construir, desconstruir e reconstruir o objeto de pesquisa. Parto do pressuposto de que a cidadania e a emancipação das pessoas idosas podem ser gestadas e conquistadas por meio de processos educativos não formais, em que o sujeito constrói seus saberes e conhecimentos via interação com o ambiente. (LIBÂNEO, 2010). Além disso, entendo que os processos educativos estão presentes na sociedade, na família, nos grupos de convivência, na igreja, no CMI e em outros segmentos sociais. Entretanto, se ambicionamos uma sociedade igualitária para todas as idades, é fundamental que haja o engajamento das pessoas idosas, isto é, que estes sejam incentivados para que adotem um posicionamento crítico na identificação e solução dos problemas que os afetam. (PETRUS, 2003). Portanto, cabe aos promotores de ações e/ou programas evitarem que as pessoas idosas sejam meras receptoras passivas.

A esse respeito, Libâneo (2010) enfatiza que o ato educativo corresponde à ação e ao resultado de um processo de formação, que decorre da interação do sujeito com o contexto em que está inserido. Nesse sentido, a população idosa que participa de programas, ações e grupos

de convivência com caráter político, social e educacional supera barreiras e torna-se protagonista de sua história, motivo pelo qual a inclusão dessa população nos diferentes espaços sociais resulta em processos educativos e/ou formativos, o que contribui para a socialização com seus pares. É por meio dessa reciprocidade que ocorrem diferentes trocas de experiências importantes para que tal grupo possa enfrentar os desafios das realidades sociais e culturais do meio em que estão inseridos. É possível afirmar, assim, que “[...] a pessoa se socializa através do grupo, e para pessoas idosas não pode ser uma exceção a esse processo socializador”. (PETRUS, 2003, p. 89).

Desse modo, os mecanismos de proteção e defesa da pessoa idosa necessitam potencializar a sua participação na sociedade. Contudo, o protagonismo desse grupo populacional, em especial daqueles que, de alguma forma, vivem à margem da sociedade, torna-se limitado pelo modelo globalizado, que visa sempre à produtividade e ao lucro em detrimento do bem-estar social, fazendo com que o papel de elo entre diferentes gerações que as pessoas idosas deveriam exercer acabe por ser prejudicado.

Dessa maneira, o fortalecimento do sistema neoliberal traz mudanças ao mundo do trabalho, à sociedade e ao Estado. Essas alterações estão relacionadas com os novos modelos de emprego, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, com migração de jovens para as cidades, provocando o crescimento urbano e a constituição de uma família conjugal que substituiu a família numerosa.

Na sociedade capitalista, o trabalho configura-se como condição humana, significando um lugar social de identidades e trocas. Segundo Dardot e Laval (2016) e Kosik (2002), os bens de consumo necessários para viver, cada vez mais, são acentuados pelo sistema, tornando o ser humano um opressor de si próprio. Nesse cenário, a dependência gerada pelo consumismo, mote do capitalismo, gera a mais-valia e diminui os custos de produção, fazendo com que o indivíduo passe a vender sua força de trabalho para produzir bens que geralmente não consegue conquistar. Em outras palavras, muitas vezes envolvido pelo consumismo, o sujeito não escolhe quanto nem em que condições vai trabalhar para adquirir mercadorias que mascaram seu bem-estar e de seus familiares (COVRE, 1999), permanecendo centrado no trabalho e, por meio dele, tentando transformar a si mesmo. (MARX, 2012).

Assim, o trabalho é concebido em sua dimensão ontológica como condição de humanização do ser, entendido como práxis humana. Porém, no sistema capitalista, torna-se alienante e passa a ser produtor de mais-valia, levando a força do trabalho a ser transformada em mercadoria e o indivíduo a receber em troca o salário com o qual custeia seus meios de vida.

Com o passar do tempo, o indivíduo começa a ausentar-se do trabalho, seja pela perda das forças físicas ou pela aposentadoria.

Pelo viés da aposentadoria, direito este adquirido das lutas e reivindicações da classe trabalhadora, o indivíduo, ao alcançar determinado tempo de contribuição social e atingir certa idade, afasta-se das atividades laborais. A política de previdência está ligada ao mercado de trabalho, sendo uma conquista relevante e reconhecida como direito a uma remuneração quando da aposentadoria por tempo de serviço e/ou idade ou por incapacidade de trabalhar, seja por invalidez, doença ou outros motivos. Portanto, a aposentadoria e/ou o benefício para muitas pessoas consiste em sua principal fonte de renda. (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2016).

O Congresso Nacional, por meio da Emenda Constitucional n.º 103/2019, promulgou, em 12 de dezembro de 2019, a reforma da previdenciária⁴, que fez com que a previdência passasse por uma substancial mudança, descaracterizando seus princípios de distribuição de renda e proteção social. As alterações iniciam com a idade mínima para aposentadoria, que passou a ser de 65 anos para homens e de 62 para mulheres, no caso de trabalhadores urbanos e servidores públicos, e de 60 anos para homens e de 57 para mulheres, no caso de trabalhadores rurais. (BRASIL, 2019). Segundo Camargo e Fernandes (2016, p. 287), a razão pela qual as mulheres conquistaram aposentadoria em idade inferior se deve a aspectos como “[...] dupla jornada de trabalho, maiores responsabilidades familiares, compensação pelo custo de oportunidade acarretado pela maternidade, discriminação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos salários”.

Com as modificações estabelecidas pela reforma, recai sobre o trabalhador a responsabilidade de planejar uma aposentadoria complementar, se assim desejar, por meio de planos privados, o que beneficia os grupos sociais com maior poder aquisitivo. Porém, para aquele trabalhador que não conseguir contratar um plano privado, permanece o Benefício de Prestação Continuada (BPC) no valor de um salário-mínimo mensal. (BRASIL, 2019). Ao que parece, as novas regras estabelecem critérios que desestimulam a aposentadoria dos futuros longevos e, conseqüentemente, aprofundam as desigualdades sociais, fazendo com que pessoas menos favorecidas tenham dificuldades de viver em condições mínimas.

Nesse contexto, o sujeito que contribuiu para a previdência ao longo de sua vida laboral, com o intuito de ter uma renda satisfatória para desfrutar a velhice com dignidade, é surpreendido por medidas que o fazem repensar o seu afastamento do trabalho. Muitos se veem

⁴O assunto sobre a reforma previdenciária não será aprofundado por não constituir foco deste estudo.

compelidos a buscar no mercado de trabalho alternativas que podem ser formais ou informais, mas necessárias, para complementar a renda. Ademais, cabe mencionar outro fato que agrava a condição das pessoas idosas na atualidade, que é o discurso de governantes que consideram a população idosa a causadora da crise previdenciária. A esse respeito, convém lembrar que a maioria somente conseguiu se aposentar porque “[...] contribuiu com parte substancial dos seus ganhos para ter *direito* às aposentadorias e atualmente ela aparece como privilégio ou, o que é pior, assistencialismo”. (WHITAKER, 2010, p. 182, grifo do autor).

A maioria das pessoas idosas, quando jovens, em especial dos grupos menos favorecidos, não teve oportunidade de frequentar a escola e/ou continuar seus estudos, gerando mais desigualdade social. De acordo com os dados do IBGE (2016), em 2015 o Brasil atingiu 25.994.449 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, das quais 67% iniciaram suas atividades laborais com até 14 anos de idade. Esses dados também indicam que as pessoas com 60 anos ou mais inseridas no mercado de trabalho possuem em média 5,7 anos de estudos e que 65% delas possuem ensino fundamental como nível de instrução mais elevado. (IBGE, 2016).

Cabe ressaltar que um nível de escolarização ínfimo ou nulo inviabiliza que o jovem se insira no mercado de trabalho formal, impulsionando-o para o subemprego. Nesse cenário, o que se espera com o avanço da idade – salário justo, segurança e proteção social, perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, liberdade para expressar suas preocupações, participação na tomada de decisões que afetam sua vida, igualdade de oportunidade e tratamento igualitário para todos – muitas vezes não acontece, compelindo o a pessoa idosa a retornar ao mercado de trabalho com baixos salários ou a atuar em atividades informais e o impossibilitando, assim, de usufruir os direitos trabalhistas previstos em leis que foram conquistas de longos anos. Conforme dados apresentados no censo demográfico de 2010, entre 2005 e 2015, 65% das pessoas idosas economicamente ativas tinham como nível de escolaridade o Ensino Fundamental Incompleto, o que revela uma inserção em postos de menor qualificação, indicando um processo de desigualdade e exclusão social. (IBGE, 2016).

A Constituição Federal de 1988⁵, em seu artigo 230, adverte que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. (BRASIL, 1988, p. 103). Apesar dessa obrigação estabelecida na Carta Magna de amparo às pessoas idosas, como menciona Faleiros (2012, p. 63), “[...] na prática cotidiana, os direitos são

⁵ “Constituição: são documentos nos quais estão gravados os direitos fundamentais do homem. São instrumentos que devem estar a disposição dos seres humanos toda vez em que estejam ameaçados ou sejam vítimas de lesões aos seus direitos básicos (vida, liberdade e dignidade)”. (RAMOS, 2003, p. 132).

violados das mais variadas formas tanto pelo poder público, como pela família e pela sociedade”. A obrigatoriedade da família de zelar pelos seus longevos esbarra em inúmeras dificuldades, principalmente naquelas advindas de desigualdades econômicas e sociais.

No que concerne à responsabilidade do Estado, os direitos das pessoas idosas são certificados pelo sistema de seguridade social, que objetiva garantir a todos os brasileiros os direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Entre as ações desenvolvidas pelo Estado, pode-se destacar o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), à educação e à seguridade social. Todavia, segundo Faleiros (2012), no que diz respeito a essas questões, fica estabelecida apenas uma ação paliativa que não representa uma possibilidade de mudança na garantia dos direitos fundamentais da população idosa.

Ramos (2003) afirma que o Estado, ao implementar políticas públicas com ideologias neoliberais, acentua a exclusão e as desigualdades sociais. Estas estão ainda mais presentes quando se trata de pessoa idosa, pois as fragilidades inerentes de anos de trabalho são visíveis e, geralmente, torna-se um problema. Em um sistema capitalista que visa ao lucro, a pessoa idosa passa a ser considerada impotente e improdutiva, sendo conduzida a situações de exclusão e vulnerabilidade social, obrigada a um nível de vida miserável e colocada à margem da sociedade. Nesse sentido, notáveis são as contradições entre o promulgado na Constituição Federal, defensora da cidadania e da dignidade do ser humano, que norteia a atuação do Estado e da sociedade civil na efetivação dos direitos individuais e sociais e o que ocorre na prática.

Tal documento legal assegura direitos fundamentais, como igualdade e participação democrática, a toda a população brasileira. Porém, no contexto atual, a burocracia e a lentidão para concretizar políticas sociais fazem com que esses direitos não sejam respeitados, em especial quando a pessoa idosa não é convidada para decidir assuntos de cunho familiar ou social.

A promulgação da Constituição Federal garantiu aos brasileiros direitos sociais e individuais fundados nos princípios da igualdade, da cidadania e da dignidade do ser humano, bem como em valores sociais do trabalho e do pluralismo político. (BRASIL, 1988). No entanto, são necessárias políticas públicas específicas para a população idosa, que visem incorporar novas medidas com o intuito de proporcionar bem-estar a esse contingente populacional. Nesse sentido, cabe mencionar a homologação da Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8842/1994) e do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), que originou um avanço sociojurídico em seus direitos e que se justifica pelo não cumprimento de vários dos direitos assegurados pela Constituição Federal. (CAMARANO; KANSO, 2019). Ao encontro disso, Faleiros (2007) destaca que o conjunto de normas prescritas pelo Estado não basta por si só

para assegurar a cidadania a todos, pois definir direitos pode significar a cristalização de interesses de determinado grupo em detrimento de outro.

1.3 Delimitação da viagem de pesquisa

Em meio a uma sociedade neoliberal, que privilegia os mais aptos e a produção de capital, os direitos das pessoas idosas de forma gradativa vão sendo reduzidos. Nesse contexto, ações como grupos de convivência, CMI, programa sênior em universidades, fóruns e conferências são importantes para possibilitar à população idosa a compreensão sobre o envelhecimento e discutir assuntos pertinentes aos seus interesses.

Segundo a ótica marxista, a alienação é definida como uma ação mediante a qual o indivíduo se constitui afastado dos aspectos que considera importantes para viver socialmente de forma íntegra. Acerca da alienação, Marx (2012) ensina que ela não se restringe ao trabalho como produção, mas afeta também o conhecimento, a dignidade humana e o convívio social. Ao encontro disso, do ponto de vista freireano, a alienação é expressa como invenção cultural, domesticação e opressão, ou seja, como perdas nos processos históricos que reduzem populações a condições desumanas de vida. (KIELING, 2001).

Nesse sentido, para a pessoa idosa superar sua alienação, necessita conscientizar-se sobre si e sobre sua participação na sociedade, o que poderia ocorrer por meio da emancipação política; porém tal emancipação somente será alcançada se sua condição humana for incentivada e aceita. Trata-se, segundo Moreira (2008, p. 163), de uma independência como “[...] conquista política a ser efetivada pelas práxis humanas, na luta ininterrupta a favor da libertação das pessoas de sua vida desumanizada pela opressão e dominação social”.

Ante essa realidade, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta o serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que tem como compromisso atender a todos os cidadãos oferecendo ações integradas que envolvam o poder público e a sociedade civil e, com isso, garantir proteção social à família, à infância, à adolescência e à velhice, bem como amparo às crianças e aos adolescentes carentes. (BRASIL, 2012). Nesse cenário, Faleiros (2007, p. 38) destaca que

[...] a construção da cidadania passa a ser a construção da política, entendida como pactos e direitos de convivência cotidiana de relação entre si e o outro, de relação entre grupos em um determinado território e cultura de convívio como polis, com interesse e normas definidas para que todos sejam reconhecidos como membro de uma sociedade.

Entendo que a atuação do Poder Público precisa compreender a pessoa idosa como sujeito de direitos, isto é, como cidadão participante da sociedade e amparado por políticas públicas. Para isso, deve-se pensar a pessoa idosa como parte de um todo social, com participação nas diferentes dimensões – social, política e educacional –, para que ocorram mudanças perceptíveis. Caso contrário, a pessoa idosa viverá no mundo da pseudoconcreticidade, que, como afirma Kosik (2002, p. 15), “[...] é um claro-escuro de verdade e engano”.

Como já exposto, a partir da Constituição Federal, avanços em relação aos direitos fundamentais à proteção e seguridade social da pessoa idosa foram conquistados. Todavia, diante da lógica capitalista, as reformas neoliberais afetaram o aspecto econômico, principalmente restringindo a política social, ao colocar em sua agenda privatizações na saúde, na educação, nos serviços sociais e na previdência e mudanças na gestão de empresas estatais. Nessa conjuntura, o Estado diminui sua intervenção e reduz direitos, sujeitando toda a população brasileira, inclusive a pessoa idosa, aos interesses do sistema capitalista.

Diante da lógica capitalista neoliberal, que procura suprimir direitos conquistados por meio de lutas, como, por exemplo, as políticas voltadas à população idosa, esse contingente populacional passa por uma crise de consolidação e de concepção. Ao criticar a sociedade burguesa, em que impera essa lógica, Marx (2012) demonstra que o Estado politicamente está emancipado, mas que a maioria dos indivíduos prossegue em sua luta pela autonomia. Além disso, é preciso levar em conta que nem todas as pessoas idosas possuem consciência de si e do mundo para agir de modo a transformá-lo, tornando-se acrílicas e reféns dos discursos hegemônicos.

Para a emancipação e o protagonismo da população idosa, faz-se necessário garantir seus direitos por meio de políticas públicas, ações e programas oferecidos no SCFV que possibilitem um envelhecimento saudável, com convivência entre diferentes culturas, gêneros e classes sociais, promovendo a consciência de si e do mundo. É importante, assim, refletir e valorizar a pessoa longeva por seus atributos humanos e suas experiências, a fim de conduzi-la ao mundo da práxis humana revolucionária e de destruir a pseudoconcreticidade, ou seja, de criar a realidade concreta e a visão de uma práxis utilitária⁶. (KOSIK, 2002). No momento em que ocorre a destruição da pseudoconcreticidade, surgem novas políticas, bem como novos

⁶ “A práxis utilitária cria o pensamento comum, em que é captada tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto à técnica de tratamento das coisas como forma de seu movimento e de sua existência é a forma ideológica do agir humano todos os dias”. (KOSIK, 2002, p. 19).

valores e conhecimentos de si e do mundo. Para tal destruição, é necessário ter a visão da estrutura da sociedade, dos fenômenos e dos processos sociais. Todavia,

[...] a destruição da pseudoconcreticidade como método dialético crítico, graças a qual o pensamento dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal para alcançar a sua realidade, é apenas o outro lado da dialética, como método revolucionário de transformação da realidade. (KOSIK. 2002, p. 22).

Diante do exposto, configurei a problemática desta investigação: quais os fatores e processos educativos contribuem para o desenvolvimento da emancipação e da cidadania da pessoa idosa, considerando as ações e os programas executados no SCFV do município de Vacaria? Busco, por meio dessa questão-problema, compreender os programas e as ações dos grupos de convivência de pessoas idosas, espaços esses potentes para a destruição da pseudoconcreticidade, bem como para a construção de aprendizagens e interações com o meio e seus pares, desencadeando processos educativos para a cidadania e emancipação da pessoa idosa.

A partir de um levantamento inicial em todos os municípios que compõem o Corede dos Campos de Cima da Serra, defini Vacaria como local para realizar este estudo. O motivo da escolha, que será detalhada no sétimo capítulo, deve-se ao fato de ser único município que possui o CMI e o Fundo Municipal do Idoso (FMI) ativos.

1.4 Objetivos da viagem

1.4.1 Objetivo geral

Com o propósito de encontrar respostas à problemática desta pesquisa, define-se como objetivo geral analisar as ações e os programas para a população idosa desenvolvidos no SCFV do município de Vacaria enquanto estratégias para o desenvolvimento da cidadania e da emancipação política dessa população.

1.4.2 Objetivos específicos

Para atender ao objetivo geral, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar normativas para o envelhecimento em âmbito internacional e nacional na perspectiva dos direitos sociais e de sua influência nas políticas públicas voltadas às pessoas longevas no município de Vacaria;

- b) contextualizar o município de Vacaria e delinear o perfil demográfico das pessoas idosas que frequentam as ações e os programas desenvolvidos no SCFV;
- c) analisar os processos educativos em programas e ações no SCFV de Vacaria, no que diz respeito às dificuldades e potencialidades para o desenvolvimento da cidadania e da emancipação da população idosa.

1.5 Avançar sempre: entre livros e paisagens encantadoras

Não vê que somos viajantes?
 E tu me perguntas
 Que é viajar?
 Eu respondo com uma palavra: é avançar!
 Experimentai isto em ti
 Para que seja um dia aquilo que ainda não és.
 Avança sempre! Não fiques parado no caminho. (AGOSTINHO, 2020).

Como bem diz a epígrafe de Santo Agostinho, não devemos ficar parados no caminho, em especial quando temos como profissão a missão de ensinar e de ensinar por meio da pesquisa, que é fruto da curiosidade. Precisamos avançar sempre, a partir de inquietações de atividades investigativas, de estudos já realizados e de interesses imediatos que remetem a uma dimensão social e educacional e que evoluem e resultam na produção de um novo conhecimento científico. (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Sob essa perspectiva, acredito que a contribuição da presente pesquisa ultrapasse o cumprimento de protocolos acadêmicos, sendo relevante nos âmbitos pessoal, educacional e social (tanto para os participantes do estudo quanto para a sociedade de forma geral).

No que diz respeito ao significado pessoal da presente pesquisa, este iniciou ainda na minha experiência profissional, quando surgiram inquietações quanto à temática do envelhecimento. Guiada pelo desejo de encontrar respostas, busquei, na paisagem do doutoramento, suprir as carências imaginárias e transformar o vago em conhecimento. Logo, canalizei forças para compreender a questão do envelhecimento populacional, que provoca tantos desafios à sociedade contemporânea. Diante disso, verifiquei como seria possível contribuir para proporcionar melhores condições de vida às pessoas longevas de Vacaria. Foi necessário, então, transformar uma paisagem imaginária para descobrir e construir novas aprendizagens, apropriando-me de aportes teóricos sobre a temática.

No que concerne ao contexto educacional, considero esta pesquisa relevante por entender a academia como um espaço propício para debates e reflexões, voltados neste caso à articulação entre educação e envelhecimento. Nesse sentido, a educação pensada como

mediação social nas funções biopsicossociais do indivíduo busca promover um envelhecer com qualidade de vida, por meio de proposição de ações sociais, objetivo que vai ao encontro das aspirações deste estudo. (BOTH; PASQUALOTTI; BOTH, 2013). Ademais, entendo que houve avanços em estudos sobre o envelhecimento, em especial nas áreas da ciência da saúde e sociais, mas ressalto que ainda existem lacunas na área educacional⁷, sendo necessário intensificar investigações em Programas de Pós-Graduação na área da educação.

Já no que diz respeito aos sujeitos participantes da pesquisa, acredito que esta seja relevante por oportunizar aprendizagens, por expressar sua forma de pensar e, ao mesmo tempo, por permitir uma reflexão sobre seu cotidiano. Com isso, espera-se propiciar que os sujeitos envolvidos se tornem protagonistas em ações e programas para pessoas idosas desenvolvidos no SCFV de Vacaria, sejam eles usuários ou gestores.

Além disso, penso que os resultados desta investigação podem contribuir, significativamente, na área social ao sensibilizar e auxiliar os gestores a avaliarem as políticas públicas para a população idosa de Vacaria. Ressalto que, a cada ano, a estrutura etária brasileira modifica-se e apresenta um aumento de pessoas idosas e uma redução de pessoas jovens. Diante desse novo perfil populacional, que interfere na economia do país e nas relações sociais, as políticas públicas necessitam ser repensadas e redimensionadas para atender à demanda dos segmentos da saúde, assistência social, educação, cultura, lazer e inclusão social. Com tais medidas, cada cidadão poderá envelhecer de maneira digna, exercendo plenamente a cidadania e sendo protagonista na construção de uma sociedade democrática.

⁷ Ao realizar a revisão de literatura que apresento no capítulo 3 deste estudo, evidencia-se o número expressivo de produções acadêmicas nas áreas da ciência da saúde e das ciências sociais, assim como a escassez dessas produções na área da educação.

2 DESENHANDO O PERCURSO METODOLÓGICO E SUAS PAISAGENS

Os inícios do escrever são precários e incertos, como os inícios das andanças em terras inexploradas. (MARQUES, 2011, p. 35).

Neste capítulo, apresento a perspectiva teórica e metodológica que norteou o processo de construção deste estudo.

Para desenhar o processo metodológico, também me apropriei da metáfora da viagem. Andei por terras pouco conhecidas e percorri um caminho repleto de surpresas, com paisagens deslumbrantes e desafiadoras. Vivenciei momentos de angústias e incertezas, deparando-me muitas vezes com uma encruzilhada, sem saber como prosseguir. Foi necessário parar e fazer novas leituras e/ou releituras com interlocutores que passaram a contribuir na tomada de decisões mais adequadas e seguras até atingir os objetivos do estudo. Assim, para produzir conhecimento científico, conforme prevê Minayo (2015), tive de trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, a partir de uma perspectiva em que esse tripé se condicionasse mutuamente. Cabe ressaltar que esse conhecimento somente é alcançado se forem adotadas determinadas técnicas como procedimentos operacionais utilizados no desenvolvimento da investigação. (GIL, 2008).

Com esse entendimento, busco descrever os elementos que viabilizaram o rigor necessário ao conhecimento produzido, bem como o método adotado no processo de pesquisa. (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2001). Para analisar as ações e os programas para pessoas idosas desenvolvidos no SCFV do município de Vacaria, enquanto estratégias para o desenvolvimento da cidadania e da emancipação política dessa população, as concepções epistemológicas estão ancoradas no método dialético histórico. O materialismo dialético histórico situa-se “[...] no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”. (FAZENDA, 1993, p. 75).

Durante o processo de construção do conhecimento, parto do macro (totalidade) para o micro (as partes) por meio do movimento dialético articulado. Assim, proponho produzir sínteses de novos conhecimentos com rigor e cientificidade sobre educação, envelhecimento e políticas públicas voltadas aos longevos.

Justifico a escolha do método dialético histórico por definir seu corpo teórico como um conjunto de questões pertinentes à relação do homem com sua história e consigo mesmo, abordando a realidade de forma a negar a dicotomia, isto é, a dualidade entre as instâncias sociais e individuais e entre a objetividade e a subjetividade. Nesse sentido, o método escolhido

caracteriza-se “[...] pelo movimento do pensamento, por meio da materialidade histórica da vida dos homens nas relações sociais que eles contraem”. (SOUSA, 2014, p. 8).

Na concepção marxista e engelianas, a dialética “[...] adquire um *status* filosófico (o materialismo dialético) e científico (o materialismo histórico)”. (GADOTTI, 2003, p. 19). Karl Marx, em sua obra “O capital” (2012), analisa a produção capitalista por meio dos princípios da dialética, considerando o ser humano como um ser concreto em relações com os outros seres humanos e com a natureza. Para o autor, a vida material acontece mediante o vínculo entre homem e forças produtivas materiais que formam a estrutura econômica da sociedade. A partir da infraestrutura da sociedade, desenvolve-se a superestrutura jurídica e política, que corresponde à consciência ideológica, política, social e espiritual do ser humano, de modo que tais relações devem ser compreendidas e interpretadas dialeticamente. (KOSIK, 2002).

Na concepção dialética, o marxismo não separa a teoria (conhecimento) da prática (ação). A esse respeito, Gadotti (2003) sinaliza que a prática é o critério de verdade da teoria, pois o conhecimento parte da prática e a ela volta dialeticamente. Então, entendo que o conhecimento é um processo em constante movimento, que, de modo algum, finaliza, pois se fundamenta na contradição. Na acepção moderna, a dialética “[...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, do modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. (KONDER, 2012, p. 8).

Para compreender a complexidade histórica das relações humanas, o método dialético parte do princípio da totalidade, do movimento, da transformação e da contradição. O primeiro princípio, da totalidade, concerne à interconexão de fatos, sempre provisória e sem pretender esgotar a dimensão histórica da natureza e da sociedade humana. (KONDER, 2012). A totalidade, segundo Cury (1987, p. 35), “[...] não é um todo já feito, determinado, acabado, mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições”. Já o princípio do movimento indica que a natureza e a sociedade estão em um contínuo processo de transmutação, em que todas as coisas se apresentam inacabadas, sendo preciso metamorfoseá-las por meio do acúmulo de elementos produzidos em dado momento. O princípio da transformação, por sua vez, evidencia que a vida está em constante transformação. E o princípio da contradição, que é a essência da dialética (GADOTTI, 2003), prevê que, em cada processo de desenvolvimento de um fenômeno, haverá sempre uma contradição, cuja existência determina a aparição de outras – esse princípio possibilita compreender as contradições da realidade das pessoas idosas. A partir disso, é possível entender que as relações que caracterizam os fenômenos são articuladas com a totalidade em movimento, não bastando conhecer os fatos e interpretá-los. Por isso, é fundamental indicar possibilidades interventivas

e transformadoras, já que a reflexão, como menciona Cury (1987, p. 26), “[...] só adquire sentido quando ela é um fenômeno da práxis social humana”.

A dialética também pode ser considerada um método de interpretação da realidade, em três movimentos: a afirmação considerada como tese; a negação, que seria a antítese; e a negação da negação, resultando na síntese. (TRIVIÑOS, 1987). Nesse movimento, a superação da dialética é a negação de determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dessa realidade a um nível superior. (KONDER, 2012). Na lógica da dialética, o progresso do conhecimento ocorre pela tese, antítese e síntese, por meio das práxis que não se limitam apenas a pensar o mundo, mas que se voltam também a transformá-lo. (SOUSA, 2014).

A partir desse nexo, construí o caminho metodológico com movimentos cíclicos em constantes oscilações. Fui me aventurando em um caminhar permeado pela mediação dos pressupostos teóricos que fundamentam a inserção no campo empírico e a produção do conhecimento de forma dialética. Assim como entende Cury, a mediação “[...] expressa as relações concretas e implica uma conexão dialética em tudo o que existe. Não existe mediação em si própria, senão a relação com a teoria e a prática”. (1987, p. 43).

Considerando os pressupostos da dialética, o caminho metodológico começou a ganhar forma na paisagem profissional, principalmente pela experiência como docente em grupos de convivência com pessoas idosas e pela participação no CMI do município de Vacaria. Ao longo da minha caminhada, foram somando-se inquietações às novas paisagens. Enfim, parei e concluí que seria possível transformar tudo em um objeto de estudo envolvendo processos educativos, cidadania e emancipação, a fim de articular educação, envelhecimento e políticas públicas para a população idosa, principal foco desta pesquisa.

Para evidenciar as determinações pelas quais o objeto de estudo se apresenta em um movimento dialético, busquei, na revisão de literatura, explorar estudos e teorias já existentes que contribuem para a definição da estruturação teórica e metodológica desta investigação. Garimpei produções acadêmicas na base de dados do IBICT, da BDTD e do Portal de Periódicos da Capes, o que tornou possível a estruturação e fundamentação teórica, bem como a seleção de métodos a serem utilizados no processo metodológico da pesquisa.

Inspirada na asserção de Marques (2011) acerca da importância da teoria para entender a viagem que se pretende seguir, fui envolvendo alguns interlocutores, que, segundo o autor, são invisíveis e contribuem na reflexão teórica. Assim, apoiei-me em diferentes autores para explicar os conceitos de educação, da pedagogia social, da emancipação, da cidadania, do envelhecimento e das políticas públicas. No decorrer do processo, outros sujeitos visíveis foram

inseridos por meio das entrevistas, em busca de relatos de experiências de vida que corroboraram para compreender o objeto deste estudo. Desse modo, em um movimento dialógico, foi possível analisar os documentos coletados e as entrevistas em uma interlocução com os conceitos teóricos.

A opção pelo materialismo dialético histórico permitiu selecionar categorias de análise e metodologias que auxiliaram a compreender a complexidade da dimensão histórica das políticas voltadas à população idosa, bem como os processos educativos que emergem das relações humanas e sociais dos sujeitos participantes desta pesquisa. Considerando as categorias da dialética, da totalidade, da historicidade e da contradição, analisei as ações e os programas destinados às pessoas longevas desenvolvidos no SCFV de Vacaria, enquanto estratégias para o desenvolvimento da cidadania e da emancipação política desse grupo populacional. Assim, procurei compreender e interpretar os fenômenos da realidade da população idosa que advêm de questões históricas, culturais, políticas e sociais situadas em determinado contexto.

O método dialético histórico propõe iniciar o processo de conhecimento da realidade pelo concreto. Dessa maneira,

[...] para análise do real parte dos dados empíricos que se apresentam de forma global e difusa, para logo realizar uma desagregação dos dados e estabelecer diferentes relações, que permitem fazer uma interconexão que possibilita verificar as múltiplas determinações que esse estabelece com dados singulares com o universal. (RODRIGUEZ, 2014, p. 147).

Na perspectiva do método dialético, a pessoa idosa, na condição de ser social, expressa suas necessidades e suas ações conscientes de si e do mundo, mediada pelas práxis que constitui sua historicidade. Para Kosik (2002, p. 20), “[...] a práxis revolucionária da humanidade é o modo pelo qual o pensamento capta a coisa em si”. Assim, a práxis opõe-se ao pensamento de alienação, levando à destruição da ideia de pseudoconcreticidade.

A práxis, segundo Mascarenhas (2014, p. 187), significa “[...] um movimento objetivo e histórico que expressa todo o processo de apropriação, elaboração e efetivação dos conhecimentos que os sujeitos singulares realizam subjetiva e objetivamente no percurso de luta pela continuidade da produção e reprodução da vida”. Nessa ótica, Rossato (2008, p. 333, grifo do autor) assinala que “[...] a *práxis* assume uma dimensão histórica que busca compreender o homem e o mundo em permanente processo de transformação. A ação do homem sobre o mundo a partir de sua compreensão origina uma forma de ser intrinsecamente ligada ao pensar”. Também pode ser compreendida, segundo o autor, como “[...] a relação que

se estabelece entre o modo de interpretar a realidade e a consequência prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora”. (ROSSATO, 2008, p. 331). Rossato (2008) também retoma o pensamento de Freire para afirmar que a práxis pode ser aplicada na dimensão educacional.

Assim, compreender a realidade em que a pessoa idosa se encontra é um permanente movimento de ir e vir. A sua participação e inserção no contexto social como protagonista de sua própria história, em determinado tempo e espaço, possibilita a superação de sua alienação, bem como a tomada de consciência de si e do mundo. A partir desse ponto de vista, esse grupo passa a compreender o contexto no qual está inserido, modificando sua própria história, por meio da práxis transformadora.

Nessa perspectiva, o sujeito constitui-se como ser social nas relações e passa a atuar no mundo em que está inserido de forma consciente para transformar a sua realidade. Em um diálogo com essa concepção, Moraes (2003, p. 83-84) explicita que, na visão marxista,

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo na vida. [...] não há consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Portanto, o método materialista histórico e dialético interpreta as relações humanas e sociais em função da base material que as condiciona. Desvenda as contradições entre diferentes grupos sociais e evidencia os mecanismos adotados pela classe dominante, que se apodera do discurso de pós-modernidade inebriada por uma ideologia neoliberal que oculta, mas, via de regra, oprime e coloca à margem da sociedade as pessoas em vulnerabilidade, em especial as pessoas idosas.

2.1 Natureza da pesquisa

As pesquisas em ciências sociais, segundo May (2004), estão voltadas para as questões sociais, tanto para identificar problemas e suas causas quanto para propor estratégias de intervenção, a fim de apresentar possíveis soluções. Com a finalidade de compreender a realidade das pessoas idosas em um contexto micro, a presente pesquisa foi definida como de natureza qualitativa. Assim, essa abordagem busca dar atenção ao mundo dos sujeitos e aos significados por eles atribuídos às suas experiências cotidianas, contribuindo para entender a realidade social e a percepção dos atores em seus modos de atuação. (KRÜGER, 2013). Na

perspectiva metodológica da pesquisa qualitativa e do método dialético histórico, é possível estudar fenômenos sociais – neste caso, o cotidiano e as políticas públicas para a pessoa idosa – utilizando mais de um instrumento metodológico.

A metodologia qualitativa é utilizada pelas ciências sociais, com o intuito de compreender os fenômenos da realidade não quantificáveis, bem como responder a questões particulares, atribuindo um novo sentido aos problemas sociais e aprofundando a compreensão dos significados do objeto de estudo. (MINAYO *et al.*, 2015; TRIVIÑOS, 1987). De acordo com Triviños (1987, p. 129), a pesquisa qualitativa com fundamentação teórica na dialética “[...] parte da descrição que capta não só a aparência do fenômeno, como também sua essência, busca as causas da existência, procurando explicar sua origem, suas reflexões, suas mudanças e consequências que terá para a vida humana”.

2.2 Campo Empírico

Os primeiros contatos com o campo empírico foram determinantes para a compreensão do contexto, bem como para traçar estratégias de coleta de dados. Então, assumi o papel de pesquisadora observadora, comprometida em explorar ao máximo os dados coletados, seja por meio de fontes diretas, de documentos ou do contato com pessoas que forneceram informações para mapear o conjunto das políticas públicas voltadas à população idosa.

A primeira aproximação com o campo empírico, o Corede dos Campos de Cima da Serra, que é formado pelos municípios de André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria, começou em setembro de 2017 e foi concluída em janeiro de 2018. O contato inicial ocorreu por e-mail e visitas *in loco* aos gestores da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, objetivando identificar os programas e as ações que o SCFV disponibiliza à população idosa, além de verificar a existência do CMI e do FMI em cada município.

Segui inspirada e com objetivo de acelerar o processo de busca das informações, enviando ofícios, para os responsáveis pelas Secretarias por meio de correio eletrônico (*e-mails*) (Apêndice A). Optei por esta ferramenta de comunicação por entender que ela proporciona algumas prerrogativas, tais como maior agilidade para envio e recebimento das respostas e melhor aproveitamento do tempo ao evitar deslocamento para os municípios. Contudo, essa estratégia não se mostrou exitosa, pois nenhum *e-mail* foi respondido.

Em virtude disso, em outubro de 2017 agendei visitas *in loco* para a coleta das informações, uma deliberação norteada pelos estudos de Zago (2003), que nos ensina que, nesse cenário, o trabalho de campo está sujeito a sofrer processo de transformação, pois nem sempre transcorre conforme o planejado. Dessa vez, bati em portas que se abriram, e novas paisagens se avizinharam, o campo empírico e os critérios para defini-lo.

Nessa aproximação com o campo empírico, constatei que as ações oferecidas à população longeva estão sendo desenvolvidas pelo CRAS na maioria dos municípios mapeados. As ações, as atividades e os programas proporcionados aos longevos têm como objetivo a socialização e a promoção da autonomia e das potencialidades das pessoas idosas e das relações intergeracionais. A seguir, apresento uma síntese dos resultados identificados.

No município de Bom Jesus, o CMI e o FMI foram criados por intermédio da Lei Municipal n.º 29.930/2013, porém estão desativados. (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Percebo que existe uma política municipal, mas sua efetivação ainda é uma utopia. Como a promulgação da lei não garante sua eficácia, são necessários esforços e o comprometimento dos órgãos públicos e da sociedade para implementá-la.

O município de Campestre da Serra, por sua vez, não possui CMI e FMI. Cabe destacar que, segundo as informações recebidas da Secretaria de Desenvolvimento de Assistência Social, algumas pessoas idosas do município se organizaram para formar um grupo de convivência, com o intuito de buscar o seu espaço na sociedade. Assim, os longevos descontentes com o poder público se mobilizaram e conseguiram realizar um trabalho que é de competência do município.

Já o município de Esmeralda se destaca por oferecer oficinas a grupos intergeracionais, de modo que as pessoas idosas convivem com pessoas de outras faixas etárias, o que cria vínculos de solidariedade e generosidade. Dessa maneira, a população idosa pode interagir, aprender, ensinar e trocar experiências com os mais jovens. Nesse sentido, Mogni (2001, p. 126) lembra que: “[...] tanto a categoria dos jovens quanto a categoria dos idosos podem aprender uma com a outra, caso demonstrem interesse em fazê-lo, pois todos são, ao mesmo tempo, estudantes e professores entre si e passam a constituir uma nova categoria: a categoria da intergeracionalidade”. Entretanto, o município também não possui CMI e FMI ativos.

Os municípios de Ipê, Monte Alegre dos Campos e São José dos Ausentes não possuem CMI e não informaram as ações que desenvolvem com as pessoas idosas. E o município de André da Rocha não retornou o contato com as informações solicitadas.

No início da pesquisa, tive a intenção de realizá-la nos dez municípios que compõem o Corede dos Campos de Cima da Serra. Entretanto, devido ao fato de nove municípios não

atenderem os critérios de seleção estabelecidos previamente, afastei-me do planejamento inicial, uma situação que é intrínseca ao pesquisador, pois, conforme Pais (2003), nem sempre é possível seguir a meta traçada no começo do estudo. Não raro ocorrem situações que levam ao afastamento e, conseqüentemente, à mudança no preestabelecido inicial.

Assim, optei por selecionar três critérios para a escolha do município a ser investigado: oferta de programas e ações à população longeva e existência de CMI e de FMI em funcionamento. Entre todos os municípios que compõem o Corede dos Campos de Cima da Serra, Vacaria é o único que atende aos três critérios selecionados para desenvolver a presente investigação. Após definir o cenário da pesquisa, apresento-o na seção a seguir.

2.2.1 A Vacaria dos Pinhais e suas paisagens

Os campos de Vacaria são muito ricos, vastos, pitorescos e amenos. Oferecem dilatadíssima vista por serem menos sinuosos que os da Serra (São Francisco de Paula), apresentam aos viajantes risonhos horizontes e calma paisagem. No meio da campina imensa destacam-se capões de todas as grandezas, quase sempre compostos pelo vulto soberbo do pinheiro araucária. (BARBOSA, 1978, p. 16).

A epígrafe que abre esta seção é o relato de um viajante identificado apenas pelas iniciais I.P.S.A, que, em 1851, passou por Vacaria e registrou o que avistou em forma de crônicas de viagem. Barbosa (1978) esclarece que nessa época era comum o culto e a exaltação da natureza, considerada, pelos românticos, como um lugar de refúgio e de cura física e espiritual, ou seja, como um espaço ainda não contaminado pela sociedade.

Segundo Maestri (2010, p. 76), a delimitação dos Campos de Cima da Serra é formada “[...] por uma sucessão de campos – os Campos de Vacaria, de Passo Fundo, de Palmeira e de Cruz Alta. A oeste desses campos, nas Missões, o Planalto perde altura, confundindo-se com o pampa gaúcho e argentino”. Portanto, é uma área que integra o Planalto Sulino, situando-se no Nordeste do Rio Grande do Sul e constituindo um prolongamento das paisagens de todo o Norte do Rio Grande do Sul.

Conforme o extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF, 1983)⁸, em “Florestas nativas do Rio Grande do Sul”, o Rio Grande do Sul é dividido em 11 regiões fisiográficas, entre as quais estão os Campos de Cima da Serra no extremo Nordeste do Rio Grande do Sul,

[...] fazendo divisa ao Nordeste com o Estado de Santa Catarina. Os principais municípios são: Vacaria, Bom Jesus, São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Lagoa

⁸ O IBDF foi extinto pela Lei n.º 7.732, de 14 de fevereiro de 1989. (BRASIL, 1989).

Vermelha, Esmeralda e outros [...]. O relevo é suave com recortes profundos de alguns rios. Esta região é formada de uma planície elevada de inclinação para Oeste. (IBDF, 1983, p. 46).

Na primeira divisão administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, o município já se fazia presente, integrado a Santo Antônio da Patrulha, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria. De acordo com Herédia e Casara (2000, p. 11), “[...] a história rio-grandense revela que o município de Vacaria fazia parte do Planalto Soberbo, que corresponde aos Campos de Cima da Serra e foi uma das povoações mais antigas do interior do Rio Grande do Sul, data que remonta a 1637”.

No início do século XVII, na tentativa de se proteger dos ataques dos bandeirantes, os jesuítas retiraram-se com os índios aldeados para a margem direita do Rio Uruguai, e os guaranis missioneiros organizaram reservas de gado selvagem nas margens do Rio Jacuí, o que facilitou a reprodução e, por conseguinte, a multiplicação dos rebanhos. Segundo Maestri (2010, p. 12), “O gado reproduziu-se, facilmente, e espalhou-se pela campanha alcançando o litoral e áreas adjacentes ao atual Uruguai. Estava fundada a Vacaria del Mar”⁹.

A multiplicação descontrolada dos animais na Vacaria del Mar tornou o território da Campanha insuficiente para abrigar as manadas, o que fez com que, nos primeiros anos do século XVIII, os missioneiros dos Sete Povos direcionassem para os campos do Planalto, no atual território sul-rio-grandense, suas reservas de gado. Por volta de 1700, toda a região era protegida por matas de pinheirais, que naturalmente formava uma barreira para os rebanhos. Os animais encontraram ambiente propício para a reprodução, e logo se formou outra reserva: a Vacaria dos Pinhais, nos Campos de Cima da Serra.

Manuel Duarte, em “Veredas planalteanas” (1945), cita uma fala de Souza Ferreira quando este avista os Campos de Cima da Serra:

Subida a Serra, dei logo com campos e pastos admiráveis, e nele a imensidade de gado, tirado das campanhas da nova colônia e lançados naquele sítio pelos Tapes das Aldeias dos Jesuítas. Na costa que corre quase desde Santa Catarina até a Lagoa dos Patos e Rio Grande, cercada de ásperas montanhas que chamam de pinhais, puseram os índios guaranis no ano de 1709, umas Baquerias, cerca de 100 mil cabeças soltas, sem temor dos portugueses, como em terra própria; porém no ano de 1729, entram os portugueses, abriram caminhos, saquearam as Baquerias, deixando na cruz, antes marcada pelos jesuítas este leitreiro: *Viva el Rei de Portugal*, a 10 de julho de 1729. Pelo mesmo caminho hão sacados milhares de cabeças de gado, cavalo e muares. (DUARTE, 1945, p. 76, grifo do autor).

⁹ “A Vacaria del Mar localizava-se no atual território uruguaio e consistia no maior rebanho de gado chimarrão (xucro) existente na época”. (KÜHN, 2007, p. 48).

O gado que ali se reproduzia livre e em grande quantidade acabou por despertar a cobiça não somente dos bandeirantes e tropeiros, mas também de paulistas e lagunenses. Em 1727, Souza Faria foi designado pelo governo de São Paulo para abrir caminho entre São Paulo e o Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul e seguir em direção às Missões com o objetivo de prear o gado para o preparo de charque, courama, sebo e língua. (BORGES, 2001a).

No período de 1734 a 1737, iniciou a abertura do chamado Caminho do Sertão (Estrada das Tropas), quando tropeiros vindos do Sul cruzavam os campos de Viamão. Desse ponto, o roteiro segue em direção ao Rio Rolante, afluente do Rio dos Sinos, avançando pelos Campos de Cima da Serra, isto é, por São Francisco de Paula, Jaquirana, São José dos Ausentes, Bom Jesus e Vacaria. Atravessam, então, o Rio Pelotas (Rio Grande do Inferno) para chegar aos campos de Lages, depois os campos de Curitiba e finalmente Sorocaba, principal entreposto comercial de venda dos animais. (BORGES, 2001a).

Nesse mesmo período, ocorreu a descoberta das minas de ouro na região Sudeste brasileira (Minas Gerais, Goiás e São Paulo), e com isso um significativo contingente de pessoas foram trabalhar na extração do minério. A demanda por mão de obra também exigia alimentação e transporte, sendo ambas atendidas pelo gado muar, vacum e cavalariço, que se transformou em gênero de primeira necessidade, tanto para o consumo (alimento) e/ou transporte de carga quanto para o deslocamento da produção aurífera.

Nesse cenário, as condições naturais do campo nativo e as matas de pinheirais contribuíram para que o rebanho se multiplicasse extraordinariamente e se transformasse em produto gerador de riqueza para os exploradores ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Segundo Ferreira (2002), na fase inicial de exploração dos rebanhos, os Campos de Cima da Serra eram povoados pelos índios botocudos, principais adversários dos kaingang (comunidades coroadas). Esses grupos autóctones, inicialmente, viviam entre os Rios Uruguai e Iguaçu e, no impulso natural de sobrevivência migravam para o sul, efetivando a exploração sistemática das matas de araucária, vegetação abundante na época. Sobreviviam da coleta do pinhão e do mel, além de práticas caçadoras, pescadoras e horticultoras incipientes. Ao perceberem que suas terras estavam sendo invadidas, organizaram-se para resistir à exploração branca. O enfrentamento entre nativos e colonizadores tornou-se inevitável, havendo, segundo Barbosa (1978), um último ataque dos índios no dia 5 de setembro de 1851, quando adentraram as casas de duas famílias e assassinaram alguns moradores e raptaram outros, o que desencadeou uma forte perseguição por parte da Guarda Nacional.

A presença de indígenas nos Campos de Cima da Serra é confirmada por Pierre Mabilde (1983, p. 159):

Entre outras, nas matas compreendidas entre os campos de Passo Fundo e os de Vacaria, cujos matos compreendiam o chamado Mato Castelhana – que sempre foi o foco ou o centro onde se concentravam os coroados – existia uma grande tribo daquela nação, sujeita ao cacique principal ‘Braga’.

A solução encontrada pelos colonizadores diante das dificuldades para assegurar a posse das terras, bem como dos animais que viviam soltos, foi estabelecer fazendas na Província de São Pedro, mesmo cientes de que os nativos estavam atentos aos seus movimentos. Os primeiros povoadores, chamados “fronteiros”, conforme Ferreira (2002), decididos a constituir fazendas nos Campos de Cima da Serra, chegaram por volta de 1740. Entretanto, quase três décadas depois, a região ainda era um espaço a ser ocupado por luso-brasileiros.

O governo brasileiro, preocupado com a ocupação e colonização do interior, concedeu glebas de sesmarias¹⁰ aos tropeiros interessados em se estabelecer nos campos do Brasil meridional. Como no restante do Rio Grande do Sul, o povoamento dos Campos de Cima da Serra ocorreu seguindo os princípios do militarismo, com as relações de autoridade historicamente constituídas. Segundo Reckziegel (1999, p. 13), “Se o Rio Grande do Sul não atraiu nos primeiros tempos, o olhar do colonizador, logo depois, colocar-se-ia numa posição de importância, se não econômico-política, pelo menos estratégico-militar”.

Segundo Ferreira (2002, p. 41), em 1821, o governo interino da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul concedeu a Antônio Manoel Velho a posse de uma sesmaria no território que integrava o distrito da Vacaria. Essa afirmação está registrada na carta de posse de sesmaria, com data de 26 de março de 1821, que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), em que se lê:

Diz Antônio Manoel Velho, casado, morador em Cima da Serra, que ele possui um campo no distrito da Vacaria, denominado dos “Touros” ou “Chácara”, que houve por compra feita a Ignácia de Andrade como consta do documento junto, e para que nem esta nem o possuidor, de que houve o dito terreno, Pascoal Vieira da Roza tiveram títulos, e os suplicantes ainda irão tive graça de terrenos especial ali, tendo havido os que possuíam, e este mesmo por compra se acha povoado, e aproveitado, roga à V. Ex^a e S^{rias} se dignem conceder-lhes posse de sesmaria de campo com extensão que se acha dentro de suas confrontações não excedendo ao de sua sesmaria competente o foral de uma légua de largo e três de comprido, dividindo-se para lado qte. com o rio dos Touros, para outro com a estância denominada dos Ausentes, fundos para o Arroio “do Cara-á”, dividindo Adriano José de Castro. P. a V. Ex^a e S^{rias} se dignem conceder a graça implorada. Procurador: Albino da Costa Moreira. (*apud* FERREIRA, 2002, p. 41).

¹⁰ “Sesmaria era a propriedade destinada à estância, à criação do gado, distribuído aos homens que haviam prestado serviço de certa relevância, mercedores de recompensa, como os militares, ou àqueles que dispusessem de recursos pecuniários, suficientes para instalarem-se como estancieiros e manterem o seu estabelecimento. Era uma forma extensiva de povoamento e de exploração econômica da terra”. (BARROSO, 1979, p. 148).

A partir dessa concessão, Manoel Velho foi comprando mais sesmarias até atingir o topo da Serra Geral, ou seja, o povoado de Vacaria. Ao final de 1821, ele era proprietário de uma extensa superfície de terra. (FERREIRA, 2002).

Três anos depois da concessão de sesmaria a Manoel Gonçalves Ribeiro, já havia registro de moradias de colonizadores que se estabeleceram nos Campos de Cima da Serra, no futuro povoado de Vacaria. Para Gardelin (1996, p. 35-36), “O início do povoamento da sede do município de Vacaria, segundo a melhor documentação, é de 1735. [...] A pequena localidade se firma e transforma em centro de uma imensa região”. E, em 1752, os primeiros ocupantes têm suas posses requeridas por meio de concessão de sesmarias. A partir de então, outras famílias se estabeleceram na área, e em 1768 a capela curada de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria foi elevada à categoria de freguesia, pertencendo ao futuro município de Santo Antônio da Patrulha e tendo como pároco o padre João da Barros.

Flores (1996), em seu dicionário de História do Brasil, descreve freguesia como sendo uma:

[...] área territorial delimitada que tem por sede uma igreja matriz onde se realizavam batizados, casamentos e óbitos. Em frente da matriz havia a praça e a partir de seus ângulos traçavam as ruas, com lotes para as casas. As freguesias possuíam capelas curadas, com padre residente, capelas filiais com padres que vinham da matriz e ermidas, pequenas capelas na área rural cuidadas por “santos homens, chamados ermitões. (FLORES, 1996, p. 230).

No século XVII, a Fazenda Real Portuguesa, segundo Ferreira (2002, p. 37), “instalou no Norte do atual território sul-rio-grandense uma guarda para fiscalizar os rebanhos que cruzavam a linha divisória em direção à parte setentrional da Colônia.” Os postos fiscalizadores serviram de referência para o estabelecimento das primeiras estâncias.

Com o mesmo objetivo que foram criados os postos – cobrar imposto sobre todas as mercadorias que por ali passavam – foram criados os passos. Porém, estes se localizavam nas margens estreitas e rasas dos rios e córregos, caminhos pelos quais os tropeiros conduziam as tropas rumo ao Norte da colônia. A escolha dos locais de passagem era realizada com cautela, pois não raro a força das águas podia levar e/ou inibir alguns animais durante a travessia. Foi em meio a esse cenário que, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, os representantes da Coroa Portuguesa programaram a arrecadação de tributos. Nesse sentido, a pesquisadora Ferreira (2002, p. 38) explica que:

[...] o fluxo de tropas e tropeiros que habitualmente transpunham o passo determinava o tamanho da importância desses locais. No Nordeste do Rio Grande do Sul, o governo provincial oficializou entre outros, o Passo de Santa Vitória, no Rio Pelotas, na divisa do atual município de Bom Jesus com a cidade catarinense de Lages; também o Passo

do Rio das Antas, o Passo do Santa Rita - rio que limita as divisas dos municípios de Vacaria e Lagoa Vermelha - e o Passo do Pontão, localizado no Rio Pelotas, em terras que atualmente integram o município de Barracão e que já pertenceram a Vacaria e depois ao município de Lagoa Vermelha.

Em matéria publicada pelo jornal Zero Hora em dezembro de 1996, registra-se que o constante movimento de tropeiros e pessoas que foram se estabelecendo ao longo do caminho contribuiu para o Passo de Santa Vitória ser oficializado como ponto de travessia integrante do caminho das tropas.

Por volta de 1770 apenas mulas e bois soltos passavam pela estreita picada de um metro de largura por 200 de extensão que ficava no outro lado do Pelotas. Um posto de registro para a coleta de impostos fiscalizava o número de animais e as mercadorias que cada tropa conduzia. Aos poucos Santa Vitória passou a receber mulas que carregavam bruacas com sebo e couro. (ORIGENS..., 1996, p. 53).

Entretanto, os passos necessitavam de manutenção e, conseqüentemente, de verba, questão resolvida por meio da Lei Provincial de 1848, cujo primeiro beneficiado foi o Passo do Pontão. Em contrapartida, segundo Barroso (1979, p. 138), o governo instalou ali a partir de “[...] 1850 uma coletoria, aliás, a responsável por grandes índices de arrecadação da Província no meio do século”. Nesse cenário, conforme explicita Barbosa (1978), além de arrecadar tributos, era atribuição das coletorias garantir a segurança contra os insultos dos índios, o que contribuiu para que, nas imediações desses passos, fossem construídas as primeiras pousadas com currais e casas de moradia dos Campos de Cima da Serra.

Nessa época, cabia às câmaras municipais a tarefa de conduzir os arremates, leilões e arrematadores dos passos, que, via de regra, eram homens de posses das vilas. Era direito do arrematador, geralmente um fazendeiro, explorar os passos pelo período que poderia ser de um a três anos. O alto investimento financeiro desembolsado para arrematar um passo era compensado pela cobrança dos tributos arrecadados.

Essa informação está registrada na correspondência endereçada ao Paço da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha e preservada pelo AHRGS:

Paço da Câmara municipal de Santo Antônio, 22 de março de 1870. Ilmo Exmo Srº A Câmara municipal desta vila depois de praticadas as formalidades de estilo, pôs hoje em praça pública o rendimento das passagens do Passo do Pontão situado no distrito da Vacaria, a fim de ser arrematado a quem mais deixe por tempo de um ano, o maior lance que houve foi o que ofereceu o Ten. João Jacinto Ferreira da quantia de 120 mil réis, pelo que esta Câmara resolveu que o dito Passo ficasse arrematado ao mesmo Ferreira pelo preço oferecido; cujo Passo esteve ultimamente arrematado por 42\$000 por tempo de um ano, e a arrematação hoje feita é vantajosa e esta Câmara assim o participa a V. Excia para mandar o que for devido. Deus Guarde a V. Ecia. Correspondências – Autoridades Municipais: Câmara municipal de Santo Antônio da Patrulha, 1870-1874. (FERREIRA 2002, p. 40).

O início do século XVIII inaugurou o povoamento e a posse do Nordeste gaúcho, abrangendo toda a faixa litorânea e a encosta superior da serra. O caminho aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, entre 1731 e 1732, facilitou a chegada dos primeiros povoadores no sertão de Vacaria, que instalaram ranchos e mangueirões, tornando o local parada certa das tropas a caminho do Sudeste brasileiro. Lentamente, o incipiente empreendimento melhorou sua infraestrutura e, assim, passou a atrair novos povoadores que se estabeleceram ao longo do trajeto a fim de zelar pelo bom estado dos animais.

A ocupação do litoral norte pelos luso-brasileiros ocorreu por meio dos caminhos das tropas, como é explicado por Barroso (1993, p. 34):

Vindos pelo litoral, os tropeiros com as mulas adentravam-se no território na altura do atual município de Palmares, seguindo na direção do Rio Rolante, afluente do Sinos, subindo depois até os Campos de Cima da Serra, passando depois pelo Rio Pelotas para atingir os Campos de Lages, depois os de Curitiba, chegando finalmente em São Paulo, onde na Feira de Sorocaba seriam os animais comercializados com os mineiros das Gerais. Este roteiro estratégico atava o Rio Grande do Sul ao centro do Brasil, resguardando a Portugal, ganhos e avanços na sua política expansionista de conquista e colonização.

A integração econômica entre Sul e Sudeste contribuiu para que a região de Vacaria, aos poucos, se tornasse uma extensão de lucrativos negócios, principalmente pela abundância de gado existente em seus campos. Contudo, o crescimento econômico era restrito aos detentores das grandes propriedades (sesmeiros). Nessa conjuntura, o lento povoamento da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria ocorreu, segundo Borges (2001a), em parte pelo ataque dos índios que tentavam defender suas terras e em parte pelo isolamento em que a população, espalhada por uma extensa região, se encontrava. Esse isolamento teve como uma das causas a falta de estradas, principal e único meio de comunicação da época.

A necessidade de diminuir a distância entre a região Sul e Sudeste foi se acentuando, o que exigiu a abertura de novas estradas. Nesse sentido, em 1819, o paulista João de Barros abriu caminho entre Cruz Alta e Vacaria. O novo caminho passava pela região de Passo Fundo, Mato Castelhana, Campo do Meio e Mato Português, o que proporcionou a chegada de novas famílias a Vacaria. Todavia, também era importante e necessário um caminho que ligasse a região das Missões até São Paulo, bem como até São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Feliz, Caxias do Sul, São Marcos e Vacaria. Parte desse novo caminho recebeu o nome de Estrada Rio Branco, que, conforme Borges (2001a), representou aos criadores de gado de Vacaria uma nova opção de comércio e mercado. A nova estrada também viabilizou o transporte por carretas (carro de boi), o que contribuiu para o “[...] primeiro alvorecer urbano de Vacaria”. (BORGES, 2001b,

p. 47). Entretanto, a transformação urbana somente ocorreu a partir de 1900, quando as carretas iniciaram o transporte do material para construção da Catedral de Pedra.

Gradativamente, o carro de boi foi cedendo espaço para o automóvel e o caminhão, o que exigia estradas adequadas ao novo meio de transporte. Assim, em 1934 teve início a construção da rodovia federal BR-01, que posteriormente foi denominada BR-116 e que ligava Vacaria a Lages. A abertura da estrada de chão batido foi concluída em 1943, porém o asfaltamento entre Vacaria e Porto Alegre iniciou em 1957, sendo concluído apenas em 1961. Atualmente a BR-116 conecta o Nordeste ao Sul do Brasil, com 4.490 quilômetros interligando diferentes centros urbanos que são importantes para o desenvolvimento econômico nacional. (BORGES, 2001b).

Em 1940, o 3º Batalhão Rodoviário construiu uma nova rodovia, a BR-285, com o objetivo de cruzar o Estado de Oeste a Leste, estabelecer uma ligação com a Argentina e, via Bom Jesus, encurtar caminho para chegar a Santa Catarina. Portanto, a BR-285 interligou Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus e Santa Catarina. Dessa forma, como menciona Barbosa (1978, p. 90), “[...] as duas rodovias federais, cruzam-se na sede do município, formando um dos entroncamentos mais movimentado do Rio Grande do Sul”.

Desse modo, tanto a formação quanto a evolução de Vacaria foram pautadas pela passagem dos tropeiros, os quais proporcionaram a vinda dos primeiros povoadores e foram responsáveis, assim, por fixar o elemento humano na região dos Campos de Cima da Serra. A condição agreste descrita e admirada pelos jesuítas permaneceu até 1930, e o modo de vida guiado pela grande quantidade de gado, principal norteador econômico, que no início estava diretamente relacionado com a concessão das sesmarias por parte de Portugal, dá origem no século XX às estâncias.

Conforme Borges (2001a), a estância tem caráter decisivo na formação social, política, econômica e urbana de Vacaria, pois garantiu a predominância da propriedade latifundiária e concedeu um aspecto urbano, a princípio grotesco, para a cidade. Seu papel era ser um centro abastecedor e um domicílio nos dias de festa para o seu habitante principal: o estancieiro.

A incipiente transformação da pequena vila em cidade assemelha-se mais a um apêndice rural, isto é, a um reflexo do campo, do que a um espaço urbano. Trata-se de um pequeno povoado que vai se formando em torno da igreja, da casa paroquial e de um singelo comércio, em que quase a totalidade de seus moradores, normalmente lavradores, vive nas vizinhanças, procurando o centro nos domingos e nos dias de festa.

Benevolo (1993, p. 9) explica que “[...] a cidade é uma criação histórica particular, que teve início num dado momento da evolução social e pode acabar ou ser radicalmente

transformada num outro momento. Não existe por necessidade natural, mas por uma necessidade histórica, que tem um início e pode ter um fim”. Logo, é possível inferir a importância de estabelecer um fio condutor entre a origem e o desenvolvimento da cidade, atentando às mudanças que foram se acentuando em sua organização produtiva, que transformaram o cotidiano de seus habitantes e provocaram significativas alterações em seu entorno. (MACHADO, 2001).

A cidade que se estrutura, segundo Pesavento (2001), não acontece somente pela materialidade de suas construções e pela execução dos serviços públicos intervindo no espaço; concomitantemente, há um processo de elaboração de personagens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes conferem sentido preciso. Essa afirmação parece se adequar à formação de Vacaria, pois seu povoamento ocorreu inicialmente por jesuítas, índios, bugres e patrulhenses que já contavam com ancestrais açorianos, paulistas, paranaenses, lagunenses, entre outros, o que originou casamentos entre diferentes etnias, ocasionando uma construção social que conduziu a processos de mestiçagem biológica e cultural.

Os imigrantes que foram chegando a partir do início do século XX, além das migrações internas, contribuíram para mudar o contexto urbano de Vacaria. O comércio de compra e venda de bens de consumo, que anteriormente era realizado pelas tropas de carga e/ou carroça de boi, passou, com o novo contingente de moradores, a contar com armazém de secos e molhados, hotéis, casas de pasto, lojas, entre outras atividades, que impulsionaram o desenvolvimento da cidade. Vale destacar, também, o primeiro marco industrial fomentado pelas inúmeras serrarias, que, a partir de 1940, iniciaram a exploração da madeira, ainda que de forma desordenada. (BORGES, 2001b).

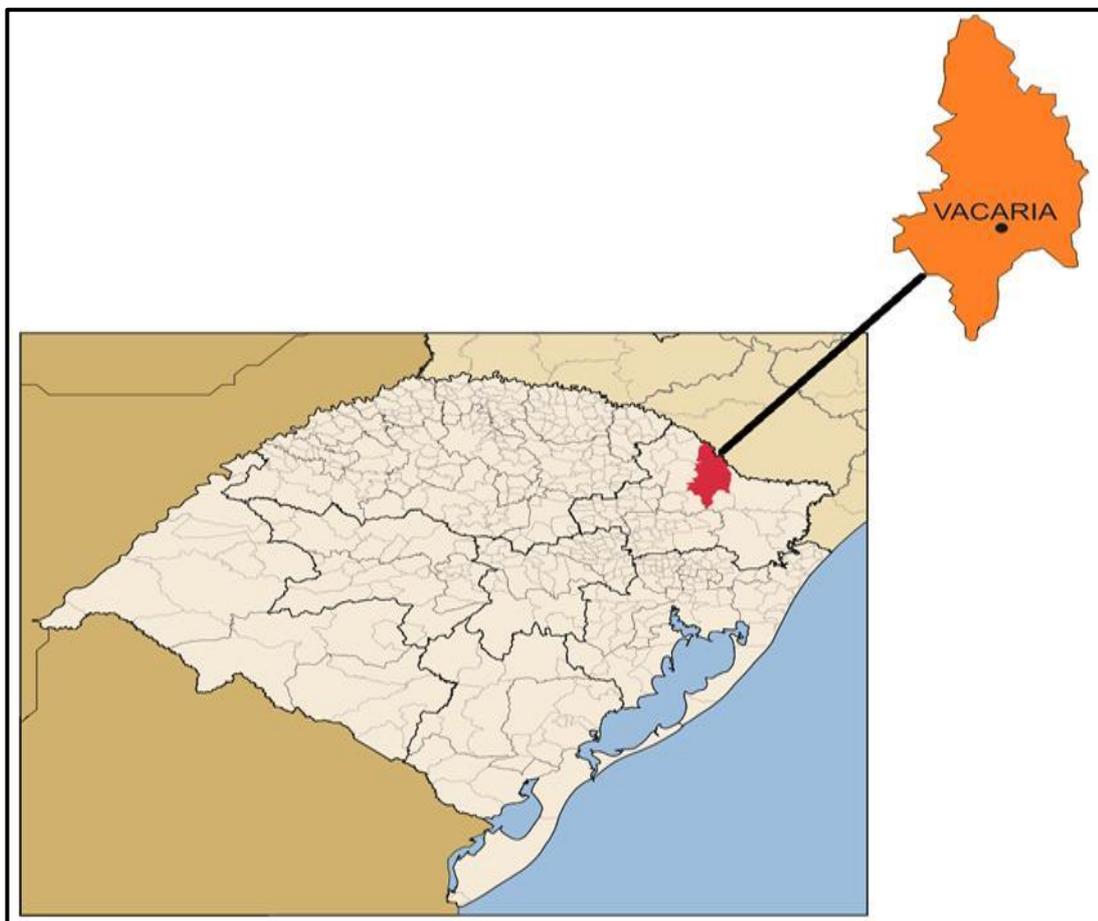
As transformações do pós-guerra, principalmente a partir da crise de 1929, provocaram mudanças econômicas em decorrência da decadência do comércio com Sorocaba. A nova realidade forçou o estancieiro a migrar para a criação de gado de raça. Nesse cenário, conforme Borges (2001b), o advento emblemático que marcou a passagem da criação de mulas para a criação sistemática de bovinos foi a primeira exposição-feira de Vacaria, que ocorreu em 1939. A partir de então, adotaram o sistema de confinamento para criar novilhos precoces, o que lhes garantiu permanecer ativos até 1980.

Outras mudanças foram se estabelecendo nesse período, em especial pela política econômica dos Estados Unidos, que inicia sua gradual conquista da América Latina, ou seja, pelo liberalismo industrial que necessita conquistar novos mercados. Nesse contexto, Vacaria, “[...] a partir da década de 1930, recebe alguns impulsos significativos e lentamente se solidifica, como também entra em crise sua economia baseada estritamente na pecuária”.

(MATIA; LAZZAROTTO, 1996, p.53). Foi em decorrência dessa crise que a agroindústria se instalou no município.

Assim, após períodos de ocupação, passagem, desenvolvimento e crise, Vacaria tornou-se, contemporaneamente, a maior cidade da região dos Campos de Cima da Serra. Está localizado na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, no extremo Sul do Brasil, distante 238 quilômetros de Porto Alegre, capital do Estado (Figura 9). Segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, o município tem 66.218 mil habitantes.

Figura 2 – Localização geográfica de Vacaria no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborada pela autora a partir do Google Mapas.

Atualmente, sua economia está baseada no comércio, na pecuária, na agricultura, no transporte rodoviário, na floricultura e na fruticultura. Considerada a maior produtora nacional de maçã, conta ainda com a introdução de frutas silvestres como amora, mirtilo, physalis, morango e framboesa. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Quanto à educação no município, as instituições públicas estão vinculadas à 23ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e/ou à Secretaria Municipal de Educação

(SMED), que buscam oferecer ensino de qualidade a estudantes na faixa etária entre zero e 17 anos. Os estudantes que concluem o Ensino Médio podem continuar sua formação ingressando em IESs, como, por exemplo, na Universidade de Caxias do Sul, no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Sul e na Universidade Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, além de outras faculdades que atuam somente com o ensino a distância. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

No que concerne ao atendimento à saúde, a população de Vacaria conta com Unidades Básicas de Saúde, Clínica Unimed e o Hospital Nossa Senhora da Oliveira. Com o apoio da comunidade e do orçamento participativo, essas instituições buscam aperfeiçoar seus serviços por meio de tecnologias inovadoras, permitindo uma maior qualidade no atendimento de seus pacientes.

No que tange aos espaços de sociabilidade cultural e lazer, a população vacariense podia contar com diferentes lugares até meados do século XX. Entretanto, a modernização vinculada à tecnologia, em especial a Internet, contribuiu para, por exemplo, o fechamento dos cinemas e do principal clube onde as famílias se reuniam para o baile de debutantes, carnaval, réveillon, entre outros encontros festivos, lugares hoje extintos. Tendo isso em vista, é possível afirmar que as sociedades contemporâneas vivenciam contextos que possibilitam interpretações modernas e momentos de incertezas que, muitas vezes, intensificam uma sensação de ruptura com o passado. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Se, por um lado, houve rupturas com os lugares de memória da sociedade vacariense, por outro, em 1994 foi fundado o Clube da 3ª Idade Reviver, com o objetivo de criar um espaço para a pessoa idosa desenvolver atividades culturais, de lazer e de socialização em eventos como bailes, tardes dançantes, festas e almoços, além de promover o cuidado com a saúde e a espiritualidade. Passados apenas seis anos, em 2000, o clube já não comportava a demanda, motivo pelo qual foi fundado o Clube de Terceira Idade Raio de Luz, com a intenção de promover a socialização entre seus integrantes. Além desses espaços, a prefeitura municipal, por meio do SCFV, oportuniza à população longeva grupos de convivência com encontros semanais nos diferentes bairros da cidade, com o intuito da inclusão social dos longevos, tema abordado em detalhes no capítulo sete da presente investigação.

A esse respeito, cabe mencionar que o sentido da preservação, conforme Possamai (2000), não se refere à materialidade existente, mas à representação, uma vez que, por seu intermédio, reconhece-se o valor de determinado bem patrimonial, bem como as referências a ele associadas, inclusive como forma de dominação. O patrimônio cultural de uma sociedade é, assim, definido pela atribuição de valores históricos, artísticos, arquitetônicos, afetivos,

simbólicos, entre outros, sendo, portanto, digno de preservação ou de esquecimento. Nesse aspecto, o patrimônio cultural constitui-se em uma representação que estimula as manifestações sociais, figurando como o espaço em que os indivíduos constroem imagens e discursos e como a expressão de desejos e medos, isto é, como prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo.

Como explanado, a história de Vacaria remete a muitas memórias de um povo hospitaleiro que lutou para vê-la pujante, e seu progresso não seria possível sem a participação de várias gerações que contribuíram para deixá-la como a vemos hoje. Nesse cenário, deduz-se que órgãos governamentais ou não governamentais deveriam assumir compromissos e desafios com as pessoas idosas, valorizando-as como cidadãos, oportunizando acesso a saberes e promovendo a convivência com seus pares, na família e na sociedade. Entretanto, no que se refere às políticas públicas para o bem-estar dos longevos, ainda há muito por fazer, como veremos no capítulo sete.

2.2 Coleta e análise de dados

No que concerne à coleta de dados, Triviños (1987, p. 132) salienta que o pesquisador necessita de um “[...] amplo domínio não só do estudo em questão, mas também de embasamento teórico que lhe dê apoio, pois permitirá vislumbrar outras perspectivas de análise e de interpretação no aprofundamento do conhecimento do problema”. Ao interpretar as informações, podem surgir novas dúvidas e novos questionamentos, fazendo com que seja necessário buscar outras pistas para justificar o objeto de estudo. Por essa razão, Ludke e André (1996) e Triviños (1987) inferem que deve haver certa flexibilidade.

Nesse contexto, ampliei o conhecimento não somente da temática de estudo para compreender e interpretar as informações do campo empírico, mas de todo o processo de construção da tese. No decorrer da coleta de dados, considerei todo o processo e não apenas o produto final do estudo, indo ao encontro da perspectiva de que é pertinente que o pesquisador mantenha atenção especial no significado que os sujeitos participantes concedem às coisas e a sua vida para ter uma melhor compreensão do fenômeno investigado, o que torna a construção da pesquisa uma experiência singular. (LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

De acordo com Fritsch (2006, p. 64), “[...] a definição dos caminhos da investigação é, como todos os outros, um momento especial no processo da pesquisa que precisa estar alinhado com seus objetivos e ser coerente com meus referenciais enquanto pessoa e pesquisadora”.

Nesse sentido, para delinear o percurso da viagem, busquei dialogar com Minayo (2010), Poupart *et al.* (2012) e Zago (2003), os quais contribuíram significativamente para definir o caminho metodológico que conduz a presente pesquisa.

A partir desse olhar, procurei analisar dados coletados nos documentos e nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos participantes, instaurando um diálogo entre a teoria e a prática na tentativa de compreender o objeto do estudo em movimento dialético. Assim, parti da totalidade para chegar às unidades singulares construídas mediante múltiplas determinações necessárias para produzir novos conhecimentos.

Dessa forma, o *corpus* deste estudo é formado por dados de documentos e entrevistas, coletados, analisados e interpretados em três movimentos. Em um primeiro momento, realizei a análise documental (CELLARD, 2012) de legislações de natureza internacional, nacional e local que se relacionam com a temática da pesquisa, o que potencializou a análise de dados. Nessa etapa inicial,

[...] o pesquisador desconstrói, tritura seu material à vontade, depois, procede a uma reconstrução, com vistas a responder ao seu questionamento. [...] Ele deve descobrir as ligações entre os fatos acumulados, entre os elementos de informação que parecem, imediatamente, estranhos uns para os outros. [...] Ligação entre a problemática e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um passado qualquer de uma dada sociedade. (CELLARD, 2012, p. 304).

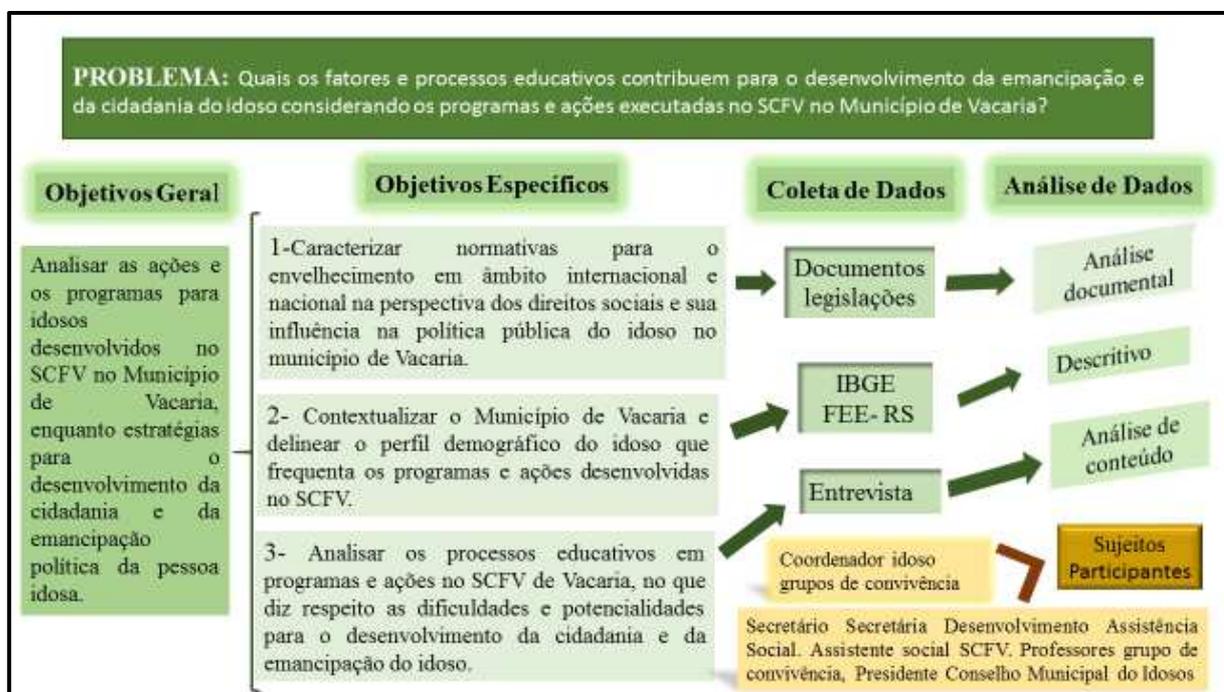
Em uma segunda fase, busquei dados relativos ao período de 2017 a 2018 sobre o perfil demográfico da população idosa brasileira. Restringi essa busca ao Estado do Rio Grande do Sul e aos municípios do Cored dos Campos de Cima da Serra, com destaque para a população idosa que frequenta os grupos de convivência do SCFV de Vacaria.

Já em um terceiro movimento, os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com 13 sujeitos participantes deste estudo foram submetidos à análise de conteúdo. (MORAES, 1999). Esse procedimento permitiu aprofundar o entendimento do processo, possibilitando, conforme menciona Gil (2008), preencher as lacunas que costumam aparecer em uma investigação.

Para estabelecer ligações e elaborar análises significativas, utilizei a imaginação e a intuição, pois o pesquisador que deseja construir uma análise com *corpus* satisfatório e confiável precisa esgotar todas as pistas que podem fornecer informações interessantes. É mister, também, que ele também recorra a diferentes elementos, questionando e apresentando explicações coerentes para o tema estudado. (CELLARD, 2012).

Considerando a escolha de utilizar o formato de artigo para a redação dos capítulos seguintes, conforme anunciado na introdução, o detalhamento dos processos e procedimentos metodológicos serão descritos nos respectivos capítulos. Como a metáfora da viagem continua abrindo caminhos para chegar ao objetivo final, a fim de propiciar um entendimento sucinto da panorâmica desta pesquisa, apresento a seguir “o mapa da viagem” (Figura 2), sintetizando o planejamento em termos de problemática, objetivo geral e sujeitos participantes, bem como os procedimentos para coleta e análise de dados adotados com vistas a atingir cada objetivo específico.

Figura 3 – Mapa da viagem



Fonte: Elaborada pela autora.

3 GARIMPANDO AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS¹¹

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. (FREIRE, 1996, p. 142).

Ao percorrer esta viagem, visualizo novas paisagens e caminho entre as produções acadêmicas já publicadas, com o objetivo de mapear a boniteza dos achados. Assim, este capítulo tem por objetivo produzir uma revisão de literatura por meio de um mapeamento e de uma análise bibliométrica e interpretativa das produções acadêmicas que abordam a temática do envelhecimento, da educação e das políticas públicas. Para isso, estrutura-se em quatro subseções: a primeira corresponde a esta introdução que expõe alguns elementos iniciais importantes para compreender a temática estudada. a segunda aborda a metodologia utilizada; e terceira apresenta os resultados e as discussões das análises das produções acadêmicas garimpadas e selecionadas, subdividida em duas partes – uma com a análise bibliométrica e outra com a análise interpretativa das produções acadêmicas; e a quarta sintetiza algumas as considerações finais.

O debate em torno de envelhecimento, educação e políticas públicas tem como pressuposto a relevância das suas inter-relações diante da radical transformação do padrão demográfico, isto é, das “[...] reduções na taxa de crescimento populacional e alterações na estrutura etária”. (SIMÕES, 2016, p. 25). A esse respeito, as pesquisas de Agostinho, Botelho e Moraes (2018, p. 81) indicam que,

[...] na revisão de projeção da população, realizada em 2017 pela Organização das Nações Unidas – ONU (United Nations – UN), estimou-se que haveria 962 milhões de idosos de 60 anos ou mais de idade no mundo em 2017, correspondendo a 12,7% da população mundial. [...] A taxa de crescimento da população de 60 anos ou mais é mais elevada que para os outros grupos etários, e estima-se que, em 2050, haveria 427 milhões de idosos nas regiões mais desenvolvidas e 1,7 bilhão nas regiões menos desenvolvidas. Nas próximas décadas, o aumento da população idosa é quase inevitável, dado o tamanho das coortes nascidas nas décadas recentes (WORLD, 2017). No Brasil a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população total foi de 4,9%, em 1950, e mais que dobra em 2010 (10,0% correspondendo a 19,7 milhões de idosos). De acordo com a projeção, os idosos seriam cerca de 20,0% da população total em 2033, correspondendo a 46 milhões de pessoas neste grupo etário.

As evidências do aumento da população idosa e da diminuição de nascimentos (não somente no Brasil) comprovam a inversão da pirâmide demográfica, dando lugar a uma representação gráfica etária típica de uma população envelhecida, o que implica desafios aos

¹¹ Este capítulo é resultado de um artigo submetido à Revista Política Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em junho de 2020.

países desenvolvidos e em desenvolvimento. (HAGEN, 2011). De acordo com o IBGE (2010), o aumento da expectativa de vida ocorre, sobremaneira, pelo avanço da medicina, pela ampliação do acesso a serviços médicos preventivos e/ou curativos e pela expansão da cobertura de saneamento básico, possibilitando, assim, melhores condições de vida às pessoas.

Outro aspecto a considerar é que o envelhecimento pode ser compreendido por meio de aprendizagens construídas ao longo da vida. Nessa perspectiva, Both, Pasqualotti e Both (2013) salientam que a educação precisa ser entendida como mediação social para educar para a emancipação, o que pode acontecer por meio de práticas educativas em diferentes espaços da sociedade, propiciando transmissão do saber, experiências e valores que contribuirão para o desenvolvimento da cidadania. (PETRUS, 2003).

Pelo exposto, percebe-se a necessidade de estabelecer a educação à pessoa idosa com uma visão humanista e democrática, que ultrapasse uma prática educativa escolar e que atinja, portanto, espaços formais e não formais, permitindo ao sujeito aprender permanentemente, ao longo da vida, como ser humano político, social e cultural. (SCORTEGAGNA, 2016). O aprender em espaços não escolares, por meio de diálogo, reflexão, socialização para a população idosa, pressupõe um direito social elementar que possibilita sua emancipação e o exercício da cidadania, (QUADROS, 2013). Então, educar para a cidadania implica que o indivíduo possa conhecer e reconhecer o mundo como espaço de direitos, deveres e compartilhamento de saberes, na construção de uma identidade social, democrática e cidadã. (ARROYO, 1999).

A esse respeito, Gohn (2006) sinaliza que a pessoa idosa compreende seu papel social a partir do momento em que o processo de inclusão, na sociedade, ocorre. Sua participação tanto no contexto familiar quanto no trabalho e/ou em outros espaços possibilita que se reconheça como ser produtivo, com aprendizagens e experiências construídas ao longo da vida.

Ante o exposto, especialmente em virtude do envelhecimento populacional progressivo nas últimas décadas, no mundo e no Brasil, pesquisadores, educadores, epidemiologistas e estatísticos debatem a temática do envelhecimento, que é complexa e apresenta múltiplos determinantes. A abordagem acerca do envelhecimento está sendo desenvolvida em estudos no campo teórico da geriatria e gerontologia, da saúde, da economia, das políticas públicas e da educação, para compreender o envelhecimento nos aspectos biopsicossociais com suas diferentes peculiaridades. (BEAUVOIR, 2018).

3.1 Procedimentos metodológicos

Metodologicamente, o presente estudo aproxima-se da pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório-descritivo, por ter como suporte uma revisão de literatura acumulada sobre a temática em foco. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Lima e Miotto (2020, p. 38), “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Assim, para tornar viável a pesquisa, foi necessário delimitar o universo do estudo, que seguiu as seguintes etapas: 1) definição da base de dados; 2) identificação da temática e dos descritores; 3) seleção das produções acadêmicas; e 4) análise do material bibliográfico mapeado e selecionado. Para definir a base de dados, optei por garimpar teses, dissertações e artigos em português que versassem sobre a temática “envelhecimento, educação e políticas públicas para o idoso” na base de dados do IBICT, da BDTD e do Portal de Periódicos da Capes.

Na fase de identificação da temática e dos descritores, defini, primeiramente, os descritores macros: “Política do Idoso, Envelhecimento e Educação”. A partir do cruzamento dos descritores macro, utilizei o operador booleano *AND* para restringir a pesquisa, o que originou outros descritores: a) políticas do idoso e envelhecimento; b) políticas educacionais e idosos; c) políticas do idoso e educação; d) envelhecimento e educação; e e) políticas educacionais e envelhecimento. Por fim, para refinar a busca, considerei o período de garimpo das produções acadêmicas de 2010 a 2018. Esse recorte temporal se justifica porque já há um estudo publicado, empreendido por Oliveira (2013), com o resultado de produções acadêmicas realizadas até o ano de 2009 sobre a temática e porque 2018 foi o ano de elaboração do projeto desta pesquisa.

Após tal definição, com base em Salvador (1986), que sugere que, para iniciar uma pesquisa, sejam selecionadas fontes a partir de sucessivas leituras do material, a fim de obter as informações necessárias à produção do *corpus* teórico, realizei duas etapas de análise do material: análise bibliométrica dos documentos mapeados e análise interpretativa dos documentos selecionados. No garimpo, foram mapeadas 190 produções pertencentes às áreas de conhecimento de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Exatas, considerando os descritores e critérios anteriormente descritos. O resultado das produções acadêmicas mapeadas foi registrado em uma planilha no programa *Microsoft Office Excel*, com os seguintes elementos: título, autor, área e subárea do conhecimento, ano de publicação, instituição, Estado e resumo.

O estudo bibliométrico – primeira etapa de análise – objetivou, assim, averiguar tais produções quantitativamente, considerando áreas e subáreas do conhecimento, Estado e regiões que pesquisam sobre a temática, palavras-chave e ano de publicação. O estudo bibliométrico, segundo Vanti (2002, p. 153), “[...] é um método de pesquisa com técnicas que permite medir a produtividade acadêmica dos pesquisadores, grupos ou instituições de pesquisa, por meio de uma abordagem quantitativa ou qualitativa de diversos dados bibliográficos”.

Já a análise interpretativa, segunda etapa, iniciou com a seleção das produções. Para tal, realizei a leitura dos resumos, a fim de verificar a aderência à temática tendo como critérios de inclusão produções acadêmicas que versassem sobre envelhecimento nos contextos histórico e social, sobre educação como prática educativa não escolar e sobre políticas públicas para pessoas idosas. Nessa análise, descartei 178 produções acadêmicas com foco em patologias do envelhecimento, em saúde da população idosa e em outros aspectos não relacionados com educacional não formal ou informal.

Após, selecionei 12 produções acadêmicas, que foram lidas na íntegra, analisadas, interpretadas e exploradas com criticidade e rigor científico. A partir dos achados, que registrei e cataloguei em um quadro-síntese elaborado por meio do *software Microsoft Word*, elegi como variáveis: título, problema, objetivos, palavras-chave, metodologia e resultados.

3.2 Resultados e discussão

Nesta seção, apresento, em um primeiro momento, a análise bibliométrica e, em seguida, a análise interpretativa das produções acadêmicas.

3.2.1 Análise bibliométrica

Os dados apresentados a seguir resultam da análise de 190 produções acadêmicas – 30 teses, 95 dissertações e 65 artigos. Primeiramente, no estudo bibliométrico, analisei as produções acadêmicas agrupadas em grandes áreas e subáreas do conhecimento de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que são: Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Exatas e Linguística. Na Tabela 1, de forma sintetizada, apresento os resultados quantitativos das produções acadêmicas encontradas na base de dados pesquisada.

Tabela 1 – Produções acadêmicas por área e subárea do conhecimento de 2010 a 2018

Área	Artigo	Dissertação	Tese	Total geral
Ciências da Saúde	39	35	12	86
Educação Física	4	11	3	18
Enfermagem	3	15	4	22
Geriatria		1	1	2
Gerontologia		2	2	4
Nutrição	1			1
Odontologia		2		2
Saúde Coletiva	30	3	1	34
Saúde Pública	1		1	2
Fisioterapia		1		1
Ciências Exatas	1	1		2
Engenharia	1	1		2
Ciências Humanas	13	27	8	48
Educação	7	16	7	30
Geografia		2		2
Psicologia	5	7	1	13
Antropologia	1	2		3
Ciências Sociais	12	30	10	52
Demografia	1	1		2
Economia Doméstica		2		2
Política Pública	4	3	2	9
Política Social	2	5	4	11
Serviço Social	5	17	3	25
Economia		1		1
Sociologia			1	1
Arquitetura e Urbanismo		1		1
Linguística		2		2
Artes		1		1
Letras		1		1
Total geral	65	95	30	190

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao interpretar os dados, observei que 86 produções correspondiam à área das Ciências da Saúde, ou seja, 39 artigos, 35 dissertações e 12 teses foram produzidas nas subáreas de Educação Física, Enfermagem, Geriatria, Gerontologia, Nutrição, Odontologia, Saúde Coletiva, Saúde Pública e Fisioterapia. A área de Ciências Sociais ficou em segundo lugar, com 52 produções, sendo 12 artigos, 30 dissertações e dez teses, distribuídas nas seguintes subáreas: Demografia, Economia Doméstica, Política Pública, Política Social, Serviço Social, Economia, Sociologia e Arquitetura e Urbanismo. Na sequência, com 48 trabalhos, aparece a área de Ciências Humanas, distribuídos entre as subáreas de Educação, Geografia, Psicologia e Antropologia. Essa área resultou em 13 artigos, 27 dissertações e oito teses – dessa produção,

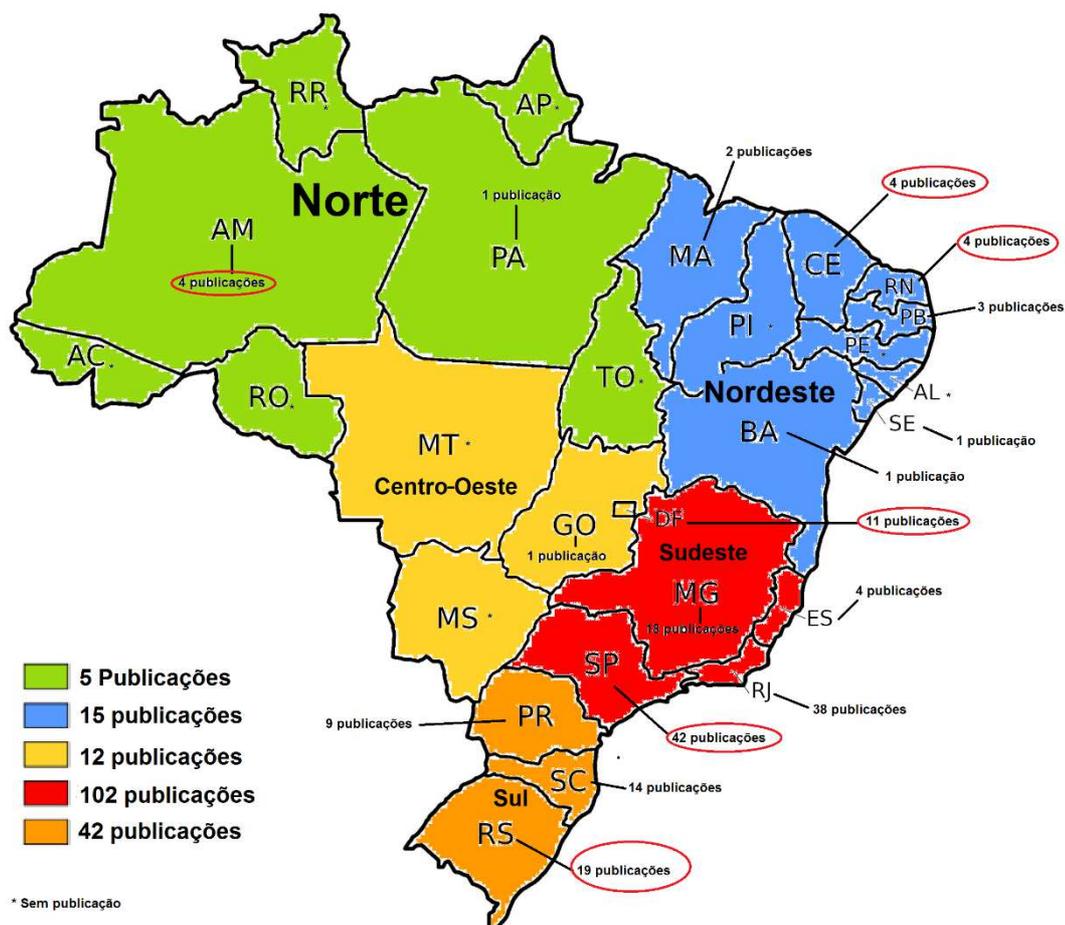
30 trabalhos foram classificados na subárea de Educação. E, por fim, na área de Ciências Exatas, localizei um artigo e uma dissertação em Engenharia e, na área de Linguística, encontrei duas dissertações em Artes e Letras.

Ao comparar os resultados, evidenciei que a temática em foco nas áreas de Ciências da Saúde e Ciências Sociais apresenta um número maior de publicações em comparação à área das Ciências Humanas. Isso indica possíveis lacunas de pesquisas na área educacional que articulem educação, envelhecimento e políticas públicas para a pessoa idosa.

Posteriormente, ao verificar as Instituições de Ensino Superior (IESs) que mais produziram trabalhos sobre envelhecimento, educação e políticas públicas voltadas aos longevos, localizei sete IESs no continente europeu, mais precisamente em Portugal e na Espanha, e 79 IESs no Brasil, distribuídas em 17 Estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Centro-Oeste); Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (Nordeste); Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Norte); Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (Sudeste); e Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Sul).

De acordo com estudos do IBGE (2016), o Brasil é um país que apresenta uma extensão territorial de mais de oito milhões de km². Consequentemente, há um aumento expressivo na diferenciação dos espaços territoriais brasileiros e dos resultados de modificações econômicas, demográficas, políticas e ambientais. O país, desde a década de 70, tem sua divisão territorial composta por regiões formadas por Estados que apresentam semelhanças nos aspectos físicos, humanos, culturais, sociais e econômicos. (IBGE, 2018). Na Figura 3, revelam-se os resultados de publicações por regiões e Estados que compõem o território nacional.

Figura 4 – Publicações por regiões e Estados brasileiros



Fonte: Elaborada pela autora.

A concentração das publicações no Sudeste e Sul tem relação com o número de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* nessas regiões. Assim, o Sudeste liderou esse *ranking*, com 109 produções, seguido do Sul, com 19 publicações. Na sequência, apareceram o Nordeste, com 15 produções acadêmicas, o Centro-Oeste, com 12 publicações, e o Norte, com quatro publicações. Esses dados confirmam o relatório fornecido pela Capes referente à assimetria da oferta de Programas de Pós-Graduação (PPGs) nas diferentes regiões brasileiras. Como já constatado por essa fundação, a região Norte apresenta desigualdades quantitativas de PPGs se comparada a outras regiões, o que pode justificar o baixo número de publicações são nessa região.

O MEC, por meio da Capes, disponibilizou no ano de 2015 um documento que avaliou a evolução dos cursos de Pós-Graduação na área de educação distribuídos no Brasil. Constatou, assim, um aumento expressivo no número de PPGs em Educação, que passou de 78 em 2007 para 184 em 2019, indicando uma elevação de 136%. A Capes divulgou que

[...] os programas de pós-graduação da Área de Educação região Norte foi a que teve a maior expansão percentual no período em análise, passando de 3 para 13 programas (mais de 333% de aumento). A região Nordeste teve um aumento de quase 209%, a região Sudeste de 92%, a Sul de 147% e a Centro-Oeste um aumento de 257%. De toda forma, a região Sudeste continua concentrando a maior parte da oferta de PG em Educação no Brasil, com 73 programas, o que representa quase 40% do total de oferta da Área. O Norte brasileiro, mesmo tendo o maior crescimento nos anos recentes, ainda conta com apenas 14 programas, que representam menos de 8% da pós-graduação em educação no país. (BRASIL, 2019, p. 4).

Refinando o mapeamento, busquei garimpar as IESs associadas às publicações acadêmicas relacionadas à presente pesquisa, identificando sua localização e o número de produções. O Estado de São Paulo apresenta 42 publicações – o maior número – distribuídas entre dez IESs. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) publicaram nove trabalhos, seguidas da Universidade de São Paulo (USP), com oito publicações acadêmicas. Na sequência, está a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com cinco dissertações e uma tese, e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com quatro produções. Após, estão a Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), com duas dissertações, e as Universidades do ABC Paulista (UFABC), do Sagrado Coração (USC), Federal de São Paulo (Unifesp) e Presbiteriana Mackenzie (UPM), com uma produção cada.

O segundo Estado que concentra o maior número de publicações relacionadas ao envelhecimento é o Rio de Janeiro, com 38 produções. A Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) publicou 33 estudos, a Universidade Federal Fluminense (UFF), três, e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), dois.

Em seguida, vem o Rio Grande do Sul, com 19 produções acadêmicas. Em primeiro lugar, temos a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com dez publicações, seguida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com sete, e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com uma publicação cada.

O Estado de Minas Gerais atingiu o quarto lugar, com oito produções nas áreas de Saúde, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Linguística, distribuídas nas seguintes instituições: nove produções na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); seis na Universidade Federal de Viçosa (UFV); e uma na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O quinto Estado é o de Santa Catarina, com 14 estudos publicados. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) publicou 13, e a Universidade Estadual de Santa Catarina

(Udesc), apenas um estudo relacionado à temática de políticas públicas, processos educativos e cidadania.

No Distrito Federal, foram localizados 11 trabalhos acadêmicos. Desses, um foi produzido pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), um foi publicado pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e nove foram produzidos pela Universidade de Brasília (UnB).

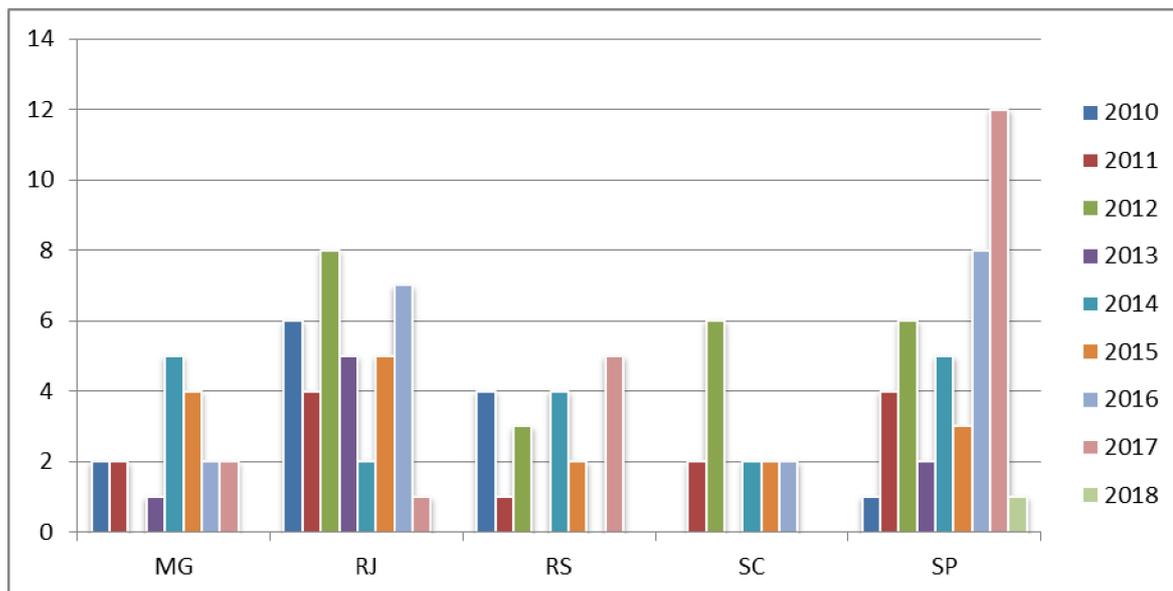
Já no Estado do Paraná, estão concentrados nove estudos em três instituições. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UPG) publicaram quatro trabalhos cada uma, e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) publicou um trabalho.

Em seguida, estão Amazonas, Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, que produziram apenas quatro produções acadêmicas em cada universidade federal. Enquanto o Estado da Paraíba foi associado a três produções, duas na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e uma na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Estado do Maranhão contou com duas publicações, ambas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Por fim, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal de Sergipe (UFSE) contribuíram com apenas um trabalho cada.

Com os dados analisados, constatei que as IESs de 19 Estados brasileiros realizam estudos sobre políticas voltadas à pessoa idosa em diferentes áreas do conhecimento. Alguns com números expressivos de publicações, e outros com um pequeno número de investigações. Para melhor compreensão desses achados, no Gráfico 1, apresento os cinco Estados que mais publicaram no período de 2010 a 2018.

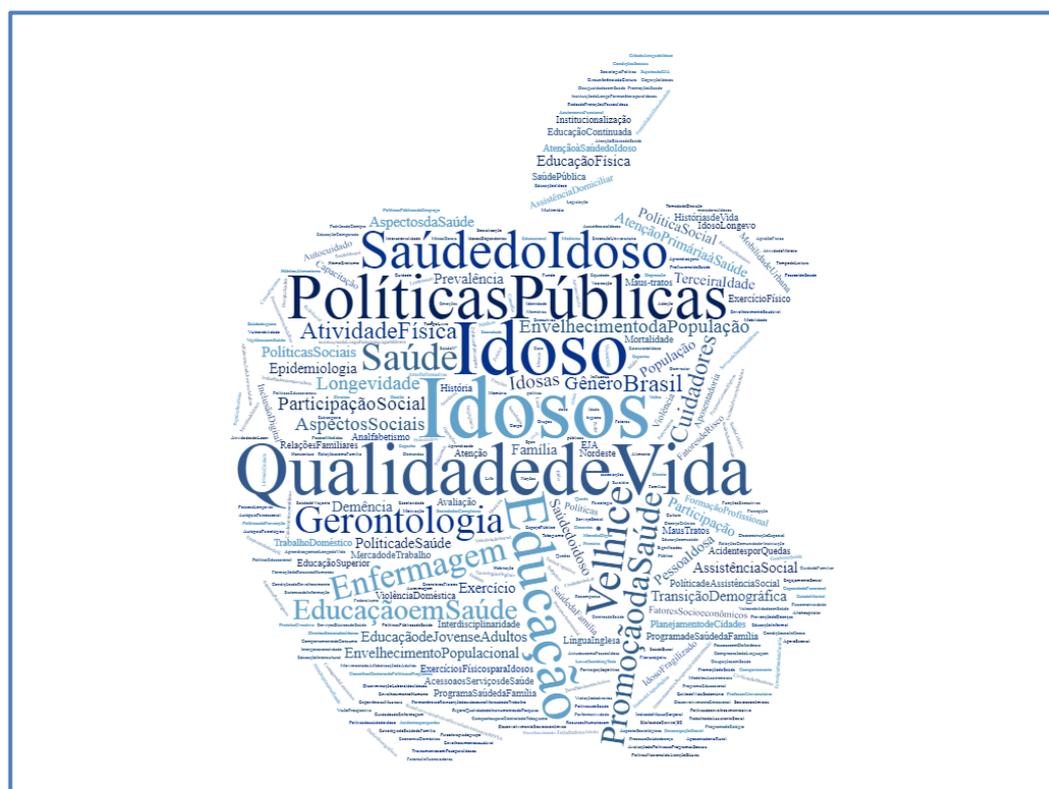
Outro aspecto relevante a ser considerado, na análise bibliométrica, é a nuvem de palavras (Figura 4). Ela foi construída a partir das palavras-chave das produções acadêmicas, com o propósito de verificar qual temática apresenta maior destaque nas publicações identificadas na base de dados do IBCT e do Portal de Periódicos da Capes.

Gráfico 1 – Publicações por Estados da Federação



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 5 – Temáticas evidenciadas no garimpo de produções acadêmicas



Fonte: Elaborada pela autora.

Com o auxílio da nuvem de palavras, contabilizei 426 expressões, demonstrando uma diversificação de termos que representam a temática das 190 produções encontradas. Vale destacar que, dessas, 14 palavras relacionam-se às temáticas de educação, envelhecimento e

políticas públicas. Os demais vocábulos estão vinculados com a área das Ciências Sociais e, principalmente, com as Ciências da Saúde.

Esse resultado confirma o número de produções acadêmicas que foi excluído na primeira fase do levantamento do material bibliográfico deste estudo. Por meio da nuvem de palavras, é possível notar que os termos “envelhecimento” e “qualidade de vida” são os mais presentes, representando estudos sobre envelhecimento voltados à qualidade de vida, o que também está associado à saúde das pessoas idosas.

Na continuidade, a expressão “política pública” e a palavra “educação” são destacadas de maneira abrangente. Entretanto, há outros vocábulos que se aproximam indiretamente da pesquisa, como, por exemplo, “direitos sociais do idoso”, “emancipação política”, “Conselho Municipal do Idoso”, “Estatuto do Idoso”, “aprendizagens”, “educação informal”, “educação permanente”, “processos educativos” e “aprendizagem ao longo da vida”.

3.2.2 Análise interpretativa: um diálogo possível

Na análise interpretativa, explorei os resultados por meio do diálogo entre as 12 produções acadêmicas selecionadas. Organizei as interpretações em três grandes categorias, que são: Educação, Políticas Públicas para a Pessoa Idosa e Envelhecimento.

Na categoria Educação, as pesquisas discutem os processos educativos e a educação permanente pela via não formal, entendendo a inserção da população idosa no meio social como uma alternativa para que, em um processo emancipatório, tal contingente populacional adquira a consciência de si e do mundo em determinado contexto histórico. Já na categoria Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, as investigações exploram a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, além de destacar o papel do Conselho do Idoso como um canal para viabilizar a defesa e promover os direitos e a participação da pessoa idosa no contexto social de forma democrática e emancipatória. E, na categoria Envelhecimento, os estudos discutem o aumento da população longeva brasileira, as questões conceituais e os estigmas a isso relacionados. Muitos saberes constituídos nessa categoria caracterizam uma cultura que transmite valores e passa por modificações em relação ao papel social da população idosa.

Assim, as produções acadêmicas selecionadas contribuíram significativamente para a escolha do referencial teórico e metodológico desta pesquisa. A partir desse agrupamento, nos Quadros 1, 2 e 3, apresento detalhadamente as produções, considerando o descritor, o nível do estudo, o título, o autor e os resultados de cada pesquisa.

No Quadro 1, são exibidas as produções relacionadas à categoria Educação. Para essa análise, foram selecionadas sete produções acadêmicas.

Quadro 1 – Categoria Educação

(continua)

Ano	Nível	Título	Autoria	Resultados
2013	Dissertação	Mulheres idosas ressignificam o envelhecimento: contribuições da educação	Marta Kawamura Gonçalves	Os resultados mostram que as participantes idosas vivenciam processos de ressignificação da velhice e procuram a integração social e o convívio com outras pessoas idosas, o que as fortalece e encoraja. Elas sentem-se motivadas a aprender coisas novas, conhecer e reivindicar seus direitos de cidadania e lutar contra discriminações, por meio da construção de novas imagens do envelhecimento. O estudo traz contribuições para que educadores e gestores públicos reflitam sobre a importância de garantir às pessoas idosas o direito à educação, investindo em programas que promovam processos de autoria. Afinal, o tempo todo da vida é tempo de aprender.
2016	Dissertação	Apoio social e seus processos educativos em um grupo de convivência de idosos	Ana Paula Ferreira Fidélix	Os resultados apontam que os processos educativos ocorrem na troca entre as idosas e entre as idosas e a professora, envolvendo as atividades desenvolvidas no grupo, as suas experiências de vida e os saberes construídos em suas vivências e na convivência no grupo. O grupo de convivência é considerado de grande importância para as idosas no que concerne à promoção e manutenção de suas relações sociais, assim como de sua participação social.
2014	Dissertação	A influência do processo educacional na qualidade de vida dos idosos, à luz da teoria do autocuidado de Orem.	Fabiola Silva dos Santos	Os achados evidenciam que os motivos que levam a pessoa idosa a entrar na Universidade Aberta à Terceira Idade (UnaTI) é busca por amizades, ocupação do tempo livre, fuga da solidão, procura por educação em saúde, busca por ânimo e amenização de problemas familiares e de saúde. Quanto às vivências dos longevos no âmbito do processo educacional, os resultados encontrados indicam: conforto, sensação boa por sentir-se suportado, sensação boa por sentir-se respeitado por seus limites, percepção de direitos infringidos, dificuldade de aprendizado e sensação de insegurança. Quanto às modificações realizadas por meio da influência do processo educativo, foram identificados o sentimento de superação de medos e problemas familiares, a elevação da autoestima e a sensação de autorrealização.
2010	Dissertação	Políticas públicas e a educação para a terceira-idade: contornos, controvérsias e possibilidades	Paola Andressa Scortegagna	Os resultados indicam que existem políticas públicas que garantem o acesso à educação, com metodologias, materiais e professores adequados para atender as necessidades da pessoa idosa; porém, ainda são poucas as ações que garantem o cumprimento desses direitos. Existem ações voltadas para o assistencialismo, o lazer e a integração dos longevos, com destaque à Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) como um lugar de atendimento a esse público, destinada preferencialmente ao objetivo da educação. O trabalho desenvolvido na UATI permite que a UATI seja referenciada devido a sua importância, pois há atualização, elevação de autoestima, melhoria na qualidade de vida e maior inserção social e cidadã da pessoa idosa.

Quadro 1 – Categoria Educação

(conclusão)

Ano	Nível	Título	Autor	Resultados
2016	Tese	Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas IESs público-paranaenses	Paola Andressa Scortegagna	Os resultados demonstram que as ações educacionais para idosos visam processos emancipatórios. Os trabalhos desenvolvidos nas UATI das IES públicas paranaenses possibilitam atualização, elevação de autoestima, melhoria na qualidade de vida e inserção social do público idoso. Mesmo com limitações, a educação para a terceira idade contribui para a conscientização dos longevos, sendo possível vislumbrar a emancipação política a partir da relação dialética entre educação, homem e sociedade.
2013	Dissertação	O protagonismo dos idosos no centro de convivência do idoso: um estudo da implementação das políticas públicas no Município de Prudentópolis – PR	Sheila Fabiana de Quadros	Os achados evidenciam que ainda são poucas as ações que garantem a efetivação dos direitos da população idosa.
2013	Artigo	O idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009)	Rita de Cássia da Silva Oliveira	Os resultados apontam um crescimento significativo em termos quantitativos nas produções publicadas entre 2000 e 2009 e associadas a cursos reconhecidos e recomendados pela Capes. Apesar disso, ainda existem algumas lacunas no que concerne a estudos voltados a aspectos específicos, em especial à educação do público idoso.

Fonte: Elaborado pela autora.

As produções acadêmicas incluídas na categoria Educação visam discuti-la como processo de aprendizagem ao longo da vida, pela via da educação não formal e da convivência em grupos sociais. Desse modo, as pessoas, por meio de experiências das quais participam ao longo de sua trajetória de vida, interagem e socializam. A socialização resulta em práticas desencadeadoras de processos educativos que contribuem para o desenvolvimento da cidadania e da emancipação política dos longevos.

Nesse sentido, é oportuno recorrer aos estudos de Scortegagna (2016), que enfatiza a importância das produções acadêmicas sobre práticas sociais. A autora advoga que a educação, a partir da convivência, da interação, da sociabilização e das relações entre pessoas idosas em grupos, configura-se como um processo de emancipação e libertação. Destaca, também, que as próprias práticas sociais são espaços educativos.

Ainda, foi possível observar que a educação permanente permeou as discussões nos estudos de Fidélis (2016), Gonçalves (2013), Hagen (2011), Oliveira (2013), Quadros (2013), Santos (2014), Scortegagna (2010, 2016) e Sousa (2016). Tais discussões resultam em uma possibilidade de transformação social, ou seja, em um caminho importante e necessário para levar a cabo o processo de construção da cidadania e a ação emancipatório-político da pessoa idosa.

Nessa perspectiva, a pessoa idosa aprende constantemente, superando o mito da incapacidade de fazê-lo. Tendo isso em vista, infere-se a importância de pensar uma educação que não se restrinja a formalidades, sendo organizada e planejada na condição de educação escolar, mas que avance para os mais diversos espaços da educação não formal, como, por exemplo, associações de bairros, clubes de convivência e movimentos sociais. (LIBÂNEO, 2010).

Nesse viés, as aprendizagens por meio da educação não formal ocorrem em todos os espaços em que o público idoso está inserido. (FIDÉLIX, 2016). Consequentemente, a influência do processo educacional na qualidade de vida das pessoas idosas oferece-lhes novas perspectivas, como independência e autonomia em suas decisões, capacidade de discutir problemas e sugerir soluções e possibilidade de utilizar o que aprendeu e aprende, pois a educação é um processo permanente.

Diante disso, Scortegagna (2010, 2016), em suas investigações, sinaliza que, na sociedade contemporânea, a inserção das pessoas idosas nos espaços educativos acontece por meio de IESs, que são órgãos públicos com iniciativas voltadas à educação dessas pessoas. Contudo, o autor alerta para a necessidade de rever essas iniciativas, pois se concentram em

programas e/ou projetos educacionais isolados, que não se constituem, de fato, em uma política pública para idosos. (SCORTEGAGNA, 2010, 2016).

Nesse cenário, é elucidar que a Política Nacional do Idoso (PNI), de 1994, estabeleceu adequações nos programas educacionais, em especial nos currículos dos cursos superiores com a inclusão de conteúdos sobre envelhecimento, bem como apoio à criação de universidades abertas para a terceira idade. No Estado do Rio Grande do Sul, esses movimentos contaram com a participação de docentes de várias IES que trouxeram como demanda a criação de fóruns estaduais, a fim de regionalizar as discussões e formar redes de cooperação. (BLESSMANN; ACOSTA; AREOSA, 2015).

Nos últimos anos, estudos em torno de políticas públicas e de seu papel na construção da cidadania cresceram também no campo científico. A guinada positiva em relação ao aumento das pesquisas visa compreender a influência dos atores envolvidos na elaboração e na condução dessas políticas. (SIVA *et al.*, 2019).

A seguir, no Quadro 2, apresento as quatro produções acadêmicas que constituem a categoria Política Pública para a Pessoa Idosa. As produções acadêmicas incluídas nessa categoria englobam reflexões para compreender os movimentos das políticas voltadas às pessoas idosas nos âmbitos internacional e nacional. Os estudos destacam que, no Brasil, a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso, que possibilitam garantir os direitos da pessoa idosa, sofrem influência das normativas acordadas em eventos internacionais das Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na construção de um marco legal e de políticas públicas para essas pessoas.

A Constituição Federal de 1934 reconheceu a existência de direitos sociais, e a Constituição Federal de 1988 assegurou o exercício dos direitos sociais e da cidadania com igualdade e liberdade. Desse modo, as políticas públicas passaram a ser regidas pelos princípios de universalidade e equidade, visando possibilitar a todo cidadão brasileiro, sem discriminação, o acesso a ações e serviços oferecidos pela Nação. (BRASIL, 1988).

Nesse cenário, com a democratização, foram criados meios necessários para que todos os brasileiros tivessem participação cidadã no aparelho estatal. Foram articulados, assim, novos espaços de interlocução perante o Estado e a sociedade, por meio da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no controle de ações. (BERZINS; BORGES, 2012).

Quadro 2 – Categoria Política Pública para a Pessoa Idosa

Ano	Nível	Título	Autoria	Resultados
2016	Dissertação	Desafios na efetivação das políticas públicas para o idoso em Viçosa – MG	Clara Mafalda Pinto Bessa de Sousa	Os resultados apontam que os longevos entrevistados se mostram pouco informados sobre seus direitos sociais e encontram dificuldades no que diz respeito à efetivação de políticas públicas voltadas a eles. O CMI, enquanto órgão de caráter governamental responsável por atuar em defesa do público idoso do seu município, enfrenta sérias dificuldades no desempenho das suas funções, devido a um conjunto de fatores e processos de reestruturação do próprio Conselho. Desse modo, parece necessário buscar mecanismos para a efetivação das políticas já existentes. Haverá uma implementação efetiva se o Estado oferecer as condições para que tais políticas ocorram na prática conforme propostas no plano normativo.
2015	Tese	Políticas públicas para idosos no Brasil: análise à luz da influência das normativas internacionais	Jurilza Maria Barros de Mendonça	Os achados revelam a ausência de mecanismos que exijam o cumprimento de legislações que assegurem os direitos das pessoas idosas; a falta de compromisso político por parte dos gestores em implementar as legislações existentes; e a precariedade do controle democrático eficiente em fazer com que as legislações sejam cumpridas.
2011	Dissertação	Políticas públicas para o envelhecimento: atuação dos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa	Suleica Iara Hagen	Os resultados evidenciam que os Conselhos constituem o espaço onde o público idoso assume papel diferenciado, aprendendo a ser protagonista e se tornando legítimo cidadão. Apesar de os Conselhos representarem uma evolução, o perfil dos conselheiros necessita de capacitação técnica, já que as ações são, predominantemente, frágeis e a relação com o Estado, bivalente. As iniciativas dos Conselhos têm baixa transparência, sendo modesto o incentivo para a participação dos longevos.
2012	Artigo	Fundo Nacional do Idoso e as Políticas de Gestão do Envelhecimento da população brasileira	Adriano Rozendo e José Sterza Justo	Os achados indicam que, com a criação do Fundo Nacional do Idoso (FNI), haverá a ampliação e melhoria dos serviços destinados às pessoas idosas. Contudo, a Lei n.º 12.213/2010 não prevê uma participação ativa dos próprios longevos na gestão desse fundo e das políticas que dele decorram.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, a ausência de mecanismos para garantir o cumprimento da legislação que assegura direitos, bem como a falta de compromisso político por parte dos gestores em implementar a legislação vigente e a ausência de participação dos longevos na tomada de decisões do seu interesse, contribuiu para a necessidade de leis específicas a fim de garantir e proteger os direitos sociais da população idosa. Foi para atender essa demanda que, em 1994, a Lei n.º 8.842/1994 instituiu PNI. (BRASIL, 1984).

As preocupações com os direitos das pessoas idosas, no transcorrer dos anos, foram se intensificando, e, em 2002, por meio do Decreto n.º 4.227/02, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), um espaço de diálogo entre entidades civis, governamentais e longevos. (BRASIL, 2002). O CNDI é considerado um canal institucional de emancipação dos desejos direcionados à cidadania da população longeva. Ao encontro disso, Lück (2010, p. 21) lembra que a participação democrática por meio de conselhos é um “[...] processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas”. Porém, esse canal, apesar de estar se fortalecendo e exercendo seu papel no controle democrático, é contraditório no que se refere ao perfil de atuação da pessoa idosa no colegiado, que ainda é incipiente na representatividade das instituições de atendimento e defesa de seus direitos.

Para regular os direitos da pessoa com 60 anos ou mais de idade, em 2003, por meio de movimentos e lutas da sociedade civil, foi sancionado o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), que assegura à pessoa idosa a participação em diferentes espaços públicos da sociedade. (BRASIL, 2003a). É possível afirmar, assim, que os avanços na legislação brasileira são fruto de lutas e conquistas históricas que se tornaram importantes marcos legais na efetivação dos direitos de um grupo da população que está em contínuo crescimento. (SCORTEGAGNA, 2010).

Nesse mesmo cenário, em 2010, foi instituído o FNI como instrumento para financiar programas e ações de promoção do protagonismo e do exercício da cidadania dos longevos, bem como de fortalecimento de sua imagem como sujeitos, criando condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva desse grupo na sociedade (ROZENDO; JUSTO, 2012). Em 2015, representantes de 193 Estados-Membros da ONU, em encontros e discussões, elaboraram a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Esse documento é formado por 17 objetivos e 169 metas, voltados a erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro dos limites do Planeta Terra. (ONU, 2015).

Nesse contexto, considera-se importante destacar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, que propõe “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, assim como a meta 10.2, que trata de “[...] empoderar e promover a inclusão social, a econômica

e a política de todos, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”, e a meta 10.3, que busca “[...] garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito”. (ONU, 2015).

Ressalta-se que, por meio de objetivos e metas, os compromissos assumidos por parte dos países participantes da Agenda 2030 consistem em elaborar políticas públicas que ofereçam a toda a população, sem discriminação, inclusive à pessoa idosa, garantia de condições necessárias para desfrutar de seus direitos fundamentais, tais como o direito à saúde, à alimentação, à moradia, à educação e ao lazer, para envelhecer de maneira digna e com qualidade de vida.

Ao pensar o público idoso em face da legislação, surge a concepção de um ser social participante, afirmando sua própria identidade e assumindo novos papéis como agentes transformadores do processo social por meio da inserção política, social e cultural. (SOUSA, 2016). De acordo com Gohn (2006, p. 18), “[...] a participação cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo”.

Embora nos últimos anos várias tenham sido as conquistas em relação à representatividade e à constituição de nova imagem e de novo conceito de idoso, as políticas públicas ainda necessitam avançar, principalmente na questão educacional. Nesse sentido, Scortegagna (2010, p. 69) afirma que “[...] a educação apresenta-se como propulsora da transformação social, pois é através dela que, além da aquisição de conhecimentos, o processo de socialização se intensifica, e a formação de um sujeito crítico e reflexivo se consolida”.

No Quadro 3, apresento uma produção acadêmica em forma de artigo classificada na categoria Envelhecimento. Na categoria Envelhecimento, a produção acadêmica analisa os desafios atuais e futuros relacionados ao planejamento de políticas públicas para promover o envelhecimento populacional brasileiro, destacando que o Brasil, a cada ano, vem aumentando o número de pessoas longevas. Para compreender esse fenômeno mundial, o estudo reflete sobre as terminologias “envelhecimento”, “velho” e “idoso”. (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

Quadro 3 – Categoria Envelhecimento

Ano	Nível	Título	Autoria	Resultados
2016	Artigo	O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras	Gabriella Morais Duarte Miranda, Antônio da Cruz Gouveia Mendes e Ana Lúcia Andrade da Silva	Os resultados apontam que o país não está preparado para as necessidades geradas pelo envelhecimento populacional, tendo como desafios as adequações da previdência social e o sistema de saúde. Com o envelhecimento populacional e a carência de suporte necessário, a sociedade deve estar consciente do preço que terá de pagar, e o Estado deve estar preparado para prover políticas específicas que assegurem uma atenção integral, reconhecendo as características do envelhecimento e consagrando a qualidade de vida.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, para compreender o envelhecimento em seu aspecto biopsicossocial, é necessário, primeiramente, considerar os processos biológicos, psicológicos, educacionais, sociais e culturais. (GONÇALVES, 2013). No que concerne ao aspecto biológico, envelhecer é um processo contínuo e inerente à vida, que inicia com a concepção e termina com a morte, pressupondo alterações nas funções morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam a perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente. (PAPALÉO NETO, 2013).

De acordo com Papaléo Neto (2013), embora, ao longo desse *continuum*, observem-se fases, não há um demarcador para o envelhecimento. Assim, o estado de senescência e de senilidade varia de um indivíduo para outro, o que resulta na antecipação ou no retardamento da fase de envelhecimento. Além disso, o autor explica que a demarcação do envelhecimento é fixada não por motivos biofisiológicos, mas por motivos socioeconômicos e legais, como aposentadoria, direitos sociais, idade de 60 anos ou mais, entre outros critérios publicados em legislações específicas para a população idosa. (PAPALÉO NETO, 2013).

No que diz respeito ao aspecto psicológico, o envelhecimento está relacionado com percepção, aprendizagem, memória e experiência subjetiva adquirida ao longo da vida, fatores que demonstram a capacidade do indivíduo de se manter ativo e participativo. Já no que concerne ao aspecto educacional, este implica a necessidade de compreender que o ser humano aprende ao longo da vida, independentemente da idade, e que, no caso da pessoa idosa, o aprendizado possibilita maior valorização, proporcionando condições para desenvolver sua autonomia e o exercício de novos papéis sociais. Desse modo, a educação, além de ser um

direito para a pessoa idosa, possui papel fundamental para o exercício da cidadania desde que contemple e estimule a reflexão. Assim, “[...] ela deve desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro, de permanente troca de experiências”. (GADOTTI, 2003, p. 157).

No aspecto social, por sua vez, incluem-se hábitos e posição social desempenhada pelos indivíduos no contexto em que estão inseridos. Desse ponto de vista, a pessoa idosa necessita assumir a postura de protagonista, interagindo no contexto social e transformando-se a si ao mesmo tempo que é transformada pela realidade vivenciada.

É importante destacar, ainda, que, para qualquer um dos aspectos biopsicossociais descritos anteriormente, os estudos realizados por Miranda, Mendes e Silva (2016) ensinam que a nomenclatura “velho/velha”, até meados do século XX no Brasil, não detinha uma conotação negativa ou positiva, como ocorre hodiernamente. Na atual conjuntura, dependendo da entonação e do contexto em que é pronunciada, pode significar um tratamento carinhoso, mas também pejorativo e/ou até agressivo. No entanto, em uma sociedade capitalista que valoriza as pessoas pela sua produtividade, o público idoso, do ponto de vista público e político, é sinônimo de improdutivo.

Nesse viés, o envelhecimento precisa ser visto como uma questão *sui generis*. Ademais, como ressaltam Camarano e Kanso (2013, p. 136), “[...] a população idosa apresenta trajetórias de vida diferenciadas que são marcadas pelas desigualdades sociais, regionais e raciais presentes no país, e, por conseguinte essas trajetórias afetam suas condições de vida”, pois, de certa forma, essa população não se sente participe do processo social, seja em razão do próprio sistema econômico-capitalista ou em razão de senescência, demência e vulnerabilidade. (HAGEN, 2011).

Nessas circunstâncias, surgem novas configurações de relações sociais, arranjos familiares e formas de trabalho. Ao encontro disso, Camarano e Kanso (2013) salientam a necessidade de cuidados específicos com esse grupo por parte tanto da família quanto do Estado. No que compete à família, segundo os autores, é importante o apoio e/ou incentivo ao longo em caso de dependência, para que se mantenha ativo política e socialmente. Já ao Estado cabe assegurar os direitos fundamentais por meio de políticas públicas direcionadas ao público idoso. (BRASIL, 1988). Berzins e Borges (2012, p. 6) lembram, entretanto, que “[...] as políticas públicas não nascem no Estado e sim no berço da sociedade civil que, a partir das demandas levantadas na vida social, pressiona o Estado para ofertar políticas que atendam às suas necessidades”.

As pessoas, ao completarem 60 anos, associam o fato com o momento de se aposentarem, indicando um período que para algumas pode ser visto como a fase de realizar sonhos que foram adiados e para outras pode ser compreendido como uma etapa de ter dificuldade de se adaptar à nova realidade, que Doll *et al.* (2007, p. 15) denominam de “desengajamento”. Eles explicam que o desengajamento “[...] é um processo inevitável durante o qual muitas relações entre uma pessoa e os outros membros da sociedade são rompidas, e aquelas que permanecem são modificadas qualitativamente”. (DOLL *et al.*, 2007, p. 15).

Todavia, esse desengajamento pode ser temporário. Há muitos longevos que optam por participar de ações sociais, como, por exemplo, frequentar igrejas e eventos da comunidade, dedicar-se a serviços sociais ou realizar atividades voltadas à família, aos filhos e aos netos. Outros continuam trabalhando, pois necessitam complementar sua aposentadoria para contribuir com o pagamento de despesas familiares. A escolha desses comportamentos, por parte da população idosa, depende da perspectiva que cada um apresenta em relação às suas condições físicas, mentais, econômicas, familiares e intergeracionais. (GARCES, 2012).

3.3 Considerações

No que diz respeito aos dados quantitativos analisados, verifiquei que 45,26% dos trabalhos publicados estão relacionados à área das Ciências da Saúde, com enfoque em patologias; 27,36% associam-se às Ciências Sociais; e 25,26% são obras das Ciências Humanas, das quais 14,4% estão na subárea da Educação. Conseqüentemente, as produções acadêmicas analisadas apontam para a existência de um número pouco significativo de pesquisas articuladas ao envelhecimento, à educação e às políticas públicas para pessoas idosas, abrindo espaço para a produção de novos conhecimentos.

A síntese interpretativa das produções acadêmicas permite inferir que a educação não formal, informal e não escolar pode ser uma alternativa de educar o idoso para sua emancipação, a partir das suas experiências, uma vez que o processo educativo parte da socialização e/ou troca de diferentes práticas dentro do grupo, o que pode contribuir para a conscientização do longevo, favorecendo o desenvolvimento de sua cidadania e tornando-o um cidadão histórico, crítico, participativo e transformador da sociedade. Nessa visão, a educação ao longo da vida vai além da escola, haja vista que reforça a necessidade de expansão de espaços formativos e/ou de convivência coletiva em virtude do impacto positivo das ações emergentes da educação não formal, visando não apenas à atualização de informações, mas principalmente à integração e à aquisição de novos papéis sociais.

As produções apontam, assim, para a relação que há entre velhice e experiência, vistas como o processo histórico que cada um constrói ao longo de sua trajetória de vida, não deixando de comunicar questões voltadas à sociedade e ao contexto de cada momento vivido pelos longevos. Considerar a pessoa idosa ser social, ativo e participativos é excluir a concepção de um indivíduo alienado, inútil e frágil, que depende das decisões de outros para viver em sociedade; é, acima de tudo, aferir-lhe condições para ser incorporado ao contexto social como um cidadão em condições de discernir de forma equilibrada seus direitos.

4 PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO SOCIAL: UMA PONTE POSSÍVEL PARA A CIDADANIA E A EMANCIPAÇÃO DA PESSOA IDOSA

A vida é uns deveres que nós trouxemos para fazer em casa. Quando se vê, já são 6 horas: há tempo...
 Quando se vê, já é 6ª-feira...
 Quando se vê, passaram 60 anos!
 Agora, é tarde demais para ser reprovado...
 E se me dessem - um dia - uma outra oportunidade,
 eu nem olhava o relógio
 seguia sempre em frente...
 E iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas.
 (QUINTANA, 1983, p. 45).¹²

Mário Quintana, ao publicar em 1983 o poema “O tempo”, provavelmente, procurou refletir sobre a passagem do tempo e usou um analogismo em que a vida é comparada a tarefas do cotidiano que tornam o sujeito um eterno aprendiz. O tempo passa, voa, e logo o envelhecer se avizinha. Por isso, como diz o poeta, não podemos delongar sonhos; mais cativante é seguir a vigem com fluidez e ir jogando as cascas pelo caminho.

Neste capítulo, ancorada na pedagogia social, deixo as cascas pelo caminho e inicio uma viagem para explorar a educação social no processo de envelhecimento, enfatizando que o sujeito aprende ao longo da vida. A educação que trago para discussão ocorre nas relações sociais de maneira não formal, atuando como um instrumento para cidadania da pessoa idosa que possibilita o desenvolvimento da criticidade e da reflexão acerca do contexto para agir e transformar a realidade em que se está inserido. Nessa dinâmica de interação e relações sociais, são desencadeados processos educativos que promovem a emancipação dos longevos.

Paulo Freire (1987), em sua obra “Pedagogia do oprimido”, aprofunda a prática libertadora que a educação possibilita, prática essa que ocorre quando o sujeito, considerado inacabado, reflete e se percebe partícipe do seu próprio caminho de libertação. Assim, o sujeito busca constantemente sua humanização e, na busca de ser mais, apresenta a desumanização que decorre do próprio processo da humanização. Embora ambo os processos – de humanização e desumanização – sejam realizáveis em um contexto real, trata-se de possibilidades históricas do humano como ser inconcluso e consciente de sua inconclusão. (FREIRE, 1987).

Partindo do pensamento freireano, a pessoa idosa pode ser considerada um aprendiz inacabado que, ao longo de sua história, vai se humanizando e, ao mesmo tempo, desumanizando-se. Desse modo, para superar a desumanização, torna-se necessário um

¹² O poema “O tempo” faz parte do primeiro volume lírico de Mário Quintana, intitulado “Esconderijos do tempo” e publicado em 1983.

processo de conscientização da real situação, sendo este o primeiro passo para sua libertação. O processo de humanização acontece no diálogo e na coletividade por meio de uma educação libertadora que possibilite à pessoa idosa realizar uma leitura crítica de mundo e ser protagonista na denúncia de uma realidade opressora, injusta e marcada por desigualdades sociais; a denúncia anuncia uma nova realidade. (FREIRE, 1987). Nessa lógica, o inacabamento do ser humano e a capacidade de reconhecer a si e de transformar a realidade em que se está inserido via processos educativos são apontados por Freire como as principais características da existência humana.

Para que a pessoa idosa desenvolva a conscientização de sua própria condição histórica, bem como a responsabilidade de se tornar sujeito do próprio processo de educação, necessita de uma educação libertadora. Para tal, pode-se fazer uso da pedagogia social fundada na educação social enquanto práxis, fomentando o processo de humanização do público idoso. Assim, profissionais e especialistas que atuam com esse público são constantemente desafiados a pensar e promover ações, programas e projetos sociais que auxiliem a pessoa idosa a compreender a si e o contexto em que está inserida e, assim, conseguir estabelecer relações com o mundo.

A fim de explicitar essa relação entre a pedagogia social e a educação social, este capítulo está estruturado em quatro seções além desta introdutória. Na segunda, discorro acerca dos procedimentos metodológicos adotados. Na terceira seção, apresento a pedagogia social pelo viés da educação social. Na quarta, abordo a temática do envelhecimento à luz da gerontologia e os conceitos de idoso, velho e velhice. Na quinta e última seção, reflito sobre as modalidades educativas que acontecem no contexto social.

4.1 Procedimentos metodológicos

Nesta seção, apresento a estratégia metodológica que orienta a elaboração desta paisagem. Para a construção do referencial teórico, apoio-me na pesquisa bibliográfica, elaborada a partir do levantamento de materiais pertinentes à temática desta investigação que já foram estudados, analisados e publicados por outros autores. (GIL, 2008).

A fundamentação teórica é parte estruturante desta pesquisa, tendo sido por intermédio da revisão da literatura que iniciei o projeto da viagem. Foram muitas leituras e elucubrações que me aproximaram de conceitos e autores importantes para dar sustentação teórica a este estudo. A partir dessa aproximação, surgiram clareiras no meio da mata bibliográfica que

ajudaram a delimitar as temáticas que constituem o *corpus* desta paisagem: pedagogia social, educação social, educação não formal, envelhecimento, cidadania e emancipação.

O embasamento sobre pedagogia social, educação social e educação na modalidade não formal consiste em estudos de Caliman (2010), Freire (1987, 1995, 1996), Gohn (2006), Libâneo (2010), Mori (2008), Petrus (2003), Romans, Petrus e Trilla (2003), Scortegagna (2016) e Stecanela (2010). Para entender o processo de envelhecimento, busco apoio nos estudos de Beauvoir (2018), Borges (2012), Debert e Simões (2013), Herédia e Casara (2000), Neri e Lopes (2013), Neto (2013) e Scortegagna (2010). E a base teórica que norteia a conceituação de cidadania e emancipação da pessoa idosa são os estudos de Bobbio (1992), Carvalho (2007), Charlot (1983), Delors (2001), Marshall (1967) e Wolkmer e Leite (2003).

4.2 Compreendendo pedagogia social e educação social

Historicamente, as terminologias “pedagogia social” e “educação social”, apresentadas primeiramente no século XVIII, conforme estudos apresentados por Caliman (2010) estão vinculadas aos estudos de Adolph Diesterweg e Paul Natorp. Porém, foi no século XIX, após a Segunda Revolução Industrial na Alemanha, que o uso dessas expressões se intensificou a partir dos problemas sociais decorrentes da industrialização que desestruturam a vida humana. (CABAÑAS, 1984).

De acordo com os estudos de Cortelletti e Casara (2007), a esse respeito, cabe mencionar também o filósofo Gómez, pesquisador na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, que, há décadas, desenvolve pesquisas na área da pedagogia social e busca aplicar a fundamentação teórica e prática como conhecimento pedagógico às realidades sociais e comunitárias com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano. (CORTELLETTI; CASARA, 2007).

No Brasil, na década de 60, a pedagogia social emerge das necessidades sociais, principalmente das demandas referentes a crianças e jovens que se encontravam em instituições sociais e/ou em outros ambientes não formais. Tais instituições visavam, em uma dimensão prática, reformular seus projetos educativos assistenciais de forma a viabilizar a educação por meio de metodologias, projetos e ações que incluíssem esporte, trabalho, lazer, cultura, expressão e arte e, assim, superar a exclusão social. (CALIMAN, 2010).

A partir dessas ações, evidenciaram-se diferentes experiências, saberes e metodologias em torno dessas práxis socioeducativas. Todavia, a prática somente não basta: são necessárias teorias pedagógicas e metodológicas para fundamentá-la. Assim, a partir da década de 90, o

pesquisador brasileiro Caliman (2010), publicou estudos e metodologias concernentes à pedagogia social. Esse especialista propôs refletir desde o campo da prática até o campo teórico, elucidando a educação social como objeto de estudo da pedagogia social. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003).

A pedagogia social está ancorada nos princípios epistemológicos da ciência da educação social, que abrange todas as faixas etárias, desde a infância até a terceira idade, com o objetivo de melhorar as relações humanas e sociais. Neste viés ela abarca um conjunto de conhecimentos, saberes, teóricos, técnicos e/ou experienciais, que se preocupa com a ação de educar, por meio de práticas educativas que ocorrem em diferentes cenários sociais na coletividade, em grupos e na sociedade como processos fundamentais da condição humana. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003). Caliman (2010), colabora ressaltando que a educação social se constitui em uma dimensão prática de aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas na Pedagogia Social. Desse modo, ambas necessitam caminhar juntas, pois uma se associa à prática e a outra à teoria.

A pedagogia social é definida por Cabanãs (1984, p. 25) como “[...] a ciência da educação social do indivíduo e dos grupos, que por meio da intervenção pedagógica social, possibilita ajuda aos problemas e às necessidades humano-sociais”. Corroborando tal abordagem, Caliman (2010, p. 352) compreende a pedagogia social como “[...] uma ciência normativa, descritiva, que orienta a prática sócio pedagógica, voltada a indivíduos ou grupos, que necessitam de apoio e ajuda para administrar os conflitos inerentes à realidade social, por meio da produção de tecnologias e metodologias socioeducativas”. Além disso, o autor apresenta a forma como a pedagogia social está sendo percebida e construída no Brasil: como ciência, normativa e descritiva; como prática; como ciência que produz tecnologia educacional; como ciência orientada para indivíduos e grupos; como uma relação de cuidado e ajuda; como promotora da capacidade das pessoas de administrarem seus riscos e emanciparem sujeitos historicamente oprimidos; e como presente em programas e instituições socioeducativas. (CALIMAN, 2010).

A pedagogia social, como ciência, busca compreender uma dimensão da realidade que apresenta uma problemática do dia a dia e, por meio de métodos de pesquisa adequados e consolidados, apresenta soluções que auxiliam no enfrentamento de situações conflituosas para melhorar a qualidade de vida das pessoas individualmente ou em grupos. Enquanto prática, revela as ações pedagógicas do cotidiano que se transmutam em teorias e resultam em experiências transformadoras da realidade. As práticas educativas são orientadas por normas, valores e atitudes que se julgam corretas a fim de transformar a qualidade de vida tanto de

indivíduos quanto de grupos e da comunidade de que fizemos parte, constituindo, dessa maneira, a ciência normativa. (CALIMAN, 2010).

Na condição de ciência descritiva, parte-se de uma problemática do senso comum, iluminada por pressupostos teóricos que envolvem outras áreas do conhecimento, para apresentar possíveis soluções. Já a pedagogia social que produz tecnologia educacional é a ciência que possibilita soluções que priorizam ações educacionais preventivas e curativas para situações conflituosas e problemáticas vividas por indivíduos ou grupos. Para a organização e formação de grupos, a pedagogia social orientada elege critérios geográficos, idades e classes sociais. Entretanto, as ações socioeducativas voltadas aos grupos não dispensam uma atenção individual, uma vez que o objetivo consiste em melhorar a qualidade de vida das pessoas no sentido de auxiliar em situações nas quais emergem pedidos de ajuda, de solidariedade, proteção e de orientação. (CALIMAN, 2010).

A pedagogia social atua, ainda, mediante duas instâncias: como ciência que orienta indivíduos e grupos na promoção de ações, a fim de tornar as pessoas capazes de administrar seus problemas e emancipar e sua condição de oprimido; e como ciência presente em programas e instituições socioeducativas, desenvolvendo processos educativos por meio da educação social. Desse modo, sujeitos historicamente oprimidos por metodologias da educação buscam sanar situações de conflito por intermédio de processos educativos que desencadeiam ações motivacionais e autoestima para superar o sofrimento e idealizar um projeto de vida. Essa emancipação pode ocorrer via programas e instituições socioeducativas organizadas para atender as demandas sociais. (CALIMAN, 2010).

Com base na contribuição de Caliman (2010), percebo que a pedagogia social vem sendo construída no Brasil com diferentes enfoques e contextos sociais. Nesse cenário, Silva, S. A. R., Silva, R. e Lopes (2012, p. 7-8) apresentam três domínios vinculados a diferentes áreas de conhecimentos, lócus e objetivos:

- a) o domínio sociocultural: apresenta como áreas de conhecimento as manifestações expressas por meio da arte, da cultura, da religião, da música, da dança, nas diferentes manifestações e modalidades esportivas, a culinária e a saúde. Tem como lócus todos os espaços públicos e privados de ações socioculturais, com objetivos de recuperação de suas dimensões históricas, culturais e políticas, com finalidade de dotá-las de sentido para o público-alvo desta modalidade de ação;
- b) o domínio sociopedagógico: tem como áreas de conhecimento a infância, adolescência, juventude e terceira idade. O objetivo principal é promover intervenção sociopedagógica para o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam às pessoas a ruptura e superação da exclusão social dadas por condições de marginalidade, violência e pobreza. Os abrigos, as unidades de internação de adolescentes, asilos para idosos, instituições psiquiátricas e unidades prisionais, a rua, a família e a empresa, são lócus privilegiado para a ação sociopedagógica;

c) o domínio sociopolítico: tem como áreas de conhecimento os processos sociais e políticos, expressos na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, geração de renda e gestão social. Esta ação tem como objetivo desenvolver habilidades e competências para qualificar o indivíduo a participar da vida social, política e econômica da comunidade. Tem como locus privilegiado os grêmios estudantis, associações de pais e mestres (APM), conselhos de escola, associações de moradores, conselhos de direitos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos, partidos políticos e as políticas públicas e sociais.

A partir de tais domínios, compreendo que a pedagogia social abrange um vasto campo de atuação, que se ocupa de fundamentos teóricos e das realidades sociais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo em distintas esferas – nas relações com ele próprio, com o outro, com a vida e com o meio ambiente.

No entendimento de Streck (2012), diversos espaços sociais ou redes sociais possibilitam a inserção da pedagogia social. Menciona o autor que, para esta, é prioritário “[...] o conhecimento e o aprofundamento do funcionamento e da estruturação da sociedade e, ao mesmo tempo, da formação e atuação dos sujeitos dentro da sociedade”. (STRCK, 2012, p. 37). Nesse viés, a sociedade constitui-se por meio de dois movimentos dialéticos: o da realidade objetiva, já que o ser humano se forma e se entende como humano dentro de um contexto social; e o da realidade subjetiva, uma vez que a subjetividade é uma criação humana, sendo refeita e ressignificada por sujeitos individuais e coletivos.

Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 55), por sua vez, investigam a pedagogia social no contexto da educação social, entendendo-a como

[...] um conjunto fundamentado e sistematizado de práticas educativas para a aquisição de competências sociais realizadas preferencialmente no âmbito da educação não formal, orientadas para a formação política do cidadão, prevenção, controle e mudanças sociais e para dar respostas a novas demandas sociais.

Nessa perspectiva, a educação social objetiva educar o indivíduo para a participação social, o que supõe incidir nas estruturas cognitivas e afetivas do sujeito, introduzindo mudanças de conduta e priorizando aprendizagens de habilidades e competências. Assim, tal educação é percebida como prevenção, controle social e trabalho não escolar. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003).

De acordo com Romans, Petrus e Trilla (2003), a educação social foi instituída para contemplar as demandas educativas não assumidas pela escola, como, por exemplo, conflitos de convivência e emocionais, situações de violência que a mera escolarização seria incapaz de solucionar. Vale lembrar que a educação social não se reduz a atender grupos ou indivíduos em condições de desigualdades sociais e/ou em situação de risco, voltando sua atenção também a

sujeitos socialmente adaptáveis e a outros contextos, tais como: família, clubes esportivos, igrejas, associações, universidades e grupos de terceira idade que desenvolvem ações e intervenções educativas para a formação integral do indivíduo.

Ao encontro disso, Caliman (2010) destaca que a pedagogia social, no Brasil, é entendida como uma educação social crítica e emancipatória dos indivíduos. A esse respeito cabe mencionar o educador Paulo Freire, que realizou suas primeiras pesquisas relacionadas com a emancipação social, cultural e política das classes sociais excluídas e oprimidas, por meio da educação popular. (ARROYO, 1999). No entanto, Caliman (2010) salienta que Freire não teoriza a pedagogia social, mas focaliza uma educação para uma mudança social, mudança essa no modo de pensar e agir, instaurando “uma emancipação” dos oprimidos para se libertarem de visões de mundo que produzem opressões. (FREIRE,1987).

A fim de promover a consolidação da pedagogia social no Brasil, os precursores dessa ciência buscaram exemplos em outros países para formar sua base teórica e metodológica. Essa base exige uma práxis, em que o indivíduo mova seus pensamentos por meio da educação social e, com isso, possa compreender a si mesmo, bem como interpretar e transformar o contexto com vistas a conquistar sua libertação.

Na Figura 5, a seguir, apresento de maneira sintetizada conceitos, contribuições e autores que abordam pedagogia e educação social.

Figura 6 – Pedagogia social e educação social



Fonte: Elaborada pela autora.

4.3 Educação como instrumento de cidadania e de emancipação no envelhecimento

Na contemporaneidade, a ampliação do conceito de educação é um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais. (LIBÂNEO, 2010). A ampliação desse conceito decorre da transformação da sociedade e da diversificação de práticas educativas que acontecem em várias esferas sociais, disseminando saberes e modos de ação.

Vale ressaltar, ainda, que é inevitável o surgimento de múltiplos entendimentos sobre a educação em várias áreas do conhecimento que pesquisam os processos educativos, seja com enfoque antropológico, sociológico, biológico, psicológico ou pedagógico, por exemplo. Para Libâneo (2010, p. 30), um dos pensadores que guia o conceito de educação adotado nesta tese, a educação é entendida como:

[...] um conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano dos indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, em um determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Nessa perspectiva, a educação, compreendida em um sentido amplo como prática social, constitui processos formativos que perpassam pela sociedade de maneira intencional e sistematizada ou não, instruindo o indivíduo, transmitindo valores, normas sociais e costumes e configurando, assim, a existência humana individual e grupal. A educação é um fenômeno plurifacetado. (LIBÂNEO, 2010).

Brandão (2007, p. 61), por sua vez, entende que

[...] a educação é um meio pelo qual o homem (a pessoa, o ser humano, o indivíduo, a criança, etc.) desenvolve potencialidades biopsíquicas inatas, mas que não atingiriam a sua perfeição (o seu amadurecimento, o seu desenvolvimento, etc.) sem a aprendizagem realizada através da educação.

O autor apresenta, ainda, outro conceito, este advindo da “Enciclopédia brasileira de moral e civismo”, editada pelo MEC:

Educação. Do latim ‘educere’, que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. [...] É um processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até a morte. (BRANDÃO, 2007, p. 63-64).

Tais concepções apontam para um processo educativo permanente que está presente em toda a vida do ser humano. Ao encontro disso, Arroyo (1999), Freire (1995) e Libâneo (2010) enfatizam que, ao compreender a educação do ponto de vista das relações econômicas, políticas e culturais, associada a um projeto de concepção de ser humano e de sociedade, amplia-se o seu conceito. Dessa forma, Brandão (2007, p. 67) refere que “[...] os homens educam transmitindo de uns a outros crenças e valores sociais que servem tanto a igualar quanto a diferenciar as pessoas de acordo com projetos de usos do saber”. Assim, percebe-se que a transmissão dos processos educativos, que ocorrem entre categorias sociais diferentes, é uma tentativa de dissipar as desigualdades. O autor sinaliza que a educação como prática social atua em dois sentidos: “1) no desenvolvimento de suas forças produtivas; 2) no desenvolvimento de seus valores culturais”. (BRANDÃO, 2007, p. 75).

Nesse viés, a educação é representada pelas experiências de vida, pelas ideologias e pelos interesses de grupos sociais que se constituem em formas de interpretação, apropriação e transmissão de conhecimentos produzidos socialmente em diferentes tempos e lugares, desencadeando processos educativos. Dessa maneira, a educação ultrapassa os muros escolares, desmistificando que a intervenção de caráter educativo se concretize somente na escola ou por meio dela. A educação pode se dar em diferentes tempos e lugares, com intencionalidades e modalidades diferentes, desde que esteja associada a um projeto de concepção de ser humano e de sociedade que se almeja alcançar por meio de processos educativos. (LIBÂNEO, 2010).

Nesse sentido, o educador Freire (1995) ensina que o sujeito, ao participar socialmente, necessita olhar para si e para o mundo, interpretando o contexto de forma crítica e transformando o meio em que está inserido para sua emancipação. Vale destacar que o meio é determinante na escolha de uma educação que possibilite o processo de formação do indivíduo, contribuindo para que se conscientize da condição de ser alienado e busque a libertação.

A educação, na perspectiva emancipatória, que enfatiza a crítica radical à educação individualista, é percebida como produto do desenvolvimento social e determinada pela forma das relações sociais de uma sociedade. (LIBÂNEO, 2010). Assim, a formação humana está relacionada com a cultura, que, no decorrer do tempo, vai se transformando e levando ao surgimento de novos valores e costumes que serão enraizados na sociedade e transmitidos a outras gerações. Logo, mediante novos valores, a cultura vai sendo ressignificada por meio de processos educativos que acontecem ao longo da vida em diferentes espaços.

Desse modo, a educação faz-se presente na sociedade por intermédio de crenças, costumes e relações que acontecem na rua, na igreja, na escola, na família e em outros

segmentos públicos ou privados, com o intuito de aprender, ensinar e conviver. Nessa ótica, a educação pode ser entendida como uma organização das relações sociais.

Portanto, como já mencionado, o campo educativo abrange outras dimensões que vão além da educação formal¹³, tais como a educação informal e não formal, que, a partir dos anos 70, começou a ganhar espaços significativos no cenário educacional mundial e nacional. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003). Nesse sentido, estudiosos como Gohn (2006) e Romans, Petrus e Trilla (2003) tematizam sobre os processos educativos não formais em diferentes setores da vida social, alertando para o fato de que isso não significa desvalorizar a educação formal, mas compreendê-la na universalidade singular e em uma dimensão plural. Na condição universal, todo o cidadão tem direito à educação, e, no sentido plural, cada cultura cria suas formas de educar as gerações e promover os conhecimentos significativos para sua preservação. (STRECK, 2012).

A concepção de educação não formal, tal como defendida por Libâneo (2010, p. 89), corresponde às “[...] atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente em relações pedagógicas, mas não formalizadas”. O autor destaca que existe uma intencionalidade nos processos educativos, que podem acontecer no contexto escolar e/ou no não escolar, como, por exemplo, atividades extraclasse, visita a feiras e museus, movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias e clube de mães.

Stecanela (2010, p. 58), ao se referir à educação não formal, afirma que,

[...] mesmo ocorrendo em espaços e tempos além da escola, com características e compromissos de ser não intencional, não planejada, não estruturada, ainda conserva uma estrutura com intencionalidades preestabelecidas que se assemelham ao que ocorre no interior da escola, salvaguardadas algumas especificidades no que tange às dimensões de tempo, espaço e formas de interação.

Gohn (2006, p. 28-30), por sua vez, conceitua educação não formal como

[...] aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas, que acontecem em espaços informais, locais onde há processos interativos intencionais no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

A autora salienta que o indivíduo, na construção das relações sociais, aprende via processos de troca de experiências em espaços coletivos, tendo como educador aquele com

¹³ Neste estudo, não pretendo aprofundar o conceito da educação formal por entendê-la como dotada de objetivos educativos explícitos e como uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática. (LIBÂNEO, 2010).

quem convive. Nessa perspectiva, a finalidade da educação não escolar é contribuir para que o sujeito amplie seus conhecimentos sobre a sociedade em que está inserido e suas relações sociais por meio de processos educativos voltados aos interesses e às necessidades da coletividade, fortalecendo, assim, a construção da cidadania. (GOHN, 2006).

Já a educação informal pode ser entendida, na concepção de Libâneo (2010, p. 89), como “[...] o processo contínuo de aquisição de conhecimentos e competências que não se localizam em nenhum quadro institucional”. Conforme essa abordagem, os processos educativos resultam das aprendizagens do indivíduo que são construídas em suas relações socioculturais e políticas e carregadas de valores e culturas individuais ou grupais, porém sem intenções preestabelecidas conscientemente. Essas relações estão demarcadas por espaços de sociabilidade, envolvendo a sensação de pertencimento a um território, tais como o bairro em que o sujeito reside e a igreja ou o clube que frequenta.

Para Stecanella (2010, p. 59), na educação informal, “[...] os processos educativos tendem a ser mais espontâneos ou naturais, fugindo das intencionalidades, embora também carreguem uma boa dose de representações e de valores, especialmente no caso da educação familiar”. A autora sinaliza, ainda, que a educação informal detém um caráter duradouro no percurso histórico de vida do indivíduo, com maior flexibilização e uma intensa conexão com suas formas de socialização.

Na perspectiva da educação informal defendida por Gohn (2006), os conhecimentos não são sistematizados, não têm caráter intencional e são repassados a partir de experiências vivenciadas, principalmente no que concerne a aspectos éticos e sentimentais. Conforme a autora, “[...] os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados dos pais, amigos, família, grupos de idosos, igrejas, entre outros”. (GOHN, 2006, p. 28).

Considerando as definições de Gohn (2006), Libâneo (2010) e Stecanella (2010), infere-se que uma das características que diferenciam a educação não formal da educação informal é a intencionalidade. Essas duas modalidades de educação ocorrem em espaços não escolares e buscam a construção de aprendizagens, ou seja, a apropriação de novos conhecimentos, acontecendo na práxis em diferentes espaços sociais, para transcender a formação pessoal, afetiva, cultural e psicológica do indivíduo ao longo da vida. Desse modo, esses processos educativos são compreendidos como ações que expressam a possibilidade de o ser humano aprender ao longo da vida, por meio de tarefas e atividades não formais, desenvolvidas na coletividade, no convívio, na participação e na solidariedade, o que integrará o indivíduo ao

meio e, ao mesmo tempo, o converterá em um fator de transformação e qualificação desse contexto social. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003).

Nas palavras de Libâneo (2010, p. 78), os processos educativos são “fenômenos sociais complexos e multifacetados enraizados nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é nos embates das práxis sociais que vai se configurar o ideal de formação humana”. Assim, a práxis social como uma ação educativa contribui para a constituição de um sujeito crítico, reflexivo e autônomo, em decorrência das aprendizagens construídas nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que configuram uma sociedade.

Nessa ótica, a liberdade humana acontece na práxis¹⁴, que compreende tanto a atividade objetiva quanto a formação subjetiva. Kosik (2002, p. 226) afirma que “[...] a práxis não é o encerramento do homem no ídolo da sociabilidade e da subjetividade social: é a abertura do homem diante da realidade e do ser”. Desse modo, mediante processos educativos baseados na práxis, o indivíduo transcende sua própria finitude e estabelece relações com a totalidade do mundo, por meio da participação, do convívio, da solidariedade e do saber, contribuindo para a transformação da realidade.

A história da humanidade é produzida na práxis, sendo construída continuamente pelo próprio ser humano em sua relação com o mundo e incluindo manifestações exteriores e existenciais que possibilitam a transformação da realidade. Essa transformação se concretiza dialeticamente entre a situação e a ação que se desenvolve em pressupostos que não são dados prontos e acabados. (KOSIK, 2002).

Dessa maneira, o ser humano só transcende a situação com a práxis, que lhe concede um significado de liberdade, sendo esta “[...] uma atividade histórica que cria formas correspondentes de convivência humana em um espaço social”. (KOSIK, 2002, p. 241).

Libâneo (2010, p. 73) afirma que a educação transformadora trata de reconhecer o “[...] acontecer educativo como a ação e o resultado de um processo de formação dos sujeitos ao longo das idades para se tornarem adultos, pelo que adquirem capacidades e qualidades humanas para o enfrentamento de exigências postas por determinado contexto social”. Conseqüentemente, os processos educativos que ocorrem em diferentes contextos culturais, bem como em diferentes espaços e tempos, promovem aprendizagens ao longo da vida, por meio da relação do ser finito com o infinito.

¹⁴“Práxis é compreendida como a estreita relação que se estabelece entre o modo de interpretar a realidade e a vida e a conseqüente prática que ocorre desta compreensão levando a uma ação transformadora”. (ROSSATO, 2008, p. 331).

Nesse viés, Caliman (2010) colabora para a compreensão de processo educativo. Ao fazer uma analogia entre o social e o educativo, utiliza-se da metáfora da ponte, prevendo duas margens:

[...] uma que representa as relações sociais, estudada pela sociologia e a outra representada pela educação, estudada pelas ciências da educação e pela pedagogia. A primeira margem que representa as relações sociais trabalha com a sociabilidade, ou a capacidade que o homem tem para desenvolver as próprias habilidades sociais, a dimensão social da personalidade, a capacidade de conviver e de relacionar-se com os outros, de adaptar-se e construir relações entre os seus pares. A segunda margem trabalha com a educabilidade, ou capacidade do ser humano de ser educado. A educação é uma ação intencionalmente orientada para ajudar os indivíduos a adquirirem atitudes, conhecimentos e valores que os preparem para a vida. (CALIMAN, 2010, p. 351).

Parafraseando o autor, é possível afirmar que tudo o que acontece entre as margens pode ser definido como processos educativos, compreendidos em uma totalidade que se constitui em uma dimensão prática e que advém da aplicação de estratégias, metodologias e dinâmicas geradas no diálogo e associadas à teoria e às experiências de vida dos educandos. Portanto, o social e o educativo estão lado a lado, em um processo de reflexão e ação. Ao encontro disso, Freire (1989, p. 67, grifo do autor) ensina que “[...] a teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a *práxis*, a ação criadora e modificadora da realidade”. Assim, considerando a *práxis* dialógica, é possível que as pessoas, individual ou coletivamente, superem seus conflitos por meio de conhecimento, de compreensão e de visão de mundo.

Kosik (2002, p. 222), por sua vez, afirma que a “[...] *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana) na totalidade”. Nessa perspectiva, os processos educativos podem ocorrer nas práticas sociais e possibilitar a formação do sujeito para viver em sociedade.

Além disso, conforme explicita Charlot (1983, p. 13), a prática social acontece predominantemente na política, pois “[...] a política constitui uma certa forma de totalização do conjunto das experiências vividas numa determinada sociedade”. A palavra “política”, tal como aqui empregada, não implica cunho partidário, uma vez que se fundamenta nos estudos de Freire (1987), para quem o indivíduo é um sujeito de relações históricas e inacabadas que se politiza a favor da ética, da vida, da igualdade e da cultura. Esse ser inacabado se educa, reflete sobre seus atos, está em permanente busca de novos saberes – sistematizados ou não – e aprende a perguntar, a questionar e a problematizar por meio de *práxis* dialógicas, descobrindo-se como

ser histórico capaz de mudar sua vida para construir uma sociedade justa, igualitária e humana, sem preconceitos e desigualdades sociais. (FREIRE, 1996).

Diante de uma sociedade globalizada, marcada por um sistema econômico-capitalista e neoliberal em um país com um contingente elevado de pessoas idosas, Libâneo (2010, p. 78) apresenta uma visão crítica para superar a antítese “individualismo liberal”, enfatizando que o processo educativo “[...] é um fenômeno social, enraizado nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é nos embates das práxis sociais que vai se configurando o ideal de formação humana”. Logo, os processos educativos vêm contrapor a lógica determinista de uma sociedade capitalista-neoliberal, de maneira que a educação direcionada aos valores, aos pensamentos e às formas de compreender o mundo criticamente se torna um instrumento fundamental da transformação individual e social. Assim, o aprender e o ensinar que acontecem tanto no ambiente escolar quanto no ambiente não escolar podem contribuir para a emancipação dos sujeitos, instaurando a educação social como um meio de libertação para a pessoa idosa na busca de fazer valer sua cidadania e de materializar seus direitos sociais.

A educação, vista como um processo em permanente construção, pode ser usufruída e explorada do início ao fim da vida. Esse processo se organiza em torno de quatro aprendizagens, que são apresentadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; e aprender a ser

Aprender a conhecer é uma aprendizagem que visa o domínio dos instrumentos do conhecimento como um meio e como uma finalidade da vida humana. Significa também, beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida. Aprender a fazer é colocar em prática seus conhecimentos para enfrentar as situações do cotidiano e a trabalhar em equipe no âmbito das diversas experiências sociais. Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros desenvolve a compreensão do outro e a percepção das interdependências busca objetivos comuns, que gera conflitos que serão refletidos, resolvidos no diálogo, no respeito pelos valores do pluralismo, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas, esta aprendizagem representa um dos maiores desafios para a educação. Aprender a ser deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa espírito, corpo, inteligência, sentido estético para agir com capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal, desenvolvendo a personalidade do ser humano. (DELORS, 2001, p. 90).

Esses pressupostos, segundo a Unesco, teriam de ser objeto de atenção em organizações educacionais escolares e não escolares, a fim de que a educação se torne uma experiência plena, atuando tanto no plano cognitivo e/ou prático quanto na realização pessoal e/ou coletiva. Porém, sem uma sustentação epistemológica, torna-se complexo responder à multiplicidade de desafios que surgem coletivamente. (DELORS, 2001).

Vale frisar, ainda, que a educação contempla o ser humano em sua integralidade. O sujeito aprende ao longo da vida por meio dos processos educativos de caráter social, político, econômico, cultural, biológico, ético e moral, independentemente do espaço e do tempo. Freire (1987, p. 68) ensina que “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ele também assevera que nos educamos no diálogo, uns aos outros, em comunhão, pois homens e mulheres são sujeitos de seus próprios processos educativos em que compartilham suas ideias em uma ação reflexiva que implica um constante ato de desvendar a realidade.

Petrus (2003, p. 88) adverte: “Se a educação capacita para viver com os outros, para nos comunicarmos, para compreender e entender o que é a sociedade e ajudar as pessoas que nela vivem, deve, então, contemplar a realidade dos idosos”. Assim, a educação libertadora pode contribuir de forma mais satisfatória na construção de uma sociedade inclusiva e, com isso, incorporar os grupos marginalizados nos processos educativos e nas práticas sociais. Ao desejar uma sociedade inclusiva, é necessário promover ações educativas que fomentem a participação de todas as pessoas, inclusive do público idoso, de forma que essas pessoas sejam incentivadas a se envolverem ativamente na identificação e na resolução de problemas que lhes são comuns.

O longo é um sujeito inserido em um grupo populacional específico, que merece uma atenção especial de todos os que circulam em seu espaço relacional, pois possui cultura, hábitos e modos de viver e conviver específicos. Segundo Freire (1987), são sujeitos inacabados e inconclusos, com posicionamentos distintos relacionados às definições de velho, idoso e velhice, pois cada ser humano vivencia uma velhice singular de acordo com as atribuições que lhes são conferidas no seio familiar e/ou nos diferentes espaços sociais.

Para Debert e Simões (2013), as definições de velho e/ou de idoso estão associadas às diferentes concepções de velhice associadas aos valores que predominam no contexto histórico e cultural da sociedade. Em algumas sociedades tradicionais, os longevos são considerados conselheiros e guardiões da sabedoria e da cultura. Na sociedade moderna, às vezes, correspondem a significados equivocados ou negativos, como ser antiquado, obsoleto, com pouca capacidade para o trabalho e ter dificuldade para se locomover e se inserir socialmente, indicando traços que possibilitam expectativas de temores e rejeições por parte da pessoa idosa. Entretanto, as concepções nem sempre se apresentam de forma padronizada, abrindo espaço para entender os longevos como dinâmicos, majoritários do seio familiar e voluntários em serviços sociais e religiosos, por exemplo, sendo considerados sujeitos com potencialidades, responsabilidades, desejos e sonhos, que são experientes e protagonistas de sua própria história de vida.

Segundo Herédia e Casara (2000, p. 29), “[...] o homem, como ser vivo, é um ser que envelhece. O seu tempo de vida é marcado por uma série de modificações, e o processo do envelhecimento é interpretado de diferentes maneiras, conforme a ciência que o analisa”. Por essas razões, a definição de velhice, velho e idoso não revela um único entendimento, uma vez que esses conceitos podem ser interpretados por diferentes teorias.

Romans, Petrus e Trilla (2003) caracterizam idoso e velhice a partir de três perspectivas, que são: velhice cronológica, velhice funcional e velhice como fase vital. A velhice cronológica apresenta vantagem em sua definição pelo critério objetivo da idade, mas, segundo os autores, “[...] o efeito que a idade produz em cada pessoa é diferente, já que a mesma idade oferece desigualdades de saúde, aptidão funcional e socialização. A velhice funcional associa o termo velho como sinônimo de incapacidade ou limitação”. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003, p. 82). Já no que concerne à velhice funcional, afirmam que esta “[...] produz certas reduções nas capacidades, mas estas limitações não lhe impedem de desenvolver uma vida humana plena em comparação com os outros seres humanos”. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003, p. 82). E, no que diz respeito à velhice como fase vital, Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 82) afirmam que “[...] fundamenta-se em reconhecer que o transcurso do tempo produz efeitos na pessoa, como consequência disso, passa de uma etapa para outra”.

Na sociedade brasileira, segundo o Estatuto do Idoso, o início da velhice, em termos cronológicos, ocorre quando o ser humano completa 60 anos de idade. (BRASIL, 2003a). Contudo, muitas pessoas antes de completarem 60 anos de idade já se consideram velhas fisiologicamente, indicando que cada indivíduo envelhece de forma natural e distinta. Beauvoir (2018, p. 35) afirma que “A idade cronológica e a idade biológica estão longe de coincidir sempre: a aparência física informa mais que os exames fisiológicos sobre nossa idade. Essa não pesa da mesma maneira em todos os ombros”. Portanto, o envelhecer é percebido e vivenciado de forma singular.

Para Guimarães (2002), a vida cotidiana caracteriza-se por um espaço de tensões simultâneas entre o ser genérico e o ser particular. Nesse contexto, percebe-se que a constituição do ser humano ou de determinados grupos está associada à sua cotidianidade, ou seja, à sua maneira de viver, no dia a dia, formas de participação social. A constituição do indivíduo acontece em um processo histórico, permeada de valores, hábitos, conquistas, frustrações e relações afetivas e sociais que caracterizam expressões de como os sujeitos agem, pensam e se relacionam em sociedade. Essas expressões são chamadas de características da vida cotidiana, sendo consideradas o “[...] conjunto das atividades que permitem a reprodução social do indivíduo as quais dizem respeito às particularidades humanas”. (GUIMARÃES, 2002, p. 13).

Nessa perspectiva, a pessoa idosa deixa de ser um ser passivo para se tornar um ser ativo, pois sua capacidade produtiva lhe confere condições de adaptabilidade e de superação de desafios encontrados na sociedade. Logo, a velhice pode ser uma fase de incessante aprendizagem e de resgate de valores como cidadania, criatividade, desenvolvimento, autogerenciamento e autonomia, mudando o paradigma que afirma ser o longo tempo um ônus para a economia do país e para seus familiares (NERI; LOPES, 2013) e derrubando conceitos preexistentes e estereótipos negativos.

Desse ponto de vista, as pessoas idosas foram educadas nos moldes de convivência do seu tempo, porém são cidadãos inacabados que a educação democrática pode tornar sujeitos detentores de história e memória. A esse respeito, Petrus (2003, p. 85) salienta que “[...] é em sociedade que adquirimos os valores da competitividade ou da solidariedade, do egoísmo ou do companheirismo, do individualismo ou do respeito às diferenças próprias das pessoas idosas”. Assim, pensar uma educação específica para a pessoa idosa consiste em possibilitar aprendizagens que mobilizem a construção e a apropriação de conhecimentos, conduzindo à elaboração de novos saberes que irão repercutir no modo de pensar, sentir, agir e se relacionar. Para Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 89), “[...] a pessoa idosa necessita decidir de maneira autônoma seu plano de enriquecimento pessoal, quer aprender por si mesma e quer dar sentido à sua vida de maneira pessoal e autônoma”.

Nesse viés, independentemente da idade, todo sujeito aprende. A aprendizagem “[...] é um fenômeno reconstrutivo, e aprender é se transformar. Significa ser capaz de utilizar a experiência, os conhecimentos já adquiridos e atribuir-lhes novos significados e assim transformar as informações obtidas em conhecimentos”. (CORTELLETTI; CASARA, 2007, p. 18).

As aprendizagens acontecem processualmente, articuladas aos contextos social e cultural, gerando uma multiplicidade de saberes à formação do indivíduo. Dessa maneira, conforme explicita Quadros (2013, p. 50), “[...] aprender permanentemente significa desenvolver novas habilidades, as quais podem enriquecer o sujeito pessoalmente, além do enriquecimento cultural, social, questões que se referem diretamente à pessoa idosa”.

Em uma sociedade em que, a cada ano, aumenta o número de pessoas longevas, é imprescindível compreender a educação para pessoas idosas como um compromisso para toda a vida. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003). Perceber a educação como direito é um elemento essencial para o pleno desenvolvimento tanto dos direitos civis quanto dos direitos políticos, o que torna o ensino formal, não formal e informal imprescindíveis para que o indivíduo possa exercer suas funções no convívio social. Tendo isso em vista, Arroyo (1999)

alerta para a necessidade de revisar a relação entre educação, cidadania e participação política, uma vez que “[...] a luta pela educação, pela cultura, pelo saber e pela instrução encontra sentido se inserida no movimento de constituição da identidade política do povo”. (ARROYO, 1999, p. 76).

O autor destaca, ainda, que o exercício da cidadania pode se constituir por meio de programas e interesses, de intervenções externas e de discussões no interior das práticas social e política das classes. (ARROYO, 1999). Desse modo, é importante que os programas educativos para pessoas idosas priorizem, em sua metodologia, a educação social, pois esta oferece novas aprendizagens e facilita a socialização, implicando, conseqüentemente, uma transformação na maneira de compreender o processo de envelhecimento.

Conforme Quadros (2013, p. 51), a educação para o idoso

[...] não significa apenas oportunizá-lo a frequentar espaços públicos, como mera ocupação do tempo que se julga ocioso, pelo contrário, pensar na educação da pessoa idosa requer pormenorizar as suas particularidades, ansiedades e necessidades, tratando-os da maneira peculiar que lhes é de direito.

Educar para a cidadania é uma aprendizagem e um aperfeiçoamento para o desenvolvimento do idoso, que utiliza esse processo do modo que mais lhe convém tanto para o exercício da convivência quanto para a aquisição de seus direitos fundamentais. Dessa forma, não basta que a legislação prescreva os direitos da pessoa idosa como cidadã participativa e crítica, devendo, também, criar meios que contribuam para um entendimento do conceito de idoso que aponte a uma pessoa participativa e plena de direitos para envelhecer inserida socialmente. Só assim será possível superar a concepção que percebe os longevos como um grupo social improdutivo e incapaz, que somente traz problemas para o Estado.

Trata-se, então, de uma educação para a cidadania e a democracia, em uma perspectiva na qual o sujeito possa conhecer e reconhecer o mundo como espaço de direitos, deveres e compartilhamento de saberes para a construção de uma identidade social, democrática e cidadã. Embora a educação não seja o único elemento determinante na construção da cidadania nem uma pré-condição de democracia e da participação, “[...] é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição”. (ARROYO, 1999, p. 79).

Ao encontro disso, Costa (2006) ensina que a educação é um dos instrumentos mais importantes para a cidadania, mostrando-se fundamental para a construção de um sujeito consciente, crítico e capaz de desenvolver um saber que lhe permita superar as ideologias, conhecer seus direitos, lutar por eles e solucionar seus problemas. Diante disso,

Fica evidente a necessidade de redefinir-se o papel da educação como um direito social fundamental e imprescindível para que a pessoa humana se realize e torne-se capaz de construir vínculos fortes e estáveis entre os membros de sua comunidade, tendo por fundamento a unidade social, a aceitação, a solidariedade e o senso de destino comum, porque de nada adiantaria ser cidadão sem a perspectiva ou possibilidade de pôr em prática essa prerrogativa: a de exercer a cidadania. (COSTA, 2006, p. 1724).

Nesse viés, educar para a cidadania demanda formar sujeitos que possam conviver, comunicar e dialogar em uma sociedade participativa e interdependente, ou seja, que entendam que são parte de um sistema, de uma comunidade e de um mundo globalizado, em que todos estão interligados e/ou comprometidos. Assim, a educação, ao assumir o papel de transformar a sociedade por meio da reformulação de ideias sociais, políticas, científicas e culturais, contribui, significativamente, para a promoção dos sujeitos e sua possível emancipação. Conforme enfatiza Freire (1979, p. 27), “[...] a educação é uma resposta da finitude da infinitude”, pois um ser inacabado deve ser sujeito de sua própria educação para superar sua formação pessoal, independentemente de sua idade ou situação social.

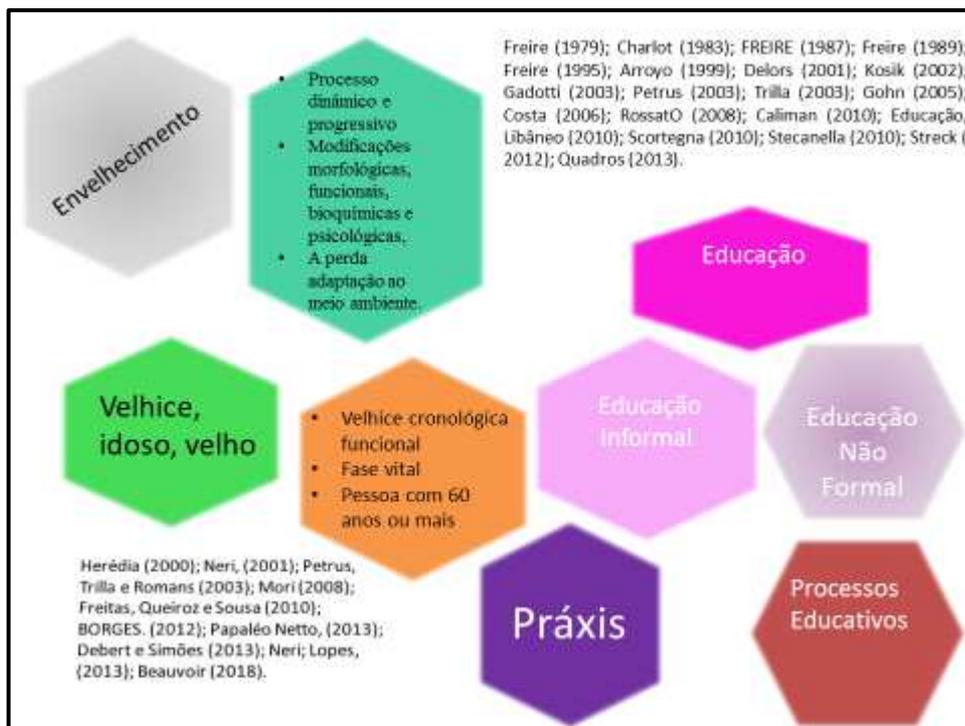
4.4 Considerações

Diante do exposto, evidencia-se que o indivíduo aprende independentemente da idade em um processo de educação permanente. Esse processo pode ser empreendido por meio da pedagogia social em ambientes educacionais não formais, possibilitando a emancipação da pessoa idosa, a fim de oportunizar uma reflexão acerca do seu papel na sociedade em uma visão humanista-democrática que a fortaleça como cidadão político, social e cultural, contribuindo para superar preconceitos, estigmas e estereótipos criados culturalmente pela sociedade.

Tendo em vista o fato de que os longevos são seres humanos que trazem em si uma série de capacidades, vivências, experiências e potencialidades que intervêm em seu cotidiano e nas relações intra e intergeracionais estabelecidas, é fundamental promover ações educativas pautadas na educação social. Assim, ao contemplar a educação emancipatória do público idoso, esse se torna capaz de atuar e assumir diferentes papéis em espaços sociais e políticos, tomando consciência de si e do mundo, exercendo sua cidadania e transformando o meio que está inserido.

Todos esses aspectos, de forma sintetizada, podem ser apreendidos a partir da Figura 6, exposta a seguir, que contém um resumo dos conceitos discutidos neste capítulo sobre envelhecimento, educação e suas modalidades.

Figura 7 – Envelhecimento e educação



Fonte: Elaborada pela autora.

5 DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO: OLHARES ENTRE PAISAGENS DE NATUREZA INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL

[...] os direitos do homem [...] são direitos históricos, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes. (BRANDÃO. 1996, p. 32).

A epígrafe que abre este capítulo permite refletir sobre os direitos conquistados ao longo da história e sobre qual liberdade o indivíduo almeja. Assim, este capítulo caracteriza as normativas para o envelhecimento em âmbito internacional e nacional e sua influência na política pública voltada ao público idoso do município de Vacaria. Para tanto, analiso os documentos macro¹⁵, meso¹⁶ e micro¹⁷, ou seja, as legislações, as políticas públicas e os programas do SCFV, articulados teoricamente, os quais me permitem discutir os direitos que asseguram a todos os cidadãos brasileiros um envelhecimento com dignidade por meio de políticas públicas.

O processo de envelhecimento populacional com qualidade de vida não é apenas responsabilidade do sujeito; é, também, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) e a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), o resultado de conquistas e investimentos em políticas públicas ao longo do curso da vida dos cidadãos. Ao abordá-las, é importante fazer referência aos direitos de primeira à quinta dimensão constituídos no Brasil, ou seja, aos direitos que abrangem as dimensões: civil e política; social, econômica e cultural; metaindividual; de biotecnologia; e de tecnologia.

Em face da universalização e da ampliação dos novos direitos¹⁸, é possível compreendê-los como sendo de várias tipologias. Nesse sentido, cito a terminologia de periodização que foi e está sendo utilizada por vários autores, como, por exemplo, Bobbio (1992), Covre (1999), Marshall (1967), Wolkmer e Leite (2003). Trata-se de um processo evolutivo de fases históricas dos direitos, seja reproduzindo-os integralmente, seja atualizando-os para ampliá-los.

Os estudos de Wolkmer e Leite (2003) consideram direitos de primeira dimensão os civis e políticos que surgiram ao longo dos séculos XVIII e XIX, no contexto da formação do constitucionalismo político-clássico. Os autores resumem as teses do Estado Democrático de Direito como manifestação dos direitos individuais à liberdade, à igualdade, à prosperidade, à

¹⁵ Políticas públicas internacionais voltadas ao público idoso.

¹⁶ Políticas públicas nacionais voltadas ao público idoso.

¹⁷ Políticas públicas do município de Vacaria voltadas ao público idoso.

¹⁸ “Compreendido como a afirmação contínua e a materialização pontual de necessidades individuais (pessoais), coletivas (grupos) e metaindividuais (difusas) que emergem informalmente de toda e qualquer ação social, advindas de práticas conflituosas ou cooperativas, estando ou não previstas ou contidas na legislação estatal positiva, mas que acabam se instituindo formalmente”. (DEMO, 1999, p. 61).

segurança e à resistência à opressão. (WOLKMER; LEITE, 2003). Também fazem referência aos direitos de segunda dimensão, que são direitos sociais, econômicos e culturais, todos estão alicerçados nos princípios da igualdade e garantidos pelo Poder Público à sociedade civil. Já os direitos metaindividuais, considerados como direitos coletivos e difusos e de solidariedade, pertencem à terceira dimensão, pois dizem respeito à proteção de categorias ou de grupos de pessoas (professores, adolescentes, idosos, indígenas, entre outros). (WOLKMER; LEITE, 2003).

Os direitos de quarta dimensão referem-se à biotecnologia e à bioética e se relacionam à vida humana (reprodução assistida, aborto e transplante de órgãos). E os direitos de quinta dimensão são os advindos de tecnologias de informação (Internet), ciberespaço e realidade virtual. (WOLKMER; LEITE, 2003).

A partir do exposto, percebe-se que fatores como as modificações nas condições de vida, o crescimento demográfico, a globalização e a degradação do meio ambiente fazem surgir, na sociedade contemporânea, a necessidade de criar políticas públicas incluindo os novos direitos para minimizar possíveis conflitos que emergem no contexto social. Assim, Bobbio (1992, p. 5) acrescenta que “[...] os direitos do homem são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa da liberdade contra velhos poderes, e nascidos de um modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todos”.

De acordo com Wolkmer e Leite (2003, p. 7), “[...] assiste-se ao descortinar complexo de processos novos e possibilidades criadoras, capazes de instaurar direções múltiplas que favorecem representações conceituais, individualidades subjetivas e fluxos diferenciados”. Nesse sentido, com o surgimento de outras dimensões, surgem novos direitos e, conseqüentemente, sujeitos sociais. Desse modo, a cidadania é constituída de direitos e deveres que foram construídos coletivamente, nas constantes lutas entre as diferentes classes sociais e econômicas, com avanços e retrocessos, configurando, assim, um *status* jurídico de modo que o indivíduo possa ter acesso e atendimento de suas necessidades básicas conquistadas em legislações vigentes por meio de leis e políticas públicas. (COVRE, 1999).

Entender a emergência das políticas públicas como área de conhecimento torna-se fundamental para analisar seus desdobramentos, suas trajetórias e suas perspectivas. Cabe mencionar, portanto, que as políticas públicas são consideradas, segundo Souza (2006, p. 26), “[...] um conjunto de ações e programas desenvolvidos pelo Estado em nível federal, estadual ou municipal com o propósito de alcançar o bem-estar da sociedade”. Surgem, com maior ênfase, a partir dos anos 80 nos países emergentes, como estratégia para alavancar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social da sua população.

De acordo com Kalache (2012, p. 6), “[...] as políticas não nascem no Estado, mas na sociedade civil que, a partir de demandas do cotidiano, pressionam o Estado para ofertar políticas sociais que atentam as suas necessidades”. Nesse sentido, as políticas públicas afetam todos os cidadãos, independentemente de credos, gênero, raça, escolaridade ou classe social, pois estão vinculadas à ação do Estado e decorrem de demandas da sociedade. Elas nascem no seio da sociedade civil, visando solucionar problemas que, em dado momento histórico, os cidadãos, o próprio governo e a comunidade consideram de interesse público. (BERZINS; BORGES, 2012).

Para abordar essa questão dos direitos e das políticas públicas, com foco no envelhecimento, este capítulo está estruturado em quatro seções além desta introdução. Na primeira seção, explico os procedimentos metodológicos e, na segunda, caracterizo a evolução e as tendências das normativas para o envelhecimento em âmbito internacional. Na terceira, analiso em contexto nacional e municipal os direitos da população idosa a partir da Constituição Federal de 1988 até o Estatuto do Idoso, articulando dois momentos distintos e, ao mesmo tempo, interligados e discutindo as entrevistas realizadas com os sujeitos participantes do estudo. Por fim, na quarta seção, exponho as considerações finais.

5.1 Procedimentos metodológicos

Para compreender as políticas públicas voltadas ao público idoso e o contexto em que estão inseridas, foi necessário fundamentar as discussões nas bases legais. Início apropriando-me de documentos internacionais que influenciaram a elaboração da política do idoso no Brasil. Na sequência, avalio a Política Nacional do Idoso (PNI), o Estatuto do Idoso, o Plano Anual de Ação da Assistência Social e o Regimento Interno dos Grupos de Convivência, com foco principal de caracterizar as políticas públicas para a população idosa no âmbito federal, estadual e local.

A respeito dos documentos, Cellard (2012, p. 295) destaca que

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades.

Para examinar e caracterizar o contexto das políticas públicas voltadas aos longevos envolvendo legislações em nível internacional, nacional e municipal, apoio-me na técnica

análise documental. Gil (2008, p. 45) menciona que a análise documental é adequada para “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Assim, a análise documental constitui uma técnica empregada nas pesquisas qualitativas, tanto para complementar as informações obtidas quanto para descobrir novos aspectos de um tema ou problema. Via de regra, as informações obtidas por esse meio são ricas e podem contribuir para aproximar o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural. (LÜDKE, ANDRÉ. 2013). Todavia, essa técnica pode apresentar algumas desvantagens, como cita Cellard (2012, p. 295), pois

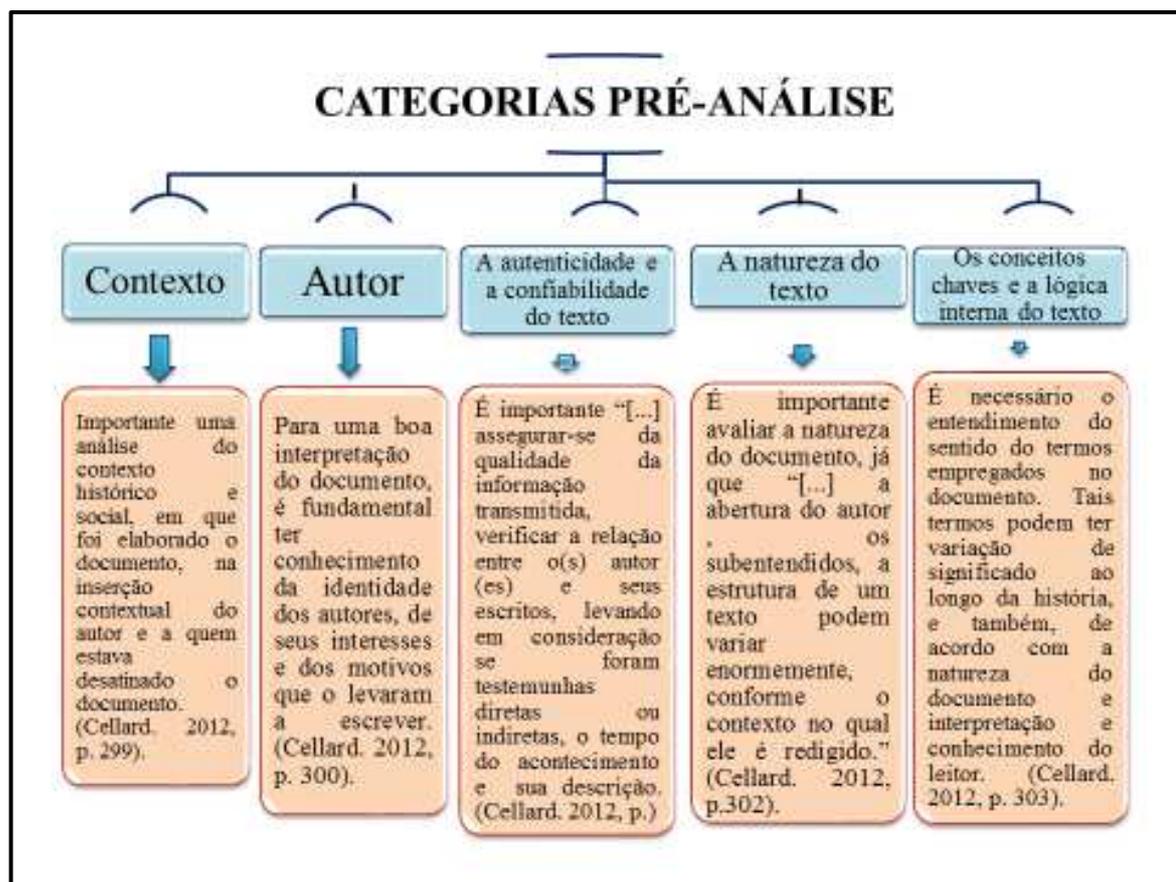
Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao mesmo tempo em parte a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador, do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação dos sujeitos a operações de medidas.

Nessa perspectiva, instaurada por Cellard (2012) e Lüdke e André (2013), o uso de documentos nas pesquisas sociais traz uma riqueza de informações, principalmente no que tange à confiabilidade e veracidade dos documentos, pois elimina, em parte, a influência exercida pelo pesquisador.

Tendo isso em vista, para efetuar o processo de mapeamento dos documentos pertinentes às políticas públicas destinadas aos longevos, primeiramente selecionei os documentos internacionais e nacionais para análise a partir da revisão de literatura acerca das produções acadêmicas sobre a temática. Concluída essa etapa, realizei uma busca na Web via Google para a pesquisa e leitura dos documentos internacionais e nacionais, acessando os documentos locais no CMI de Vacaria, por ser membro desse Conselho.

Com os documentos definidos, iniciei a análise documental por uma avaliação preliminar a partir das categorias de pré-análise sugeridas por Cellard (2012): contexto, autor, autenticidade e confiabilidade do texto e natureza do texto. No caso deste estudo, a categoria autenticidade e confiabilidade do texto não será considerada pelo fato de que os documentos são legais e vigentes.

Figura 8 – Categorias de pré-análise



Fonte: Elaborada pela autora com base em Cellard (2012).

Selecionados os documentos, identifiquei as informações a partir de questões de interesse que permitiram fundamentar as afirmações evocadas por mim ou as que surgiram no decorrer da análise das entrevistas. Com a categoria dos conceitos-chave a serem usadas na análise de conteúdo definidas, ative-me a apreciar nos documentos as questões relacionadas ao envelhecimento, tendo como referência para análise os direitos fundamentais e sociais da pessoa idosa. Para dar conta do objetivo de forma dialética, busquei complementar a análise dos documentos com os relatos dos sujeitos participantes deste estudo¹⁹.

Após, separei os documentos em três esferas: internacional – Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (PAIE); nacional – Constituição Federal de 1988, Lei n.º 8.842/1994, que cria a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Conselho Nacional do Idoso (CNI), e Lei n.º 10.741/2003, que estabelece o Estatuto do Idoso; e local – Regimento Interno dos Grupos de Convivência, Lei n.º 2115/2003, que cria o Conselho Municipal do Idoso (CMI), Lei

¹⁹ Os procedimentos metodológicos para a análise e interpretação das entrevistas, fundamentados na análise de conteúdo conforme propõe Moraes (1999), são descritos no capítulo sete desta tese.

n.º 12.213/2010, que institui o Fundo Municipal do Idoso (FMI) do município de Vacaria, e Lei n.º 4.197/2018, que reativa o FMI e o Plano Anual de Ação da Assistência Social.

A partir dos elementos da pré-análise de Cellard (2012), analisei os conteúdos dos documentos a fim de estabelecer e construir ligações significativas. Para realizar a reflexão sobre a adoção das políticas públicas voltadas aos longevos em Vacaria, extraí elementos contidos no *corpus* documental relacionados com as categorias direitos fundamentais e sociais da pessoa idosa.

Para melhor compreensão da legislação, trago assertos extraídos das entrevistas dos participantes. Assim, com propósito moral e ético de preservar o anonimato dos entrevistados, organizei-os em dois grupos: o grupo I, denominado de “Árvores Frutíferas” – Pêssego, Maçã, Cáqui, Ameixa e Pera (frutas cultivadas em Vacaria) – e formado pelo Secretário Municipal do Desenvolvimento Assistência Social (2017-2020), pelos professores de Educação Física que atuam nos grupos de convivência, pelo presidente do Conselho do Idoso e pelo Assistente Social responsável pelo SCFV; e o grupo II, denominado de “Flores” – Hortêncina, Camélia, Azaleia, Rosa, Gerânio, Amor-Perfeito, Margarida e Boca-de-Leão (variedades essas encontradas no jardim da residência de pessoas idosas do município) e composto pelo(a) coordenador(a) de cada grupo de convivência que está registrado no SCFV do município de Vacaria. Ambos os grupos engendram o escopo do presente capítulo e do capítulo sete.

Para participar deste estudo, os participantes necessitavam atender aos seguintes critérios: a) ser profissional que atua na gestão da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social; b) atuar como coordenador do SCFV; c) ter, pelo menos, um ano de experiência no SCFV e de atuação nos grupos de convivência de longevos; d) ser representante do grupo de convivência registrado no SCFV – neste caso, cada grupo de pessoas idosas indicou os coordenadores de seus grupos; e e) atuar como representante do CMI de Vacaria.

Ressalto que, no decorrer da análise dos dados, foi necessário ir à Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social para solicitar o Plano Anual de Ação da Assistência Social. Ao chegar à Secretaria, apresentei a pesquisa em curso à servidora responsável, a quem solicitei a documentação necessária. De imediato, respondeu que o ex-secretário não informou a ela sobre a investigação e que não tinha acesso ao documento requerido.

Diante desse fato, o acesso ao Plano Anual de Ação da Assistência Social e aos relatórios anteriores a 2019 não foi disponibilizado. A justificativa apresentada pelos responsáveis para a indisponibilidade da documentação consistia em não saberem a localização do arquivo, uma vez que a funcionária responsável pelo setor e o secretário se licenciaram para concorrer a cargos políticos.

A servidora que me atendeu informou que está no cargo desde março de 2020, quando iniciou a pandemia do COVID-19²⁰, e que aos poucos está tomando conhecimento da situação. Sobre os grupos de convivência de pessoas idosas, informou que foram suspensos, motivo pelo qual também se extinguíram os contratos de trabalho com as professoras que desenvolviam atividades nesses grupos. Por essa razão, não foi possível analisar o Plano Anual de Ação da Assistência Social, verificando-se um descaso com o público idoso, em especial pela ausência de um plano de trabalho contínuo e em rede, além de profissionais permanentes envolvidos e conhecedores do processo histórico dos programas para a população longeva.

Na Figura 8, a seguir, apresento os documentos em nível internacional, nacional e municipal que norteiam a análise e a interpretação realizadas neste capítulo.

Figura 9 – Legislações internacionais, nacionais e municipais do idoso



Fonte: Elaborada pela autora.

²⁰ *Coronavirus Disease 2019* ou COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que se tornou uma doença crítica pandêmica de alta transmissibilidade, cujos afetados podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas). (SOBRE..., 2021).

5.2 Contextualização internacional: tendências das normativas e políticas para o envelhecimento

Discutir o envelhecimento é uma demanda que vem se apresentando como fato social desde o século XIX, no Brasil e no mundo. Um dos motivos desses intensos debates consiste no aumento da população idosa, o que traz preocupações a todos os países. Em vista dessa conjuntura, a fim de compreender os impactos desse fenômeno, em 1981, o Banco Mundial, a ONU e a OMS se uniram para pensar diretrizes que norteassem os Estados na adoção de medidas de prevenção para o processo de envelhecimento.

Nesse cenário, o tema do envelhecimento populacional foi pauta de discussões em eventos e congressos com a participação de pesquisadores, de governantes e da sociedade civil. O primeiro evento internacional a abordar a temática aconteceu em Viena, em 1982, sob a organização da ONU, com a denominação I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento e o objetivo central de iniciar discussões para propor um programa internacional de ação que viesse a garantir a segurança econômica e social das pessoas idosas. O encontro resultou na elaboração do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (PAIE), o que representa um avanço, já que, até então, era priorizada a atenção ao envelhecimento como associada ao mundo do trabalho por algumas agências das Nações Unidas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a OMS e a Unesco. (CAMARANO. 2016).

O debate sobre a temática do envelhecimento continuou a reverberar com ações que seguiram uma programação internacional de discussão. Exemplo disso ocorreu em 1991, quando a ONU instituiu, em favor das pessoas idosas, cinco princípios – independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade – que conferem ao público idoso condições para que realmente possa usufruir os direitos fundamentais e ter um envelhecimento digno.

Diante da relevância desse contexto e das preocupações da Cúpula das Nações Unidas, representantes de governo dos países desenvolvidos e em desenvolvimento fomentaram novas discussões a respeito dos direitos da pessoa idosa. Assim, em 1999, a Assembleia Geral da ONU instituiu o Ano Internacional do Idoso. E em 2002 em Madri, na Espanha, aconteceu a II Assembleia Internacional do Envelhecimento. Esse encontro teve como tema sociedade para todas as idades e como objetivo “[...] iniciar um programa internacional de ação que visa garantir, a segurança econômica e social das pessoas idosas, possibilitando oportunidades para que essas pessoas contribuam para o desenvolvimento de seus países”. (BRASIL, 2003a).

Assim, as discussões giraram em torno de permitir que a pessoa idosa contribua plenamente para o desenvolvimento do país e se beneficie em condições de igualdade, para desfrutar de vida plena com saúde e dignidade e sem violência ou descaso. Como resultado dos debates, os países participantes elaboraram dois documentos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos para todos os cidadãos e o PAIE. Ambos os documentos incluem as pessoas idosas nas esferas econômica e social, considerando suas capacidades e experiências, além de defender seus direitos diante de qualquer discriminação.

Neste estudo, não analiso a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas enfatizo o PAIE por tratar diretamente dos direitos da população longeva. O PAIE é formado por 19 artigos e 62 recomendações, que estão pautadas em ações para saúde, nutrição, proteção de consumidores idosos, habitação, meio ambiente, família, bem-estar social, segurança de renda, trabalho e educação, bem como em coleta e análise de dados de pesquisas para o envelhecimento. Consequentemente, objetiva responder aos desafios do envelhecimento da população mundial e promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades, orientando os governos a elaborar e aplicar políticas públicas priorizando três medidas, que são: 1) pessoa idosa e desenvolvimento; 2) promoção da saúde e do bem-estar na velhice; e 3) a criação de um ambiente propício e favorável que atenda às necessidades de indivíduos e às sociedades que envelhecem. (BRASIL, 2003a). Para cada aspecto, foram estabelecidos temas e objetivos a serem assumidos pelos representantes da ONU nas áreas social, de saúde, de economia, de educação, de cultura e de lazer, de forma a assegurar a proteção do público idoso e lhe propiciar vida digna em uma sociedade inclusiva e democrática.

No que se refere à primeira prioridade – participação ativa da pessoa idosa e desenvolvimento na sociedade –, esta é de responsabilidade dos governantes nas esferas nacionais e locais. Isso vai ao encontro do que dispõe o PAIE ao definir associações, sindicatos, cooperativas, sociedade civil, organizações privadas, instituições de pesquisa e ensino, instituições educativas, institutos religiosos e meios de comunicação como principais atores para a busca dos direitos fundamentais da participação dos longevos e de suas entidades representativas.

De acordo com os compromissos assumidos com a ONU, os governantes, para cumprir os objetivos estabelecidos, devem “[...] oferecer oportunidades, programas e apoio para estimular a pessoa idosa a participarem ou continuarem participando em atividades culturais, econômicas, políticas, esportivas, recreativas e sociais e em aprendizagem ao longo de toda a vida para o desenvolvimento do seu bem-estar”. (BRASIL, 2013a, p. 34). Com essas

recomendações, surge um novo contexto para a população idosa, que visibiliza uma sociedade de inclusão e oportunidades para todas as idades.

Diante dessa conjuntura, ao mesmo tempo em que é reconhecida a importância de colocar na agenda as discussões de políticas públicas para o envelhecimento, questiona-se a real preocupação da cúpula da época – se voltada ao bem-estar da pessoa quando atingir a velhice ou aos desafios que a velhice implica à economia mundial. De toda forma, é notório que, com o aumento da expectativa de vida e do número da população idosa, das aposentadorias e das pensões e com a redução da população ativa no trabalho, os custos recaem sobre os cofres públicos, além de sobrecarregar o sistema de saúde, sendo essa uma realidade que exige solução em curto prazo. Nesse sentido, a ONU e a OMS utilizam o mesmo discurso para elaborar políticas para o envelhecimento com interesses de evitar despesas para os sistemas de saúde e eliminar qualquer entrave para o desenvolvimento dos países. (SILVA; SOUZA, 2010).

Já a segunda prioridade enfatiza a promoção da saúde e do bem-estar no processo de envelhecimento. Por conseguinte, uma população saudável pode ser uma estratégia positiva para o desenvolvimento da sociedade, conferindo aos longevos o direito de serem assistidos pelo serviço público de saúde na prevenção de doenças e, assim, assegurando-lhes qualidade de vida.

A OMS (2015) define saúde como sendo “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente como ausência de doenças ou sofrimentos”. Portanto, envelhecer com saúde plena requer um esforço pessoal contínuo, sendo imprescindível, para isso, adotar uma alimentação saudável, não consumir álcool e/ou tabaco, ir regularmente ao médico e praticar atividades físicas, recreativas e outras atividades que mantenham a pessoa ativa física e intelectualmente.

Nessa conjuntura, assegurar a criação de ambiente propício e favorável ao envelhecimento foi eleita como a terceira prioridade, sendo um dos objetivos principais da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. Assim, foi reafirmado o compromisso com sistemas políticos participativos, transparentes, responsáveis e com gestão eficiente nas relações nacionais e internacionais, visando fortalecer políticas e programas com a finalidade de incluir as pessoas independentemente de credo, gênero, idade, cor e classe social e assegurar o direito a viver em um ambiente que valorize as capacidades de cada um.

Desse modo, as prioridades indicadas no PAIE são um marco importante em defesa dos direitos da pessoa idosa: ao valorizá-la, respeitando e reconhecendo sua capacidade em realizar atividades e expressar seu pensamento e seus saberes, evita a marginalização e segregação. No entanto, observa-se que, na prática, as recomendações do PAIE, como, por exemplo, os serviços

e os sistemas de proteção sociais ofertados à população, não condizem com o proposto, uma vez que a deficiência na geração e arrecadação de renda, somada aos novos problemas devido às mudanças demográficas e a outros fatores, coloca em risco o financiamento desses serviços em vários países em desenvolvimento. (BRASIL, 2003b).

Cabe mencionar, ainda, que a Assembleia Mundial incorporou a questão do envelhecimento em sua agenda política e decretou, em 1982, o Ano Nacional do Idoso. A partir dessa data, no Brasil, ocorreram várias iniciativas para possibilitar à pessoa idosa um envelhecimento saudável, tais como realização do I Encontro Nacional de Idosos pelo Serviço Social do Comércio (SESC)²¹, promoção de eventos para debater o envelhecimento por parte da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)²² e início de atividades no Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI)²³ por universidade como a PUCSP e a UFSC. (RAUTH; PY, 2016).

Seguindo a cronologia do contexto de eventos sobre o envelhecimento, em 2012, em San José de Costa Rica, os representantes dos governos reuniram-se para realizar a terceira Conferência Regional Intergovernamental sobre o Envelhecimento na América Latina e no Caribe. Esse evento foi realizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal)²⁴ e pelo Governo de Costa Rica, com o propósito de identificar as principais ações relacionadas aos direitos humanos e à proteção social das pessoas idosas. (ONU, 2012). O resultado dessa Conferência originou a Carta de San José sobre os Direitos do Idoso, que, em seus 19 itens, contempla seguridade social, saúde, trabalho e educação na perspectiva permanente e repudia todo e qualquer tipo de violência e maus-tratos contra a pessoa idosa. Desse modo, busca ratificar as recomendações propostas no PAIE, reafirmando o valor, a proteção e a promoção dos direitos fundamentais e da liberdade dos longevos em contexto internacional, nacional e regional.

²¹ O SESC foi criado em 1963 como entidade privada que objetiva proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores do comércio e a suas famílias. (SOBRE..., 2018).

²² A SBGG, fundada em 16 de maio de 1961, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal congregar médicos e outros profissionais de nível superior que se interessem pela geriatria e gerontologia, estimulando e apoiando o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico na área do envelhecimento. Além disso, visa promover o aprimoramento e a capacitação permanente dos seus associados. (SOBRE..., 2019).

²³ Em março de 1982, iniciou a discussão das primeiras ideias sobre o trabalho com pessoas idosas, as quais foram apresentadas para a UFSC pelas professoras Neusa Mendes Guedes e Lúcia Hisako Takase Gonçalves. Em agosto de 1983, foi oficialmente criado o NETI, por meio da Portaria n.º 0484/GR/83 do Reitor Ernani Bayer. (HISTÓRIA, 2020).

²⁴ O Cepal é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundado para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe, incorporando o objetivo de promover o desenvolvimento social. (SOBRE..., 2020).

Posteriormente, em Washington, em 2015, aconteceu a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. (BRASIL, 2015). Seu principal objetivo era promover, proteger e assegurar o reconhecimento, em condições de igualdade, de todos os direitos humanos, bem como reconhecer liberdades fundamentais da população idosa, a fim de contribuir para sua plena inclusão, integração e participação na sociedade. Durante a Convenção, foram elaborados 15 princípios que incorporam e priorizam o tema do envelhecimento nas políticas públicas, instituindo que essas políticas devem garantir:

a) A promoção e defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais do idoso; b) A valorização do idoso, seu papel na sociedade e sua contribuição ao desenvolvimento; c) A dignidade, independência, protagonismo e autonomia do idoso; d) A igualdade e não discriminação; e) A participação, integração e inclusão plena e efetiva na sociedade; f) O bem-estar e cuidado; g) A segurança física, econômica e social; h) A autorrealização; i) A equidade e igualdade de gênero e enfoque do curso de vida; j) A solidariedade e o fortalecimento da proteção familiar e comunitária; l) O bom tratamento e a atenção preferencial; m) O enfoque diferencial para o gozo efetivo dos direitos do idoso; n) O respeito e a valorização da diversidade cultural; o) A proteção judicial efetiva; p) A responsabilidade do Estado e a participação da família e da comunidade na integração ativa, plena e produtiva do idoso dentro da sociedade, bem como em seu cuidado e atenção, de acordo com a legislação interna. (BRASIL, 2015).

Cabe destacar que a Carta de San José e a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos são documentos importantes, mas ainda não são constituídos como marcos legais, de forma que prevalecem as recomendações do PAIE. Além disso, ao analisar as legislações internacionais, percebi que as recomendações do PAIE passaram a ser consideradas no campo das políticas públicas pelos países participantes das assembleias mundiais sobre o envelhecimento. Desse modo, o PAIE tornou-se um instrumento norteador para os países elaborarem, promulgarem leis e estatutos e criarem conselhos da pessoa idosa e programas internacionais, nacionais, estaduais e municipais em resposta a problemas e necessidades de caráter mundial. Ao adotar medidas em defesa dos direitos da pessoa idosa, cada país configura de maneira diferente as políticas públicas, considerando seu processo histórico, econômico e político e sua integração regional.

É importante mencionar, ainda, que a crescente mudança demográfica também incide sobre a globalização da economia. Novos padrões de vida são desencadeados pelo sistema capitalista, que geram anseios e interesses por novos direitos. A esse respeito, Wolkmer (2003, p. 20) sinaliza que “[...] esses nem sempre são novos, mas provêm de um processo de lutas específicas e conquistas das entidades coletivas plurais para serem reconhecidos pelo Estado ou pela ordem pública constituída”. Logo, os processos históricos dos direitos individuais, sociais, coletivos, metaindividuais, bioéticos e virtuais estão associados às necessidades

humanas e à legitimidade de ação dos novos atores sociais, uma realidade que demanda mais instrumentos jurídicos e políticas públicas, em especial as que priorizam a população idosa.

Tendo isso em vista, na próxima seção, apresento como se configuram as políticas públicas para os longevos no Brasil e como estas têm sido adotadas na esfera do município de Vacaria.

5.3 Legislação dos direitos dos longevos no Brasil: da Constituição Federal ao Estatuto do Idoso

Nesta seção, contextualizo e analiso a adoção das políticas públicas para o público idoso no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, do Plano Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, articulando tal análise aos dados coletados por meio das entrevistas com os participantes. Destaco que se trata de uma análise parcial, que considera apenas os artigos pertinentes para atingir os objetivos deste estudo.

O grande marco civilizatório no contexto de direitos fundamentais da população brasileira ocorreu no Governo de José Sarney (1985-1990), quando uma assembleia formada por congressistas conservadores e progressistas aprovou a Constituição Federal de 1988. Esta ampliou a equidade e defesa da justiça social a todos os brasileiros, fazendo com que o idoso fosse reconhecido e tivesse seus primeiros direitos assegurados. (RAUTH; PY, 2016).

Conhecida como Constituição Cidadã, consolidou a transição de um regime militar para um democrático. Logo em seu primeiro artigo, essa Constituição registra que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, assegurando o exercício dos direitos sociais, políticos e individuais e instituindo preceitos progressistas, tais como liberdade, igualdade de gênero e direito à educação, ao trabalho e à saúde. Um Estado Democrático, segundo Chauí (1993, p. 194), é alcançado quando o país “[...] cria condições para que o cidadão seja soberano e interfira realmente nas decisões sociais e econômicas através dos órgãos de decisão política”. Essas tomadas de decisões são permeadas por relações sociais e contradições instauradas em um contexto histórico e social.

A Constituição Cidadã, em seus 250 artigos, reúne anseios democráticos e ideais progressistas que garantem a todos os cidadãos seus direitos fundamentais e expressam a estrutura do Estado, com normas essenciais à organização e consolidação de um Estado Democrático, bem como ao exercício da cidadania. A sua estrutura contempla nove títulos: I) dos princípios fundamentais; II) dos direitos e garantias fundamentais; III) da organização do Estado; IV) da organização dos poderes; V) da defesa do Estado e das instituições democráticas;

VI) da tributação e do orçamento; VII) da ordem econômica e financeira; VIII) ordem social; e IX) das disposições constitucionais gerais. Vale lembrar que, neste momento, não pretendo analisar todos os capítulos, voltando o foco apenas a alguns artigos dos títulos I, II e VII que contribuem para este estudo.

Para melhor compreender do que trata cada título ser analisado, apresento-os de forma sintetizada. No título I, ao prever dos princípios fundamentais, estabelecem-se os princípios de igualdade e justiça e os objetivos fundamentais do Estado brasileiro, isto é, o direito a ter direitos. No artigo 3.º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, fica disposto que o Estado precisa “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já no título II, ao tratar da garantia dos direitos fundamentais, a Constituição expressa uma ruptura de paradigma de direitos para a pessoa humana e inclusive para a pessoa idosa. Mesmo com os direitos fundamentais assegurados em seus artigos, esse marco legal não reduz as desigualdades sociais. Nessa dimensão, “[...] a dinâmica de construção de cidadania, passa pelo reconhecimento de direitos do ponto de vista jurídico, implicando, uma dinâmica contraditória de lutas e de forças entre estruturação legal e a vida real”. (FALEIROS, 2012, p. 52). O título VIII, por sua vez, abarca os direitos sociais relacionados ao convívio e ao desenvolvimento social do cidadão e o dever do Estado de garantir seguridade social, saúde pública, previdência e assistência social, educação, trabalho, lazer, cultura e esporte a todos os cidadãos brasileiros, incluindo a pessoa idosa. (BRASIL, 1988).

Os instrumentos legais são considerados balizadores históricos para a sociedade brasileira, pois representam um avanço na efetivação dos direitos fundamentais, políticos e sociais. Esses direitos são materializados por meio de políticas públicas, responsabilizando o Estado, em determinado período, a conceber aos cidadãos, independentemente de suas condições sociais, culturais, raciais, econômicas, serviços e ações que possibilitem a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania.

Embora o PAIE (1982 e 2002) tenha tido importante influência na definição da PNI, esta apresenta características próprias da estrutura socioeconômica brasileiras para assegurar os direitos e a proteção à população idosa, garantindo a sua cidadania, assim, criaram-se leis específicas que resultam de debates realizados entre as organizações sociais dos longevos e as instituições privadas, bem como de seminários, conferências e audiências públicas com temáticas sobre o envelhecimento. (PRADO, 2012). Vale destacar, ainda, que os direitos da pessoa idosa e sua inclusão na esfera constitucional não estão limitados ao corte de idade, apesar de este ser um critério para outorgar ou limitar direitos construídos na relação entre Estado,

sociedade e mercado de trabalho. (FALEIROS, 2012). Conforme Faleiros (2012), os direitos da pessoa idosa simbolizam uma questão política, resultante do compromisso da sociedade ante o envelhecimento demográfico, articulado com as mudanças econômicas no capitalismo brasileiro e na mobilização da sociedade por liberdade.

Nesse cenário, em âmbito nacional, pela influência de debates internacionais sobre o envelhecimento, foram elaborados mecanismos regimentais específicos à pessoa idosa, como a Lei n.º 8.842/1994, que dispõe sobre a PNI e cria o CNI. Formada por um conjunto de ações governamentais com o objetivo de assegurar os direitos sociais dos longevos, visava criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Para a elaboração dessa lei, atuaram entidades civis, representações de grupos etários de pessoas idosas e entidades técnicas, com destaque para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Para a coordenação e gestão dessa política, foi designada a Secretaria de Assistência Social do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACONIN, 2016).

Nesse cenário, cabe destacar, segundo Camarano e Pasinato (2004, p. 269), que “[...] o idoso é um sujeito de direitos e deve ser atendido de maneira diferenciada em cada uma das suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas”. A partir desse ponto de vista, a PNI, composta de 22 artigos e estruturada em seis capítulos (I – da finalidade; II – dos princípios e das diretrizes; III – da organização e gestão; IV – das ações governamentais; V – do Conselho Nacional; e VI – das disposições gerais), foi um avanço na proteção social da população longeva. A finalidade dessa lei é assegurar os direitos sociais do público idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. (BRASIL, 1994). Além disso, essa lei estabelece a criação de conselhos nacional, estadual e municipal do idoso em seu artigo 6.º, definindo o CNI como um órgão superior permanente, paritário e deliberativo, composto por igual número de representantes dos órgãos e das entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. (BRASIL, 1994). Cabe ressaltar, ainda, que a viabilização desse documento legislativo somente ocorreu em 2002, por conta do veto aos artigos 11 a 18 da PNI.

Nessa perspectiva, o guia prático para a criação de conselhos e fundos estaduais e municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa, publicado em 2013, esclarece a natureza deliberativa e partidária desses órgãos, explicitado que a

Natureza deliberativa significa que o colegiado tem autoridade e competência para intervir, formular, propor alterações, acompanhar, e avaliar as políticas públicas e ações privadas destinadas ao atendimento da pessoa idosa, além de incentivar e/ou propor, junto aos poderes e autoridades competentes, a criação dos fundos especiais da pessoa idosa em sua instância político-administrativa. Já a natureza paritária significa que o conselho deve ser constituído por igual número de representantes do governo e da sociedade civil local. Com estas características os conselhos constituem espaços propícios para o exercício da participação direta e do controle democrático das políticas destinadas ao atendimento da pessoa idosa. (BRASIL, 2013b, p. 13).

A participação da sociedade civil nos conselhos proporciona um espaço de diálogo, de aprendizagens entre representantes governamentais, entidades, grupos de longevos e universidades, configurando, assim, o exercício da participação e do controle democrático das políticas destinadas ao atendimento da pessoa idosa. (BRASIL, 2013b). Contudo, devido a várias críticas da não efetivação de inúmeras medidas de proteção e ações previstas da PNI, em 2003, foi sancionada a Lei n.º 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. O principal autor desse Projeto de Lei foi o deputado Paulo Paim (do Rio Grande do Sul). Entre as discussões e a aprovação pelo Congresso Nacional foram necessários mais de 20 anos de intensa mobilização por parte dos principais coautores que deram origem ao documento, como entidades representativas de aposentados e pensionistas, movimento social do idoso e organizações não governamentais (ONGs).

O Estatuto do Idoso, resultante desse esforço coletivo, contempla 118 artigos e sete títulos, com seus respectivos capítulos, que estão pautados na proteção social e na inclusão social. No título I, expressa as disposições preliminares e define para efeitos jurídicos o idoso como a pessoa com 60 anos ou mais, além de ratificar os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. No título II, dispõe os direitos fundamentais à vida, à liberdade, ao respeito à dignidade, aos alimentos, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, ao trabalho, à previdência e assistência social, à habitação e ao transporte. Já no título III, define as medidas de proteção à pessoa idosa e, no título IV, prescreve a política de atendimento ao longo por meio de ações governamentais e não governamentais envolvendo União, Estados e Municípios. No título V, estabelece que todo longo tem acesso à justiça por meio do Ministério Público para receber, acompanhar e deferir ações de proteção aos seus direitos. No título VI, caracteriza tipos de crimes contra a pessoa idosa e suas penalidades conforme o código penal, encerrando com as disposições finais e transitórias no título VII. (BRASIL, 2003a).

Considerando o prescrito na Constituição Federal de 1988, o PNI e o Estatuto do Idoso incorporam as pessoas idosas e avançam na garantia de direitos sociais, conforme enfatizam Rauth e Py (2016, p. 55):

A política do idoso nasce então para ratificar questões fundamentais como os princípios de que o envelhecimento diz respeito a toda a sociedade e não só às pessoas idosas; de que as transformações necessárias na estrutura social exigem que o idoso seja o agente e o destinatário delas; e de que as pessoas idosas têm direito ao desenvolvimento de ações em todas as políticas setoriais.

A esse respeito, Andrade (2017) afirma que as políticas públicas envolvendo os direitos sociais surgem a partir da Revolução Industrial, desencadeadas por conflitos entre capital e trabalho. Assim, menciona que,

Nas primeiras décadas do século XX, o Estado passou por modificações que o levaram a ampliar seu escopo de atuação de um âmbito apenas político para um âmbito de serviço, de modo que surgiu o Estado social, que estabelece um poder democrático e representa um projeto de promoção do pacto social, econômico e político. Aos direitos fundamentais do homem foi acrescentada a dimensão dos direitos sociais, que são serviços oportunizados pelo Estado. (ANDRADE, 2017, p. 84).

Nessa perspectiva, o Estado deve atender às demandas da população, assegurando a proteção social e a inclusão social, uma vez que inclusão social da pessoa idosa na proteção social “[...] é uma condição da coesão social, não só intergeracional, mas também de redução da pobreza na velhice e na efetivação dos direitos humanos”. (FALEIROS, 2012, p. 3). Desse modo, o Estatuto do Idoso menciona algumas instâncias responsáveis por garantir a proteção e a inclusão social da pessoa idosa: Conselho do Idoso, Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Vigilância em Saúde, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e Polícia Civil.

Para compreender a adoção das políticas públicas voltadas à pessoa idosa, não poderia deixar de analisar o sistema de proteção social, que propiciou o alcance de muitas conquistas para minimizar a pobreza e a desigualdade social. Assim, para enfrentar as imensas carências que lesam a população brasileira, em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei n.º 8.742/93 –, que estabelece normas e critérios para a organização da assistência social, sendo esta um direito do cidadão e dever do Estado, instituída como política pública não contributiva, que visa à proteção da saúde, ao enfrentamento da pobreza e ao provimento de condições, a fim de efetivar a legalidade dos direitos sociais a todos os cidadãos brasileiros. (BRASIL, 1993).

Essa lei implementou o SUAS, com o objetivo de interromper a fragmentação que até então marcava os programas do setor e instituiu, efetivamente, as políticas públicas e a transformação efetiva da assistência em direito. (BRASIL, 2009). Nesse enfoque, a seguridade social efetiva-se como política pública, sendo esta “[...] um campo desafiante, dos direitos, da

universalização dos acessos e da responsabilidade do Estado com os brasileiros que dela necessitar”. (BORGES, 2012, p. 106).

A LOAS está estruturada em nove capítulos e 42 artigos, que expressam as determinações legais de proteção e promoção social. O capítulo I abarca as definições e os objetivos para garantir o atendimento às necessidades básicas da população brasileira. O capítulo II, por sua vez, contempla os princípios e as diretrizes da organização da assistência social. Já o capítulo III define a organização e a gestão das ações na esfera nacional, estadual e municipal. O capítulo IV expressa benefícios, serviços, programas de assistência e projetos social de enfrentamento à pobreza, enquanto o capítulo V institui o financiamento da assistência social e o capítulo VI apresenta as disposições gerais e transitórias. (BRASIL, 1993).

Para assegurar os direitos da pessoa idosa no contexto do município de Vacaria, em 1997 foi promulgada a Lei n.º 1.781/97, que dispõe acerca da política de assistência social e cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Plano Anual de Ação da Assistência Social. Ressalto que, conforme relatado na seção de procedimentos metodológicos deste capítulo, não obtive acesso ao Plano Anual de Ação da Assistência Social, razão pela qual esse documento não integra a análise pretendida.

A partir de então, foram dados os primeiros passos em direção à implantação de programa e serviços voltados para a população idosa. Em 1999, segundo uma entrevistada deste estudo, foi reativada a lei do Conselho Municipal Social, que havia sido criada em 1997 para desenvolver programas e garantir os direitos sócios assistenciais. Nesse contexto, a entrevistada Ameixa²⁵ relatou que o primeiro Plano de Ação da Assistência Social foi elaborado pela assistente social, prevendo a contratação de psicóloga e de estagiários para a realização de oficinas de ginástica e artesanato: *“a gente [assistente social] fez o primeiro plano, criou os grupos e projetos dentro da política social. Para a efetivação do Plano de Ação da Assistência Social, foi contratada uma psicóloga e oficineiros e planejamos o que seria feito para o usuário da assistência social”*. Diante desse relato, ficou evidente que quem elaborou planos e projetos e organizou os grupos de convivência foram os representantes da administração pública, não havendo participação da população longeva agregada ao poder público municipal para elaborar e discutir o Plano de Ação da Assistência Social, especificamente as ações e atividades relacionadas às pessoas idosas. Nesse momento histórico, constata-se a exclusão dos saberes e das experiências do público idoso, que acaba não tendo participação na elaboração das políticas públicas para o envelhecimento.

²⁵ Para preservar o anonimato dos/as entrevistados/as, serão adotados nomes fictícios de frutas e flores.

Demo (1999, p. 18) esclarece que a participação é um processo “[...] em constante vir-a-ser, sempre se fazendo [...] existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada”. Logo, para romper com ações e decisões autoritárias e não ferir a Constituição brasileira, é importante acionar a população idosa na luta pela participação democrática, em um processo dialético de construção permanente.

De acordo com a LOAS, os Conselhos de Assistência Social são órgãos deliberativos do SUAS que têm competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal. (BRASIL, 1993). Desse modo, o Conselho da Assistência Social seria um espaço para a população idosa participar na tomada das decisões e na conquista e efetivação de seus direitos.

Nesse contexto, conforme o relato da entrevistada Ameixa, o Plano Municipal de Ação da Assistência Social de 1997²⁶ teve por objetivo realizar encontros semanais com idosos que estavam internados nas casas de longa permanência. Para realizar as atividades previstas no plano, foram convidados os idosos da Associação Beneficente Santa Isabel²⁷ e das ILPIs²⁸. Em depoimento, a entrevistada Ameixa expôs que, na ocasião, a prefeitura disponibilizou carro público para transporte dos longevos, ato que sinaliza uma ação assistencialista que se concretizou a partir da ideia do favor. Conforme Sousa (2016), um programa que é fruto de um estado paternalista, com concepções e práticas assistencialistas, não favorece o protagonismo nem a emancipação dos usuários das políticas sociais.

Ressalta-se, assim, que a concepção de assistencialismo no cenário municipal está presente mesmo após nove anos de promulgação da Constituição Federal de 1988, documento legal que não deixou de prever normas destinadas à proteção da pessoa idosa – as constituições anteriores a esta enfatizavam apenas questões relacionadas à previdência social e ao assistencialismo. Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas eram de caráter protetivo e caridoso, realizadas por congregações religiosas ou entidades leigas e filantrópicas. (RAMOS, 2003).

Na conjuntura nacional, em decorrência de demandas sociais intensificadas em 2004, houve a necessidade de reestruturação na assistência social, por meio da Resolução n.º 145 do

²⁶ Esse documento não foi disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Vacaria.

²⁷ O Asilo Santa Isabel, como é conhecido no município e na região, é uma entidade filantrópica que atua há 56 anos na prestação de serviços de caráter assistencial aos longevos com 60 anos ou mais, carentes de recursos socioeconômicos ou em vulnerabilidade social, residentes e domiciliados em Vacaria.

²⁸ ILPIs são casas asilares particulares que recebem pessoas idosas residentes no município e na região.

Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS), que aprovou a PNAS com a proposta de criar o SUAS. (BRASIL, 2004b). A PNAS buscou “[...] incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado”. (BRASIL, 2005, p. 13).

Ao expressar a assistência social como pilar do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social, por meio da Lei nº. 12.435/11, o LOAS passou por significativas alterações, definindo que a gestão das ações se organiza de forma descentralizada na prestação de assistência social. Ante uma nova organização da gestão, a descentralização permitiu o desenvolvimento de formas inovadoras e criativas na sua implementação, de modo que a implicar a participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e o cofinanciamento entre as esferas de governo e a sociedade civil. (BRASIL, 2005). Dessa maneira, as demandas sociais contribuíram para o aprimoramento da política pública, que passou a oferecer ações cada vez mais qualificadas aos seus usuários, motivo pelo qual se faz necessário repensar o SUAS. Assim, por meio da Resolução n.º 109/2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS), padronizou-se o serviço de proteção básica e especial em todo o território nacional, contribuindo para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial aos indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social. (BRASIL, 2013b).

Nesse cenário, a TNSS organizou as ações e serviços de assistência social em dois níveis de complexidade do SUAS: o serviço de Proteção Social Básica, com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e o serviço de Proteção Social Especial, destinado ao atendimento de serviços de média e alta complexidade. (BRASIL, 2013b).

Ao serviço de Proteção Social Básica está vinculado o SCFV, que detém um caráter preventivo e proativo, com o fito de alcançar alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social e, assim, consolidar direitos de acolhimento e de convívio familiar e comunitário. (BRASIL, 2013b). O SCFV foi implantando no município de Vacaria em 2009 e está sob a coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Este serviço, porta de entrada dos usuários à rede de proteção social do SUAS, é responsável por articular e fomentar ações que avalizem o acesso aos direitos sociais. (BRASIL, 2004a).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), por sua vez, desenvolve ações de proteção a diferentes grupos etários, bem como a crianças, mulheres e idosos com necessidades especiais, entre outros que tiveram seus direitos violados. Nesse

sentido, a entrevistada Ameixa enfatiza que o Creas “*recebe denúncias de maus tratos e violência física, afetiva, cognitiva contra os idosos, realiza as averiguações e encaminha as denúncias para a Promotoria Pública*”. A transcrição citada reforça o compromisso do município de Vacaria em acionar o Poder Judiciário local sempre que for necessário aplicar medidas de proteção à pessoa idosa, pois se trata de um direito reconhecido na legislação brasileira.

No que se refere à proteção ao público idoso, a Constituição Federal de 1988 define que a responsabilidade não fica somente a cargo da família, mas também dos órgãos governamentais e da sociedade, reiterando que ele necessita ser percebido e respeitado como sujeito sem discriminação, segregação e preconceito perante a sociedade. (BRASIL, 1988). Desse modo, o artigo 230 assegura a proteção da pessoa idosa, prescrevendo para

[...] a família, a sociedade e o Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. A legislação prevê ainda nos parágrafos primeiro e segundo do referido artigo que os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares e aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (BRASIL, 1988).

A família é a primeira instância a dar atenção e proteção à pessoa idosa, mas, ante o crescente processo de envelhecimento, compete ao Estado elaborar novas leis para proteger esse contingente populacional contra a discriminação, a violência e as dificuldades econômicas. Assim “[...] como os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. (BRASIL, 1988).

A proteção ao público idoso pelo Estado é prevista desde a Constituição Federal de 1988, porém, no Estatuto do Idoso, estão expressas as atribuições conferidas ao Ministério Público para requerer e determinar medidas de proteção e fiscalização das entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa. Nessa conjuntura, atendendo ao PNI, ao Estatuto do Idoso e à nova tipificação dos serviços prestados pelo SUAS, os gestores públicos planejam e instituem programas vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social para desenvolver ações à população longeva. Todos os planos elaborados seguem orientações da TNSS e tem como objetivos:

Contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; e propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem

a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários. (BRASIL, 2013b).

Dessa forma, os objetivos da TNSS contemplam as reflexões do capítulo IV da LOAS, que expressa programas de assistência e projetos social que valorizem e estimulem o protagonismo dos usuários. Nesse sentido, faz-se necessário implementar a pedagogia social e a educação social como metodologia com o intuito de valorizar as experiências individuais ou grupais por meio de projetos assistenciais em ambientes não formais. (CALIMAN, 2010). Assim, a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Vacaria oferece diferentes serviços e espaços para assegurar os direitos da população longeva, tais como: o CRAS, o CREAS, o Centro de Referência do Idoso Firmo Carneiro²⁹, o CMI e os grupos de convivência. Logo, a assistência social segue as normativas do Estado brasileiro, que tem o dever de garantir o atendimento às necessidades básicas por intermédio de programas, projetos e ações integradas e destinadas a suprir as necessidades básicas da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Vale lembrar que, para assegurar uma velhice com dignidade, não basta criar atividades socioculturais como grupos de convivência, sendo preciso, também, formular e executar políticas públicas vislumbrando programas na área social, da saúde e da educação como alternativas de participação e convívio com seus pares e demais gerações. (BRASIL, 2003a). Nessa perspectiva, busquei compreender como incide a efetivação da política voltada ao público idoso e dos serviços prestados à população longeva de Vacaria. A esse respeito, a fala do entrevistado Caqui revela que *“É uma política que ainda vai ter que ser discutida, está sendo implantada, é uma coisa ainda de 20 anos atrás. [...] o Conselho vai ter que sentar com a administração e discutir a política do idoso”*, evidenciando, assim, que não há um protagonismo direto da pessoa idosa, pois é representada por profissionais técnicos que atuam no SUAS.

Desse modo, são percebíveis fragilidades em relação à participação democrática, que teve sua concepção advinda da Constituição Federal, sendo considerada um grande avanço no plano da universalização dos direitos fundamentais e sociais, aspecto que também pode ser evidenciado na fala da entrevistada Ameixa, que considera que as políticas públicas estão em fase de implementação: *“[...] a implementação das políticas públicas hoje está progredindo, mas lentamente; acho, também, que está adiantada no sentido que tem um Conselho do Idoso bem atuante com uma presidente bem atuante e pessoas da comunidade que fazem parte desse*

²⁹ O Centro de Referência do Idoso Firmo Carneiro, conhecido como casa do idoso, faz parte da rede socioassistencial do município, prestando serviço na proteção social básica.

Conselho”. Ao comparar as falas de Caqui e Ameixa, notam-se contradições, já que, por um lado, elogiam a atuação do Conselho e, por outro, mencionam que precisam conversar com os membros do Conselho para a tomada de decisões e para a garantia dos direitos da população longeva de Vacaria. Ao encontro disso, Berzins e Borges (2012) destacam que a participação da sociedade civil, em especial do CMI nos processos de tomada de decisão e execução de políticas públicas, seria elemento fundamental na busca de desenvolvimento, equidade e democracia.

Já a entrevistada Maçã menciona que as normativas do Estatuto do Idoso e as leis de proteção à pessoa idosa têm tido um bom resultado, afirmando, ainda, que, com o aumento da população longeva no país, a qualificação e ampliação dos serviços e programas que possam atender às necessidades das pessoas idosas serão cada vez mais exigidas. Contudo, observa certas fragilidades, como, por exemplo, a ausência de serviços e programas de proteção ao público idoso.

O entrevistado Pêssego, por sua vez, relata que em Vacaria *“a política pública para idoso tem suas vantagens, como, por exemplo, grupos de convivência. A gente já fez passeio ferroviário, passeios no município, visitar outros grupos aqui na região, não de forma sistemática, quando tem interesse entre os grupos”*. Embora seja grande valia proporcionar a inserção dos longevos nos grupos de convivência, diante dos direitos violados desse contingente populacional, será necessário criar ações e programas continuados que promovam a cidadania e emancipação do público idoso.

Pelas declarações dos entrevistados, é possível inferir que a implementação das políticas voltadas à pessoa idosa está bem encaminhada. Todavia, os entrevistados idosos apontam, em suas falas, que seus direitos ainda esbarram em alguns entraves. Diante do que é previsto na legislação, a população longeva de Vacaria usufrui de direitos básicos, como transporte gratuito, prioridades na fila do banco e vaga para estacionamento. Conforme relato da entrevistada Maçã, não são oferecidos outros serviços ao público idoso, porque os recursos públicos são limitados: *“a gente gostaria de fazer muita coisa, mas não temos condições, não tem repasse de verba”*. Entretanto, cabe ressaltar que há o FMI, uma alternativa para captar recursos financeiros e oferecer outros serviços à população longeva. Desse modo, cada ente federado tem autonomia para decidir como aplicar esses recursos financeiros de acordo com os princípios constitucionais para atender às demandas dos longevos.

Ademais, o processo de adoção das políticas públicas para pessoas idosas em Vacaria apresenta fragilidades, principalmente por parte dos setores governamentais, no que se refere à estruturação de serviços, programas e projetos voltados às necessidades da população longeva.

Os estudos de Quadros (2013) chamam atenção à necessidade de rever as várias iniciativas de programas e projetos para pessoas idosas que precisam ser contempladas para assegurar a essas pessoas seus direitos.

Tendo isso em vista, busquei saber como o Estatuto do Idoso é discutido junto aos grupos de convivência. A esse respeito, transcrevo trechos das falas de três entrevistadas, Rosa, Azaleia e Margarida: *“Eu já ouvi falar do Estatuto do Idoso, esses tempos distribuíram para nós”*; *“Às vezes a professora comenta algumas coisas sobre a legislação do idoso, mas não discutimos muito”*; e *“os idosos possuem prioridades na fila dos bancos, no ônibus, transportes intermunicipais”*. Por meio desses relatos, percebi que as pessoas idosas possuem informações e contato com a legislação, porém não são incentivadas a fazerem uma leitura mais detalhada desses dados, capaz de despertar a discussão e conscientização de seus direitos.

Nas entrevistas, ficou evidente ainda que alguns conceitos estão equivocados, principalmente no que concerne aos direitos que de fato estão estabelecidos na legislação, tal como relatam Rosa e Gerânio: *“Em anos anteriores, a prefeitura nos dava o ônibus para viajarmos, agora temos que pagar as despesas do bolso”*; e *“O município promovia festinhas para comemorar os aniversários, dava merenda. Agora não tem mais, perdemos esse direito”*. Nessas falas, fica evidente a permanência do assistencialismo como sinônimo de direito do público idoso, cabendo ressaltar, conforme entende Hagen (2011), que os direitos ordenados no Estatuto somente terão ascensão quando se tornarem uma carta real de cidadania, consolidada por toda a sociedade e não apenas discutida em uma legislação. Logo, ainda há muito a ser feito para efetivar o Estatuto do Idoso, iniciando por uma mudança cultural que permita à pessoa idosa participar, ter voz ativa, ser escutada e se tornar agente ativo e protagonista de sua cidadania.

É necessário salientar, também, que, embora a população longeva de Vacaria tenha condições de acesso ao conhecimento no que se refere aos seus direitos elementares e à sua participação democrática, nem todos buscam e/ou se apropriam desse conhecimento, aceitando situações de discriminação e marginalização. Nas entrevistas, evidenciou-se descaso por parte dos gestores, que mencionam que *“[...] o idoso já tem uma noção dos direitos deles, às vezes eu informo alguma coisa para eles [...] e uma vez por ano tem reunião na Secretária do Desenvolvimento Social, mas vão só os representantes dos grupos, mas já sabem seus direitos”*. (Pera). A entrevistada Maçã, por sua vez, relata que a *“[...] a gente não tem esse trabalho diretamente de conscientizar eles sobre os seus direitos que estão no Estatuto do Idoso”*. Ao encontro disso, Ameixa afirma: *“Um técnico da assistência social vai até os grupos de convivência e orienta os direitos e o papel dos idosos”*. Para consolidar uma prática

democrática, faz-se necessário, entretanto, que os gestores, coordenadores e responsáveis pelo SCVF do município tenham uma atuação mais efetiva quanto à orientação e divulgação de informações de interesse e defesa dos direitos do público idoso.

Desse modo, ainda que existam avanços e conquistas na legislação brasileira, pouco se progrediu na efetivação das políticas públicas em Vacaria. Embora o município conte com grupos de convivência, persistem fragilidades, tais como falta de diversificação de atividades e de sua oferta com mais frequência e falta de recursos humanos e espaços para a realização das atividades. Sobre esse quesito, os participantes deste estudo relataram:

[...] olha, tem a casa do idoso, que oferece outras atividades, não saberia te dizer que atividades estão sendo oferecidas lá, pois está sobre a coordenação do CRAS, eu sou responsável pelo CREAS, que envolve demandas de média e alta complexidade em diferentes faixas etárias, não só de idosos. [...] existe também atividades da Secretaria da Saúde, mas teria que conversar com os responsáveis da saúde para verificar que atividades são desenvolvidas. [...] No posto de saúde, foi implementado o serviço para os hipertensos, diabéticos, obesos, porém sugiro que você converse com o responsável da Secretaria da Saúde. (Ameixa).

Acredito que sim, já tem a casa do idoso, lá fazem ginástica, e, até o ano de 2019, existiam oficinas de crochê, artesanato, mas não sei se ainda estão oferecendo. (Pera).

Temos o Conselho do Idoso e os grupos de convivência. (Cáqui).

Ao analisar as entrevistas, em especial sobre os serviços vinculados ao SCFV, percebi que as entrevistadas desconhecem as ações desenvolvidas com o público idoso nos diferentes setores da mesma Secretaria, que visibiliza um planejamento individualizado, com ausência da coletividade e de comunicação interna entre os setores. Para Vasconcellos (2007), planejar é uma atividade que faz parte do ser humano, consistindo em antecipar uma ação a ser realizada e em agir de acordo com o previsto. Na fala da entrevistada Maçã, evidenciou-se a falta desse planejamento e de trabalho em rede: “[...] eu acho necessário que haja um trabalho em rede, porque, se a assistência não consegue atender a tantas demandas, outros departamentos como a educação, saúde, conseguiriam oferecer algumas atividades”. Para Ball (2014, p. 29), redes políticas “[...] são um tipo de social novo, envolvendo formas de relações sociais, de fluxos e movimentos. Eles se constituem comunidades de políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções”.

Os entrevistados Pêssego e Ameixa, por sua vez, afirmaram que o município apresenta dificuldades em oferecer outras atividades às pessoas idosas devido à falta de recursos humanos

ao mencionarem que “[...] é preciso contar com estagiários ou voluntários para realizar as atividades, muitas vezes preciso suspender a atividade, pois não tenho profissional para desenvolver o trabalho com as idosas” e que,

Quando os grupos engrenam, as profissionais saem ou são admitidos em concursos públicos, melhores oportunidade de trabalho, aí é necessário encontrar outro profissional e iniciar todo o processo novamente. Quando a pessoa adquire experiência muda, então considero isso um aspecto negativo para a qualificação do trabalho com os grupos de idosos. (Ameixa).

Já a entrevistada Camélia relatou a necessidade de ter profissionais com horário de trabalho expandido e qualificados em outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, informática: “Uma vez nós íamos à casa do idoso, fazia ginástica, tinha o ônibus da prefeitura que nos levava lá, nos trazia de volta, agora não tem mais. Lá a gente tinha outras opções de atividades, tinha os computadores”. Nesse mesmo sentido, a entrevistada Ameixa disse que “[...] precisariam de outros profissionais para fazer outras ações para os idosos”.

Na sequência, a entrevistada Ameixa reforçou as dificuldades enfrentadas: “[...] a professora de Educação Física atua em cinco grupos e coordena os demais grupos de convivência, em um regime de contrato de trabalho de 20 horas semanais, ficando difícil para propor outras ações, e o município não contrata recursos humanos”. A partir desses relatos, identifiquei que a própria coordenação dos grupos de convivência, que é o principal serviço oferecido à população longeva local, não tem tempo disponível para realizar planejamentos e conversar com o grupo de trabalho do programa. As narrativas de Camélia e Azaleia corroboram a fala da entrevistada Ameixa, que afirma:

A nossa professora é maravilhosa, mas ela já tem aula nos outros grupos durante a semana e dá aula em escola; então ela não tem disponibilidade para abrir outra turma. O nosso grupo era na sexta-feira à tarde e tivemos que trocar para continuarmos tendo aula. Então tivemos que aceitar. Poderia abrir outra turma em outro dia, a prefeitura poderia contratar outra professora.

Nos serviços prestados à população idosa em Vacaria, há uma realidade fragilizada que necessita ser repensada. Ao encontro disso, os estudos de Romans, Petrus e Trilla (2003) apontam ser necessário realizar avaliação das ações a partir da insatisfação em que as pessoas se encontram, buscando elementos de análise para otimizar a prática social e aumentar o grau de satisfação dos usuários do programa.

Com o intuito de avaliar as ações propostas aos longevos, seria pertinente propor atividades educativas multidisciplinares com características de uma educação não formal, que

esteja em conformidade com os interesses e as demandas desse grupo. Ao valorizar a experimentação de atividades socioeducativas, lúdicas, recreativas e socioculturais e o compartilhamento das experiências vividas, por meio dos processos educativos, desencadeiam-se aprendizagens permanentes que contribuem para tornar os longevos sujeitos críticos, reflexivos e autônomos na construção de sua história. (LIBÂNEO, 2010).

O direito à educação da pessoa idosa é assegurado na PNI, bem como na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, parágrafo 6.º, que eleva a educação ao patamar dos direitos fundamentais³⁰, afirmando ser um direito de todos e dever do Estado e da família o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, a educação é reconhecida enquanto um direito social, passando a ser dever e obrigação do Estado e da família prover a educação a todos os cidadãos do país. Nesse contexto, com o objetivo de conferir à sociedade civil, e em especial à pessoa idosa, o direito à educação, seria necessário alavancar e incluir, nas propostas pedagógicas de instituições formais e não formais, mecanismos que desenvolvam o exercício da cidadania e a emancipação dos longevos, indo ao encontro do entendimento de Freire (1987) e de Libâneo (2010), para quem a emancipação do indivíduo pode se dar por meio da educação.

Os dados do censo demográfico de 2010 e das entrevistas realizadas para este estudo demonstram que uma parcela significativa das pessoas idosas não teve acesso à educação, descumprindo, assim, o prescrito na Constituição. Diante desse fato, o Estado necessita promover ações voltadas a inserir o público idoso no contexto social a partir de intervenções educacionais. A esse respeito, cabe mencionar que a PNI, em seu artigo 10, inciso III, alíneas “d” e “f”, faz referência à importância de desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento e apoiar a criação de universidades abertas para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber. (BRASIL, 1994).

No relatório da Unesco sobre educação para o século XXI, Delors (2001, p. 11) afirma que “[...] a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais de paz, de liberdade e de justiça social”. A instituição enfatiza, assim, o papel da educação como elementar para a evolução do indivíduo e para o progresso da sociedade, ou seja, para o

³⁰ “São os direitos que vão sustentar, materializar e formalizar as Constituições liberais, cuja função básica era limitar a autoridade estatal e declarar os direitos fundamentais relacionados à liberdade. Com o advento das Constituições sociais, outros direitos alcançaram o *status* de direitos fundamentais. Dessa maneira, os direitos fundamentais da pessoa humana passam a ser aqueles interesses escolhidos e protegidos pela Constituição”. (COSTA, 2006, p. 1705).

desenvolvimento harmonioso e autêntico, constituindo um caminho para minimizar a pobreza, as opressões e a exclusão social.

Nessa perspectiva, infere a importância de conceder uma nova dimensão ético-cultural à educação, possibilitando a cada sujeito meios de compreender o outro e respeitar sua individualidade, para que perceba o mundo de forma igualitária e justa. Mas, para isso, é necessário conhecer a si próprio, bem como descobrir os valores éticos que conduzem ao viver e ao conviver como ser humano. Esse novo quadro da existência humana, para a comissão da Unesco, é um dos pilares da educação, que inclui “Aprender e viver juntos, desenvolvendo o conhecimento acerca dos outros, da sua história, tradições e espiritualidade”. (DELORS, 2001, p. 19).

Cabe lembrar que, no ano de 2015, ocorreu a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual 193 Estados-Membros participantes aprovaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a ser implementada em 2016. Nela, foram estabelecidos 17 ODS e 169 metas, que visam assegurar os direitos humanos e alcançar a igualdade de gênero. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), os ODS são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável, que são: a econômica, a social e a ambiental. Todavia, o alcance desses objetivos requer o envolvimento de governos, da sociedade civil, do setor privado, da academia, da mídia e da ONU. (BRASIL, 2019).

As questões relativas à educação estão contempladas no objetivo quatro do ODS, que busca assegurar educação inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Até 2030, esse objetivo deverá estar contemplado. Foram enunciadas, nesse contexto, dez metas que envolvem a Educação Básica, constituída pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e Médio, pelo Ensino Profissionalizante e Superior, pela Alfabetização e pelos ensinamentos relativos à disseminação de conteúdos relacionados à sustentabilidade. (BRASIL, 2019).

De acordo com a Agenda 2030, o direito à educação começa no nascimento e continua ao longo da vida, devendo sempre ser oferecidas oportunidades de aprendizagem, por meio de caminhos não formais, com recursos e mecanismos adequados. (ONU, 2015). Logo, a aprendizagem durante a vida baseia-se na

[...] integração entre aprender e viver e cobre atividades de aprendizagem para pessoas de todas as idades (crianças, jovens, adultos e idosos, meninas e meninos, mulheres e homens), em todos os contextos da vida (família, escola, comunidade, ambiente de trabalho, etc.), por meio de uma gama de modalidades (formal, não formal e informal), que, juntas, atendem a uma ampla gama de necessidades e demandas de

aprendizagem. Os sistemas educacionais adotam uma abordagem holística e setorial, que envolve todos os subsetores e níveis para garantir a oferta de oportunidades de aprendizagem para todos os indivíduos. (UNESCO, 2016, p. 30).

Nesse cenário, oportunizar educação ao longo da vida para todos em diferentes contextos e níveis educacionais significa oferecer possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências em um diálogo de respeito à diversidade cultural, linguística, étnica, racial, de gênero e de idade, com o objetivo de promover igualdade social. Essas aprendizagens são adquiridas por meio de educação tanto formal quanto não formal.

Tendo isso em vista, considero a educação não formal apoiada em Romans, Petrus e Trilla (2003) pertinente, pois compreende um processo de aprendizagem que acontece nas práticas sociais, possibilitando que a pessoa idosa adquira conhecimentos por intermédio de suas experiências, nas relações sociais e familiares ao longo da vida. Ademais, a educação não formal reconhece os saberes individuais e coletivos, visa à libertação da pessoa idosa e contribui na conquista dos direitos para o exercício da cidadania e para sua emancipação.

A partir do momento em que se busca um melhor entendimento em relação à legislação educacional para os longevos, considera-se que, ao longo da vida, a educação deveria estar presente como política pública, para ampliar as possibilidades de aprendizagem desse grupo de pessoas, uma vez que a Constituição brasileira vigente elege como objetivo a redução das desigualdades sociais decorrentes da idade. Nesse sentido, Ramos (2003) defende que não é possível combater a desigualdade, especialmente a decorrente do envelhecimento, sem que o cidadão tenha acesso à educação e qualificação permanente, fatores que deveriam ser pensados de forma que as pessoas, notadamente as mais velhas, não fossem prejudicadas em relação às mais novas.

Entre os avanços conquistados na Constituição Federal de 1988, ressalto o artigo 193, que salienta a ordem social e prima pelo trabalho com objetivo de bem-estar e justiça social aos indivíduos. Para Marx (2012), o ser humano encontra sua essência no trabalho e por meio dele transforma a si mesmo. Arendt (2004, p. 15), por sua vez, apresenta o trabalho como uma das características básicas para a condição humana e o entende como “[...] a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, produzindo um mundo artificial de coisas diferentes do ambiente natural”.

A importância concedida ao trabalho acompanha a história da humanidade, porém, sob a ótica do neoliberalismo em uma sociedade capitalista que prioriza a produção e a competitividade, o longo tempo é considerado aquele que não pode fabricar nem trabalhar, sendo, por

isso, tido como um fardo a ser carregado por aqueles que têm força de trabalho. (ARENDDT, 2004). Nesse contexto, pressões do capitalismo para abrir mercados, reduzir o papel do Estado e transferir responsabilidades deste para o mercado e a família resultam na privação da cidadania. (FALEIROS, 2012). Sobre a situação do idoso na sociedade moderna, Guimarães (2002, p. 90, grifo do autor) afirma:

Hoje a sociedade está lidando com *ethos* no qual predominam valores materialistas, consumistas e individualistas. As pessoas veneram e consomem padrões determinados de beleza, juventude, saúde e outros, em detrimento de tudo aquilo que não se ajusta a tais padrões. A velhice por não enquadrar-se dentro do estabelecido como algo positivo valioso de ter, vê-se prejudicada.

Enquanto forem fortalecidos estereótipos e preconceitos que se traduzem em práticas desumanizadoras e indignas, os longevos gradativamente perderão seus direitos conquistados ao longo da história e serão lentamente deixados à margem pelas principais instituições sociais de poder. Desse modo, é necessário destituir o discurso que desprestigia o envelhecimento e percebe a pessoa idosa como um fardo a ser carregado pela sociedade e pelos “futuros idosos”. (WHITAKER, 2010, p. 184).

Nessa conjuntura, entre os princípios da Constituição Federal de 1988, destaca-se a cidadania, que é um conjunto de liberdades expressas pelos direitos civil, político e social. Na opinião de Marshall (1967), o direito civil está relacionado aos direitos fundamentais à vida e ao exercício da liberdade individual, como o direito de ir e vir, de expressão de pensamento e fé e de igualdade perante a lei. Já o direito político reporta à possibilidade de o indivíduo participar do exercício do Poder Político, seja como elemento eleito de um dos sistemas integrantes do Estado, seja como seu eleitor. E o elemento social, por sua vez, refere-se a direitos que incluem desde o mínimo bem-estar econômico até a participação na herança social, ou seja, a possibilidade de levar a vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (COSTA, 2006).

A população brasileira é considerada como cidadã por adquirir os direitos civis, políticos e sociais. Todavia, evidencia-se que uma parcela de indivíduos possui acesso a esses direitos e outra não. Assim, Carvalho (2007, p. 9) menciona que o “[...] cidadão pleno seria aquele que acessa os três direitos. Cidadão incompleto seriam os que possuem apenas alguns direitos. E os que não se beneficiam de nenhum direito seria o não cidadão”. Considerando essa premissa, as pessoas idosas caracterizam-se como cidadãos incompletos, posto que uma parcela não usufrui dos direitos fundamentais e sociais.

O sistema capitalista e globalizado acelera os avanços tecnológicos, a livre concorrência e a exacerbação do consumo, altera o sistema econômico e político e produz novos direitos, reduzindo, assim, o papel do Estado sobre os direitos sociais. Essa conjuntura redesenhou e fortaleceu o sistema capitalista-econômico, cujas características centrais são a propriedade privada e o livre-mercado, constituindo um programa político, econômico e social, no qual o Estado desempenha o papel de agente regulador e possibilita o funcionamento de práticas neoliberais. (MARQUES, 2016).

A esse respeito, Martín (2005, p. 71) destaca que o Estado de Bem-Estar Social³¹ se caracteriza por “[...] assumir a responsabilidade básica para com todos os cidadãos, por instituir os direitos sociais como parte fundamental da cidadania, por perseguir a igualdade e por proporcionar segurança econômica e serviços sociais para todas as categorias de cidadãos”. Entretanto, o Estado foi transferindo sua responsabilidade para instituições privadas ou para o próprio sujeito, o que coloca em debate a questão da cidadania. (CARVALHO, 2007). Nesse contexto, o assunto cidadania está imerso em numerosas discussões no mundo contemporâneo, ocupando tanto camadas mais abastadas quanto menos abastadas e estando presente nos movimentos sociais, na escola, nos sindicatos e nas organizações governamentais e não governamentais. De acordo com Martín (2005, p. 21), o termo “cidadania” apresenta uma conotação especial, pois

[...] remete a problemas comuns na sociedade contemporânea como a desigualdade e a igualdade política, as formas de convivência em um mundo social crescentemente diverso, o caráter das instituições públicas, o processo de integração ou marginalização dos diferentes, a ação ameaçadora dos homens sobre a natureza, a diferença das culturas e de crenças que, em muitos casos, suscitam reações de intolerância, de barbárie e tantas outras.

Nessa perspectiva, a cidadania tem sido tanto uma alavanca quanto uma indutora de conflitos de ideologias, crenças religiosas e lutas de classe entre os proprietários (opressores) e trabalhadores (oprimidos). Ademais, cabe ressaltar que o conceito de cidadania se transforma com o decorrer da história, podendo ser entendida de diferentes formas, a depender da posição social que o indivíduo ocupa na sociedade. Para Covre (1999, p. 8), “[...] é um processo dialético em incessante percurso em nossa sociedade.” Ao encontro disso, Giron (2000, p. 121) afirma que “[...] a cidadania não consiste apenas em usufruir dos direitos civis, políticos e sociais conquistados por outros cidadãos em outros tempos. A cidadania é uma construção contínua como Estado e a sociedade, pela qual os homens são responsáveis”.

³¹ No Estado de Bem-Estar Social, o Estado é quem se responsabiliza pela política econômica, cabendo-lhe as funções de proteção social dos indivíduos – educação, saúde, seguridade social.

Nessa conjuntura, os direitos sociais dos idosos foram contemplados por meio de leis, normas, estatutos e conselhos que lhes asseguram a posição de indivíduos de direitos e/ou com direitos. Isso não significa considerá-los apenas como sujeitos que receberão garantias, mas também como sujeitos em um processo de construção da autonomia. Para Costa (2006, p. 1703), “[...] a busca da efetivação dos direitos humanos e o exercício da cidadania passam pelo resgate de raízes culturais, bem como pela articulação dos indivíduos em se constituírem cidadãos plenos de uma nação”, o que indica que a pessoa idosa tem um longo percurso a percorrer para conquistar um Estado Democrático, ou seja, “[...] uma cidadania plena, que combine com liberdade, participação e igualdade para todos”. (CARVALHO, 2007, p. 9).

Com os novos direitos conquistados, um dos canais que viabiliza a cidadania do público idoso é sua participação nos Conselhos, já que o CMI é um local pensado para consolidar a democracia participativa e a proteção dos direitos dos longevos. Contudo, o processo de criação e execução do Conselho do Idoso no Brasil ainda é precário, em especial porque a pessoa idosa não se reconhece como sujeito de direito e não prioriza ações para se tornar protagonista e ter participação social ativa e porque há desinteresse dos gestores de políticas públicas para a implementação desses Conselhos. (BERZINS; BORGES, 2012).

Considerando a importância da participação dos longevos no Conselho, busquei, no decorrer das entrevistas, saber qual é seu grau de envolvimento no CMI de Vacaria, que foi instituído por meio da Lei Municipal n.º 2115/2003. (VACARIA, 2003). Identifiquei, contudo, que eles não participam e/ou não são motivados a fazerem parte dos grupos de discussão de temas que lhes são intrínsecos, o que pode se dever ao fato de não saberem e/ou pouco conhecerem sobre esse órgão tão importante para defesa de seus direitos. Nesse sentido, Camélia e Margarida, em suas falas, relataram: *“Eu não sei se tem Conselho do Idoso. Acho que deve ter”* e *“Eu já ouvi falar, mas não sei onde fica”*. É possível notar, assim, que, apesar da existência do Conselho, este ainda não se configurou como um canal de comunicação e autonomia em deliberações de ações e reivindicações das pessoas idosas, o que evidencia a não participação democrática.

A atuação em espaços democráticos, segundo Hagen (2011, p. 59), “[...] deve fortalecer a sociedade civil, criar condições igualitárias de discussão. É o espaço de voz ativa nas decisões que posteriormente comandam a vida em sociedade”. Faleiros (2007, p. 155), por sua vez, define a participação como:

[...] uma relação de poder entre Estado e sociedade, dirigentes e dirigidos, administradores e administrados, grupos sociais ou indivíduos, implicando, portanto, dominação e resistência, consenso e confronto na tomada de decisões e na implementação de estratégias sobre questões que envolvem os interesses desses

diferentes grupos. Nesse sentido, não se trata apenas de relação entre partes de um sistema fechado, mas de relação entre atores sociais concretos, buscando realizar seus objetivos. Para que haja participação, não se pressupõe, pois, objetivos comuns compartilhados de todos os atores, mas uma questão disputada entre diferentes forças e atores.

Nessa mesma direção, Lück (2010, p. 21) explica que a participação democrática por meio de conselhos é um “[...] processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, objetivos educacionais”. Contudo, em suas pesquisas, Hagen (2011, p. 58) conclui que

[...] é preciso vigilância para não ceder ao argumento de que, sendo apresentadas necessidades peculiares dos idosos em cada legislação e com a crescente demanda de idosos na população, não seja possível adequar a legislação a todos. Garantir direitos não é tarefa exclusiva do Estado, é igualmente tarefa de todos. A distância entre o “direito que se quer” e o “direito que se tem” é frequentemente sopesada com “o direito que se pode ter”. Assim, o sucesso das legislações depende também, e fundamentalmente, da habilidade em harmonizar a diversidade, em que todos precisam ser chamados a recriar essa ordem (im) positiva, promovendo a emancipação humana.

Apesar de o CMI de Vacaria estar se fortalecendo e exercendo seu papel no controle democrático, suas ações são incipientes, provavelmente devido à falta de um representante na definição orçamentária do município. Ter um assento junto à Administração Pública (Prefeitura) poderia agilizar ações, programas ou outras demandas que possam surgir para a população idosa. Nesse sentido, durante as entrevistas, identifiquei que o trabalho do Conselho poderia ser mais efetivo no que concerne à divulgação dos direitos do público idoso, como evidencia um excerto da fala de Cáqui: “[...] no momento que a administração chama para discutir as políticas públicas para o idoso, o Conselho ajuda na organização”. Infere-se, assim, que o Conselho, ao invés de aguardar a solicitação do administrador, deveria ser mais atuante nas decisões e questões relacionadas aos longevos, pois é um espaço indispensável na defesa e promoção dos direitos de cidadania e na gestão democrática das políticas públicas da população idosa. (BERZINS; BORGES, 2012).

Evidencia-se, dessa forma, que muitas são as conquistas de direitos contemplados nos marcos legais para a pessoa idosa, mas que ainda são poucas as ações efetivadas. Mesmo assim, foi possível destacar avanços nas políticas públicas federais, como, por exemplo, direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à diversão, a atendimentos preferenciais em bancos e à gratuidade no transporte e em serviços públicos ou privados. (BRASIL, 2003a).

Com o passar do tempo, outras legislações brasileiras surgiram para garantir os direitos da pessoa idosa e um envelhecer com qualidade de vida. Assim, no ano de 2010, foi aprovada

a Lei n.º 12.213/2010³², que estabeleceu o FNI. Este determina, em seu artigo 4.º, que “[...] os Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem ser instituídos por lei do ente federado ao qual estiverem vinculados, cabendo a eles gerir os fundos e fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos”. (BRASIL, 2010). Logo, os membros do Conselho têm a responsabilidade de divulgar a existência do Fundo para arrecadar recursos financeiros e financiar programas e ações vinculados às pessoas idosas, assegurando-lhes os direitos fundamentais e promovendo a inserção e participação na sociedade com seus pares e de forma autônoma. Nessa concepção, tanto a sociedade quanto a pessoa idosa necessitam estar preparadas para enfrentar as questões do envelhecimento, efetivando e valorizando o papel dos CNIs, e o FNI representa uma oportunidade para o fortalecimento dos CNIs como órgãos de gestão compartilhada entre o governo e a sociedade civil, que promovem a democratização e o aprimoramento das políticas voltadas à população longeva. (RIBAS JÚNIOR, 2012).

Nesse sentido, a criação do FNI desperta novas perspectivas para o financiamento de ações que deveriam estar interligadas ao orçamento público a fim de potencializar os serviços que agregam as redes de atenção aos longevos. Entretanto, cabe ressaltar que as ações necessitam ser planejadas de forma colaborativa entre as políticas públicas setoriais do município. Em vista disso, Berzins e Borges (2012) enfatizam que o Conselho e o Fundo do Idoso são instrumentos significativos para a gestão democrática e eficaz das políticas públicas na área do envelhecimento.

Em Vacaria, o FMI o em 2018, o governo municipal em exercício abriu crédito especial no orçamento do executivo para a reconstrução do Asilo Santa Isabel, uma vez que, em junho de 2017, ele foi destruído devido a um incêndio. Cabe destacar que, até o momento do sinistro, não havia doações para o FMI e que atualmente toda a arrecadação é para investimentos da construção e aquisição de mobiliários da casa de longa permanência, que tem capacidade para atender 50 longevos. Outra forma para arrecadar fundos é por meio da dedução no Imposto de Renda, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica, esta com 1% e aquelas com no máximo 6% de dedução conforme legislação vigente.

Percebo aqui outra fragilidade na política pública voltada à pessoa idosa em relação às doações para o Fundo do Idoso – mesmo previstas em lei há mais de dez anos, são poucos cidadãos e empresas que fazem uso do incentivo estabelecido na lei do FMI. Esse fato se confirma na fala da entrevistada Maça: *“Eu acredito que poderia e tem potencial para as*

³² “Fica instituído o Fundo Nacional do Idoso, destinado a financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas em assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. (BRASIL, 2010).

empresas investirem na área do envelhecimento, principalmente empresas privadas por meio do Fundo Municipal do Idoso”. No entanto, foi necessário acontecer um grave sinistro no município para as autoridades e o Conselho do Idoso se mobilizarem a fim de captar recursos financeiros e, assim, colocar em prática a política voltada à pessoa idosa. É preciso mencionar, porém, que parece não ser coerente direcionar todos os recursos financeiros a uma única instituição filantrópica. Seria bem mais compreensível e adequado se o coordenador do SCFV, junto ao Conselho do Idoso, elaborasse ações e/ou projetos para toda a população longeva de Vacaria.

Outros movimentos relacionados ao envelhecimento aconteceram no ano de 2015, quando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disponibilizou o “Guia de Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal”, um documento alinhado com o Plano Nacional de Direitos Humanos que norteia as futuras ações de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa para um envelhecimento ativo. Ademais, de acordo com a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, por meio da Lei n.º 13.646/2018, instituiu-se o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, determinando a realização de ações educativas, por meio de palestras, eventos e confecção de materiais informativos sobre envelhecimento. (BRASIL, 2018).

Todas essas conjunções apontam para a necessidade de romper com o favoritismo no poder público, isto é, com projetos individualizados, marcados por objetivos pessoais e disputas de poder, de cargos administrativos e/ou políticos. Assim, é preciso ter ciência de que a participação social requer transparência e socialização de ideias. (HAGEN, 2011).

5.4 Considerações

Ao realizar a análise dos documentos legais, verifiquei que as recomendações do Plano de Ação Internacional do Envelhecimento (1982 e 2002) tiveram influências diretas na legislação brasileira para a elaboração de políticas públicas que asseguram os direitos fundamentais e sociais da pessoa idosa. (BRASIL, 2003b). Diante da realidade do envelhecimento populacional mundial, o Estado brasileiro precisa atender à demanda desse segmento populacional, por meio de políticas públicas, principalmente nos setores previdenciário, de educação, de saúde, de assistência social, de segurança pública, de habitação e de lazer.

Em relação à legislação brasileira, considero que existe uma interconexão entre a PNI e o Estatuto do Idoso. Os dois documentos ratificam os princípios previstos na Constituição

Federal de 1988, que preserva a dignidade da pessoa humana e principalmente da pessoa idosa, considerando-a como sujeito de direito, protegido pelo Estado e pela sociedade e participativo no meio social. Esses documentos reconhecem o idoso como um cidadão de direitos que deve exercer sua cidadania, promovendo sua autonomia de forma crítica e sua participação na elaboração e efetivação de políticas públicas.

Desse modo, os documentos legais incorporaram compromissos governamentais para elaborar e implementar medidas, por intermédio de políticas, com o intuito de enfrentar os desafios do envelhecimento. Todavia, o atendimento às necessidades das pessoas idosas, na prática, ainda precisa avançar, estando longe de serem atendidas na sua integralidade como preveem os marcos legais. Exemplo dessa incongruência reside no fato de as pessoas idosas serem reconhecidas como um grupo etário com direitos individuais e coletivos, porém não usufruírem de direitos fundamentais, a exemplo de renda digna, assistência à saúde adequada e segurança para viver dignamente, como dispõe a legislação brasileira, persistindo a desigualdade social.

Assim, a velhice ainda é vista pela sociedade brasileira de maneira negativa, sendo muitas vezes motivo de coibição da participação na sociedade pelo fato de que os estereótipos de idosos como seres improdutivos não foram superados. Para que ocorra uma mudança nesse cenário, faz-se necessário promover debates acerca da valorização da pessoa idosa em torno de seus próprios direitos, bem como de sua convocação e inserção em processos de construção e transformação do contexto social.

Ao analisar os documentos para assegurar os direitos fundamentais dos quais todos os seres humanos são merecedores, mostra-se importante a implementação de políticas públicas para os idosos que atendam a essa necessidade. Dessa forma, não se trata somente de elencar os direitos em legislações, mas de garantir que o Estado institua espaços e elabore programas e ações por meio de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal, com o objetivo de promover a cidadania e impedir a discriminação da pessoa idosa, que deve ser vista pela sociedade brasileira como titular de direitos que não prescrevem com a idade.

Por meio das legislações vigentes sobre o envelhecimento, foram definidas recomendações econômicas, sociais, culturais e educacionais que possibilitam grandes conquistas e avanços para as pessoas idosas, principalmente no aspecto dos direitos sociais. Em termos de normativas, a pessoa idosa passou a ter sua participação reconhecida tanto para a elaboração quanto para a implementação das políticas sociais, tornando-se, assim, um cidadão de direitos, que pode emitir opinião e deve ser escutado com respeito.

Apesar disso, isso nem sempre acontece na efetivação das políticas públicas. No caso do município de Vacaria, considero que as políticas públicas voltadas aos longevos tiveram avanços, mas ainda apresentam fragilidades e limitações no que concerne ao compromisso dos gestores públicos, que não conseguem implementá-las para fomentar programas e ações que atendam às necessidades da população idosa, em especial os direitos fundamentais e sociais previstos nos marcos legais.

6 PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL, NO RIO GRANDE DO SUL E NOS MUNICÍPIOS DO COREDE DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Toda a sociedade tende a viver, a sobreviver; exalta o vigor e a fecundidade, ligados à juventude; teme o desgaste e a esterilidade da velhice. (BEAUVOIR, 2018, p. 45).

O envelhecimento populacional é mais expressivo nos países em desenvolvimento e ocorre em um período mais curto do que nos países desenvolvidos. Esse processo acontece, segundo o IBGE (2010), pela redução da mortalidade e fecundidade, ambas responsáveis pela alteração demográfica no mundo. Segundo estudos de Mazo, Lopes, Benedetti (2004), a redução da mortalidade nos países desenvolvidos e em desenvolvimento advém de vários fatores, tais como a Revolução Industrial, que intensificou o desenvolvimento socioeconômico da sociedade; o avanço da tecnologia, principalmente na área da saúde, com a descoberta de vacinas, antibióticos, remédios e equipamentos que contribuíram para o controle de doenças; e a queda da fecundidade e o baixo índice de natalidade em virtude dos processos de urbanização e industrialização e da inserção da mulher no mercado de trabalho, os quais permitiram o acesso à educação, à saúde e ao planejamento familiar.

Devido ao acelerado processo de envelhecimento, o Brasil, no século XXI, enfrenta grandes desafios e implicações nos setores econômico, social, cultural, educacional e previdenciário em decorrência da elevação de gastos com saúde. De acordo com o Plano Internacional de Envelhecimento (2002), trata-se de um fenômeno mundial, de modo que o que era secundário no século XX tende a ser um tema dominante no século XXI. (ONU, 2003).

Diante desse cenário, neste capítulo contemplo o segundo objetivo específico da tese – contextualizar o município de Vacaria e o perfil demográfico da pessoa idosa que frequenta as ações e os programas desenvolvidos no SCFV. Para isso, este capítulo está estruturado em quatro seções além desta introdutória. Na primeira, apresento os procedimentos metodológicos. Na segunda, contextualizo os dados da população idosa brasileira por regiões, bem como a representatividade da população idosa no Estado do Rio Grande do Sul e o perfil demográfico dos idosos dos municípios do Corede dos Campos de Cima da Serra. Na terceira e última seção, exponho algumas considerações.

6.1 Procedimentos metodológicos

Para situar o envelhecimento da população brasileira com 60 anos ou mais do contexto macro ao micro, analiso as informações do Censo Demográfico de 2010 disponíveis no site do IBGE. As informações da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE, 2018), do Rio Grande do Sul, também são relevantes no intuito de realizar o levantamento da população idosa nos municípios do Corede dos Campos de Cima da Serra.

6.2 Envelhecimento da população brasileira

Para compreender o processo de envelhecimento na região dos Campos de Cima da Serra, em especial no município de Vacaria, nesta seção, tenho por objetivo apresentar o perfil demográfico da população brasileira, abordando os níveis macro (nacional), meso (Estado do Rio Grande do Sul) e micro (regional e local), com o intuito de compreender o desenvolvimento das políticas públicas voltadas aos longevos no município de Vacaria.

De acordo com a OMS (2005, p. 45),

[...] o envelhecimento da população é um fenômeno global que exige ação local, regional, nacional e internacional. Em um mundo cada vez mais interligado, a omissão para lidar, de um modo sensato e em qualquer parte do mundo, com o imperativo demográfico e as mudanças rápidas nos padrões de doenças, terá consequências políticas e socioeconômicas em todos os lugares.

A estrutura etária do Brasil, até o século XX, assemelhava-se a uma pirâmide (base larga, com muitas crianças e jovens, e topo estreito, com poucos idosos). Nos últimos anos, a pirâmide demográfica brasileira passou por modificações, ocorrendo uma inversão: diminuiu a base e aumentou o cume, dando lugar a uma pirâmide etária típica de uma população envelhecida, o que acontece quando o número de pessoas jovens é menor que o de pessoas mais velhas. (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015). Nesse sentido, acontece uma transição demográfica, marcada pela passagem de um modelo de crescente natalidade e mortalidade para outro com baixo índice de natalidade e morte.

Segundo Salles, Franco e Paschoal (2013), transições demográficas possuem quatro estágios. O primeiro ocorre quando as taxas de natalidade e de óbito são elevadas, mantendo-se equilibradas. Esse cenário, anterior à década de 60, acontecia quando os países apresentavam baixo desenvolvimento econômico e social. O segundo estágio advém da queda das taxas de mortalidade, o que resulta de melhorias sociais, como, por exemplo, na saúde, alimentação, nas condições de saneamento básico e no acesso à água tratada. Dessa maneira, também se reduz e

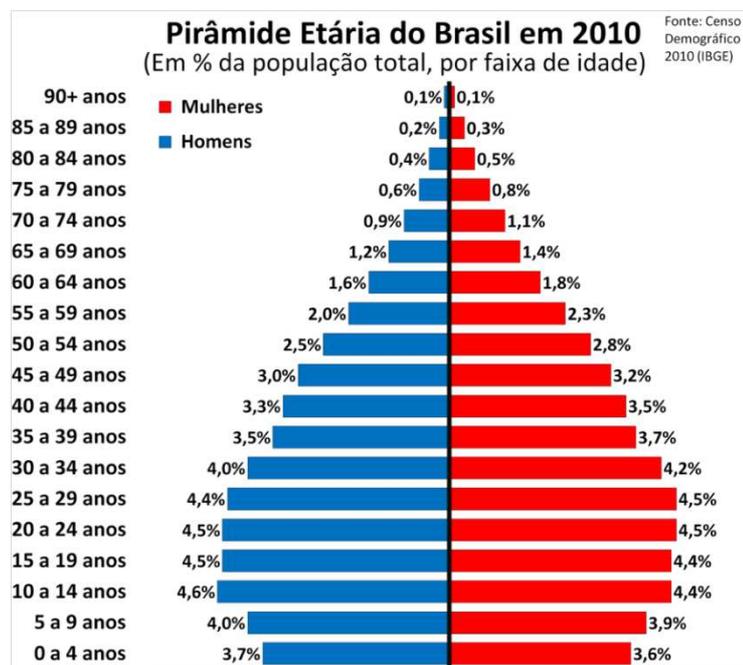
controla a incidência de doenças epidêmicas e infectocontagiosas, o que contribui para o aumento da expectativa de vida. Esse processo teve início no Brasil em meados da década de 1960, abrindo portas para o terceiro estágio, iniciado na década de 70 e caracterizado pelo avanço da medicina, pelo acesso a medidas de contracepção, pelo aumento da renda, pela intensiva urbanização, pela melhoria na educação e pela inclusão da mulher no mercado de trabalho. Por conseguinte, o aumento da expectativa de vida e a baixa natalidade aceleram o envelhecimento populacional. E, por fim, o quarto estágio marca, à medida que a sociedade se desenvolve, a tendência de uma redução na taxa de fecundidade e mortalidade, fazendo com que crescimento demográfico se aproxime de zero. (SALLES; FRANCO; PASCHOAL, 2013). Com base nessa periodização de Salles, Franco e Paschoal (2013), é possível inferir que a evolução populacional do Brasil se encontra, nesse momento, no terceiro estágio da transição demográfica.

Ao encontro disso, os estudos de Camarano e Kanso (2013) afirmam que, em meados dos anos 60, iniciou uma redução acentuada nos níveis de fecundidade, trazendo mudanças na estrutura de diversos grupos etários da população brasileira. Os dados referenciados pelas autoras elucidam essa transformação:

Em 1940, a população idosa representava 4,1% da população total brasileira e deve representar aproximadamente 11% em 2010. O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para 19,7 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 15 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente. Essa tendência acentuar-se-á nas próximas décadas e atingirá outros grupos etários. (CAMARANO; KANSO, 2013, p. 133).

Em 1960, a taxa de fecundidade média era de mais de seis filhos por mulher, caindo, em 2010, para menos dois e apresentando uma projeção para 2019, segundo dados do IBGE (2010), de 1,6. A queda da fecundidade é a principal razão considerada pelo IBGE para a diminuição do crescimento da população no Brasil. No período de 2015 a 2016, por exemplo, a taxa de crescimento foi de 0,82%, passando para 0,80% no ano de 2016 para 2017 e apresentando um crescimento de 0,42% no período de 2017 para 2018. (IBGE, 2010). No Gráfico 2, a seguir, em que consta a pirâmide etária do Brasil por sexo e faixa de idade, percebe-se que as pessoas com 60 anos ou mais representam cerca de 11% da população nacional.

Gráfico 2 – Pirâmide etária do Brasil por sexo e faixa de idade



Fonte: IBGE (2010).

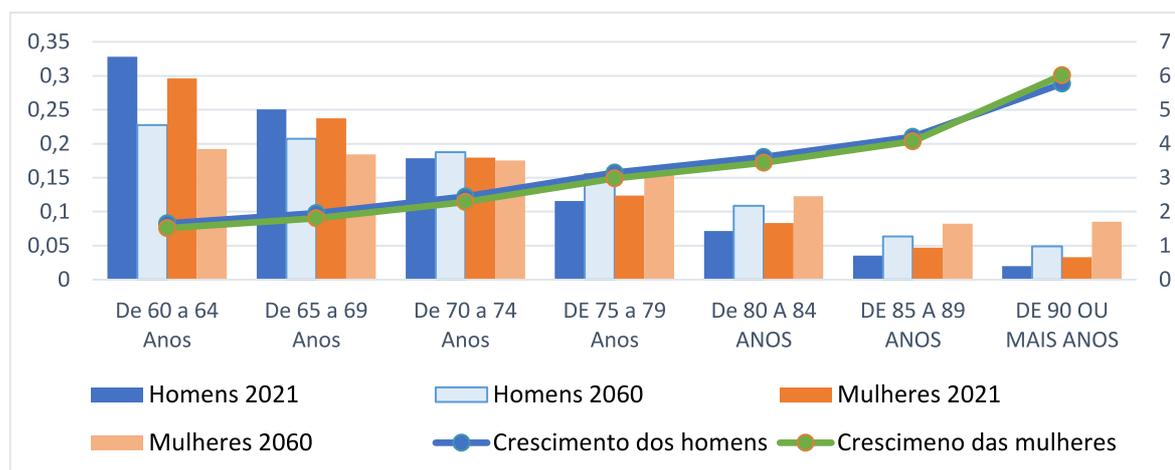
Ao analisar os dados do Gráfico 2, é possível inferir que o envelhecimento da população brasileira constitui um fato consolidado. As projeções do IBGE (2010) apontam que, até o ano de 2047, a população do país poderá atingir o seu contingente máximo, em torno de 234 milhões de habitantes, e que, nos anos subsequentes, ocorrerá um decréscimo, resultando em 228 milhões de habitantes no ano de 2060. Embora tais dados indiquem um baixo crescimento para o total da população, na faixa etária das pessoas idosas, os indicadores de crescimento são positivos. Assim, a população longeva no Brasil, concentrada na faixa etária de 60 anos ou mais, em 2060, será de 73.460.946 milhões. Ao comparar com a população em 2021, projeta-se um crescimento de mais de 234,47% para os próximos 39 anos, o que corresponde a 32,18% do contingente populacional brasileiro. Nessa perspectiva, os jovens de 20 até 40 anos de hoje serão os longevos do futuro.

Outro indicativo apontado pelo IBGE (2010) está relacionado à estimativa de homens e mulheres entre os longevos. Em 2021, do total aproximado de 32 milhões de pessoas idosas, 13.811.135 são homens, e 17.519.100 são mulheres, evidenciando uma proporção avantajada do gênero feminino de 2,82%, tendência que deve se manter nos anos subsequentes, levando em 2060 a um percentual de 5,44% de diferença entre o número de pessoas do sexo feminino e o número de pessoas do sexo masculino. Segundo Camarano, Kanso e Fernandes (2016, p. 98), “Estas proporções projetadas são devido às hipóteses da projeção populacional que supôs uma

redução da mortalidade mais acentuada para os homens que para as mulheres, pela queda mais acentuada da mortalidade por causas externas”.

O Gráfico 2, exposto a seguir, expressa a população o idosa no Brasil e sua divisão por sexo e grupo de idade, considerando o ano de 2021 e as projeções para o ano de 2060³³.

Gráfico 3 – Representatividade da população brasileira por faixa etária

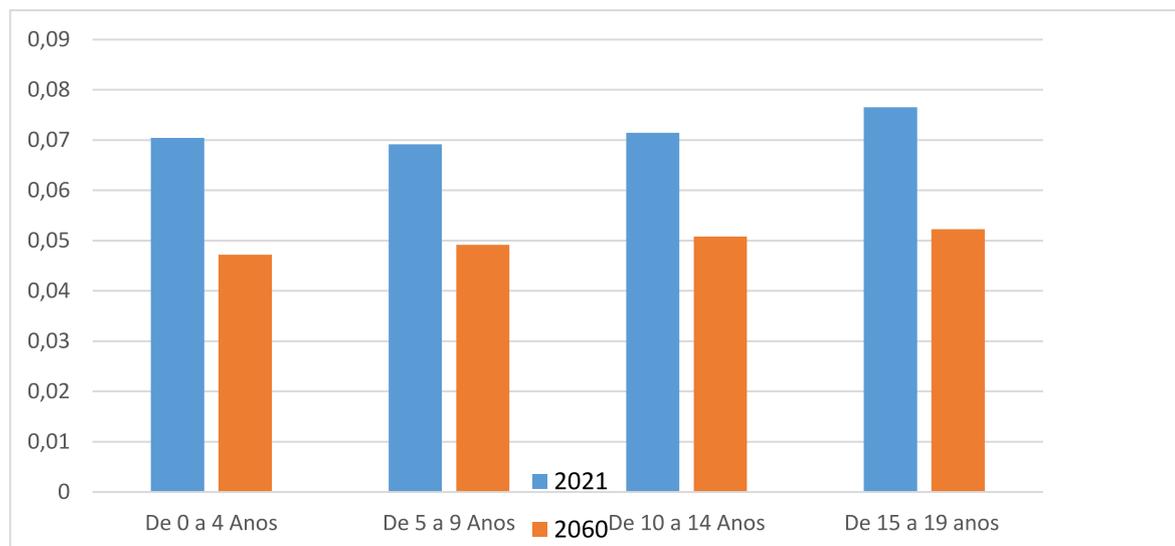


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010).

Outro aspecto relevante mencionado pelo IBGE (2010) que interfere na alteração da pirâmide demográfica concerne ao grupo de crianças e jovens brasileiros na faixa etária de zero a 19 anos, que, no ano de 2021, corresponde a 59.569.226 milhões de habitantes e apresenta, para o ano de 2060, uma projeção de 45.534.890 milhões de habitantes, correspondendo a 19,95% de crianças e jovens. Desse modo, a previsão para 2060 revela uma diminuição de 7,98% desse contingente populacional, queda essa ocasionada por fatores como controle da mortalidade infantil, diminuição da taxa de natalidade, controle de doenças infecciosas e cuidados com alimentação e com saneamento básico. Assim, a estimativa é de que, em 2060, haverá, aproximadamente, um nascimento para cada três brasileiros idosos. Concomitantemente, observam-se um crescimento significativo da população com 60 anos ou mais e uma diminuição do universo de pessoas com menos de 20 anos. No Gráfico 3, consta a representatividade de crianças e jovens brasileiros.

³³ Os dados foram extraídos das informações e projeções do IBGE com ano base de 2010.

Gráfico 4 – Representatividade de crianças e jovens brasileiros por faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010)³⁴.

O envelhecimento é um fato observado em todas as regiões do país, de modo que, cada vez mais, a idade média da população brasileira vem aumentando. Entretanto, a forma como a questão do envelhecimento vem se instaurando entre as diferentes localidades não é a mesma. O Brasil é constituído por cinco regiões geográficas, que se diferenciam em sua dimensão territorial, climática, social, educacional, política, econômica e cultural, dimensões essas – com destaque para as sociais, econômicas e culturais – que influenciam a maneira como as pessoas vivem e, conseqüentemente, o processo de envelhecimento.

Desse modo, o índice da população idosa no território brasileiro varia de acordo com as características próprias de cada região. O IBGE, ao apresentar dados estatísticos do censo de 2010, revelou uma concentração de 8,55% de pessoas idosas na região Norte (18.430.980 habitantes), 12,32% na região Nordeste (57.071.654 habitantes), 11,62% na região Centro-Oeste (16.297.074 habitantes), 15,58% na região Sudeste (88.371.433 de habitantes) e 16,10% na região Sul (29.975.984 habitantes). Percebe-se, assim, que a região Norte apresenta uma estrutura bastante jovem, com o menor índice percentual de população idosa entre todas as regiões do Brasil. As regiões Sudeste e Sul, por sua vez, são consideradas as mais envelhecidas do país, apresentando o maior percentual de pessoas longevas.

A partir da distribuição das pessoas idosas nas diferentes regiões, evidencia-se que o envelhecimento se torna heterogêneo, apresentando características próprias em cada região. A

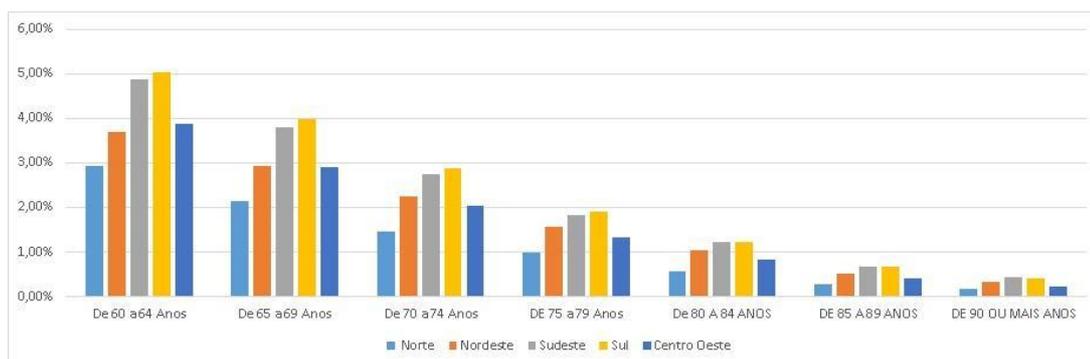
³⁴ Os dados foram extraídos das informações e projeções do IBGE com ano base de 2010.

esse respeito, Oliveira e Oneill (2013, p. 41) ressaltam que a transição demográfica é distinta para cada segmento social:

Os níveis de esperança de vida e a mortalidade infantil foram diferenciados entre ricos e pobres e quando se compara os brancos com negros e índios. Da mesma forma, as taxas de fecundidade se distribuíram de maneira desigual entre as mulheres das classes mais elevadas e maior escolaridade em relação àquelas mulheres menos favorecidas e com menor grau de instrução. Nesse mesmo sentido, os deslocamentos de população responderam aos diversos estágios de desenvolvimento econômico, atingindo de modo diferente a força de trabalho mais qualificada e aquela com menor qualificação.

Acredita-se, assim, que o modo de vida do ser humano interfere no processo de envelhecimento. Logo, a diversidade de características da população, em termos de gênero, raça, cor, etnia, religião, classe social, cultura e renda, leva, também, à existência de pessoas idosas com necessidades distintas umas das outras.

Gráfico 5 – Representatividade da população idosa brasileira por região



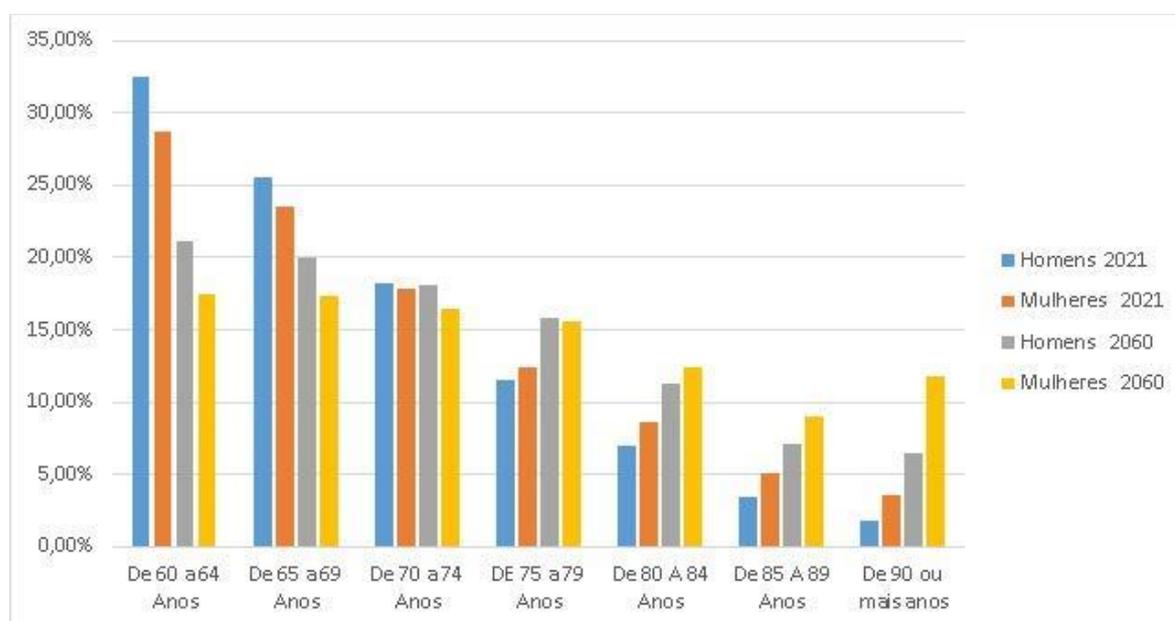
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010).

Conforme informações do IBGE (2010), o maior percentual de brasileiros idosos se concentra na região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), com 15,58%, e na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com 16,10% de longevos. Entre os Estados que formam a região Sul, o Rio Grande do Sul destaca-se como ocupando o primeiro lugar da região, contabilizando 42,89% de idosos em seu contingente populacional, seguido do Paraná, que apresenta 35,63% de idosos, e de Santa Catarina, com 21,62% de população longeva. Segundo dados da FEE (2018), na região Sul a expectativa de vida para homens e mulheres atinge, em média, 82 anos.

A população do Rio Grande do Sul é de, aproximadamente, 11 milhões de habitantes, que residem em 497 municípios, ocupando cerca de 290.000 km² de área territorial. Com uma economia centrada na produção de grãos, em polos comerciais e em indústrias, alcançou, no ano de 2010, a terceira posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que revela

uma alta qualidade de vida da população descendente de portugueses, alemães, italianos, africanos e indígenas. (IBGE, 2010). A população idosa desse Estado, no último censo realizado em 2010, totalizou 1.459.597 habitantes, sendo 627.470 do sexo masculino e 832.127 do sexo feminino, o que levou a uma projeção para o A população do Rio Grande do Sul é de, aproximadamente, 11 milhões de habitantes. No Gráfico 6, é expresso o percentual de pessoas longevas residentes no Estado no ano de 2021, bem como a estimativa de população idosa para o ano de 2060, por faixa etária e sexo.

Gráfico 6 – Representatividade da população idosa no Estado do Rio Grande do Sul por sexo e faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar a representatividade da população idosa no Rio Grande do Sul, é possível perceber que o envelhecimento também constitui uma questão de gênero. Considerando a população na faixa etária dos 60 aos 74 anos, observa-se que, embora a representatividade do sexo masculino seja superior à do sexo feminino, na faixa etária de 75 anos ou mais, a população idosa feminina supera a masculina. Segundo Camarano (2013, p. 29), “[...] o mundo dos muitos idosos é um mundo das mulheres. A proporção do contingente feminino é mais expressiva quanto mais idoso for o segmento”. A autora argumenta que esses resultados se justificam pelo fato de as mulheres viúvas ou que vivem sozinhas participarem de atividades extradomiciliares, de organizações e movimentos de mulheres, de viagens e de trabalhos remunerados temporários.

A questão da feminização idosa na região dos Campos de Cima da Serra também está presente. De acordo com os dados da FEE (2018), houve um crescimento de 3.963 pessoas acima de 60 anos de idade, 1.800 idosos do sexo masculino e 2.163 idosas do sexo feminino, o que indica que o número de mulheres atinge um percentual de 0,53% superior ao número de homens na região. Ao encontro disso, Almeida *et al.* (2015), em seus estudos, apontam que as mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo e que as estimativas são de que as mulheres vivam, em média, de cinco a sete anos mais que os homens. A explicação para o fenômeno da feminização da velhice depende do estilo de vida associado a fatores de riscos, tais como fumo, alimentação e comportamento, além de fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Importa explicitar, também, para os fins desta investigação que o Estado do Rio Grande do Sul, desde 1989, foi dividido em sete microrregiões, que são: Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana Porto Alegre, Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense. A partir de 2017, houve a reconfiguração das mesorregiões e microrregiões, que passaram a ser, respectivamente, regiões geográficas intermediárias³⁵ e regiões geográficas imediatas³⁶. Essa divisão teve como objetivo abranger transformações relativas à rede urbana e sua hierarquia, sendo usada para ações de planejamento, gestão de políticas públicas e divulgação de estatísticas e estudos do IBGE.

A partir dessa nova configuração, o Estado agrupou seus municípios em oito regiões geográficas intermediárias: Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Ijuí, Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul. É importante ressaltar que, neste estudo, terá atenção especial a região intermediária de Caxias do Sul, mais especificamente a região imediata de Vacaria. A região intermediária de Caxias do Sul é constituída pela união de 55 municípios da Serra Gaúcha e dos Campos de Cima da Serra. Esses foram agrupados em quatro regiões imediatas, que são: Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Nova Prata-Guaporé e Vacaria. Assim, a região geográfica imediata de Vacaria é constituída de nove municípios: André da Rocha, Bom

³⁵ As regiões geográficas intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

³⁶ As regiões geográficas imediatas têm, na rede urbana, o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como os realizados nos postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Ministério do Trabalho, e de serviços judiciários. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Jesus, Esmeralda, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria.

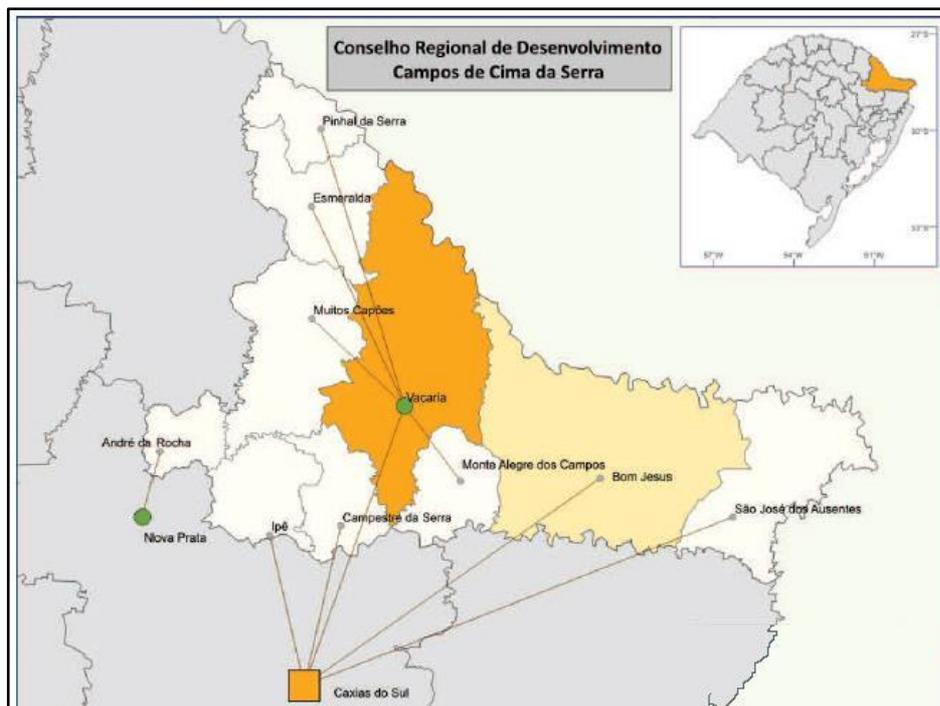
Os governantes do Rio Grande do Sul, preocupados com o equilíbrio territorial, com o processo de planejamento e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento econômico, educacional e social, com a melhoria da infraestrutura das cidades, entre outros aspectos, por meio da Lei n.º 10.283, de 17 de outubro de 1994, criaram os Coredes, com o objetivo de discutir e promover políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional. (RIO GRANDE DO SUL, 1984). Assim, os municípios rio-grandenses estão agrupados em nove regiões funcionais de planejamento, de acordo com as informações do “Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul”, de 2020. A partir dessa divisão, foram criados 28 Coredes, que estão distribuídos entre as regiões funcionais e têm como principal intuito

[...] a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente. (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Diante desses dados, optei por delimitar o campo empírico da presente investigação com base na divisão do Corede. Logo, o objeto de estudo consiste no Corede dos Campos de Cima da Serra, que, criado em 2006 e localizado na região Nordeste do Rio Grande do Sul, de acordo com a Divisão Estadual de Índice de Desenvolvimento, pertence à Região Funcional 3³⁷. Essa região é composta por dez municípios: André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria. A Figura 10, a seguir, apresenta a extensão territorial do Corede, com seus respectivos municípios.

³⁷ As regiões funcionais de planejamento foram propostas pelo estudo sobre desenvolvimento regional e logística do Rio Grande do Sul, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de Coredes como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a criação dos Coredes, passou a ser utilizada para o planejamento de ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Figura 10 – Mapa da extensão territorial do Corede dos Campos de Cima da Serra



Fonte: Rio Grande do Sul (2015).

Segundo a Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015), a região dos Campos de Cima da Serra tem a cidade de Vacaria como Centro de Zona e as demais como Centros Locais. Vacaria, Pinhal da Serra, Ipê, Bom Jesus e São José dos Ausentes, municípios situados ao sul da região, estão sob a influência de Caxias do Sul, cidade pertencente ao Corede Serra e Capital Regional de Porte B. Vacaria exerce influência sobre Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Esmeralda e Pinhal da Serra. E André da Rocha se relaciona com Nova Prata, cidade hierarquicamente superior, pertencente também ao Corede Serra. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

De acordo com os índices estatísticos da FEE (2018)³⁸, os municípios de André da Rocha, Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes e Vacaria, que compõem o Corede dos Campos de Cima da Serra, abrangem uma área territorial de 10.400,2 km² e contam com uma população de 103.336 habitantes, segundo censo demográfico do IBGE de 2010. O município mais populoso é Vacaria, com, aproximadamente, 66 mil habitantes, seguido de Bom Jesus, com 11.371 habitantes, e de Ipê, com 6.128 habitantes. Os municípios de Campestre da Serra, Esmeralda, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões e São José dos Ausentes contam com

³⁸ A FEE é uma instituição de pesquisa, vinculada à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

cerca de 3.000 habitantes. Pinhal da Serra tem 2.000 habitantes, e André da Rocha, 1. 211 habitantes. É considerado o menor Corede em quantidade populacional e possui a menor densidade demográfica, com apenas 9,4 habitantes por quilômetro quadrado.

A economia dos municípios está voltada a atividades nos setores primários, atuando na pecuária, com destaque à criação de bovinos de corte e de leite, e na agricultura, com a produção de grãos (soja, milho e trigo), pequenos frutos (morango, mirtilo, amora e framboesa), frutas (maçã, uva, pêssego e ameixa) e hortifruticultura (cenoura, beterraba, alho e batata). Destaca-se, também, o comércio e transporte rodoviário. Entretanto, a indústria está pouco presente, havendo uma maior concentração industrial em Vacaria, e o turismo, embora tenha grandes possibilidades de desenvolvimento, fica prejudicado pela falta de infraestrutura e de transportes. No aspecto educacional, esse Corede conta com Educação Básica, cursos técnicos profissionalizantes e Ensino Superior na modalidade presencial e a distância.

Ressalta-se que, no ano de 1993, o Conselho Estadual do Idoso (CEI) do Estado do Rio Grande do Sul, somado a 14 universidades gaúchas, realizou uma pesquisa intitulada “Idosos do Rio Grande do Sul: estudo multidimensional de suas condições de vida”. Esse estudo teve como objetivo elaborar o perfil, identificar as condições biopsicossociais, culturais e espirituais que interferem na qualidade de vida e avaliar o nível do desempenho de pessoas idosas em atividades de vida diária e na participação social. Os resultados destinaram-se a subsidiar as políticas sociais voltadas aos longevos do Estado. (HERÉDIA; CASARA, 2000).

Considerando o objeto do estudo em curso sobre envelhecimento, é imprescindível mapear o contingente populacional idoso que reside nos municípios que compõem o Corede dos Campos de Cima da Serra. Com base nos dados da FEE (2018), na Tabela 2, a seguir, estão expressos os resultados do censo demográfico de 2010 da população longeva por faixa etária e sexo que compõem essa região.

Tabela 2 – Estimativa da população idosa no Corede dos Campos de Cima da Serra

MUNICÍPIO	ANO 2010									
	DE 60 a 64 ANOS		DE 65 a 69 ANOS		DE 70 a 74 ANOS		DE 75 a 79 ANOS		80 ANOS OU MAIS	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
André da Rocha	29	28	22	29	19	19	36	17	14	13
Bom Jesus	269	272	222	214	168	160	109	113	95	142
Campestre da Serra	96	85	71	64	38	49	32	49	28	30
Esmeralda	72	81	67	63	56	50	28	39	34	51
Ipê	171	182	126	145	115	111	65	79	54	94
Inquirana	100	92	83	69	64	54	36	38	40	39
Monte Alegre dos Campos	84	68	65	45	49	36	30	45	38	26
Muitos Capões	68	69	55	55	36	40	40	26	22	30
Pinhal da Serra	59	34	45	52	34	25	28	18	30	32
São José dos Ausentes	51	56	44	45	46	34	20	28	18	17
Vacaria	1.160	1.289	874	1.043	653	827	460	610	404	629
Total Homens e Mulheres	2.167	2.256	1.674	1.824	1.278	1.405	864	1.062	777	1.103
Total Geral	4.423		3.498		2.683		1.926		1.880	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da FEE (2018).

De acordo com a FEE (2018), estima-se que a população de pessoas idosas concentrada nos municípios da região dos Corede dos Campos de Cima da Serra tenha ultrapassado 18.000 habitantes no ano de 2017. Na Tabela 3, é apresentada essa estimativa por faixa etária e sexo.

Tabela 3 – Estimativa da população idosa no Corede dos Campos de Cima da Serra por idade e sexo

MUNICÍPIO	DE 60 a 64 ANOS		DE 65 a 69 ANOS		DE 70 a 74 ANOS		DE 75 a 79 ANOS		80 ANOS OU MAIS	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
André de Rocha	41	47	37	31	18	26	13	21	27	24
Bom Jesus	271	305	263	288	219	191	151	142	181	254
Campestra da Serra	117	106	89	80	77	74	46	41	48	74
Esmeralda	92	98	78	76	63	66	44	41	55	74
Ipê	199	173	148	191	137	151	90	102	103	157
Jaquirama	140	107	116	87	61	75	59	45	58	67
Monte Alegre dos Campos	96	90	66	66	73	56	46	29	64	58
Muitos Capões	85	63	66	64	56	58	34	42	47	42
Pinhal da Serra	84	69	52	43	47	44	35	30	56	41
São José dos Ausentes	87	74	59	56	40	40	36	37	42	35
Vacaria	1.389	1.646	1.052	1.330	829	969	500	726	578	891
Total Homens e Mulheres	2.601	2.778	2.026	2.312	1.620	1.750	1.054	1.256	1.259	1.717
Total Geral	5.379		4.338		3.370		2.310		2.976	

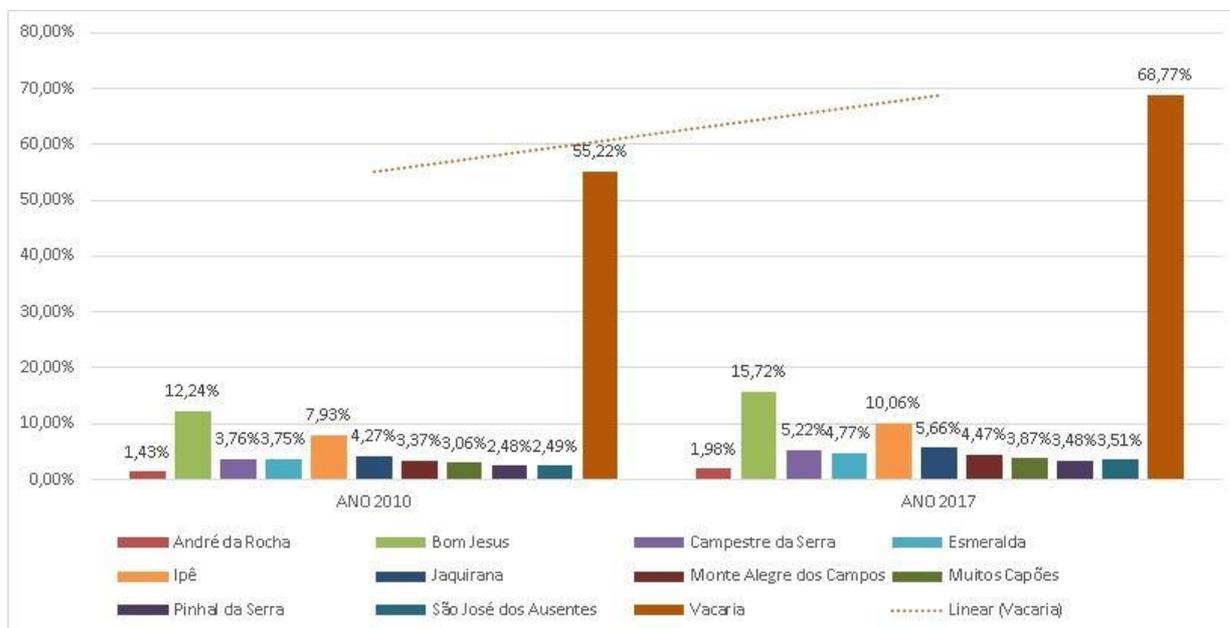
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da FEE (2018).

Para compreender o processo de envelhecimento no município de Vacaria, analiso o crescimento da população idosa entre 2010 e 2017. De acordo com as projeções da FEE (2018), o município de Vacaria, no ano de 2017, totalizou 9.910 pessoas com mais de 60 anos de idade, o que indica um crescimento de 1,28% em relação ao ano de 2010. Quanto ao gênero, em 2017, havia 4.348 idosos e 5.562 idosas, evidenciando um percentual de 12% a mais de mulheres. Conforme o IBGE (2010), os fatores que contribuem para a maior longevidade das mulheres brasileiras se devem à mortalidade diferencial por sexo, à queda da mortalidade materna, à proteção hormonal do estrogênio, à inserção diferente no mercado de trabalho, ao consumo distinto de tabaco e álcool e à postura dessemelhante em relação aos serviços de saúde. Essas diferenças provocam alterações na estrutura familiar, cabendo às mulheres jovens e idosas responsabilizar-se pela proteção e pelo sustento da família.

No Gráfico 7, está expresso o contingente da população idosa no Corede dos Campos de Cima da Serra, que, no ano de 2010, contava com 14.410 idosos – 6.760 homens e 7.650

mulheres –, o que, corresponde, aproximadamente, a 0,98% da população idosa do Rio Grande do Sul.

Gráfico 7 – Comparativo da população idosa entre 2010 e 2017



Fonte: Elaborado pela autora.

Esses dados apontam o crescimento da população nos municípios do Corede dos Campos de Cima da Serra. Vacaria apresentou um aumento de 13,55% de pessoas idosas, Bom Jesus, de 3,48%, e Ipê, de 2,14%. Já os demais municípios tiveram um crescimento de 2%. Infere-se, assim, que o número de pessoas longevas que residem nesses municípios é baixo se comparado com a população idosa do Estado; mesmo assim, são cidadãos que devem ser considerados nas ações de políticas públicas.

Tal realidade remeteu a alguns questionamentos: as pessoas estão preparadas para envelhecer? A sociedade, nos setores da saúde, da educação e da economia, possui estrutura para receber esse contingente populacional? Os governantes pensam na efetivação de políticas públicas para que a pessoa idosa usufrua de seus direitos com dignidade e cidadania?

Ao refletir sobre esses questionamentos, considero que a sociedade sob a égide do capitalismo neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2016) não está preparada para o envelhecimento. Apesar da implementação de políticas públicas e legislações específicas, ainda não há suporte para oferecer condições de um envelhecer com melhores condições de vida. Como já mencionado neste estudo, o envelhecimento é um processo natural do ser humano que, com o passar dos anos, acarreta modificações biopsicossociais que levam à necessidade de atenção

especial tanto da família quanto da sociedade. Nesse contexto, os desafios ficam cada vez mais complexos e exigem a oferta de serviços e atendimentos na área da saúde, de proteção social, de lazer, de previdência, de educação, entre outras. Todavia, no Brasil esses serviços são precários, e suas estruturas não conseguem atender às demandas advindas da população. Por essa razão, acredito que, se os governantes incluíssem como prioridade a questão do envelhecimento em suas agendas, seria possível concretizar políticas públicas que atendessem adequadamente às demandas inerentes a essa etapa da vida, de modo que as pessoas com 60 anos ou mais poderiam usufruir de ações que as tornariam sujeitos críticos e autônomos, bem como cidadãos de direitos respeitados nos diferentes setores da sociedade e, inclusive, na família.

Essas inquietações impulsionam a busca por alternativas de oferta de serviços que melhorem a qualidade de vida da população brasileira. Nesse sentido, Borges (2012, p. 102) lembra que “A atuação do poder público precisa ser repensada, dimensionada e ampliada com a criação, concretização e financiamento de Políticas Públicas que possam oferecer respostas e suprir novas demandas do contingente mais envelhecido da população brasileira”.

6.3 Considerações

Considerando o objetivo desta seção – apresentar o perfil demográfico da população brasileira em âmbito macro, meso e micro –, é possível afirmar que as projeções demográficas apontam para um crescimento da população longeva nos próximos anos, resultado do aumento da expectativa de vida e da redução da mortalidade em todas as faixas etárias. A esse respeito, cabe ressaltar que a pessoa idosa, quanto mais idade tiver, mais fragilidades apresenta devido às degenerações biológicas e psicológicas, requerendo, conseqüentemente, maiores cuidados por parte de seus familiares e do poder público. Em decorrência dessas necessidades biopsicossociais que a população longeva vem apresentando, a gestão pública precisa estar atenta às demandas desse segmento etário para atualizar e implementar as políticas públicas voltadas às pessoas idosas no município de Vacaria e principalmente nos municípios do Corede dos Campos de Cima da Serra que ainda não implementaram a PNI.

7 GRUPOS DE CONVIVÊNCIA: DIFERENTES SABORES E AROMAS PARA O PROTAGONISMO DA PESSOA IDOSA

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000, p. 17).

Parafraseando Freire (2000), somos sujeitos com sonhos e poder de transformar o mundo fazendo história. Esse processo histórico significa mudar o modo de vida dos seres humanos e as estruturas que o sustentam, e esse novo mundo só pode ser anunciado quando as pessoas não estão isoladas, mas engajadas em uma práxis social como processo de libertação e emancipação.

Do ponto de vista freireano, a emancipação é entendida como a capacidade do indivíduo de interpretar e compreender a totalidade do contexto em que está inserido para libertar-se da opressão e da classe dominante. Pode ser compreendida, também, segundo Canielles e Oliveira (2011, p. 1), a partir de duas tipologias, política e a humana:

Na perspectiva da emancipação política, o Homem pode emancipar-se politicamente, porém permanecerá condicionado a um sistema que oprime suas características enquanto ser genérico e social. Em contrapartida, no pensamento de Marx, para haver a possibilidade da emancipação humana é necessária uma mudança tanto na forma de pensar como nas práticas dos homens. Esse processo está estreitamente relacionado à alienação do homem, à luta de classes e, principalmente, à liberdade.

Desse modo, a emancipação pressupõe conscientização e enfrentamento das contradições que o sistema capitalista impõe. Para que haja o processo de conscientização da realidade em que a pessoa idosa está inserida, torna-se fundamental a emancipação humana, pois, a partir do momento em que o longo tempo adquire conhecimento e participa do meio social, busca a superação de sua alienação.

Na concepção freireana, homens e mulheres se emancipam mediante a luta pela libertação. A prática da liberdade acontece por meio de uma educação emancipatória, em que o oprimido (que consiste, na perspectiva deste estudo, na figura do longo tempo) tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria história. A compreensão de educação libertadora baseia-se, assim, nas reflexões de Freire (1987), para quem homens e mulheres são sujeitos do processo de sua própria formação, que ocorre no convívio uns com os outros, por intermédio de uma prática dialógica e crítica de sua realidade. Nesse convívio mediatizado pelo mundo, desencadeiam-se aprendizagens pautadas pela elaboração e reelaboração de uma consciência crítica, reflexiva e democrática dos saberes, na

qual os indivíduos se constituem como cidadãos atuantes e conscientes do meio social em que estão inseridos. Assim, para Freire (1987), homens e mulheres não podem ser entendidos de forma alheia ao mundo que constroem e significam.

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato e isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão que propõe [...] é sobre homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa. (FREIRE, 1987, p. 70).

Conforme o legado freireano, constituímos-nos como seres humanos no convívio com outras pessoas e com o mundo, sendo mediante as práticas sociais que vivenciamos processos educativos. Por meio desses processos, busca-se a liberdade e a valorização do indivíduo, dando-lhe condições de transformar o seu saber, seu saber-fazer, seu saber-ser e seu conviver em sociedade. Nesse compasso, Freire (1987) defende que a educação, além de socializar conhecimentos, contribuiu para desenvolver, no indivíduo, a capacidade de pensar, de atuar de forma criativa e de inovar com liberdade.

Na perspectiva de idealizar uma sociedade com princípios de educação libertadora, Freire (1987) esclarece que a educação pode ser uma via de emancipação do sujeito por meio do diálogo. Assim, ensina que o diálogo é o caminho para que homens e mulheres pronunciem a palavra “mundo” e, em comunhão, construam e reconstruam sua cultura: “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. (FREIRE, 1987, p. 78). O educador considera, assim, que a “[...] educação é um ato de amor” e que “[...] não há diálogo [...] se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda. [...] Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo”. (FREIRE, 1987, p. 79-80).

O ser humano, como sujeito histórico-social, vive em grupos e na sociedade da qual faz parte para se desenvolver como indivíduo. Dessa forma, a prática educativa desenvolvida com pessoas idosas deve privilegiar o convívio social em uma dimensão socioeducativa, visando ao processo emancipatório, que demanda a participação e o comprometimento do longo tempo na busca de construir uma sociedade igualitária, humana, solidária e democrática.

Tendo isso em vista, este capítulo objetiva analisar os processos educativos em programas e ações no SCFV de Vacaria, no que diz respeito às dificuldades e potencialidades para o desenvolvimento da cidadania e emancipação da pessoa idosa. Para isso, está estruturado em cinco seções além desta introdutória. Inicialmente, apresento os procedimentos

metodológicos para a interpretação e análise das informações coletadas durante as entrevistas com os participantes sobre as ações e os programas oferecidos ao público idoso no SCFV. Em seguida, discorro sobre o perfil dos entrevistados e suas motivações em estabelecer relações com grupos de convivência de pessoas idosas. Após, discuto as ações motivadoras para formação para a cidadania da pessoa idosa que ocorrem nos grupos de convivência, assim como os processos educativos promotores da cidadania da pessoa idosa. Por fim, exponho algumas considerações.

7.1 Procedimentos metodológicos

Em um processo de diálogo por meio de entrevistas, busquei ouvir um universo de 13 participantes. Foram entrevistados cinco profissionais que atuam diretamente ou indiretamente com pessoas idosas no SCFV da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Vacaria, que constituíram o grupo I, cujos integrantes receberam nomes fictícios de árvores frutíferas. Também priorizei escutar os usuários dos grupos de convivência de longevos para analisar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a cidadania e emancipação da pessoa idosa, formando o grupo II, constituído por oito coordenadores idosos de grupos de convivência que estão registrados no SCFV e que receberam neste estudo nomes de flores.

Para a coleta de dados, utilizei a entrevista semiestruturada como técnica metodológica. No entendimento de Minayo (2010), Poupart *et al.* (2012) e Zago (2003), a entrevista constitui a porta de acesso à realidade social pelo fato de constituir uma estratégia para que os atores sociais dialoguem, interpretem e compreendam sua realidade. Nessa direção, Poupart *et al.* (2012, p. 217) salientam que

[...] a entrevista seria, indispensável, não somente como método para apreender a expectativa dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações.

Entendo ser pertinente a escolha da entrevista semiestruturada por essa metodologia proporcionar um momento privilegiado de diálogo com os sujeitos que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Tal estratégia de coleta de dados, conforme Zago (2003), permite a construção de informações primárias e secundárias, além de dar um direcionamento sobre o que perguntar. Para a análise dos dados, apoiei-me na técnica de análise de conteúdo, seguindo as etapas propostas por Moraes (1999).

Sigo relembando viagens por entre campinas e planícies repletas de pomares, alguns florescidos, e outros já com frutos. Assim, inspirada por ótimas recordações, chego a esta paisagem e, parafraseando o poeta português Fernando Pessoa, entendo que “Para viajar basta existir”. Logo, viajar faz parte da minha caminhada profissional, tendo andado por lugares montanhosos e por planícies tomadas por florestas, pomares e jardins. Insuflada por tantas recordações, passo a utilizá-las para analisar os dados colhidos no campo empírico e, com isso, preservar o anonimato dos participantes, que são aqui designados com nomes de frutas e flores, conforme descrito na seção metodológica da quinta paisagem.

Para chegar a essas paisagens, parafraseando o poeta português Fernando Pessoa, entendo que “Para viajar basta existir”. Logo, viajar faz parte da minha caminhada profissional, tendo andado por lugares montanhosos e por planícies tomadas por florestas, pomares e jardins. Insuflada por tantas recordações, passo a utilizá-las para analisar os dados colhidos no campo empírico e, com isso, preservar o anonimato dos participantes, que são aqui designados com nomes de frutas e flores. Assim, com propósito moral e ético, os participantes do grupo I são denominados Pêssego, Maçã, Cáqui, Ameixa e Pera, frutas cultivadas em Vacaria. Já os entrevistados do grupo II recebem o nome de flores: Hortênciã, Camélia, Azaleia, Rosa, Gerânio, Amor-Perfeito, Margarida e Boca-de-Leão, variedades essas encontradas no jardim da residência de pessoas idosas do município.

Para participar deste estudo, os participantes necessitavam atender aos seguintes critérios: a) ser profissional que atua na gestão da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social; b) atuar como coordenador do SCFV; c) ter, pelo menos, um ano de experiência no SCFV e de atuação nos grupos de convivência de longevos; d) ser representante do grupo de convivência registrado no SCFV – neste caso, cada grupo de pessoas idosas indicou os coordenadores de seus grupos; e) atuar como representante do CMI de Vacaria.

As orientações para as entrevistas tiveram como ponto de partida questões pré-definidas, a fim de que a pesquisadora seguisse uma lógica no assunto abordado. Para Zago (2003), o pesquisador deve ter a acuidade necessária para garantir que uma entrevista tenha início, meio e fim, o que pode ocorrer por meio de roteiro. Assim, foram elaborados roteiros com blocos temáticos e perguntas norteadoras para a entrevista, com seus respectivos objetivos – ressaltado, contudo, que, no decorrer da entrevista, sempre permiti ao entrevistado falar livremente sobre políticas públicas voltadas ao público idoso nos programas e nas ações desenvolvidas no SCFV de Vacaria.

Assim, elaborei dois roteiros de entrevista, destinados ao grupo I e ao grupo II. No grupo I, foram entrevistados o representante da Secretaria de Assistência Social, o presidente do CMI,

o Assistente Social e duas professoras que atuam nos grupos de convivência e, no grupo II, longevos coordenadores de grupos de convivência. Optei por elaborar dois quadros com os blocos temáticos, os elementos de análise, os objetivos e as questões que me nortearam na interlocução com os participantes do estudo. No Quadro 4, a seguir, consta o roteiro da entrevista do grupo I e, no Quadro 5, o roteiro do grupo II.

Quadro 4 – Roteiro da entrevista do grupo I

(continua)

Blocos temáticos	Objetivo da questão	Questões das entrevistas
1 - Perfil dos sujeitos da pesquisa	Diagnosticar o perfil dos sujeitos que trabalham direta/indiretamente com as pessoas idosas; Compreender os motivos que levou a desenvolver atividades com longevos.	Há quanto tempo você atua com longevos? Qual é a sua formação? O que levou você a desenvolver atividades com pessoas idosas?
2 - Serviços oferecidos	Verificar as ações e os programas disponíveis à população idosa, bem como os resultados proporcionados a essa população; Analisar o protagonismo do longevo no planejamento de ações e programas do SCFV.	Que atividades são oferecidas ao público idoso do município de Vacaria? Quais são os objetivos das ações e dos programas para longevos desenvolvidos no SCFV? Como o SCFV planeja e promove ações para informar os direitos das pessoas idosas? Você poderia comentar como as ações e os programas possibilitam a aquisição de novos papéis sociais do longevo no município de Vacaria? Quais são, em sua opinião, os principais benefícios das atividades oferecidas pelo SCFV às pessoas idosas? Como os grupos de convivência são constituídos e quais são os critérios para participar? Para as pessoas idosas que não frequentam os grupos de convivência, o que o município oferece?
3 - Efeitos dos serviços	Refletir sobre a inserção do longevo na sociedade; Verificar a atuação da pessoa idosa como protagonista na luta pelos seus direitos.	Em sua opinião, as pessoas idosas conhecem a PNI (Lei n.º 8.842/94) e o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03)? Como você percebe a atuação desses sujeitos em espaços de mobilização e discussão política, como CMI, entidades assistenciais e ONGs?
4 - Avaliação dos serviços	Avaliar a implementação da política pública voltada a pessoas idosas no município; Verificar o protagonismo do longevo na implementação das políticas públicas; Compreender se as ações e os projetos oferecidos aos longevos promovem a cidadania e emancipação política do público idoso.	Na sua percepção ,como está sendo implementada a política voltada aos longevos no município de Vacaria? Como é realizada a avaliação das ações e dos projetos oferecidos pelo SCFV às pessoas idosas? Em sua opinião, de que forma o longevo pode se tornar mais participativo ao ter conhecimento e consciência dos seus direitos? Quais as modificações interpessoais, sociais e educacionais podem ocorrer na vida da pessoa idosa frequentar essas atividades?

Quadro 4 – Roteiro da entrevista do grupo I

(conclusão)

Blocos temáticos	Objetivo da questão	Questões das entrevistas
5- Motivação	Identificar as motivações em desenvolver e atuar direta ou indiretamente em programas e ações para a pessoa idosa.	Há quanto tempo você trabalha com longevos? Quais foram os motivos que levaram você a se preocupar e a trabalhar com a população idosa? Seus familiares apoiam a sua participação nos grupos de convivência? Por quê?
6 - Processos de conhecimento	Compreender a adoção das políticas públicas voltadas ao público idoso em Vacaria, bem como o protagonismo desse público na tomada de decisões.	Qual é a sua opinião sobre os direitos que a pessoa idosa possui perante a legislação brasileira? Como a população idosa usufrui desses direitos? Em sua opinião, quais são as principais contribuições dessas legislações para as pessoas idosas? Poderia me dizer se há algum benefício oferecido pelo município aos longevos? Fale sobre isso. Durante os encontros no grupo de convivência, como são as discussões das políticas públicas voltadas ao público idoso? Como a população idosa participa na tomada de decisões para a elaboração das políticas públicas a ela relacionadas no município de Vacaria?

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 5 – Roteiro da entrevista do grupo II

(continua)

Blocos temáticos	Foco da questão	Questões
Perfil dos longevos entrevistados	Diagnosticar o perfil dos coordenadores longevos dos grupos de convivência.	Você poderia falar sobre você, sobre sua vida escolar e profissional, e fazer uma breve apresentação sobre você, incluindo idade e local de nascimento? Quanto tempo reside em Vacaria? Qual é sua profissão? Qual é sua escolaridade e seu grau de instrução?
Motivação	Compreender os motivos que levou a participar do grupo de convivência.	Há quanto tempo você frequenta o grupo de convivência? Quais foram os motivos que levaram você a frequentar o grupo de convivência? Seus familiares apoiam a sua participação nos grupos de convivência? Por quê?

Quadro 5 – Roteiro da entrevista do grupo II

(conclusão)

Blocos temáticos	Foco da questão	Questões
Processos de conhecimento	Verificar o conhecimento do público idoso sobre os seus direitos conforme a legislação vigente.	Qual é a sua opinião sobre os direitos que a pessoa idosa possui perante a legislação brasileira? Como você e seu grupo usufruem desses direitos? Em sua opinião, quais são as principais contribuições dessas legislações para as pessoas idosas? Poderia me dizer se há algum benefício oferecido pelo município ao público idoso? Durante os encontros no grupo de convivência, como são as discussões das políticas públicas voltadas aos longevos? Como você e seu grupo participam na tomada de decisões para a elaboração das políticas públicas voltadas ao público idoso no município de Vacaria?
Serviços oferecidos	Compreender a implementação das políticas públicas voltadas aos longevos no município de Vacaria, bem como as atividades e os serviços que são oferecidas nos grupos de convivência.	O município de Vacaria possui CMI? Você participa de algum conselho ou entidade que defende os direitos das pessoas idosas? Quais são os direitos do longo do município de Vacaria que você usufruiu? De quais atividades você participa no grupo de convivência? Como você avalia estas atividades? Você acha que deveriam ser oferecidos outros tipos de atividades? Quais?
Efeitos dos serviços	Diagnosticar as contribuições das atividades desenvolvidas para a emancipação política das pessoas idosas e das aprendizagens construídas na convivência em grupo; Analisar o protagonismo do público idoso no planejamento de ações e eventos sobre o envelhecimento.	Comente sobre como é o envolvimento da pessoa idosa nas atividades oferecidas no grupo de convivência. Que aprendizagens você percebe com essas atividades? Quais contribuições que as atividades desenvolvidas proporcionam aos longevos? Você considera que contribui para que os direitos das pessoas idosas sejam respeitados no local em que você vive? Se sim, como? Por quê? Você participa ou participou de alguma manifestação em prol dos direitos dos longevos? Se sim, qual?
Avaliação dos serviços	Analisar as fragilidades e potencialidades das ações e dos programas para o desenvolvimento da cidadania dos longevos.	O que mais lhe agrada ao frequentar o grupo de convivência? Por quê? Depois que você ingressou no grupo de convivência, algo mudou em sua vida? O quê? Como você percebe a situação das pessoas idosas no município de Vacaria? Na sua percepção, como está sendo implementada a política voltada aos longevos no município de Vacaria? No seu entender, como as pessoas idosas são consideradas/tradadas pelas famílias e pela sociedade?

Fonte: Elaborado pela autora.

Passo, agora, à apresentação dos quatro blocos comuns aos dois roteiros de entrevistas. O quinto e o sexto bloco foram acrescidos no roteiro dos coordenadores dos grupos de convivência de pessoas idosas, totalizando, assim, seis blocos temáticos.

O primeiro bloco, denominado “perfil dos sujeitos da pesquisa”, foi construído a partir das informações pessoais dos entrevistados, o que permitiu conhecer um pouco da história de vida de cada um. No segundo bloco, designado “serviços oferecidos”, as informações requeridas auxiliaram a compreender a execução das políticas públicas voltadas ao público idoso no município de Vacaria, bem como para conhecer as atividades e os programas oferecidos nos grupos de convivência. No terceiro bloco, intitulado “efeitos dos serviços”, analisei a contribuição das atividades desenvolvidas nos grupos de convivência para a emancipação política das pessoas idosas e verifiquei as aprendizagens elaboradas na luta por seus direitos. No quarto bloco, “avaliação dos serviços”, busquei informações para aferir a efetivação da política pública para a população longeva e o protagonismo na realização das políticas públicas de Vacaria, assim como procurei levantar as percepções dos entrevistados quanto à contribuição dos programas para o desenvolvimento da cidadania. No quinto bloco, chamado de “motivação”, averigui os motivos que levam a pessoa idosa a participar do grupo de convivência. E, no sexto e último bloco, intitulado “processos de conhecimento”, levantei as percepções que a pessoa idosa tem sobre os seus direitos conforme a legislação brasileira.

Para a consolidação do instrumento, apliquei uma entrevista-piloto com alguns respondentes, objetivando verificar sua opinião quanto à objetividade, à clareza na linguagem e à sequência dos blocos temáticos. De posse das respostas, reformulei o roteiro final para a entrevista. Cabe mencionar, ainda, que, durante a coleta das informações, foram observados aspectos éticos a fim de preservar o anonimato dos participantes envolvidos na pesquisa e de seguir as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos.

Foi necessário, a partir disso, adotar algumas estratégias específicas para obter as informações pretendidas. Para a realização das entrevistas, em um primeiro momento, contatei o secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com o intuito de solicitar a permissão para realizar esta investigação e entregar o Termo de Anuência (Apêndice B). Após sua concordância, contatei previamente, via telefone, cada sujeito participante e agendei os dias, horários e locais das entrevistas. Nessa primeira conversa, ao explicar o objetivo da pesquisa, houve receptividade, e os contatados forneceram o endereço de sua residência, com exceção de duas participantes, que não quiseram agendar a visita devido à pandemia do COVID-19. Com o agendamento definido, desloquei-me a cada residência seguindo as orientações e os protocolos da OMS, ou seja, utilizando máscara e álcool em gel e mantendo distanciamento

para prevenir o agravamento da pandemia. Cada entrevista durou aproximadamente duas horas, e foram realizadas na cozinha ou na sala da residência de cada participante entre os meses de abril a julho de 2020. Ao chegar à residência, identifiquei-me, acomodei-me no espaço destinado pelo entrevistado e, depois de uma conversa descontraída, apresentei os motivos de sua participação e os objetivos do estudo. Também expliquei os protocolos do COVID-19, solicitei a permissão para gravação (aceita por todos) e entreguei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), documento que foi lido e, com a concordância de todos em participar, foi assinado em duas vias, ficando uma em posse do participante e outra com a pesquisadora responsável.

Durante as entrevistas, procurei criar uma relação de diálogo e interação com o participante, concedendo a cada um o papel de ator principal para expressar seus conhecimentos e sentimentos. Quando necessário, flexibilizei e reformulei as questões, com o intuito de potencializar as informações obtidas. A esse respeito, Gonçalves (2013, p. 64) ensina que a pesquisa “[...] pode atingir maior profundidade e conseqüentemente maior potencial de contribuição real para transformação social, quanto mais atento forem o olhar e a escuta do pesquisador, e mais firmes forem os laços de confiança estabelecidos na convivência com o grupo”. Assim, procurei cativar a confiança, deixando o participante seguro para relatar não somente suas práticas e maneiras de pensar, mas também para relatar sua opinião como uma testemunha-chave e representante do grupo. Nesse sentido, entendo que cada entrevistado apresenta diferentes (re)construções sobre os diversos elementos da realidade à qual pertence, tornando, desse modo, a coleta das informações mais rica, com maior número de dados a serem analisados. Por essa razão, fui garimpando informações a partir da reflexão do entrevistado acerca de sua própria experiência e da realidade em que está inserido. (MINAYO, 2010).

Para registrar as informações, utilizei a gravação em áudio com *iPhone Apple*. Sobre esse aspecto, cabe ressaltar, conforme Zago (2003), que o pesquisador deve escutar a gravação da entrevista, conforme a necessidade, para reexaminar o seu conteúdo. Tendo isso em vista, o campo empírico foi submetido a avaliações constantes. Ao concluir a primeira entrevista, realizei a transcrição para reavaliar aspectos de linguagem e para efetuar ajustes nas questões e respostas que mereceriam ser exploradas com maior profundidade. Dessa forma, para melhorar a condução da entrevista, apropriei-me dos pressupostos de Zago (2003, p. 306), que ensina que “[...] um procedimento importante é escutar a entrevista gravada e transcrevê-la, dar um tempo, rever o material para afinar as questões previamente definidas”.

Antes de iniciar o processo de análise das entrevistas, realizei uma leitura atenta das transcrições e entreguei a cada participante uma cópia dessa transcrição para sua conferência,

sugerindo um prazo de dez dias para isso. Após as devolutivas e uma nova leitura para identificar as possíveis alterações, percebi que não houve necessidade de modificações. Ressalto, ainda, que cada entrevista foi singular e gerou expectativas e frustrações, sendo as expectativas superiores, uma vez que emergiram durante o diálogo informações significativas que permitiram uma análise com maior profundidade, a exemplo do sentimento de pertença do entrevistado ao grupo que integra ou à função que desempenha em seu trabalho.

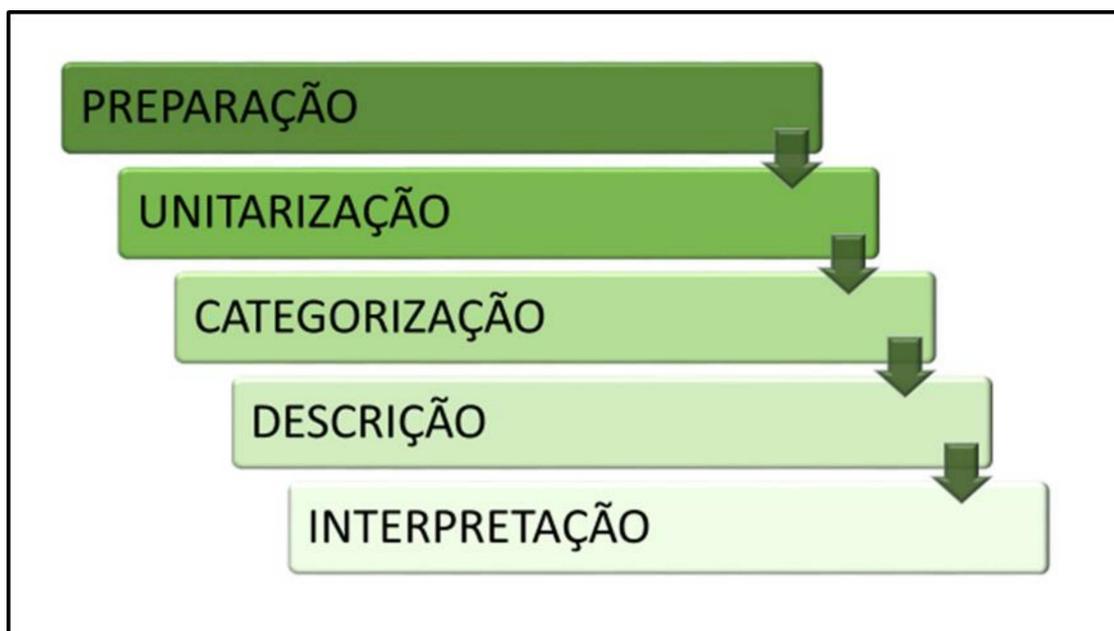
Os relatos dos participantes são constituídos de significativas lembranças e experiências nos grupos de convivência, sendo indispensáveis para atingir o objetivo deste estudo. Assim, com as entrevistas concluídas e transcritas, foi possível entender quem são esses sujeitos, como visibilizam as políticas públicas voltadas ao público idoso em Vacaria e que significado conferem à participação no grupo de convivência.

No intuito de sistematizar e compreender os dados coletados, busquei, em movimentos dialéticos, deslocar-me do empírico para o abstrato e vice-versa. Como ensina Gamboa (1998, p. 114), “[...] é uma volta ao todo concreto não apenas percebido no contexto real, mas analisado e compreendido no contexto teórico”. O processo da análise abrange, assim, uma jornada complexa. Durante o caminho, as certezas transformaram-se em incertezas, assim como surgem luzes e novos horizontes que se configuraram em certezas e que podem se transformar em dúvidas novamente.

Considerando a escolha da pesquisa qualitativa e da entrevista como instrumento de coleta de dados, percebo a análise de conteúdo como pertinente para interpretar e analisar as informações. Essa estratégia metodológica auxilia a reinterpretar mensagens para atingir a compreensão dos significados em um nível que ultrapassa uma simples leitura. Assim, para alcançar um nível de compreensão mais aprofundado nesta paisagem, busquei sustentação teórica nos estudos de Moraes (1999), que propõe cinco etapas para o processo da análise do material: preparação das informações, unitarização, categorização, descrição e interpretação.

Na Figura 11, a seguir, estão expressas as cinco etapas da análise de conteúdo sugerida por Moraes (1999).

Figura 11 – Etapas análise de conteúdo



Fonte: Elaborada pela autora com base em Moraes (1999).

Seguindo as sugestões de Moraes, descrevo como se desenhou cada uma dessas etapas. Com todas as entrevistas organizadas e impressas para leitura e anotações, iniciei a análise das informações. Conforme Moraes (2003), as informações coletadas chegam ao pesquisador em estado bruto, necessitando ser processadas para compreender e interpretar as mensagens escritas, que podem ser letras, palavras e/ou orações.

Desse modo, lapidando as informações com interpretações e reinterpretções em um processo de construir e reconstruir, dando significado ao conteúdo das mensagens. Ao assumir a postura de pesquisadora, enfatizei não apenas o resultado final, mas também todo o processo, inclusive o contexto, que considero indispensável para a compreensão das informações.

Para organizar e identificar os resultados e as sínteses do procedimento de análise das entrevistas, organizei e identifiquei, por meio de uma lógica de interação e de complementariedade, as duas dimensões investigadas, denominadas de grupo I e grupo II. Utilizei esse processo de codificação durante a análise e discussão dos resultados para manter o anonimato dos entrevistados, como já detalhado nesta seção. Assim, de forma dialética, os dados foram sistematizados e articulados com as categorias metodológicas e de conteúdo, com possibilidade de análise e síntese. Com essa organização, foi possível iniciar a preparação do material e sua codificação.

Na sequência, realizei o processo de unitarização, que se constitui em um conjunto de dados brutos, separados em textos de unidades de significado, inseridos em uma planilha do

Excel e organizados em conformidade com cada categoria. Como afirma Moraes (2003), esse é um momento de aproximação do caos, que propicia o novo pela desorganização de um texto que constrói outra ordem. A partir da unitarização de sentidos, mergulhei no objeto de estudo e passei a interpretar os dados por meio de um processo de agrupar e desagrupar. Nesse movimento, “[...] as realidades investigadas não são dadas prontas para serem descritas e interpretadas. São incertas e instáveis mostrando que ideias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade”. (MORAES, 2003, p. 121). Assim, tracei caminhos, interpretando e analisando as paisagens para reconstruir novos conhecimentos.

A partir da compreensão das unidades de sentido, fui mapeando características e identificando frases e palavras presentes durante o processo. Disso emergiram as categorias para análise, que foram criadas a partir dos conteúdos das entrevistas. No refinamento progressivo das categorias, retornei constantemente às entrevistas, sempre em busca de significados que se apresentam inacabados e em constante construção. Passei a interpretar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem. (MORAES, 2003).

Com as entrevistas transcritas, os dados brutos foram sendo lapidados e construídos ao longo da análise com base em critérios de pertinência, exaustividade, homogeneidade, exclusividade e objetividade. (MORAES, 2003). A partir disso, surgiram três categorias de análise. Na primeira, denominada identificação do perfil dos sujeitos: árvores frutíferas e flores, objetivo conhecer os entrevistados, traçando seu perfil (idade, sexo, aspectos laborais, educacionais e profissionais e motivos para se envolver em atividades relacionadas ao público idoso). Já na segunda categoria, grupos de convivência e ações motivadoras de formação para a cidadania da pessoa idosa, procuro localizar tais ações e grupos e conhecer sua evolução histórica nos diferentes bairros de Vacaria, além de compreender o seu significado no trabalho e na vida dos participantes deste estudo para a formação de cidadania do público idoso. Na terceira e última categoria, tento refletir acerca dos processos educativos promotores da emancipação dos longevos.

Uma vez definidas as categorias e identificado e organizado o material, a etapa seguinte, da análise de conteúdo, visa comunicar os resultados, sendo composta pela descrição e interpretação dos dados. Para expressar os significados captados nas mensagens analisadas, procurei ir além da descrição, atingindo a compreensão do conteúdo por meio da interpretação que se relaciona com a fundamentação teórica e iluminando, assim, os fenômenos investigados. (MORAES, 2003). Nas seções subsequentes, apresento cada uma dessas categorias.

7.2 Memórias de vida de flores e frutos: quem são os entrevistados

Nesta seção, construída a partir das alocações de 13 entrevistados que se propuseram a participar do estudo, apresento a síntese do perfil dos entrevistados e suas motivações em estabelecer relações com grupos de convivência de pessoas idosas. Início a descrição pelo grupo I, denominado “Flores” e constituído pelos longevos coordenadores dos grupos de convivência, e, na sequência, exponho o grupo II, denominado “Árvores Frutíferas” e constituído pelo Secretário Municipal do Desenvolvimento Assistência Social (2017-2020), por professores de Educação Física que atuam nos grupos de convivência, pelo presidente do CMI e pelo Assistente Social responsável pelo SCFV.

O grupo I, constituído de oito participantes que se encontram na faixa etária entre 60 e 78 anos de idade, é formado por sete mulheres e um homem. Essa predominância do sexo feminino está relacionada ao de fato que os grupos de convivência são, na maioria, formados por mulheres, conforme salientado por Camélia: “[...] *as participantes dos grupos de convivência são em sua maioria mulheres, tem apenas dois homens que participam do grupo*”. Essa predominância da população idosa feminina percebida em Vacaria é um dado legitimado no cenário tanto nacional quanto internacional, com uma estimativa de que as mulheres vivam de cinco a sete anos mais que os homens. (NICODEMO; GODOI, 2010). Entretanto, conforme destacam Nicodemo e Godoi (2010, p. 41), “[...] viver mais não é sinônimo de viver melhor”. Com o passar do tempo, as mulheres sofrem com estereótipos que geram, cada vez mais, violência física e psicológica que as obriga a aceitar condições de vida inferiores à dos homens, tais como dupla/tripla jornada de trabalho. Além disso, cabe mencionar que o fenômeno da feminização da velhice depende do estilo de vida associado a fatores de riscos, como fumo, alimentação e comportamento, e a fatores biológicos, psicológicos e sociais. (ALMEIDA *et al.*, 2015).

Quanto às atividades laborais, as integrantes desse grupo são aposentadas e/ou pensionistas do esposo ou, no caso das mulheres que não possuem renda, dependentes do cônjuge. É importante destacar que as mulheres idosas entrevistadas deviam total obediência e/ou dependência ao pai e ao marido, um costume presente no contexto histórico-cultural que tinha como princípio uma prole numerosa para mão de obra braçal, limitando, assim, a escolarização das crianças e dos adolescentes. Tal condição era mais acentuada entre as mulheres que estavam condicionadas a exercer o papel de mãe e o trabalho doméstico, uma realidade que as impedia de buscarem outros meios de viver, como, por exemplo, estudar para ter uma profissão que lhes desse estabilidade e garantisse na velhice uma aposentadoria por

idade ou tempo de contribuição, pois essa é, para a maioria das idosas, a principal fonte de renda. (CAMARANO, 2013).

Na concepção marxista, o trabalho é tido como essencial na vida, sendo por seu intermédio que o homem transforma a si mesmo. Fica evidente, nas falas das entrevistadas, que o trabalho é fundamental na perspectiva tanto econômica quanto psicossocial. Conforme relatam, embora a idade já não permita ter um emprego com vínculo empregatício que assegure os direitos trabalhistas, nada as impede de se manterem ativas, ocupando-se com os afazeres domésticos e o cuidado dos netos, atividades que executam de forma prazerosa. Além de tais atividades, algumas ainda fazem trabalhos esporádicos como alternativa para ampliar a renda. Esse cenário vai ao encontro da percepção de Camarano (1999), para quem os benefícios previdenciários, geralmente, são precários, o que obriga a pessoa idosa a se manter na ativa para complementar a renda familiar, sujeitando e aprisionando os trabalhadores por meio de um sistema que não permite uma vida digna, com possibilidade de ócio e fruição da cultura, por exemplo. Diante dessa realidade, é possível inferir que o Estado está ferindo os princípios da Constituição Federal de 1988, que prevê como dever do Estado assegurar a dignidade às pessoas na velhice e nos demais momentos da vida. (BRASIL, 1988).

As entrevistadas e o entrevistado, quando relataram suas histórias, lembraram a infância e a juventude e contaram como viviam com os pais e irmãos e como foi a época de escola, namoro, casamento e constituição da família. Os relatos mais impactantes são dos que não tiveram oportunidade de estudar ou foram obrigados a abandonar a sala de aula para ajudar seus pais, na infância. Também destacam como foram se inserindo nos afazeres familiares e as conquistas providas dos recursos financeiros advindos do trabalho. Alguns disseram que, mesmo após a aposentadoria, de alguma forma continuam ligados às atividades laborais informais.

Em uma sociedade capitalista, o trabalho é visto como a única atividade útil e como uma obrigação do indivíduo, devendo ser prioritária em relação às demais atividades, como, por exemplo, o lazer. Nesse cenário, mostra-se comum ouvir que o lazer é perda de tempo e que aqueles que não trabalham são improdutivos, mesmo aqueles que já adquiriam o direito da aposentadoria. Assim, “[...] para uma sociedade que idolatra o trabalho e a produção em detrimento do homem, a aposentadoria passa a ser, para muitos a perda do próprio sentido da vida, comumente caracterizando uma morte social”. (SCHNORR, 2002, p. 120-121). Logo, a aposentadoria não é concebida como direito conquistado, mas como mudanças no papel social.

Em relação ao aspecto educacional, os integrantes do grupo I tiveram baixo nível de escolaridade. Enquanto Rosa concluiu o Ensino Médio Magistério, as demais entrevistadas não

concluíram o Ensino Fundamental e apontaram que o principal motivo de terem abandonado os estudos foi a necessidade de ajudar os pais nos afazeres de casa e no cuidado dos irmãos mais novos e a falta de escolas próximas à residência, pois moravam na zona rural. A esse respeito, Azaleia relatou: *“Estudei até o primário, naquela época morava na colônia e não tinha muito estudo, e, quando a gente crescia, tinha que ajudar a cuidar dos irmãos mais novos”*. Camélia e Gerânio, nessa mesma direção, afirmaram: *“Tenho pouco estudo, até a terceira série, assino meu nome e leio poucas palavras”* e *“Eu fui para a escola aos sete anos e estudei até a quarta série primária, porque no sítio só tinha até a quarta série”*. Já para Rosa, a paisagem estava mais florida: *“Fiz o Magistério e iniciei como professora para o primário onde eu morava com meus pais”*.

Outro ponto a destacar que emergiu durante as entrevistas foi que todas declaram saber ler e escrever e ter frequentado a escola. Considerando os relatos, infere-se que, na época em que elas deviam frequentar a escola, o acesso ao sistema educacional era limitado, tanto pela escassez de professores quanto pela falta de estímulo para estudar. Esses dois fatores, acrescidos à dificuldade de deslocamento até a escola, uma vez que a maioria residia na zona rural, contribuíram para aumentar a evasão escolar. Atualmente, com a desigualdade social cada vez mais acentuada, é comum vermos jovens, principalmente dos grupos menos favorecidos, abandonarem a escola. Nesse contexto, o abandono, geralmente, ocorre por estar associado a duplas ou triplas jornadas de trabalho comumente relacionado ao ajudar na renda familiar ou no seu próprio sustento. (FRITSCH *et al.*, 2019).

O baixo nível de escolarização desse grupo esteve permeado pelos valores culturais e sociais da primeira metade do século XX, em que as mulheres continuavam votadas à vida privada, sendo aprisionadas na domesticidade, enquanto os homens exerciam o papel de chefe de família. (CAMARANO, 2013). A maioria das mulheres desse período se casava ciente de que sua missão seria ter uma prole numerosa para ajudar no sustento da casa, indicando uma necessidade de mão de obra familiar decorrente de as condições financeiras serem ínfimas, o que acabava por repercutir na educação escolar. Esta não era prioridade, principalmente para as mulheres que estavam fadadas apenas a saber ler, escrever e fazer contas, grau de saber considerado aceitável para a época. (HERÉDIA; CASARA, 2000).

Esse paradigma no século XXI está sendo rompido, de modo que a figura feminina na sociedade capitalista vem ganhando espaço no mercado de trabalho mediante a abolição crescente da ideia de que a mulher deve casar-se, ter filhos e dedicar-se aos afazeres domésticos. Entretanto, em culturas e famílias tradicionais, ainda persiste a concepção da mulher como a cuidadora dos filhos e responsável pelos afazeres domésticos mesmo após longa jornada de

trabalho. Para Goldanni (1999, p. 83), “[...] cuidar de filhos, pais ou parentes foi e continua sendo parte do curso de vida das mulheres”.

No que concerne ao tempo de atuação dos entrevistados em grupos de convivência com pessoas idosas, este varia de 9 a 18 anos. O incentivo dos amigos para integrar esses grupos parece ter sido fundamental, como indicam as falas a seguir: “[...] foi por meio do convite de uma amiga. Na verdade, eu não sabia o que era esse grupo de convivência. Então ela disse ‘vamos lá’ para ver se você gosta ou não gosta. E daí eu comecei a participar em 1999 e nunca mais parei, porque é uma coisa muito boa.” (Margarida); “Fui convidada por duas amigas que já frequentavam o grupo, por que ficava só em casa, então elas disseram que era bom de ir; faz uns dez anos que participo do grupo.” (Amor-Perfeito); “Eu comecei a participar em 2006; depois que eu fiquei viúva, uma colega de terceira idade me convidou para participar.” (Boca-de-Leão); e “[...] a filha de uma amiga estudava em Florianópolis e um dia ela veio visitar a mãe e sugeriu para implantar um grupo aqui no bairro. Então, eu e minha amiga que já tinha me convidado para participar de um grupo de convivência em outro bairro implantamos o grupo.” (Azaleia).

Ao encontro do que evidenciam esses relatos, Fernandes (2002, p. 39) destaca que “[...] os grupos vão se configurando de acordo com o movimento dos seus indivíduos dentro deles, ao mesmo tempo esses indivíduos se movimentam num espaço prefigurado, no qual terão maior ou menor dificuldade em transformar-se”. A autora considera, ainda, que, desde que nascemos, somos seres sociais, rodeados por semelhantes e ao mesmo tempo diferentes; vivemos em uma práxis social interligada entre si por algum motivo em comum. Desse modo, fazer parte de um grupo de convivência possibilita ao público idoso interagir com os colegas e fazer amizades que se estabelecem e passam por transformações dialeticamente no decorrer de anos, além de tornarem-se, com o passar do tempo, fontes de suporte social, satisfação e bem-estar entre os integrantes do grupo.

Já o grupo II é constituído de cinco participantes que se encontram na faixa etária entre 30 e 70 anos, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino. Nesse grupo, em que novamente predomina o sexo feminino, os entrevistados tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no Ensino Médio e Superior, exercendo hoje as profissões de docente de Educação Física, músico e assistente social, ocupações essas que constituem sua principal fonte de renda. A exceção diz respeito aos entrevistados Pêssego e Cáqui, que são aposentados e se dedicam à vida política e a cargos de gestão pública.

Diante disso, cabe mencionar a percepção de Both, Pasqualotti e Both (2013, p. 2265), para quem “[...] o processo educacional ao interagir com outras ciências ilumina-se e densifica-

se. A intersecção dialógica de várias ciências pode produzir novos parâmetros de desenvolvimento para a clareira de ser velho”. De acordo com as informações presentes nos relatos, embora os entrevistados sejam graduados em diferentes áreas, não se confirmou formação e/ou especialização na área de gerontologia³⁹. Vale ressaltar ser essencial a atuação de um profissional qualificado nessa área, pois o gerontólogo estuda o processo do envelhecimento e de seus determinantes biológicos, psicológicos e socioculturais para a promoção de qualidade de vida.

Nesse sentido, infere-se que a falta de profissionais com formação em gerontologia pode dificultar a organização de ações, atividades e programas voltados ao atendimento das especificidades do público idoso. Sá (2013, p. 2305), ao se referir à formação profissional em gerontologia, explica que ela

[...] corresponde a atividades voltadas para a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes, comportamentos e competência profissional necessária para tratar das questões da velhice e do envelhecimento. Abarca também o conjunto de qualificação acumulada por um profissional relativo ao seu papel produtivo na área de gerontologia.

Já o tempo de trabalho desse grupo de entrevistados no SCFV varia de três a 20 anos. Entre os motivos que os levaram a trabalhar com pessoas idosas, então satisfação pessoal, oportunidade de emprego, convite da administração pública e atuação como representante de grupos de longevos, como indicam os excertos transcritos a seguir: “[...] *interesse e curiosidade sobre o envelhecimento.*” (Maçã); “[...] *ser do quadro municipal de funcionários.*” (Ameixa); “[...] *iniciei como estagiária em um programa de extensão na universidade [...] e depois oportunidade de emprego.*” (Pera); “[...] *porque participo de um grupo privado de idosos, então represento este grupo.*” (Cáqui); e [...] *“cargo político.”* (Pêssego). A partir desses relatos, percebo que os motivos de promover atividades para a população idosa não são prioritários para a equipe gestora e os demais funcionários que atuam no SCFV. Essa é uma questão preocupante, que pode ocasionar fragilidades às ações e aos programas voltados à pessoa idosa, pela falta de um interesse em comum para realizar um trabalho diferenciado e pela ausência de profissionais qualificados em Gerontologia, pois, conforme afirma Sá (2013), somente alguém com essa formação terá a competência necessária para responder aos desafios teórico-metodológicos e ético-políticos que o envelhecimento exige.

³⁹“Gerontologia é uma ciência recente e multidisciplinar, que estuda a velhice e o envelhecimento, discute aspectos biopsicossociais do desenvolvimento humano e a influência das variáveis do contexto social nesse processo”. (BORGES, 2012, p. 103).

Nesse sentido, faz-se necessário olhar para a realidade, para as transformações sociais e para os avanços tecnológicos de forma crítica, visando compreender o processo de envelhecimento demográfico. Isso remete à necessidade, cada vez mais, de oferecer serviços e políticas públicas que possibilitem espaços qualificados para atuar com a população longeva.

7.3 Grupos de convivência: ações motivadoras de formação para a cidadania da pessoa idosa

O percurso histórico sobre os programas e serviços voltados ao envelhecimento, no Brasil, iniciou na década de 60 por meio do SESC, que idealizou ações com o objetivo de preencher o tempo livre de pessoas aposentadas, passando a oferecer atividades recreativas que influenciaram todo o país. Posteriormente, na década de 70, a Legião Brasileira de Assistência e a PUCSP também adotaram atividades nesse viés. (MAZO; LOPES; BENEDETTI, 2004).

Conforme explica Debert (1999), tais programas e ações foram se estruturando, e com o tempo surgiu uma série de iniciativas por parte de agências governamentais e de organizações privadas, como as Universidades Abertas da Terceira Idade, os Programas para Pessoas de Idade Avançada e Aposentadas e os Grupos de Convivência para a Terceira Idade. Esse movimento permitiu romper com a visão da pessoa idosa como dependente, doente e inútil e estabelecer uma nova concepção de velhice – autônoma, independente e ativa. (DEBERT, 1999).

No ano de 2000, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio do SCFV, implantou os grupos de convivência em Vacaria, e logo iniciaram as ações. Esses grupos são caracterizados por Marquez Filho (2013) como um espaço de socialização e uma forma de o indivíduo exercitar o seu potencial criativo, com condições de agir conscientemente e vivenciar inúmeras atividades.

A esse respeito, cabe citar a fala da entrevistada Ameixa: “[...] a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social em 2000 cedeu um profissional de Educação Física para o grupo da Terceira Idade Reviver e Raio de Luz para desenvolver atividades físicas aos seus associados”. É importante destacar que ambos os grupos são clubes de terceira idade privados que objetivam minimizar a questão do isolamento social e possibilitar atividades físicas e mentais com vistas à promoção da qualidade de vida, o que é corroborado por Madruga e Arruda (2015, p. 48), quando afirmam que “[...] os grupos criam vínculos e as interações sociais são indispensáveis para a melhoria da saúde física e mental do idoso, pois o indivíduo, independentemente da idade é um ser social e gregário”. Como enfatiza Fernandes (2002), a

família é o primeiro grupo social do qual participamos, em que são dados os primeiros passos em direção à autonomia e ao fortalecimento enquanto sujeito e à vida em coletividade. A autora menciona, ainda, que os grupos são espaços sociais que se constituem por interesses comuns, nos quais os sujeitos podem construir novas aprendizagens e compartilhar experiências que são processos em mutação, dialeticamente transformáveis no seu cotidiano.

No SCFV, segundo o relato da entrevistada Ameixa, uma das principais ações realizadas até o momento em Vacaria consiste nos grupos de convivência para pessoas idosas, que visam “[...] tirar o idoso do isolamento, da situação de risco, [...] para ele ter um local onde possa interagir e conviver com outras pessoas da sua faixa etária”. Nessa fala, os objetivos dos grupos de convivência estão em consonância com os objetivos do SCVF, pois este serviço “[...] assegura um espaço de encontro aos idosos contribuindo para o processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, interagir socialmente com pessoas da mesma geração, bem como, possibilitar ao idoso construir novos laços de relação e favorecer o bem-estar físico, psicológico e social dos idosos”. (BRASIL, 2018). Nesse sentido, para o Ministério de Desenvolvimento Social, “[...] o direito ao convívio é assegurado, ao longo do ciclo de vida, por meio de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e à acolhida de famílias cujos vínculos familiares e comunitários devem ser protegidos”. (BRASIL, 2017, p. 9).

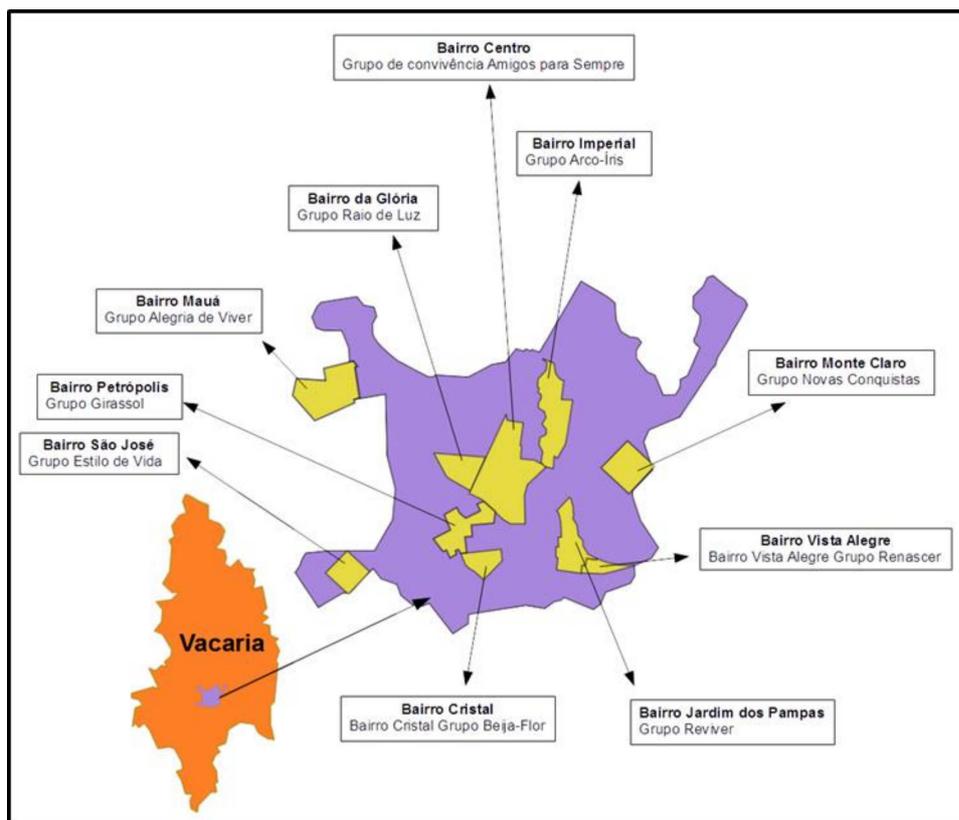
Nessa perspectiva, o grupo de convivência torna-se um espaço para o longo desenvolver novas formas de ser e estar no mundo, um espaço para ressignificar e criar saberes, a partir de novas relações sociais e, dessa maneira, minimizar os efeitos negativos do envelhecimento. Nessa ótica, a pessoa idosa, como ser da práxis, transforma o mundo com suas ações e ao mesmo tempo se transforma.

No caso do grupo entrevistado, à medida que o trabalho foi se efetivando e conquistando visibilidade, aliado à motivação dos participantes, foi necessário formar novos grupos de convivência. Do ponto de vista de Fernandes (2002, p. 49), “[...] criar grupos sociais para a construção da cidadania, para ressignificação do cotidiano, para o fortalecimento do sujeito e o desenvolvimento de sua autodeterminação, é uma forma de saída da dimensão da necessidade e da alienação”.

Atualmente, Vacaria possui dez grupos de convivência distribuídos nos diferentes bairros da cidade: o grupo Amigos para Sempre realiza seus encontros na Casa do Idoso no Centro da cidade; o grupo Novas Conquistas está localizado no bairro Monte Claro; o grupo Renascer encontra-se no salão comunitário do bairro Vista Alegre; o grupo Beija-Flor realiza seus encontros semanais na igreja do bairro Cristal; o grupo Girassol efetua suas atividades no CTG Sentinela da Querência, no bairro Petrópolis; o grupo Estilo de Vida está inserido na

comunidade do bairro São José; o grupo Alegria de Viver realiza os encontros no ginásio da escola do bairro Mauá; o grupo Arco-Íris faz os encontros no bairro Imperial; o grupo Raio de Luz reúne seus integrantes no salão da igreja do bairro da Glória; e o grupo Reviver congrega os participantes em sua sede própria no bairro Jardim dos Pampas. Na Figura 12, a seguir, apresento a localização geográfica dos grupos de convivência do município de Vacaria.

Figura 12 – Identificação e localização grupos de convivência de Vacaria



Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar o mapa de localização, é possível perceber que os grupos estão distribuídos estrategicamente para atender ao maior número possível de pessoas idosas vacarienses. No que tange aos locais para a realização dos encontros, o município oferece apenas um local público, a Casa do Idoso, de modo que os demais grupos desenvolvem as atividades em espaços cedidos pela comunidade, como evidencia o relato de Margarida: “[...] a gente conta com os espaços cedidos pela comunidade, como, por exemplo, salão comunitário, clubes de mães, CTG, salão da igreja”. Esse relato permite inferir que os gestores públicos realizam parcerias com diferentes entidades comunitárias para desenvolver atividades com o público idoso.

Cabe mencionar, também, que as entrevistas revelaram fragilidades quanto aos espaços para a realização dos encontros, já que, por vezes, ao chegarem ao local destinado aos encontros

(salões comunitários, clubes de mães, CTG, ginásios de esportes e escolas), não conseguem realizar as atividades. Essas limitações podem ser visualizadas nos excertos a seguir: *“Teríamos que ter um espaço maior e outros profissionais. Os encontros são realizados no clube de mães do bairro.”* (Camélia); *“As aulas são realizadas lá na Casa do Idoso, mas o espaço é pequeno.”* (Pera); *“O grupo não tinha nem espaço para começar. Nós iniciamos na funerária do bairro, depois fomos para a escola, mas lá cada semana era em um lugar, era de sala em sala, jogavam nós na biblioteca, na sala de aula, até que depois a gente conquistou aqui no salão da comunidade.”* (Amor-Perfeito); e *“As reuniões acontecem em uma sala do colégio, então podemos colocar até 25 pessoas, porque não tem muito espaço, não dá para colocar mais pessoas.”* (Gerânio).

No contexto exposto, a dificuldade pela conquista de um espaço próprio deveria ser motivo de preocupação não só para as pessoas idosas, mas também para os gestores públicos de Vacaria, pois, conforme expôs a entrevistada Amor-Perfeito, também é preciso considerar a falta de acessibilidade: *“Temos uma colega que vai de cadeira de rodas e precisamos ajudar para entrar no salão; se tivesse uma rampa, ficaria mais fácil”*. Nesse sentido, a Lei n.º 10.098/2000⁴⁰ estabelece critérios para promover a acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em vias e espaços públicas, nos meios de transportes e de comunicação. Infere-se, portanto, que a adequação do espaço para atender às necessidades dos usuários é uma questão de cidadania, não só para o público idoso, mas também para toda a população brasileira. Nesse sentido, o Estatuto do Idoso, no artigo 48, prescreve que as entidades governamentais e não governamentais precisam oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança. (BRASIL, 2003a).

Outro aspecto abordado nas entrevistas diz respeito aos critérios para a pessoa idosa ingressar no grupo de convivência. Esses critérios podem ser visualizados nos seguintes relatos: *“[...] a composição do grupo varia de 30 a 50 participantes, sendo que as normas e os critérios para ingressar no grupo estão dispostos no regimento interno⁴¹ de cada grupo.”* (Maçã); *“O número de participantes está condicionado ao espaço físico que são desenvolvidas as atividades, tudo vai depender do lugar que funciona a atividade.”* (Pera); *“A pessoa precisa ter mais de 50 anos; se não tiver vaga, você fica em uma lista de espera. Enquanto não tiver uma sala maior, não tem como aumentar o número de participantes.”* (Camélia); e *“No nosso*

⁴⁰ Também conhecida como Lei da Acessibilidade, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e dá outras providências. (BRASIL, 2000).

⁴¹ Regimento é um ato normativo da situação interna de um órgão, designando a categoria, a finalidade e a estrutura em unidades organizacionais, especificando as respectivas competências, definindo as atribuições de seus dirigentes e indicando seu relacionamento interno e externo. (FRÖES; CAMPOS, 1981).

grupo, só poderá participar as pessoas idosas do nosso bairro e de dois bairros aqui pertinho.” (Azaleia).

Por meio desses relatos, é possível compreender quais são os critérios de participação: ter no mínimo 50 anos e residir no bairro ou próximo do bairro onde está localizado o grupo de convivência. De acordo com o regimento do SCFV de Vacaria (2011), “[...] a pessoa poderá participar do grupo se tiver idade mínima de 50 anos” e “[...] não poderá participar de outros grupos de convivência”. No regimento, também consta que o participante que tiver três faltas injustificadas perderá sua vaga, critério que permite que as pessoas que estão na fila de espera possam ingressar no grupo, até mesmo porque, como menciona Azaleia, “[...] tem muitas idosas aqui do bairro esperando para entrar no grupo”. A partir dessa fala e de outros relatos já mencionados, fica evidente que existem pessoas que gostariam de frequentar um grupo de convivência, mas não o fazem devido à falta de espaço físico, o que limita os professores e coordenadores dos grupos tanto para receber novos participantes quanto para realizar as atividades. Segundo dados divulgados pela FEE (2018) e analisados na presente pesquisa, a população idosa vacariense é de 9.910 pessoas. Destas, apenas 350 pessoas, ou seja, 3,5%, participam dos grupos de convivência e das atividades oferecidas pelo SCFV.

Em suas alocações, os entrevistados mencionam o que significa frequentar o grupo de convivência, a exemplo de Camélia, que diz: “[...] eu ficava em casa sozinha; depois que iniciei no grupo, não deixei mais de ir porque é um trabalho muito bom, a gente vive de novo, a gente renova [...] A gente participa do grupo, temos uma marca”. Essa marca constitui o grupo permeado por sentimentos e vínculos que promovem a relação entre as pessoas idosas e lhes confere características peculiares. Assim, elas iniciam uma nova fase da vida, abrindo-se a novos conhecimentos que outrora não eram permitidos e que agora trazem satisfação e bem-estar.

Os relatos de Hortência e Boca-de-Leão ratificam que as pessoas idosas, ao participarem do grupo de convivência, buscam atender suas necessidades e seus desejos particulares: “Fiquei mais alegre, tenho mais amizade, elevou minha autoestima” e “Iniciei no grupo para superar a viuvez, e agora melhorou muita minha autoestima”. Por meio desses depoimentos, é possível inferir que o grupo de convivência constitui um espaço de união saudável e prazeroso.

Para os longevos entrevistados, a saída de seu cotidiano doméstico foi uma conquista que possibilitou a emancipação no sentido de superar o isolamento, ocupar o tempo livre, encontrar amigos e criar vínculos afetivos. Ao encontro disso, Zimmerman (1993, p. 51) explicita que

O ser humano é gregário, e ele só existe, ou subsiste, em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, ele participa de diferentes grupos, numa constante dialética entre busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social.

Nas relações de amizades estabelecidas, consolida-se o grupo de convivência como sendo um espaço inclusivo, em que se emaranham subjetividades de diferentes pessoas, tornando-se uma rede de apoio social, que fortalece os longevos para o exercício da cidadania e de participação e atua como um dispositivo terapêutico. (FERNANDES, 2002). Nesse sentido, as entrevistas são elucidativas: “[...] *para mim foi uma terapia tanto para o corpo como para a cabeça, para a própria convivência umas com as outras, fiz mais amizade.*” (Margarida); “[...] *para mim é um grupo maravilhoso, é minha vida, uma segunda família; nós vamos viajar juntas, encontramos outras pessoas em municípios diferentes.*” (Camélia) e “*Eu gosto de abraçar as colegas, dançar, conversar com as pessoas, somos como uma família.*” (Boca-de-Leão). São notórios, assim, os vínculos de amizade que os entrevistados constroem e como tais vínculos contribuem nos aspectos biopsicossociais. Nesse sentido, a reciprocidade que se formou a partir da conquista de novas amizades possibilitou sair da solidão, conversar com amigos e se divertir, com a finalidade de encontrar um novo sentido para a vida. Esses dados corroboram o entendimento de Fernandes (2002, p. 51), para quem a “[...] dinâmica grupal é um espaço rico de conteúdo ontológico e, também, de práxis social. [...] o espaço do grupo faz o acolhimento do sujeito e reconhecimento em comum entre seus membros”.

A partir da participação e da convivência, as pessoas idosas aproximam-se umas das outras, mediadas pelo diálogo. Os estudos de Wichmann *et al.* (2013, p. 825), nessa direção, sinalizam que “[...] a satisfação com a vida é uma das medidas do bem-estar psicológico, que reflete a avaliação pessoal do indivíduo sobre determinados domínios. As redes de relações são importantes fontes de suporte social e estão relacionadas ao senso de bem-estar”. Nesse cenário, os participantes do grupo de convivência encontram apoio para fazer o que gostam, expressar suas angústias, passear, dançar e praticar outras atividades que os mantêm distantes da solidão e de suas consequências.

Participar de atividades sociais é uma forma de reaprender a conviver em família e nas relações interpessoais. A convivência grupal merece destaque, uma vez que possibilita criar laços de pertencimento e estimula o indivíduo a adquirir autoestima, qualidade de vida e senso de humor e a promover a sua inclusão social. (WICHMANN *et al.*, 2013). Esses são fatores que contribuem significativamente para modificações que ocorrem na vida das pessoas idosas.

As atividades que são oferecidas no município de Vacaria com vistas a contribuir para o desenvolvimento da cidadania e emancipação da pessoa idosa também fazem parte deste

estudo. A esse respeito, cabe mencionar algumas atividades mencionadas nas entrevistas: *“Atividades de ginástica dança, alongamentos, atividades recreativas, mensagem e motivação.”* (Maçã); Pêssego mencionou *“Viagens, passeios”*; *“Alongamento dança, a gente trabalha com ginástica, relaxamento e também o jogo do bingo.”* (Ameixa); e *“[...] uma vez por semana é oferecido à professora de Educação Física; lá de vez em quando, é oferecido uma palestra, passeios e viagens.”* (Cáqui). Porém, a entrevistada Boca-de-Leão relata a necessidade de outros espaços e atividades a serem desenvolvidas nos grupos de convivência: *“Se tivesse uma piscina para gente ir, seria uma coisa boa, né, fazer uma hidro. Ter um local onde oferecesse várias atividades e que as pessoas ou cada grupo fosse fazer atividades diferentes, como informática, ginástica, musculação, dança”*. Boca-de-Leão, por meio de seu depoimento, manifesta o desejo de participar de outras atividades de lazer, evidenciando um processo de cidadania como expressão individual. Desse modo, consciente de sua situação e de seu direito como ser social, apresenta a realidade em que está inserida e almeja uma modificação. Nesse sentido, Streck (2003, p. 129) caracteriza a cidadania como um processo de aprendizagem, remetendo ao pensamento freireano: *“Dizer sua palavra para Freire era o mesmo que ser sujeito: ao dizer a palavra, o mundo começa a ser transformado, num exercício de autonomia e de criação”*.

Nos grupos de convivências, são oferecidas atividades físicas e mentais, as quais se mostram cada vez mais presentes em estudos sobre envelhecimento por apresentarem benefícios na prevenção de doenças e na qualidade de vida da pessoa idosa. (MARQUES FILHO, 2013). Tal asserção é confirmada pela entrevistada Maçã, que considera as atividades positivas tanto à saúde do idoso quanto ao seu convívio social ao afirmar que *“[...] melhoram a qualidade de vida delas [idosas] na parte da saúde física e mental, auxilia na prevenção de doença, também a questão social, inclusão delas na sociedade, desenvolve amizades, um convívio social ativo”*.

Nesses grupos de convivência, o lazer também está associado com passeios e viagens, sendo este um direito do cidadão previsto na Constituição de 1988. Silva, C. L. e Silva, T. P. (2012) salientam que *“[...] o lazer deve estar consoante a outras políticas públicas para a disseminação de atividades que enfoquem os vários conteúdos culturais”*, possibilitando, assim, a integração, o convívio e a superação de barreiras sociais para a emancipação do público idoso. Corroborando esse entendimento, Dias e Schwartz (2005, p. 1) afirmam que é *“[...] dever do poder público, preocupar-se com uma política que priorize ações que estimule e beneficie o idoso, nos segmentos da cultura, lazer, esporte e educação, tendo como meta a promoção da cidadania na terceira idade”*.

No momento em que os entrevistados do grupo I relataram como ocorrem as atividades em seu grupo, lembraram momentos com entusiasmo e com os olhos brilhantes: “[...] primeiro momento rezamos, depois a professora dá os avisos gerais, aí a gente faz alongamentos, ginástica, a gente brinca, faz atividades de memória, às vezes a gente dança” (Hortência) e “[...] a gente faz a oração, depois ginástica, alongamento, coreografia com música, joga bingo, dança, brincadeiras com bola, elástico e às vezes a gente corre no salão” (Amor-Perfeito). Nessas falas, é notável a presença de atividades espirituais na rotina dos encontros, que são relatadas como um momento significativo para que as pessoas demonstrem sua fé em Deus, sua religiosidade e sua preocupação com o outro. Tal aspecto pode ser relacionada à asserção de Faleiros (2006, p. 52), que destaca “[...] o processo de envelhecimento suscita não só problemas médicos e sociais, mas religiosos e espirituais, já que o ser humano, dotado de liberdade, é capaz de relacionar-se com o Transcendente”.

Outras falas também merecem destaque: “[...] às vezes temos palestras relacionadas à saúde, sobre os direitos dos idosos, passeios, viagens de encontros de idosos em outros municípios e também em águas termais” (Rosa) e “[...] a cada final de semestre, são realizados encontros com todos os grupos para comemorar os aniversários, também participamos de festa de São João e outros eventos na comunidade, como vereador por um dia⁴², semana da pátria” (Gerânio). Tais relatos indicam que os integrantes desses grupos desfrutam de atividades diferenciadas, voltadas a fatores espirituais, físicos, de lazer e de socialização, que possibilitam uma vida ativa e participativa. Goldani (1999) menciona que atividades como essas favorecem o desenvolvimento de habilidades físicas, mentais e socioculturais necessárias para desfrutar a vida com independência e autonomia, além de auxiliar na construção de uma nova concepção de ser idoso com direitos a aptos a atuarem como produtores e transformadores de seu próprio envelhecimento.

Os entrevistados relatam que gostam das atividades que lhe são proporcionadas e que as professoras respeitam as condições físicas e as limitações de cada participante durante a execução das tarefas, sendo dedicadas e atenciosas e oferecendo atividades diversificadas, o que contribui para superar as dificuldades e promover a qualidade de vida. Esses quesitos podem ser visualizados nos excertos transcritos a seguir: “Todas participam das atividades conforme suas possibilidades, elas fazem o exercício que podem.” (Rosa); “As atividades são

⁴² A Câmara Municipal de Vereadores de Vacaria instituiu o projeto “vereador idoso por um dia”, por meio da Resolução n.º 0005/2018. Os objetivos desse projeto são contribuir para fortalecer a imagem da pessoa idosa na sociedade e conquistar o respeito das demais gerações, sensibilizar a sociedade para novas formas de participação da pessoa idosa e proporcionar canais de comunicação, convívio social e troca de experiência entre essas pessoas e as demais gerações por meio da participação no Poder Legislativo. (VACARIA, 2018).

ótimas, contribuem para a saúde, qualidade de vida, socialização.” (Azaleia); e “A gente fica mais feliz porque tu tens mais convivência com as pessoas, conhece pessoas diferentes.” (Margarida).

As declarações, unânimes, dos participantes tornam evidente a satisfação vivenciada quando realizam as atividades. Estas possibilitam o reconhecimento social, em especial quando lhes é permitido desenvolver suas potencialidades e/ou respeitar limitações, o que resulta no enriquecimento da qualidade de vida e, ao mesmo tempo, na integração social para um envelhecer prazeroso.

Considerando os direitos de primeira e segunda dimensão, conforme classificação de Wolkmer e Leite (2003), percebo elementos positivos quanto aos direitos civis e sociais da pessoa idosa prescritos nos documentos analisados e relacionados com as falas dos sujeitos participantes do estudo. Os direitos de liberdade, igualdade e equidade expressos na Constituição Federal de 1988 orientam à compreensão de uma sociedade democrática. (BOBBIO, 1992). Esses conceitos, isto é, o princípio da libertação contra a opressão, a alienação e a marginalização da pessoa idosa como grupo social, são direitos conquistados pela população brasileira.

Os grupos de convivência no município de Vacaria apresentam como elementos positivos para a cidadania a inserção social, a promoção do bem-estar, a socialização, a afetividade, a amizade e a troca de experiência entre os longevos. Esses elementos desencadeiam processos educativos para a formação humana, bem como para o desenvolvimento da cidadania e a emancipação do público idoso. Nesse sentido, cabe ressaltar a percepção de Covre (1999) e Giron (2000), que consideram a cidadania uma construção permanente, de modo que o longo, ao ter consciência do direito de um envelhecimento digno, está se educando para a cidadania.

Em alguns excertos, os entrevistados demonstram uma concepção equívoca de seus direitos, pois repetidas vezes relatam o corte de verbas pelo poder municipal para festas de aniversário, datas comemorativas e passeios, colocando-se reféns do assistencialismo como condição humana. Freire (1995) ensina que a emancipação é a tomada de consciência de si e do mundo em se que está inserido, visando à transformação. Desse modo, a pessoa idosa como cidadão de direitos necessita interpretar e compreender a realidade em que se encontra, ter consciência de seus direitos e reconhecer-se como protagonista nas interações sociais em busca de sua emancipação e cidadania.

7.4 Processos educativos: promotores da emancipação da pessoa idosa

Partindo da interação e do convívio com o outro, o indivíduo constitui-se na coletividade e nos diferentes processos educativos que compõem práticas sociais. (MACHADO, 2008). Assim, “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68), de forma que as práticas sociais resultam em processos educativos, seja nas relações, nas trocas de experiências, na transmissão de valores ou nos momentos de ensinar e aprender, que podem acontecer em diferentes espaços sociais, resultando em uma educação não formal. (OLIVEIRA; MARTINS; JOLY, 2011).

Nesse sentido, a libertação do ser humano é a humanização em processo, algo que se constrói por meio da práxis e que implica a ação e a reflexão sobre o mundo em transformação. (FREIRE, 1987). A educação como prática libertadora resulta, portanto, em um constante envolvimento com o outro e com o mundo, o que ocorre mediante processos educativos nas mais diversas práticas sociais e em espaços escolares e não escolares.

Os processos educativos são construídos em conjunto com as práticas sociais resultantes da interação que as pessoas estabelecem entre si e no ambiente em que vivem. Assim, os indivíduos abrem-se para o mundo ao participar de práticas sociais no interior de grupos e instituições, com a finalidade de transmitir valores e ensinar a viver e a conviver. (COTA, 2008). Logo, os grupos de convivência podem ser um meio para a reconstrução do exercício da cidadania, da autonomia e da emancipação da pessoa idosa, por meio da reflexão, da participação e do diálogo.

A esse respeito, os entrevistados relataram que, a partir do momento em que passaram a interagir no grupo, conquistaram novas amizades e aprenderam a escutar os seus pares e aqueles que fazem parte de sua vida, incorporando no seu convívio não apenas os familiares, mas também outras pessoas idosas que começaram a fazer parte da sua rede de amizades. Tais aspectos são evidenciados nos seguintes relatos: “[...] comecei a frequentar o grupo para fazer novas amizades, aprendi a conviver, a conversar, escutar, porque a gente tem que escutar, às vezes a gente aprende mais escutando do que falando.” (Margarida); “[...] na convivência do grupo, a gente se comunica mais com as pessoas, as pessoas aprendem a serem mais humanas.” (Hortênsia); “[...] fiz mais amizades, a gente convive com as colegas, a gente forma outra família.” (Boca-de-Leão) e “A gente aprende outras coisas, uma receita nova, uma piada.” (Camélia). Percebe-se, assim, que, a partir da relação de amizade, os entrevistados trocam experiências, aprimoram o conhecimento, expressam sua personalidade e iniciam novas aprendizagens, que são influenciadas por sentimentos pessoais, sociais e culturais.

Os participantes esclarecem, dessa forma, o quanto esses encontros são importantes, pois há momentos para compartilhar saberes, angústias e alegrias coletivamente, resultando em processos educativos. Ao encontro disso, Domingues e Lemos (2010) salientam que a maioria das pessoas idosas que participa de grupos de convivência se sente gratificada pela aprendizagem e pela oportunidade de acesso às informações, o que exerce um enorme impacto em sua qualidade de vida.

A pessoa idosa, na convivência com outros, está permeada por contradições individuais e sociais que podem ocasionar conflitos – conflitos esses resolvíveis por meio do diálogo, o que desencadeia processos educativos que inferem na aprendizagem de viver em grupo ou em sua experiência individual. Assim, tais sentimentos gerados no grupo podem levar à libertação de seus integrantes, pois, conforme explicita Libâneo (2010), enquanto o sujeito não conseguir olhar para si e para o mundo interpretando o contexto de forma crítica em busca de transformar o meio em que está inserido, continuará alienado, limitando sua emancipação.

Os entrevistados, por pertencerem ao grupo, desenvolveram processos singulares na coletividade e, gradativamente, foram interagindo, socializando e constituindo o grupo. Trata-se de uma interação que no início pode causar estranheza, mas que, com o passar do tempo, provoca a sensação de pertencimento ao ambiente. Logo, o grupo de convivência pode ser um meio para a reconstrução do exercício da cidadania, da autonomia e da emancipação da pessoa idosa mediante reflexão, participação e diálogo.

Desse ponto de vista, a participação nesses grupos possibilita a vivência de papéis sociais que aos poucos foram sendo apagados e/ou desconsiderados. Nesse cenário, ao perceber que podem ser protagonistas da sua história de vida, ou seja, que podem recuperá-la, ficam inebriados, o que aumenta a possibilidade de percepção dos pequenos momentos da vida. (HAGEN, 2011).

À medida que os entrevistados refletem sobre si e sobre suas aprendizagens, ampliam suas acuidades para além do espaço em que estão inseridos. Nesse sentido, o relato da entrevistada de Margarida é esclarecedor: “[...] no grupo a gente fala dos teus problemas, da tua vida, tu percebes que o mundo da gente não é tão pequenininho, porque, se tu ficar só em casa e só envolvida com o teu serviço, com o teu problema, parece que cria um casulo em roda de ti”. Nessa fala, visibiliza-se que a saída do ambiente doméstico, a convivência e a socialização de experiências de vida, combinadas com autoconhecimento, inteligência emocional e empatia, implicam um novo dinamismo que leva a uma maior satisfação, com contribuições positivas para a construção de outros conhecimentos e de habilidades de enfrentamento e resiliência.

Nesse contexto, o exercício de convivência é mais que um momento de aproximação; é um diálogo de subjetividades que se aprende na práxis, respeitando as diferenças de opiniões, de cultura e de saberes, no qual o sujeito se constitui na coletividade em busca de sua emancipação. A práxis é entendida, portanto, como reflexão e ação dos seres humanos sobre o mundo para transformá-los. Sem ela, é impossível a libertação dos oprimidos. (FREIRE, 1987).

Freire (1987), em sua obra, defende a emancipação do indivíduo por meio de uma educação libertadora. Assim, o processo emancipatório freireano decorre de uma intencionalidade de pessoas comprometidas com a transformação das condições de vida e sociais. Não podemos esquecer que, durante os processos educativos, ocorre um tensionamento consciente dos atores, que corresponde à sua emancipação na prática e na coletividade.

Conforme as pessoas se tornam conscientes dos processos educativos, vão se libertando de conceitos e/ou preconceitos e se empoderando, ato que, na concepção freireana, não é apenas psicológico e individual, mas também social e político. Nesse aspecto, chama atenção o fato de os participantes se sentirem estimados perante o grupo, como indicam as falas a seguir: “[...] quando eu chego ao grupo e as mulheres gritam ‘lá vem a fulana’, eu me sinto importante, como posso te dizer, te eleva, você vê que a outra pessoa gosta de você.” (Margarida) e “No inverno eu levo o chá, é tão gratificante, porque elas dizem ‘está tão bom esse chá’, é gratificante ouvir isso. A gente fica renovada, eleva a autoestima.” (Amor-Perfeito).

Tais relatos destacam o quão importantes e/ou necessários são o acolhimento, a escuta e um olhar diferenciado, fatores capazes de despertar sentimentos de empoderamento coletivo, refletindo positivamente na saúde e autoestima do grupo. A esse respeito, Scortegagna (2016, p. 63) ensina que “A constituição do indivíduo ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio social que atinge por meio de sua atividade”. Ainda acerca do pertencimento e da valorização diante de um grupo, Romans, Petrus e Trilla (2003) apresentam três aspectos para a conquista social: pertencer ao grupo; ser valorizado e apreciado pelo grupo; e ter a oportunidade de contribuir, isto é, de ajudar a aperfeiçoá-lo.

A população idosa, embora ainda seja considerada como integrante de grupos minoritários, está lentamente se organizando e buscando alternativas de participação e integração como meio de valorização e bem-estar social, o que ressoa sobre sua autonomia e, consequentemente, faz com que se perceba como cidadãos de direitos. A partir dessa participação coletiva, são incorporados novos conceitos, dos longevos como pessoas ativas e como atores sociais que lutam com o propósito de alcançar melhorias para sua dignidade e qualidade de vida. Essa participação é defendida por Gohn (2006, p. 18) como sendo “[...]”

lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo”.

Nesse cenário, a inserção do público idoso na sociedade indica a necessidade de ambientes para a sua integração e participação social. Dessa forma, integrados, vão sendo percebidos como sujeitos sociais, com potencialidade para ampliar suas relações pessoais, formar novas redes de amizade, conhecer outras culturas, costumes e realidades e adquirir novos conhecimentos, contribuindo, assim, para sua emancipação. Por conseguinte, seus horizontes são ampliados, pois passam a ter maior visibilidade enquanto grupo social que luta por seus direitos fundamentais, pela cidadania individual e coletiva e contra a exclusão social e os preconceitos. (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015).

Ainda a esse respeito, cabe mencionar que, na fala do grupo I, evidenciei apoio dos familiares, cônjuges e filhos para participar no grupo de convivência, o que colabora para potencializar uma vida ativa, alegre e menos solitária. Ouvi, assim, os seguintes relatos: “*Meus familiares me apoiam e incentivam para participar do grupo, porque eu fico em casa sozinha, meu esposo e filhas saem para trabalhar*” (Hortênsia), “*Quando eu tinha meu esposo, ele me apoiava; no dia do encontro, se ele estava em casa, me levava e me buscava.*” (Margarida) e “*Os meus filhos sempre me apoiaram, dizem: ‘mãe, vai no grupo, é uma coisa boa para senhora que fica sozinha’.*” (Camélia). Diante desses depoimentos, é necessário ressaltar que o processo de envelhecimento afeta vários aspectos na vida do indivíduo, sendo a família responsável por cuidar, proteger e promover a inclusão da pessoa idosa na sociedade. (BRASIL, 1998).

Nessa perspectiva, as relações sociais e familiares são decisivas, permitindo que a pessoa idosa se perceba como ator de sua vida, conquistando espaço e/ou autonomia. (FREIRE, 1987). Por conseguinte, as famílias são determinantes para o bem-estar dos longevos. Em muitas situações, os filhos e netos desconsideram a trajetória de vida, as experiências e as atividades desempenhadas pelos seus antepassados, o que pode ocasionar sofrimento pela perda ou diminuição da função social. Entretanto, há também famílias que se preocupam com a qualidade de vida e com o bem-estar de seus longevos, o que coopera para uma menor dependência emocional. (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004).

É pertinente destacar, ainda, o processo de participação social e envolvimento na discussão e implementação de programas e ações para o desenvolvimento da cidadania e emancipação do público idoso. Sobre esse quesito, os integrantes do grupo I relataram: “[...] a

gente vai assistir às palestras no Don Orlando Dotti⁴³, na casa do povo⁴⁴, sobre doenças, nutrição ou sobre direitos dos idosos.” (Hortência), “Participamos da Conferência Municipal do Idoso, a gente ia lá, dava o nome e depois ficava escutando o que eles tinham para falar e depois nós íamos embora. [...] A gente participa da reunião na Assistência Social quando nos convidam, a gente vai lá, eles explicam um assunto, a gente escuta, e trazemos as informações para o grupo.” (Gerânio) e “Tivemos visitas, como o pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) explicando como seria para se aposentar e quais os direitos que teríamos quando aposentados e também os deveres.” (Margarida). Ao encontro disso, a entrevistada Cáqui relatou que, “[...] no ano de 2019, foi realizada a Conferência do Idoso Municipal e Regional”, destacando que a população idosa de Vacaria foi convidada a discutir as políticas públicas voltadas aos longevos e os seus direitos no que concerne ao Estatuto do Idoso, além de eleger os representantes para participar da Conferência Estadual do Idoso. Ao relacionar as falas dos entrevistados, percebe-se que as pessoas idosas são incitadas a participarem de ações em defesa de seus direitos. No entanto, vale destacar que o envolvimento dos longevos como atores sociais nas discussões é ainda incipiente tanto nas reuniões quanto em conferências e outras atividades promovidas pelo município de Vacaria. Sua participação limita-se à escuta, sem espaço para protagonismo, reflexão acerca da temática proposta e conquista de seus direitos. Para Freire (2006, p. 76), a participação

[...] não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. [...] implica estar presente na história e não simplesmente nela estar presente. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das decisões e não só fazer o já programado.

A participação do longo em nos órgãos representativos, como, por exemplo, no Conselho do Idoso, é capaz de romper com o sistema social excludente e reprodutor das desigualdades sociais. Apesar disso, a discussão com foco no envelhecimento enquanto direito e com aporte legal é recente, o que indica a persistência de uma dificuldade da sociedade em aceitar a velhice como um processo natural da vida. (HAGEN, 2011). Para que o público idoso se sinta parte do processo, são necessárias ações educativas que potencializem a participação de todos na sociedade.

⁴³ Centro Educacional Don Orlando Dotti desenvolve serviços sociais vinculados à Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, oportunizando atividades no turno inverso, além de cursos profissionalizantes. (CENTRO..., 2021).

⁴⁴ Centro Cultural Casa do Povo é um espaço utilizado pela população de Vacaria para a realização de eventos educacionais, artísticos, musicais, entre outros. (CENTRO..., 2020).

7.5 Considerações

As ações e os programas para a pessoa idosa no município de Vacaria lentamente vêm sendo implementados. Essa evolução é resultado de um amplo conjunto de leis, decretos e portarias, além do compromisso de gestores, da sociedade e dos órgãos representantes da pessoa idosa ante o envelhecimento demográfico.

Outro aspecto a considerar está relacionado à participação política do longo tempo enquanto protagonista de seus direitos e tomador de decisões nas questões relacionadas ao envelhecimento. Participar significa pronunciar-se e intervir no mundo para transformá-lo, quer seja na família, no clube, na igreja ou junto ao poder público. Nesse contexto, ressalto que o Estado Democrático, previsto na Constituição Federal de 1988, reconhece a pessoa idosa como cidadã de direito, que deve poder envelhecer com dignidade, participação e proteção, alterando o paradigma que percebe o longo tempo como improdutivo e marginalizado para o paradigma que o percebe como ativo e participante.

No entanto, ainda existe um significativo distanciamento entre os prescritos legais e a concreta participação cidadã nas discussões para efetivar as políticas públicas. A partir do momento em que a população idosa se mobilizar, efetivamente, novos conceitos culturais poderão surgir com o intuito de romper os velhos adágios de pessoas incapazes. Nesse sentido, faz-se necessário mudar a forma como se entende o princípio de participação da pessoa idosa, até mesmo porque muitas delas constituem capital humano e fator de transformação e equilíbrio social. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003).

Nas alocações dos entrevistados, visualizei a importância da participação do público idoso nos grupos de convivência como um direito de integrar-se a uma rede social. Esse é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de suas potencialidades biopsicossociais e para sua emancipação, de forma consciente e participativa, em que a pessoa idosa tem o direito de ser protagonista, de expressar sua opinião e de responder autonomamente às questões que são de seu interesse. Assim, é preciso ressaltar que “[...] a primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (FREIRE, 1979, p. 16), necessitando, compreender a sua própria historicidade e a sua identidade, para que, ao interpretar a realidade, suas ações se tornem conscientes e possam transformá-la.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta paisagem demarca o ponto de chegada desta viagem, que foi desafiadora, intensa e gratificante. Não a considero um fim ou concluída, mas uma possibilidade para outras viagens. O meu doutoramento foi uma conquista carregada de sentimentos e emoções, um grande percurso percorrido entre 2017 e 2021. Foi um período com muitas subidas e descidas, curvas e retas, momentos cristalinos e outros nem tanto, sempre em busca de respostas para superar as dificuldades encontradas no caminho.

A minha experiência profissional de docente com pessoas idosas e membro do CMI de Vacaria permitiu a formulação do problema desta pesquisa, que é: quais fatores e processos educativos contribuem para o desenvolvimento da emancipação e da cidadania do público idoso considerando os programas e ações executadas no SCFV do município de Vacaria? Para obter uma resposta a essa problemática e para contemplar o objetivo geral deste estudo, que consiste em analisar as ações e os programas voltados a longevos desenvolvidos no SCFV de Vacaria enquanto estratégias para o desenvolvimento da cidadania e emancipação política do longevo, apropriei-me da fundamentação teórica estudada nas disciplinas obrigatórias e não obrigatórias que compõem a grade curricular do PPGE, bem como na revisão bibliográfica sobre o tema e nas sugestões da banca de qualificação do projeto de tese. Foram muitas leituras e releituras de material bibliográfico, aliadas à exploração de documentos legais sobre o envelhecimento, assim como à escuta, ao registro e a análise das vozes dos entrevistados desta pesquisa.

Em um primeiro instante, dialogar com a temática do envelhecimento e das políticas públicas para a pessoa idosa articulada à educação pareceu um tanto complexo. Porém, durante esta viagem, como pesquisadora, precisei trocar várias vezes a lente dos óculos para olhar, ler e transitar em diferentes áreas do conhecimento. Foi essa multidisciplinaridade e o exercício pedagógico da interdisciplinaridade que permitiram chegar a este momento, bem como perceber que tudo é possível, que nada está separado e que a compreensão de um tema ocorre por vários caminhos.

Durante a viagem, muitas foram as aprendizagens ao sair da área da saúde e adentrar na área educacional com viés social, o que se fez para mim um desafio. Foi necessário desconstruir preconceitos e construir saberes para compreender o objeto de estudo, que consiste nos processos educativos, na cidadania e na emancipação do público idoso. Construí esse novo conhecimento por meio da escolha do método dialético histórico, que parte da totalidade em direção às partes em constantes movimentos de contradições, considerando a tese, a antítese e

a síntese, para interpretar e transformar a realidade. Percebo este momento como importante para minha construção tanto no âmbito pessoal quanto no âmbito profissional.

A paisagem da revisão de literatura em que garimpei as produções acadêmicas publicadas (tese, dissertações e artigos) contribuiu para conhecer o já pesquisado, como e com que enfoque foi tratada a temática de envelhecimento, educação e políticas públicas. Os resultados apontaram que estudos relacionados ao tema do envelhecimento aumentam significativamente em cursos de pós-graduação em todas as regiões brasileiras, principalmente na área da Ciência da Saúde e das Ciências Sociais. Entretanto, na área da Educação, constatei que existe um número reduzido de produções acadêmicas a esse respeito, outro fator que considerei pertinente para desenvolver esta investigação.

O envelhecimento populacional no mundo desafia cada indivíduo a aceitar suas limitações, sem que isso suponha uma perda de liberdade. A queda nas taxas de natalidade e mortalidade provocou mudanças na pirâmide demográfica, desencadeando maior expectativa na longevidade de toda a população mundial e instaurando uma realidade que alterou as configurações sócias e históricas e representou um grande desafio para os países neste século XXI. Nas palavras de Petrus (2003, p. 84), “[...] está ocorrendo uma revolução silenciosa”, cujas circunstâncias transformaram a vida da pessoa idosa, que muitas vezes incorporou, em sua identidade e em seu discurso, concepções diferenciadas de velhice, seja como improdutiva ou produtiva. Assim, Scortegagna (2010, p. 55) afirma que a identidade do público idoso remete a cinco possíveis caracterizações:

A primeira refere-se à não aceitação da velhice, na qual o idoso mantém atitudes dos mais jovens; a segunda faz referência à aceitação e incorporação da incapacidade, o idoso mesmo não sendo se considera incapaz; a terceira está diretamente relacionada ao estigma da inutilidade e improdutividade, o idoso acredita que ele como todos os outros idosos não tem mais nenhuma “serventia” social; a quarta se refere ao idoso, que não se considera idoso, mas que julga todos os demais sujeitos desta faixa etária de maneira estigmatizada e preconceituosa; a quinta caracterização faz referência ao idoso que aceita a própria idade e sua condição, assim busca seu o reconhecimento social.

Com base nessas diferentes identidades propostas por Scortegagna (2010) que o longo pode apresentar, é possível relacionar a quinta caracterização – da pessoa idosa que aceita sua própria idade e sua condição, buscando, assim, o reconhecimento social – com os resultados das entrevistas desta pesquisa. Os entrevistados superaram a condição de isolamento e dependência e aceitaram a condição cronológica de ser idoso. Faço essa afirmação ancorada nos ensinamentos de Petrus (2003, p. 93), para quem “[...] saber envelhecer é aceitar as limitações sem que isso suponha uma perda de liberdade”.

Os entrevistados buscam seu reconhecimento social nos grupos de convivência, que funcionam como um espaço social que expressa sua individualidade, cria vínculos e desenvolve processos inclusivos em uma rede complexa e dinâmica de integração e interesses comuns. Desse modo, os grupos podem ser considerados um espaço para discutir seus problemas e buscar ações para o exercício da cidadania, da autonomia, da participação e da emancipação em consonância com os conceitos discutidos teoricamente neste estudo.

Visibilizar o grupo de convivência como espaço social com a finalidade de fortalecimento do público idoso e de reconstrução de sua cidadania pode ser uma estratégia para a libertação dos longevos, que ocorrerá por meio do diálogo e da reflexão em um processo de conscientização do seu potencial, marcado por descobrir e romper a alienação. A partir disso, poderá sair de seu casulo e ser protagonista na construção de sua própria história como ser social.

Desse ponto de vista, a população idosa vai se adaptando a esse meio social e instaurando uma práxis de produção e reprodução de saberes, habilidades, atitudes e valores da vida social. Como resultado, temos os processos educativos que favorecem a formação humana e viabilizam a construção de aprendizagens para o enfrentamento de exigências postas pelo contexto social.

Envelhecer em uma sociedade norteadada pelo sistema capitalista, que exige competitividade, em meio a uma situação social, política e econômica fragilizada, contribui para colocar em risco os direitos fundamentais e sociais da população, em especial da pessoa idosa. Diante do fenômeno do envelhecimento, observam-se posicionamentos contraditórios. De um lado, acentuam-se preconceitos que percebem a pessoa idosa como um ser improdutivo e ampliador de gastos públicos, fazendo com que a população longeva viva à margem da sociedade e tenha seus direitos precarizados. Por outro lado, cada vez mais especialistas e pesquisadores se debruçam em seus estudos para superar os preconceitos e estereótipos culturais em relação ao envelhecimento. Essas diferentes visões do envelhecimento estão relacionadas aos valores culturais presentes na sociedade.

Por estar vivendo em uma sociedade que valoriza o individualismo, o consumismo, os padrões determinados pela beleza, a juventude e a saúde, a pessoa idosa vê-se prejudicada. Todavia, não se pode dizer que o envelhecimento é uma fase da vida marcada somente por aspectos negativos, como ressalta a sociedade. Para essa mudança de valores, é necessário que o próprio público idoso atue como construtor de sua história e traga consigo a possibilidade de viver a vida com maturidade, sabedoria e felicidade. Assim, a sua experiência facilita o enfrentamento e a superação das perdas biopsicossociais. Além disso, seria importante incluir

a questão do envelhecimento na educação das crianças para superar a concepção de pessoa idosa como um sujeito que necessita ser tutelado, devido a demências e degenerações que ocorrem durante o processo do desenvolvimento humano.

Outro fato a destacar relaciona-se às várias faixas etárias da velhice. Mendiondo (2012) sinaliza que autores estão considerando categorias como idosos jovens e idosos velhos ou terceira e quarta idade. A partir desse ponto de vista, ao propor atividades e ações para a população idosa, será necessário considerar o fato de que a população idosa é heterogênea em relação a suas condições físicas, biológicas e psicológicas, bem como à sua autonomia e dependência ou independência.

As rápidas e profundas mudanças que o envelhecimento provoca não garantem vida digna aos idosos, motivo pelo qual é imperativo que políticas públicas sejam efetivas, pois podem equacionar a desigualdade e a exclusão social dessa parcela da população. Embora existam normativas que asseguram seus direitos, na prática existem inúmeras contradições.

As legislações e normativas internacionais e nacionais, em destaque a Constituição Federal de 1988, a PNI e o Estatuto do Idoso, representam um pacto de direitos em relação à população. Cabe destacar, contudo, que a realidade vivida pela população destoia dos prescritos legais vigentes que objetivam promover autonomia, integração, participação efetiva na sociedade, seguridade e proteção social, por meio de serviços e benefícios relacionados à saúde, à assistência e à previdência social. (FALEIROS, 2007).

Para consolidar o processo de envelhecimento com dignidade, participação e proteção como direito individual e/ou coletivo, faz-se necessário, portanto, educar a sociedade para compreender a pessoa idosa como ser social, de direitos possibilitando cada vez mais a sua socialização, bem como incentivar a participação cidadã nas políticas públicas. Nessa perspectiva. Todavia, ressalto que as ações de estímulo para tornar a pessoa idosa protagonista na conquista e na participação social ainda são incipientes no município de Vacaria, ainda que existam e avancem lentamente.

Nesse sentido, a presente pesquisa apontou que a participação dos longevos nas ações e nos programas oferecidos pelo SCFV, especificamente nos grupos de convivência, aproximou as pessoas e permitiu novas experiências, aprendizagens e amizades que contribuíram para minimizar fragilidades como solidão e abandono que são desencadeadas no processo de envelhecimento. A esse respeito, ressalta-se que os entrevistados denominados de flores neste estudo consideram o grupo de convivência um espaço que possibilita fortalecer sua identidade e entender melhor a si mesmo e aos outros. Nessa direção, Fernandes (2002, p. 39) enfatiza que

As relações humanas estão permeadas pelas contradições sociais e individuais, assim imbricam-se em constantes conflitos que, por vezes, não se resolvem de forma imediata. Há uma necessária reconstrução da forma de viver em grupo que se precisará aprender.

Desse modo, as pessoas idosas foram se movimentando dentro dos seus respectivos grupos, compartilhando aprendizagens e experiências e apresentando maior ou menor dificuldade na conquista do espaço social que caracterizasse a sua libertação. Ao buscar respostas para o objetivo deste estudo, considero que o grupo de convivência enquanto estratégia é um espaço para o desenvolvimento da cidadania e emancipação da pessoa idosa.

Para que ocorra a libertação, por meio do grupo de convivência, é fundamental uma base de sustentação humana, com profissionais qualificados que utilizem procedimentos teóricos e metodológicos adequados à realidade da pessoa idosa. Para o enaltecimento da liberdade, é pertinente oferecer atividades com intervenções dialogadas, nas quais sejam propostos assuntos do interesse do idoso, induzindo-o a refletir sobre suas condições humanas, seus direitos civis, políticos e sociais e seu modo de vida e de inclusão social.

Essas ações e discussões desenvolvidas por meio do diálogo implicam uma práxis social que possibilita ao idoso repensar a vida em sociedade e transformar o mundo que o cerca por meio de uma educação humanizadora. Essa educação pensada em um contexto não escolar na esperança de como grupo construir *ser mais* na coletividade.

Assim, neste estudo, refleti sobre a pedagogia social com base em Caliman (2010), compreendendo os conflitos sociais por meio da educação social, a qual auxilia na sua resolução e promove a emancipação do indivíduo ou de grupos considerados excluídos da sociedade. Dessa forma, a educação consiste em uma prática social fundamental para o processo emancipatório, uma vez que objetiva o desenvolvimento da formação humana, podendo ser constituída na relação do sujeito com o mundo, de acordo com as necessidades exigidas pela sociedade em determinado momento histórico. (BRANDÃO, 2007).

Para compreender os processos educativos em programas e ações no SCFV de Vacaria, formulei a tese de que a pedagogia social, por intermédio da educação social, contribui na emancipação do público idoso, permitindo que este seja educador e educando, assim como aprendiz e mestre de seus conhecimentos e de suas experiências. A educação possibilita viver com o outro em sociedade, sendo um direito conquistado e presente ao longo da vida de todos os sujeitos e em diferentes contextos (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003) que confere à pessoa idosa um expressivo ganho.

Na concepção freireana, o processo educativo visa à possibilidade de uma mudança social mediante o exercício da cidadania, sendo necessário, entretanto, que o público idoso

esteja consciente de sua situação e de seus direitos e deveres como seres humanos. O autor destaca, ainda, que a cidadania tem característica de coletividade, de maneira que “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (FREIRE, 1987, p. 52). Nessa perspectiva, a população idosa precisa compreender a práxis em um movimento dialético, desencadeando os processos educativos para a formação humana e superação da alienação.

Visando a um processo de libertação, a educação social ocorre por meio de ações e atividades socioculturais, sociopedagógicas e sociopolíticas em espaços públicos e privados não formais. Essas ações têm como objetivo desenvolver habilidades e competências no sentido de conscientizar o idoso acerca de sua condição como ser histórico e de direitos, qualificando-o para participar como protagonista na vida social, política e econômica e, assim, superar a exclusão social. (SILVA, S. A. R.; SILVA, R.; LOPES, 2012).

A adoção da política pública e as ações e os programas voltados às pessoas idosas no SCFV apontam que essas medidas, especificamente nos grupos de convivência de Vacaria, iniciaram como um projeto assistencialista. Todavia, na implementação e adoção da política pública para os idosos, bem como na adequação dos programas e das ações, os gestores públicos garantem avanços e conquistas ao efetivar a legislação brasileira, especialmente quando se trata de garantir o atendimento às necessidades básicas da população idosa. Desse modo, sua efetivação ocorre em passos lentos e apresenta fragilidades, no que concerne a assegurar uma velhice com dignidade, que promova a cidadania e concretize a emancipação do público idoso.

A política pública para os idosos em Vacaria assegura direitos básicos como transporte urbano gratuito, vagas no estacionamento público e preferência no atendimento em locais públicos. Ressalto que esses direitos estão sob a responsabilidade de terceiros, ficando a cargo da gestão pública fiscalizar se a população idosa está usufruindo desses direitos previstos nas legislações vigentes.

Destaco, ainda, que os resultados dos dados analisados apresentaram vários fatores inibidores para ampliar os serviços e as ações para a população idosa, a exemplo da falta de verbas, considerada pelos gestores e técnicos como um obstáculo para promover ações e outras atividades junto à população idosa. Entretanto, existe a possibilidade de essas ações serem oferecidas à população idosa de Vacaria com recursos do FMI, sendo necessário, para isso, apresentar projetos no CMI. Os resultados deste estudo também indicam fragilidades na atuação do CMI, principalmente por não existir a efetiva participação dos conselheiros no planejamento e na tomada de decisões junto ao gestor público quanto às políticas públicas para a população

idosa. Constatou-se, ainda, que a atuação do CMI no que concerne aos direitos e à proteção da população idosa é maior que a conhecida pelos próprios conselheiros. Assim, a intervenção do CMI na elaboração e efetivação da política pública para as pessoas idosas pode alterar a natureza do poder local, garantindo e assegurando os direitos fundamentais e sociais dessas pessoas em Vacaria. Saliento que a pessoa idosa, ao atuar como membro do CMI, necessita ser protagonista nas discussões junto à gestão pública para assegurar seus direitos previstos na legislação.

Outra fragilidade apresentada é a falta de um profissional com dedicação exclusiva e formação na área do envelhecimento, bem como em outras áreas de conhecimento para a diversificação de atividades ofertadas à população idosa. Evidenciei que a coordenação dos grupos de convivência não possui tempo para planejamento com a equipe de trabalho, em função da ausência de dedicação exclusiva na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, motivo que a obriga a exercer atividades de docente na Secretaria Municipal de Educação. O resultado do estudo também apontou que os setores da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social não conseguem trabalhar em rede, dificultando, desse modo, um alinhamento dos serviços disponibilizados ao público idoso. Nesse trabalho em rede, destaco o envolvimento do CMI, pois seus membros necessitam representar os idosos com protagonismo.

Além disso, os participantes relataram que pouco são discutidas as legislações referentes aos direitos do idoso nos grupos de convivência e que, quando integram eventos relacionados ao envelhecimento, na maioria das vezes, o fazem na condição de ouvintes, de maneira que o papel que deveriam exercer se enfraquece, excluindo-os da tomada de decisão acerca de seus próprios direitos. Diante da falta de protagonismo da pessoa idosa, as políticas públicas criadas para garantir os seus direitos funcionam de forma precária, com atendimento jurídico-administrativo que não assegura as necessidades básicas.

Nesse cenário, muitas pesquisas já foram publicadas sobre o fenômeno do envelhecimento como uma questão mundial que necessita ser estudada nas diferentes áreas do conhecimento para contribuir com a população para um envelhecimento digno. Este estudo se soma a tais pesquisas, trazendo contribuições às pessoas que atuam com idosos, seja em espaços escolares ou não escolares, pois a educação é um meio de desenvolver a emancipação desse ser histórico e social.

Assim, considero que os resultados desta investigação apontaram que:

- a) as políticas públicas para a população idosa, no município de Vacaria, foram implantadas com objetivo assistencialista e, com o passar dos anos, evoluíram lentamente conforme os prescritos legais da PNI e do Estatuto do Idoso;
- b) as ações e/ou atividades desenvolvidas nos grupos de convivência contribuem para o desenvolvimento biopsicossocial dos seus participantes;
- c) os integrantes dos grupos de convivência desenvolvem processos educativos por intermédio de trocas de experiências, da socialização e da escuta;
- d) os grupos de convivência são espaços para o desenvolvimento da emancipação e da cidadania da pessoa idosa.
- e) a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social assegura os direitos fundamentais e sociais da pessoa idosa.

Portanto, entendo que os resultados deste estudo também apontam para elementos que necessitam ser repensados tanto por parte das pessoas idosas quanto por parte do poder público do município de Vacaria. Elenco-os a seguir:

- a) as ações são incipientes para o desenvolvimento do protagonismo cidadão do longo tempo nos programas e nas ações do SCFV;
- b) a fragilidade na democratização de tomada de decisões impede a implantação efetiva das políticas públicas para as pessoas idosas;
- c) a carência de profissionais qualificados em gerontologia e com dedicação exclusiva aos programas e às ações para a população idosa é um problema;
- d) idosos, CMI e outras instituições que os representam deveriam participar nas discussões e na efetivação de políticas públicas para o envelhecimento;
- e) a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social deveria elaborar um plano de ação para o envelhecimento, desenvolvendo trabalhos em rede com os setores do SCFV;
- f) a inclusão da questão do envelhecimento deveria ser tratada como prioritária na pauta da gestão pública;
- g) ações e programas em locais adequados, conforme as possibilidades e necessidades da população idosa de Vacaria, precisariam ser implantados.

Tendo em vista os resultados e as discussões deste estudo, percebo que a relação entre envelhecimento e educação é um campo amplo, complexo, instigante e ainda pouco estudado, sendo, por isso, pertinente a elaboração de novas pesquisas envolvendo essas temáticas. Ademais, considero que, ao tornar públicos os resultados deste estudo, estarei contribuindo para evidenciar que o longo tempo é um ser ativo que precisa ser lembrado no planejamento de ações

públicas e incluído na tomada de decisões da política pública, ocupando papel de protagonista na conquista e na seguridade de seus direitos.

Ao aventurar-me nesta escrita, aprendizagens foram construídas, amizades, conquistadas, angústias e desafios, superados. Como explicita Marques (2011), transformei a tela em branco do computador em um emaranhado de letras e palavras, em que fui costurando o inesperado e dando formas e significados. Nesse cenário, encontrei interlocutores, articulando suas contribuições ao referencial teórico, o que permitiu prosseguir essa caminhada e chegar até aqui. Ao desembarcar no porto, concretizei um sonho protelado por mais de quinze anos por diferentes motivos. Posso dizer, portanto, que aqui não é o fim, mas o ponto para iniciar uma nova viagem com novas histórias.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO. [Frases e pensamentos]. *In*: PENSADOR. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTE0MTk4MA/>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- AGOSTINHO, C. S.; BOTELHO, L.; MORAES, P. (org.). Indicadores sobre idosos: desafios diante do envelhecimento populacional. *In*: AGOSTINHO, C. S.; BOTELHO, L.; MORAES, P. **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais**: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 77-113. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.
- ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política acional do idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- ALMEIDA, A. V. *et al.* A Feminização da velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 115-131, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/19830/13313>. Acesso em: 10 mar. 2108.
- ANDRADE, G. R. **Expressões da questão social no contexto da escola pública**: olhares sobre a gestão escolar. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- ARROYO, M. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 31-80.
- BALL, S. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. 23. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BARBOSA, F. D. **Vacaria dos Pinhais**. Porto Alegre: Escola de Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- BARROSO, V. L. M. **Santo Antônio da Patrulha**: vínculo, expansão e isolamento (1803-1889). 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.
- BARROSO, V. L. M. Açorianos no povoamento do litoral norte do Rio Grande do Sul. *In*: BARROSO, V. L. M. (org.). Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1993. p. 33-39.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BERZINS, M.; BORGES, M. C. (org.). **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012.

BLESSMANN, E. J.; ACOSTA, M. A.; AREOSA, V. C. Histórico do Fórum Gaúcho das Instituições de Ensino Superior com ações voltadas ao envelhecimento. *In*: BLESSMANN, E. J. **Envelhecimento e universidade**: um estudo do Fórum Gaúcho das IESs do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015. p. 9-20.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B. de.; SILVA, L. G. de C. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. *In*: ERVATTI, L. R. BORGES; G. M.; JARDIM. A. de P. (org.). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. São Paulo: IBGE, 2015, p.138-151.

BORGES, M. M. A pessoa idosa no Sistema Único de Assistência Social. *In*: BORGES, M. C. C.; BERZINS, M. (org.). **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012, p. 99-124

BORGES, M. N. F. Evolução histórica de Vacaria. *In*: GIRON, L. S. **Colonos e fazendeiros**: imigrantes italianos nos Campos de Vacaria. Porto Alegre: Sulina, 2001a, p. 17-45.

BORGES, M. N. F. **História de Vacaria**: evolução urbana e formação dos bairros. Caxias do Sul: Educus, 2001b.

BOTH, A.; PASQUALOTTI, A.; BOTH, T. L. Gerontogogia, longevidade e educação: fundamentos, práticas e processos. *In*: FREITAS, E. V. de; PY, L. (org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 2255-2270.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, P. **Ação civil pública**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 7.732, de 14 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7732.htm#art2. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Acesso em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CNE/CEB n. 11/2000. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 4.227, de 13 de maio 2002**. Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110304/decreto-4227-02>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. Organização das P712a Nações Unidas. Tradução de Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003b.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: SNAS, 2004a.

BRASIL. **Resolução n.º 145 do Conselho Nacional da Assistência Social**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2004b.

BRASIL. **Norma operacional básica**. NOB SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social Anotada**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: SNAS, 2009.

BRASIL. **Lei n. 12.213, 20 de janeiro de 2010**. Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12213.htm. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL. **Quer um Conselho? Guia prático para a criação de conselhos e fundos estaduais e municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa**. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2013a.

BRASIL. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013b.

BRASIL. **Convenção interamericana sobre a proteção dos direitos humanos dos idosos**. Washington, 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Convenção%20Interamericana.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculo**. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.646, de 09 de abril de 2018**. Institui o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13646.htm. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Emenda constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

CABAÑAS, J. M. Q. **Pedagogia social**. Madrid: Ariel, 1984.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 23, p. 341-368, 2010. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/73/142>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CAMARANO, A. A. (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, A. A. **Estatuto do Idoso: avanços com contradições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1840.pdf. Acesso em: 19 out. 2019.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 27, p. 232-235, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982010000100014. Acesso em: 15 jan. 2019.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. *In*: FREITAS, E. V. de; PY, L. (org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 133-152.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Brasil envelhece antes e pós-PNI. *In*: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 63-103.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. **Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros?** *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 77-106.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *In*: CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 253-292.

CANALES, A. I. Discurso demográfico y posmodernidad: una revisión crítica del pensamiento malthusiano. **Estudios Sociológicos XIX**, México, n. 56, p. 381-417, 2001.

- CANIELLES, A. S.; OLIVEIRA, A. R. A emancipação humana: uma abordagem a educação e emancipação humana. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA*, 5., 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2011.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CELLARD, A. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.
- CENTRO Cultural Marcos Palombini (Casa do Povo). *In: Prefeitura Municipal de Vacaria. Vacaria*, 2020. Disponível em: <https://www.vacaria.rs.gov.br/locais-publicos/centro-cultural-marcos-palombini-casa-do-povo->. Acesso em: 12 dez. 2020.
- CENTRO Socioeducacional Dom Orlando Dotti. *In: Prefeitura Municipal de Vacaria. Vacaria*, 2021. Disponível em: <https://www.vacaria.rs.gov.br/locais-publicos/dom-orlando-dotti>). Acesso em: 12 dez. 2020.
- CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CORTELETTI, I.; CASARA; M. B. **Projeto pedagógico: universidade da terceira-idade**. Caxias do Sul: EducS, 2007.
- COSTA, M. M. M. da. A educação como um direito fundamental para o pleno exercício da cidadania. *In: REIS, J. R.; LEAL, R. G. (org.). Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 1703-1729.
- COTA, M. C. De professores e carpinteiros: encontros e desencontros entre teoria e prática na construção da prática profissional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 14, n. 27-28, p. 203-222, 2008.
- COVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. *In: FREITAS, E. V. de; PY, L. (org.). Tratado de geriatria e gerontologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 2165-213.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DIAS, K. V.; SCHWARTZ, G. M. O lazer na perspectiva do indivíduo idoso. **Revista efdeportes**, Buenos Aires, ano 10, n. 87, ago. 2005. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd87/idos.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

DOLL, J. *et al.* Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, 2v. 12, p. 7-33, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27274/000677539.pdf?se>. Acesso em: 09 maio 2020.

DUARTE, M. Veredas planaltanas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 97 jun. 1945, p. 75.

FALEIROS, V. de P. Cidadania e direito da pessoa idosa. **Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 35-61, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33539064.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FALEIROS, V. de P. A pessoa idosa de seus direitos: sociedade, política e constituição. *In*: BERZINS, M. V. BORGES, M. C. (org.). **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012, p. 45-66.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1993.

FERNANDES, I. A dialética dos grupos e das relações cotidianas. *In*: GUIMARÃES, G. T. D. (org.). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 37-59.

FERREIRA, M. M. **Tramas de poder**: disputas políticas nos Campos de Cima da Serra-RS (1850-1880). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

FIDÉLIX, A. P. F. **Apoio social e seus processos educativos em um grupo de convivência de idosos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

FLORES, M. **Dicionário de história do Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Política e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FRITSCH, R. **A travessia na luz e sombra: as trajetórias profissionais de administradores de recursos humanos - os seus percursos de formação, de trabalho e de profissionalização no âmbito da gestão de pessoas.** 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

FRITSCH, R. *et al.* Olhares de jovens sobre suas trajetórias desucesso escolar no ensino médio. *In:* FRITSCH, R.; VITELLE, R.; TAVRES, A. C. (org.). Políticas educacionais e gestão escolar no contexto de escolas pública. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 77-112.

FRÓES, O.; CAMPOS, O. R. **Regimento e administração escolar.** Fortaleza: Dinâmica Educacional, 1981.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Estimativas populacionais.** Porto Alegre: FEE, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/populacao/estimativas-populacionais-revisao-2018/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

GADOTTI, M. **A educação contra a educação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GAMBOA, S. S. **Epistemologia da pesquisa em Educação.** Campinas: Praxis, 1998.

GARCES, S. B. B. As teorias do (des)engajamento social do idoso e sua relação com ação social de Weber. *In:* GARCES, S. B. B. **O envelhecimento na (pós) modernidade: uma visão interdisciplinar.** Ijuí: Unijuí, 2012, p. 31-56.

GARDELIN, M. A contribuição de Vacaria para o desenvolvimento da região dos Campos de Cima da Serra. *In:* KRAMER, A. M. de L. (org). **Raízes de Vacaria.** Porto Alegre: EST, 1996, p. 34-55.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, L. S. **Refletindo a cidadania.** 7. ed. Caxias do Sul: Educs, 2000.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOLDANI, A. Mulheres e envelhecimento. Desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. *In:* CAMARANO, A. (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 211-250.

GONÇALVES, M. K. **Mulheres idosas ressignificam o envelhecimento: contribuições da educomunicação.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

GUIMARÃES, G. T. D. O não cotidiano do cotidiano. *In:* GUIMARÃES, G. T. D. (org.). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva.** Porto Alegre: Edipucrs, 2002, 11-25.

HAGEN, S. I. **Políticas públicas para o envelhecimento**: atuação dos conselhos de direito da pessoa idosa. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

HERÉDIA, V.; CASARA, M. **Tempos vividos**: identidade, memória e cultura do idoso. Caxias do Sul: Educs, 2000.

HISTÓRIA. *In*: NÚCLEO de Estudos da Terceira Idade (NETI). Florianópolis, 2020. Disponível em <https://neti.ufsc.br/historia/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF). **Florestas nativas do Rio Grande do Sul**. Brasília: IBDF, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo de demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vacaria/panorama>. Acesso em: 22 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 24 ago. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Cadernos ODS**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34885&Itemid=444. Acesso em: 15 set. 2019.

KALACHE, A. Prefácio. *In*: BERZINS, M.; BORGES, M. C. (org.). **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012. p. 5-8.

KIELING, C. A. **Manifesto da cidadania**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KRÜGER, H.-H. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação alemã. *In*: WELLE, W.; PFAFF, N. (org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 39-52.

KÜNH, F. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MADRUGA, E. E. K.; ARRUDA, S. T. Caldeira de ações voltadas ao envelhecimento: o caso da Universidade Católica de Pelotas/RS – UCPEL. *In*: AEROSA, S. V. C. (org).

Envelhecimento e Universidade: um estudo do Fórum Gaúcho das IES do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015. p. 45-59.

NICODEMO, D.; GODOI, M. P. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 40-53, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos pra quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004/5742>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 2013.

MABILDE, P. F. A. B. **Apontamento sobre os indígenas selvagens da nação coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ibasa, 1983.

MACHADO, E. M. **A pedagogia social:** diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio comunitária. 2008. Disponível em https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa_8_texto_evelcy.pdf. Acesso em set. 2020.

MACHADO, M. A. **Construindo uma cidade:** história de Caxias do Sul – 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco: 2001.

MAESTRI, M. **Uma história do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: UPF, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso:** o princípio da pesquisa. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

MARQUES, S. Neoliberalismo: uma fase atual do capitalismo. *In:* ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/45/1460991918>. Acesso em: 06 out. 2019.

MARQUEZ FILHO, E. O idoso e o lúdico uma abordagem pedagógica. *In:* MARCELLINO, N. de C. (org.). **Lúdico, educação e educação física**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2013, p. 125142.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN, N. B. **Os novos desafios da cidadania**. Tradução de Clovis Gorczewski. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012. v. 1.

MASCARENHAS, A. C. B. A contribuição do materialismo histórico-dialético para análise das políticas educacionais. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 177-200.

MATIA, O. M.; LAZAROTTO, V. A. **Comunicação popular**: perfil, histórico e alternativas das falas de um povo. Caxias do Sul: Educs, 1996.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZO, G. A.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B. **Atividade física e o idoso**: concepção gerontológica. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MENDIONDO, M. S. Z. Institucionalização do idoso: observância ou transgressão de sistemas normativos? *In*: GUIMARÃES, G. T. D. (org.). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, 83-100.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v19n3/pt_1809-9823-rbgg-19-03-00507.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

MOLOGNI, I. As possibilidades de novos arranjos intergeracionais. **Revista Kairós de gerontologia**, São Paulo, v.10, n. 2 p. 123-134, 2001.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOREIRA, C. E. Emancipação. *In*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 163-164.

MORI, M. E. O direito humano ao envelhecimento e o impacto nas políticas públicas. O envelhecimento da mulher: políticas para uma clínica ampliada. *In*: SANTOS, A. A. A. *et al.* (org.). **Envelhecimento e subjetividade**: desafios para uma cultura de compromisso social. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008, p. 51-110. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/publicacoes/publicacoesDocumentos/livro_envelhecimentoFINAL.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

NERI, A. L.; LOPES, A. Trabalho voluntário e envelhecimento. *In*: FREITAS, E. V. de; PY, L. (org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 2194-2203.

OLIVEIRA, A. T. R. de.; ONEILL, M. M. V. C. Cenário sociodemográfico em 2022/2030 e distribuição territorial da população. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro. População e perfil sanitário. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 41-93.

OLIVEIRA, P. A. de.; MARTINS, D. A. de F.; JOLY, I. K. L. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. **Revista Espaço Intermediário**, São Paulo, ano 2, n. 4, p. 90-103, dez. 2011.

OLIVEIRA, R. de C. da S. A pesquisa sobre o idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 79-87, jan./jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**. Tradução de Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta de São José sobre os direitos dos idosos da América Latina e Caribe**. São José da Costa Rica: ONU, 2012. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/cartasanjose-portugues2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030**. Rio de Janeiro: ONU, 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação 2030**: marco de ação para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável. Brasília: Unesco, 2016. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/education-2030-brazil>. Acesso em: 11 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas idosas**. Brasília: ONU, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-idosa-mais-do-que-dobrar-ate-2050-especialista-da-onu-pede-foco-em-direitos>. Acesso em: 18 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial do envelhecimento e saúde**. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

ORIGENS do Rio Grande do Sul. Tropeiros abriram caminhos para o Norte. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 53, 04 dez. 1996.

PAIS, J. M. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAPALÉO NETO, M. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. *In*: FREITAS, E. V. de; PY, L. (org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 62-72.

PESAVENTO, S. J. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Nacional, 2001.

PETRUS, A. Novos âmbitos em educação social. *In*: ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão**: educador social. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 51-64.

POSSAMAI, Z. R. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, 2000, p.13-24.

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PRADO, T. M. B. Proteção social à pessoa idosa no Brasil. *In*: BERZINS, M. V.; BORGES, M. C. **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012, p.67-98.

QUADROS, S. F. de. **O protagonismo dos idosos no centro de convivência do idoso**: um estudo da implementação das políticas públicas no município de Prudentópolis – PR. 2013. Dissertação (Mestrado Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

QUINTANA, M. **Os melhores poemas de Mario Quintana**. Seleção e introdução de Fausto Cunha. São Paulo: Global, 1983.

RAMOS, P. R. B. Direito à velhice: proteção constitucional da pessoa idosa. *In*: WOLKMER, A. C.; LEITE, J. R. M. (org.). **Os novos direitos no Brasil**: natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003, p.131-150.

RAUTH, J.; PY, L. História por trás da lei: o histórico, as articulações de movimentos sociais e científicos, e as lideranças políticas envolvidas no processo de constituição da política nacional do idoso. *In*: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (org.). **Política nacional do idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p.51-62.

RECKZIEGEL, A. L. G. S. **A diplomacia marginal**. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.

RIBAS JÚNIOR, F. B. Fundo dos direitos dos idosos: perspectivas para o fortalecimento das políticas públicas no campo do envelhecimento. *In*: BORGES, M. C.; BERZINS, M. V. **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012, p. 227-251.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 10.283, de 17 de outubro de 1994**. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Porto Alegre, 1994. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666. Acesso: 16 out. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Municipal n. 2.930, de 17 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a criação do Conselho e Fundo Municipal do Idoso. Prefeitura Municipal de Bom Jesus, 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-bom-jesus-rs>. Acesso: 16 out. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Perfil socioeconômico Corede dos Campos de Cima da Serra**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RODRIGREZ, M. Pesquisa social: contribuições do método materialista histórico-dialético. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 131-152.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. **Profissão: educador social**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROSSATO, R. Práxis. *In*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 331-333.

ROZENDO, A.; JUSTO, J. S. Fundo Nacional do Idoso e as políticas de gestão do envelhecimento da população brasileira. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 283-296, maio/ago. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200007. Acesso em: 17 nov. 2018.

SÁ, J. L. M. de. A formação profissional em Gerontologia. *In*: FREITAS, E. V. de; PY, L. (org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 2305-2316.

SALLES, R. F. N.; FRANCO, R. P.; PASCHOAL, S. M. P. Qualidade de vida na velhice. *In*: FREITAS, E. V. de; PY, L. (org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, p. 185-195

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, F. S. dos. **A influência do processo educacional na qualidade de vida dos idosos a luz da teoria do autocuidado de Orem**. 2014. Dissertação (Mestrado em enfermagem) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SCHNORR, R. C. da C. A questão cotidiana do trabalho e suas interfaces com a terceira idade. *In*: GUIMARÃES, G. T. D. (org.). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 109-137.

SCORTEGAGNA, P. A. **Políticas públicas e a educação para a terceira-idade**: contornos, controvérsias e possibilidade. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SCORTEGAGNA, P. A. **Emancipação política e educação**: ações educacionais para o idoso nas Instituições de Ensino Superior pública paranaense. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SILVA, C. L. da.; SILVA, T. P. **Lazer e Educação Física**: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer. Campinas: Papirus, 2012.

SILVA, F. D.; SOUZA, A. L. de. Diretrizes internacionais e políticas para os idosos no Brasil: a ideologia do envelhecimento ativo. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 14, n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2010.

SILVA, S. A. R. da; SILVA, R. da; LOPES, R. E. **O direito à educação sob a perspectiva da pedagogia social**. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/32.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SIMÕES, C. C. da S. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SIVA, F. F. *et al.* Análise bibliométrica sobre políticas públicas: reformas regressivas e políticas públicas: afirmação do direito à educação como desafio contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 2, p. 754-770, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13088>. Acesso em: 05 maio 2020.

SOBRE a CEPAL. *In*: NAÇÕES Unidas. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SOBRE a doença. *In*: MINISTÉRIO da Saúde. Brasília, 2021. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SOBRE a SBGG. *In*: SOCIEDADE Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sbgg.org.br/sbgg/sobre-a-sbgg/>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SOBRE o Sesc. *In*: SERVIÇO Social do Comércio. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/. Acesso em: 03 fev. 2019.

SOUSA, C. M. P. B. **Desafios na efetivação das políticas públicas para o idoso em Viçosa, MG**. 2016. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

SOUSA, J. V. de. Método materialista-histórico-dialético e pesquisa em políticas educacionais: uma relação em permanente construção. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014, p 1-12.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 13 fev. 2019.

STECANELA, N. **Jovens e cotidiano**: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul: Educs, 2010.

STRECK, D. **A educação para um novo contrato social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

STRECK, D. Ligações esquecidas: requisitos para uma pedagogia social latino-americano. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v. 18, n. 1, p. 33-40, dez. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VACARIA. **Lei n. 2.115, de 03 de setembro de 2003**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso. Prefeitura Municipal de Vacaria, 2003. Disponível em: eismunicipais.com.br/a/rs/v/vacaria/lei-ordinaria/2003/212/2115/lei-ordinaria-n-2115-2003. Acesso em 14 ago. 2018.

VACARIA. **Regimento Interno Grupos de Convivência**. Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo para idosos. Vacaria: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, 2011.

VACARIA. **Projeto de Resolução Legislativa 0005/2018, de 25 de junho de 2018**. Institui o projeto “vereador idoso por um dia” no município de vacaria e estabelece normas para seu funcionamento. Câmara Municipal de Vacaria, 2018. Disponível em: <https://www.camaravacaria.igamtec.com.br/camara/proposicao/Projeto-de-Resolucao-Legislativa/2018/1/0/13007>. Acesso em: 11 ago. 2019.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

VASCONCELOS, C. **Planejamento**: projeto de ensino e projeto político metodológicos para elaboração. São Paulo: Libbertad editora, 2007.

WHITAKER, D. C. A. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse “novo” ator social. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 179-188, mai./ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a04v3081.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

WICHMANN, F. M. A. *et al.* Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 821-832, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n4/1809-9823-rbgg-16-04-00821.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

WOLKMER, A. C. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos novos direitos. *In*: WOLKMER, A. C.; LEITE, J. R. M. (org.) **Os novos direitos no Brasil**: natureza e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 1-30.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. *In*: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (org.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 285-309.

ZIMERMAN, D. **Fundamentos básicos dos grupos terapias**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.

**APÊNDICE A – OFÍCIO PARA SECRETÁRIAS DOS MUNICÍPIOS DO COREDE
DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA**

Sr. (a)
Secretaria
Município

Prezado(a) Senhor(a),

Eliete Maria Scopel, brasileira, professora, inscrita no CPF sob o n.º 499466840-04 e no RG sob n.º 4035369505, residente e domiciliada na Rua Borges de Medeiros, n.º 341, Centro, na cidade de Vacaria, RS, professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e doutoranda no Programa de Pós-graduação de Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar sua colaboração para coleta de informações sobre: a presença no município de Conselho Municipal do Idoso e, em caso afirmativo, o nome do presidente e o contato; e a existência de programas, atividades e outras ações voltadas às pessoas idosas.

Esta solicitação se justifica pelo fato de que minha tese de doutorado tem como tema as políticas públicas do idoso nos municípios que constituem a Associação dos Municípios dos Campos de Cima da Serra (AMUCSER). Para a construção do projeto de qualificação de tese, será necessário explicitar como as políticas do idoso estão sendo implantadas e/ou implementadas no município.

Por gentileza, solicito que as informações sejam devolvidas através do e-mail emscopel@ucs.br. Em caso de dúvida, poderá me contatar pelo fone (54) 999094952.

Desde já agradeço pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Vacaria ____ de ____ de ____.


Eliete Maria Scopel

APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____, secretário de Desenvolvimento Social, representando no presente termo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social localizada na Rua Campos Sales, n.º 542, declaro estar informado sobre a execução do projeto de pesquisa intitulado “Educação e políticas públicas no Município de Vacaria: olhares sobre os processos educativos para a emancipação e cidadania dos idosos”, da doutoranda Eliete Maria Scopel, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A pesquisa tem como objetivo analisar a política pública para a pessoa idosa no município de Vacaria e a contribuição dos programas e das ações desenvolvidos no SCFV para a emancipação dos idosos e para o desenvolvimento da cidadania. Para contemplar o objetivo, escolheu a abordagem metodológica do materialismo dialético-histórico.

Os resultados esperados são: descrever as políticas públicas de idoso a partir de legislações e convenções internacionais e nacional; compreender a adoção de políticas públicas do idoso e os processos educativos desenvolvidos nos programas e nas ações no SCFV do município de Vacaria; caracterizar o perfil demográfico e socioeducativo dos idosos que frequentam os programas e as ações desenvolvidos no SCFV do município de Vacaria; analisar a implementação das políticas do idoso para sua emancipação e cidadania no município de Vacaria; verificar a existência de subsídios para os gestores e profissionais que atuam no SCFV para a tomada de decisão comprometida com a melhoria das políticas públicas para pessoas idosas no município de Vacaria; contribuir na emancipação dos idosos assegurando-lhes seus direitos; e divulgar os resultados por meio de publicações científicas e entre os participantes da pesquisa. Metodologicamente, configura-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva. Tem como estratégias de coleta de dados a entrevista compreensiva e grupos de discussão com temáticas definidas coletiva e consensualmente entre todos os envolvidos na pesquisa. De forma complementar, serão realizadas uma análise documental e observação participante. Na realização da entrevista, os cuidados éticos serão garantidos e providenciados os Termos do Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs).

Declaro, ainda, que esta Secretaria está ciente de suas responsabilidades como participante do referido projeto de pesquisa e de seu compromisso com a garantia de condições para o seu desenvolvimento.

Pelo presente termo, atesto que estou ciente, que concordo com a realização da pesquisa proposta e que foi garantido meu direito de aceitar ou recusar o convite para participação do projeto durante o processo de obtenção da anuência prévia.

Vacaria, _____ de _____ de _____.

Sr.

Secretário de Desenvolvimento Social – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Sr.(a)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntária(o) da pesquisa intitulada “Educação e políticas públicas no município de Vacaria: olhares sobre os processos educativos para a emancipação e cidadania dos idosos”, desenvolvida pela doutoranda Eliete Maria Scopel, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A pesquisa tem como objetivo analisar a política pública para a pessoa idosa do município de Vacaria e a contribuição dos programas e das ações desenvolvidos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para a emancipação dos idosos e para o desenvolvimento da cidadania. Para contemplar o objetivo, escolheu-se a abordagem metodológica do materialismo dialético-histórico.

Você é convidado(a) a participar do seguinte procedimento: uma entrevista, que será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita, única e exclusivamente para fins de pesquisa. A entrevista será realizada com base em um roteiro, com questões abertas que solicitam do(a) entrevistado(a) a exposição de sua opinião sobre como estão sendo executadas as políticas públicas do idoso e em que medida os programas e as ações desenvolvidos no SCFV do município de Vacaria cumprem uma função educativa e contribuem para a emancipação e o desenvolvimento da cidadania dos idosos. Salientamos que, diante de qualquer possível risco, dano ou desconforto no compartilhamento de informações, você poderá se manifestar e não precisará responder a qualquer pergunta se sentir que ela é muito pessoal ou causa desconforto.

Desse modo, assumo com você os seguintes compromissos:

1. de que sua identidade, assim como a identidade de todos(as) os(as) participantes, será preservada e mantida em sigilo; de que nenhuma pessoa será identificada e de que se manterá o anonimato dos(as) participantes, em quaisquer momentos que impliquem a divulgação da pesquisa;
2. de que as informações reunidas serão usadas, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa e dos trabalhos científicos que dela poderão se originar;
3. de que os resultados lhe serão apresentados, pois esse retorno permitirá que você tome ciência das informações produzidas durante a pesquisa, assim como assegurará que tais informações não serão utilizadas em prejuízo ou para a estigmatização das pessoas envolvidas;
4. de que é seu consentimento é de caráter voluntário. Sua participação não é obrigatória. Caso você tenha interesse em desistir da pesquisa, isso poderá ser feito em qualquer momento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo ou penalização de nenhum tipo;
5. de garantia de que você pode receber respostas a qualquer momento sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, por meio do *e-mail* emscopel@ucs.br e do telefone (54) 999094952;
6. de que você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Este termo será assinado em duas vias, ficando uma em seu poder e a outra com a pesquisadora responsável.

Vacaria, ____ de _____ de _____.

Assinatura da(o) participante

Assinatura da pesquisadora